

ANTÓNIA MARIA GATO PINTO

TARRAFAL: RESISTIR COMO PROMESSA

**O poder de transformar uma experiência de opressão numa
história de grandeza**

Tese de Doutoramento em Sociologia

Lisboa

2019

ANTÓNIA MARIA GATO PINTO

TARRAFAL: RESISTIR COMO PROMESSA

O poder de transformar uma experiência de opressão numa história de grandeza

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Sociologia, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Sedas Nunes

LISBOA

2019

TARRAFAL: RESISTIR COMO PROMESSA

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Gato', is written above a horizontal line.

Lisboa, 25 julho de 2018

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador



A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized strokes, is written above a horizontal line.

Lisboa, 25 julho de 2018

À memória de todos os tarrafalistas

Ao meu avô

RESUMO

Tomando como tema de estudo a resistência política ligada ao contexto prisional no Campo de Concentração do Tarrafal, pretendeu-se revisitar o período que vai da inauguração desta unidade prisional, em outubro de 1936, até ao seu encerramento, em janeiro de 1954; e, para esse fim, usaram-se os testemunhos de alguns prisioneiros, que escreveram as suas memórias.

O objetivo principal desta investigação foi contribuir para a reflexão em torno de dois aspetos fundamentais da problemática prisional, que não podem ser dissociados dos métodos de afirmação do Estado Novo em Portugal. Por um lado, o facto de o lugar, enquanto espaço, ter sido sentido e representado pelos encarcerados como um campo de concentração, com características específicas de segurança que lhes asseguraram um terrível e lento padecer; e, em segundo lugar, porque a compreensão das dinâmicas prisionais orientadas para a prática da resistência política, segundo as narrativas consultadas, permitiram aos presos transformar a sua história de repressão numa história de grandeza. Foram estas as observações que nos levaram a equacionar a existência de uma grandeza prisioneira, valorizadora das militâncias antifascistas, durante os dezoito anos em que o Campo funcionou.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, o exame dos objetivos foi orientado na perspetiva da sociologia compreensiva, privilegiando-se a análise a um nível microssociológico, construtivista e pragmático. A técnica seguida para a recolha de dados consistiu numa extensa pesquisa documental e bibliográfica, sujeitando-se a informação recolhida a uma análise de conteúdo, de modo a averiguar o sentido dado pelas próprias vítimas à sua experiência no Campo do Tarrafal.

Apesar de dois constrangimentos óbvios - o tempo passado sobre os acontecimentos e o facto de narrativas dominantes terem fabricado a versão «oficial» da história do Campo de Concentração do Tarrafal -, tentou-se contribuir para a preservação da memória, resgatada ao silêncio e ao esquecimento a que as vítimas do regime de Salazar foram remetidas.

PALAVRAS-CHAVE: Campo de concentração do Tarrafal. Resistência política. Grandeza prisioneira.

ABSTRACT

In order to achieve our goal of investigating political resistance within a prison context we have set out to revisit the Prison Camp of Tarrafal, in the Cape Verde Islands, from its inauguration in October 1936 to its closure in January 1954, as depicted in the written testimonials left to us by some of the key players at the Camp.

The main purpose of this research is to contribute to the reflection on two prison-related issues, which bear a close and intimate connection to the foundation and sustenance of the dictatorial regime in Portugal, known as The New State. The first refers to the site and layout of the camp itself which the prisoners felt resembled a concentration camp because of specific safety features which were devised for their taxing and lengthy internment. The second allowed us to inquire into the prison dynamics targeted at political resistance, which according to several testimonials allowed the prisoners to transform their narrative of enduring repression into an exercise of achieving greatness by means of active resistance. These observations led us to expound on the significance of the anti-fascist militancy over the camp's eighteen-year life span.

Since this has been a qualitative research, our goals and methods were subject to scrutiny in accordance with a comprehensive sociology perspective and a micro-sociological, constructivist and pragmatic approach. Our data collection techniques were based on documentation and bibliography research although each item was carefully appraised in order to clarify our understanding of the actual events and of each individual's insights, as reported by the victims themselves.

In spite of the constraints we faced owing to the sheer elapsed time over the events as well as to the dominancy of a more or less official narrative, fabricated to account for the history of the Tarrafal Concentration Camp, we have attempted to rescue from silence and oblivion the memory of some of the victims who suffered exceedingly/prominently/inordinately/ under the Salazar regime.

KEY WORDS: Campo de Concentração do Tarrafal. Political resistance. Prisoners Greatness.

LISTA DE ABREVIATURAS

Ao longo da tese são utilizadas algumas siglas cujo significado importa elucidar:

ACA	Agrupamento dos Comunistas Afastados
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CIS	Comissão Intersindical
FARP	Federação Anarquista da Região Portuguesa
FJCP	Federação da Juventude Comunista Portuguesa
MUD	Movimento de Unidade Democrática
OCPT	Organização Comunista Prisional do Tarrafal
OLPT	Organização Libertária Prisional do Tarrafal
ORA	Organização Revolucionária da Armada
PCP	Partido Comunista Português
PIDE/DGS	Polícia de Informações e Defesa do Estado/Dir. Geral de Segurança
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SOE	Special Operations Executive
TME	Tribunal Militar Especial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Retratos de António Gato Pinto tirados após regressar do Tarrafal.....	33
Figura 2 – Retratos de Cândido de Oliveira tiradas pela PIDE na altura da detenção.	36
Figura 3 – Retratos de Manuel Francisco Rodrigues.	39
Figura 4 – Retratos de Acácio Tomaz de Aquino tirados após regressar do Tarrafal.	41
Figura 5 – Retratos de José correia Pires.....	42
Figura 6 – Retratos de Manuel Firmo.....	44
Figura 7 – Retratos de Edmundo Pedro tirados no dia de chegada a Lisboa.	46
Figura 8 – Retratos de Joaquim Ribeiro.	47
Figura 9 – Retrato de Pedro Soares.	49
Figura 10 – Retratos de Gilberto de Oliveira, libertado em 1946.	51
Figura 11 – Retratos de Gabriel Pedro.	52
Figura 12 – Retratos de Miguel Wager Russell, libertado em 1946.....	54
Figura 13 – Retratos de Francisco Miguel.....	56
Figura 14 – Local estudado para a construção do presídio.....	66
Figura 15 – Retrato de um grupo de presos acompanhados do bode Jeremias.	108
Figura 16 – Aspeto da Vila do Tarrafal em 1936.....	121
Figura 17 – Quadro com o número de presos que chegaram ao Campo por ano.....	123
Figura 18 - Quadro com o número de “fundadores” que saíram do Campo por ano.	125
Figura 19 – Fotografia do Campo ainda em construção.....	144
Figura 20 – Informações sobre o mandato do capitão Manuel dos Reis.....	145
Figura 21 – Informações sobre o mandato do capitão José Júlio da Silva.	148
Figura 22 – Informações sobre o mandato do capitão João da Silva.	159
Figura 23 – Informações sobre o mandato do capitão Olegário Antunes.	194
Figura 24 – Fotografia do grupo de libertários.....	211

Figura 25 – Informações sobre o mandato do capitão Filipe de Barros.....	212
Figura 26 – Paisagem do Campo limitada pelo Monte Graciosa.....	226
Figura 27 – Grupo de prisioneiros em junho de 1949.....	234
Figura 28 – Grupo de presos. Guilherme Costa Carvalho é o 2º elemento da fila do meio (a contar da esquerda para a direita).....	235
Figura 29 – Herculana de Carvalho colocando flores numa das campas.....	236
Figura 30 – Ressalva Prisional de Acácio Tomás de Aquino.....	239
Figura 31 – Acácio Tomás de Aquino aguardando o barco de regresso.....	240
Figura 32 – fotografia de uma das malas de viagem construídas no Tarrafal.....	243
Figura 33 - Alguns dos documentos encobertos entre as capas dos livros.....	243
Figura 34 – Guarda-joias feito à mão por Acácio Tomás de Aquino em 1941.....	246
Figura 35 – Retrato dos cinco companheiros a bordo do navio.....	248
Figura 36 – José Ventura Paixão e Bernardo Casaleiro Pratas - anos 50.....	249
Figura 37 – Informações sobre o mandato do capitão David Prates da Silva.....	250

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de ingressos e de saídas de presos da instituição entre 1936 -1946..	168
Gráfico 2 – Número de ingressos e de saídas de presos da instituição entre 1947-1954..	231

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I.....	12
A TENSÃO (IN)EXISTENTE ENTRE A MEMÓRIA COLETIVA DOS TARRAFALISTAS	12
CAPÍTULO 1: METODOLOGIA E CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.....	13
1. METODOLOGIA SEGUIDA NA INVESTIGAÇÃO	13
2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS	21
CAPÍTULO 2: PONTOS DE VISTA SOBRE A MESMA REALIDADE	27
1. FONTES DE ANÁLISE – MEMORISTAS DO CAMPO DO TARRAFAL.....	27
2. AUTOBIOGRAFIAS PRISIONAIS DE TARRAFALISTAS	31
CAPÍTULO 3: DEFININDO O CAMPO DO TARRAFAL.....	60
1. TARRAFAL: A VERSÃO OFICIAL E A VERSÃO DE QUEM VIVENCIOU OS FACTOS	60
1.1. <i>Um novo regime, um “Estado Novo” que não tolera oposição</i>	<i>62</i>
1.2. <i>Movimentos da oposição às políticas do Estado Novo.....</i>	<i>63</i>
2. ESTRUTURA DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DO TARRAFAL	67
2.1. <i>O território como instrumento de execução para os deportados</i>	<i>71</i>
3. LÓGICAS DE FUNCIONAMENTO DO CAMPO PENAL DO TARRAFAL.....	73
3.1. <i>O Campo como espaço de constrangimento da ação</i>	<i>75</i>
3.2. <i>A autoridade que rege o Campo de Concentração do Tarrafal</i>	<i>77</i>
3.3. <i>Trabalhos forçados para castigo dos reclusos</i>	<i>79</i>
CAPÍTULO 4: TARRAFAL O “CAMPO DA MORTE LENTA”	82
1. UM CAMPO PARA A ELIMINAÇÃO DOS ADVERSÁRIOS POLÍTICOS	83
2. OS MECANISMOS DE LIQUIDAÇÃO DOS ENCARCERADOS	89
3. A MORTE RESULTANTE DE UM PROJETO POLÍTICO.....	93
4. OUTRAS HISTÓRIAS DE MORTIFICAÇÃO DENTRO DO CAMPO.....	106

PARTE II	118
TARRAFAL: FRENTE DE LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA IDEOLÓGICA	118
CAPÍTULO 5: OS PRIMEIROS TEMPOS NO CAMPO DO TARRAFAL	119
1. OBSERVAÇÕES SOBRE OS “FUNDADORES DO CAMPO”	119
1.1. <i>Uma definição alternativa da realidade prisional</i>	<i>126</i>
2. O DIRETOR MANUEL MARTINS DOS REIS	136
2.1. <i>A segunda remessa de presos.....</i>	<i>139</i>
2.2. <i>A 1ª tentativa de fuga: “a grande cavalgada” coletiva.....</i>	<i>141</i>
2.3. <i>O reforço da segurança do estabelecimento prisional como castigo.....</i>	<i>143</i>
3. O DIRETOR JOSÉ JÚLIO DA SILVA: O “BEM” QUE POUCO DURA	146
3.1. <i>A 2ª Tentativa de fuga arquitetada por quatro elementos do Partido</i>	<i>147</i>
4. O DIRETOR JOÃO DA SILVA: O “FARAÓ” DO CAMPO.....	149
4.1. <i>A divisão como instrumento de terror.....</i>	<i>151</i>
4.2. <i>A “Amnistia comemorativa dos Centenários” - 1940</i>	<i>158</i>
CAPÍTULO 6: A CRISE DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS (1941 - 1945).....	160
1. NOVOS DESAFIOS	160
1.1. <i>O impacto da chegada de navios à Ilha.....</i>	<i>165</i>
1.2. <i>A chegada de novos presos: mais diversidade</i>	<i>166</i>
2. SOB A DIREÇÃO DE OLEGÁRIO ANTUNES: O “ARREDA”	180
2.1. <i>A 3ª tentativa de fuga protagonizada por dois alemães</i>	<i>182</i>
2.2. <i>As divergências entre as duas organizações revolucionárias</i>	<i>183</i>
2.3. <i>A fragmentação da Organização Comunista Prisional do Tarrafal.....</i>	<i>188</i>
2.4. <i>Litígio entre o médico e o Diretor devido à morte de presos no Campo</i>	<i>193</i>
3. O DIRETOR CAPITÃO FILIPE DO NASCIMENTO BARROS: “O ABÓBORA”	195
3.1. <i>A 4.ª tentativa de fuga praticada por cinco comunistas.....</i>	<i>197</i>
3.2. <i>A divisão entre os republicanos do Tarrafal.....</i>	<i>201</i>

3.3.	<i>A divisão entre presos “idóneos” e os “não idóneos”</i>	202
3.4.	<i>A 5ª tentativa de fuga praticada por um “rachado”</i>	207
3.5.	<i>A perda da unidade na Organização Libertária Prisional do Tarrafal</i>	208
CAPÍTULO 7: A ÚLTIMA FASE DA VIDA PRISIONAL NO CAMPO		213
1.	O 5º E ÚLTIMO DIRETOR DO CAMPO: DAVID PRATES DA SILVA	213
1.1.	<i>O regresso de 49 presos ao continente - 10 de fevereiro de 1945</i>	217
1.2.	<i>O regresso de José Correia Pires ao continente</i>	218
1.3.	<i>O regresso de Edmundo Pedro ao continente</i>	220
1.4.	<i>A substituição do médico “tralheira” pelo médico Ornelas</i>	223
2.	A AMNISTIA DECRETADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1945	224
2.1.	<i>O regresso dos amnistiados ao continente</i>	225
3.	OS QUE FICARAM NO CAMPO	229
3.1.	<i>O regresso de Acácio Tomás de Aquino ao continente</i>	238
3.2.	<i>O regresso de António Gato Pinto ao continente</i>	241
4.	UM CAMPO SUBMETIDO AO SILÊNCIO	244
4.1.	<i>O regresso de Joaquim Ribeiro ao continente</i>	247
CONCLUSÕES		251
FONTES E BIBLIOGRAFIA		255

INTRODUÇÃO

A resistência política em contexto prisional como objeto de estudo

Longo, muito longo, foi o roteiro das prisões e dos locais de deportação destinados pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo aos seus opositores, em especial durante os primeiros dez anos após o *28 de Maio de 1926*. Na verdade, do continente à Madeira e aos Açores, das colónias de África a Timor, dos calabouços das esquadras de polícia e do Governo Civil aos primeiros e improvisados campos de concentração no interior inóspito de Angola e de Timor, dos vetustos fortes existentes no litoral do continente e dos Açores ao campo de concentração do Tarrafal a tudo deitou mão aquele punhado de ditadores militares e civis que, durante cerca de meio século, se assenhoraram de Portugal, aí aprisionando e cometendo, quotidianamente ao longo de várias décadas, crimes de toda a ordem de modo a silenciar para sempre muitos milhares de democratas portugueses. Por isso e, em primeiro lugar, a luta dos presos políticos era não só pela sobrevivência, mas também pela conservação da própria identidade ou identidades políticas, o que não era fácil. A sobrevivência impunha luta, embora desigual e antagónica, visto que a reclusão ou o internamento implicavam a vulnerabilidade dos privados da liberdade, no entanto, a coragem e o sentido de responsabilidade política encorajava as vontades tanto individuais como as coletivas.

Nesta história de luta e de resistência política, a primeira prisão que acode à memória coletiva sempre que se evocam os longos anos ditatoriais em Portugal foi aquela que o Estado Novo apressadamente mandou construir na primavera de 1936 e que ficou conhecida pelo Campo de Concentração do Tarrafal, politicamente considerado como um foco de resistência antifascista. Importantes enredos foram vividos pelos prisioneiros no interior do arame farpado mas, pelos escassos documentos escritos, orais ou materiais que foram recolhidos junto dos implicados, muito do que aconteceu ficará incontável para sempre. Contudo, os testemunhos deixados pelos próprios intervenientes são um vasto

campo de informação, que estão disponíveis para serem explorados e quem sabe se, através deles, ainda se podem desvendar pedaços inquietantes desse véu de silêncio.

É neste pano de fundo que surge o interesse em dar visibilidade à resistência política no contexto do Campo do Tarrafal e tomá-la como objeto de estudo. Entusiasmo intimamente ligado à familiaridade com um tarrafalista¹ que deixou o seu espólio documental carregado de simbolismo e de mistério, tanto pela forma como se apresentava como pelo seu conteúdo materializado em páginas únicas escondidas entre as camadas de folhas prensadas das capas dos livros vindos do Tarrafal, algumas foram escritas sobre um papel tão fino que se pode rasgar ao primeiro toque, outras sobre papéis descontinuados e de vários tamanhos, as palavras surgem em letras miudinhas mas muito bem desenhadas, por vezes já quase impercebíveis mas sempre revelando segredos sobre as lutas constantes que os presos políticos travavam no cativeiro.

Posto a motivação, pretende-se explorar e compreender, por intermédio de procedimentos científicos e dentro do paradigma interpretativo, a perspetiva dos presos e procurar respostas para as seguintes questões:

A que tipo de alvos se destinou o estabelecimento prisional e quais os fatores que estipularam o desterro dos presos para o Campo do Tarrafal ao longo dos anos?

Qual o significado que os desditosos atribuíram ao Campo² e à sua situação de encarcerados?

Como é que os presos se mobilizaram para fazer frente às duras condições de existência que lhes foram fixadas, nomeadamente durante os momentos críticos em que a sua humanidade foi colocada em causa?

Por fim, entende-se que a luta travada pelos encarcerados em prol do reconhecimento dos seus direitos e da autoestima social que, certamente, mereciam enquanto resistentes antifascistas, incita à interrogação sobre a existência de um fenómeno específico: Durante a clausura no Campo de Concentração do Tarrafal formou-se entre os presos políticos uma *grandeza prisioneira*?

¹ Termo usado para mencionar os indivíduos que experienciaram o encarceramento no Campo de Concentração do Tarrafal. No caso está-se a falar do libertário António Gato Pinto.

² Campo é a palavra usada neste estudo como abreviatura do campo de concentração do Tarrafal.

Com o levantamento da questão de partida e das outras acima mencionadas, a estratégia da investigação irá desenrolar-se em torno de um caso singular, ou seja, de uma situação social geograficamente contida no interior de um campo de concentração, instalado no Tarrafal da Ilha de Santiago em Cabo Verde, e que objetivou as intenções do governo contra os seus adversários políticos. A delimitação temporal abrange o período que vai da data em que o campo começou a funcionar, 29 de outubro de 1936, até janeiro de 1954, altura em que o estabelecimento foi encerrado para os presos políticos no continente.

Se o Campo do Tarrafal consistiu num lugar de provações para os encarcerados, cujo funcionamento se destinava a suprimir-lhes a humanidade como forma de extinguir do seu pensamento a ideia revolucionária que os movia, então é fundamental investigar em que medida os presos, organizados politicamente, utilizaram a resistência na conceção de uma *grandeza prisioneira* cuja razão de ser diferenciava, valorizando ou desvalorizando, os elementos que faziam parte da população prisional. É esta a perspetiva que constitui a hipótese explicativa que, segundo Popper (2007), é essencial para se seguir uma metodologia adequada à obtenção de respostas para a problemática constante no seu enunciado de natureza singular e que, neste caso, é aplicada a determinados presos políticos inseridos num contexto específico aqui definido:

O Campo foi pensado e construído como instrumento destinado a aniquilar o núcleo oposicionista, ideologicamente esclarecido, que incentivava a crítica e a prática da luta armada contra o regime do Estado Novo e disso se toma como modelo a primeira remessa de presos que chegou ao campo em 29 de outubro de 1936. Este grupo de prisioneiros, além de numericamente superior aos que foram chegando posteriormente ao Campo, verá os seus elementos sofrerem com mais intensidade e por um período de tempo muito mais alargado, a tirania dos carcereiros e as diretrizes repressivas.

A primeira e a segunda vaga de deportados enviados para o Campo, eram praticamente compostas por dirigentes e ativistas dos movimentos da oposição ao regime, na sua grande maioria comunistas e anarcossindicalistas. As vagas de presos que se seguiram continham sujeitos politicamente mais heterogéneos. Os revolucionários reclamam que, juntamente com os indivíduos incómodos para a

estabilidade do regime se misturaram alguns apolíticos. Esta medida foi considerada como uma afronta destinada a desmoralizá-los; por isso, os testemunhos não poupam argumentos para demonstrem a clara diferença entre os valores de quem luta por ideais políticos e os dos presos de delito comum, o reconhecimento dessa diferença assenta na valorização do ideal que confere ao preso político uma “grandeza” que impossibilita a sua equiparação aos condenados por outros tipos de delito.

Contrariando o apagamento da memória dos presos políticos, tomou-se o interesse em privilegiar como fonte de informações as memórias escritas, de alguns, dos que testemunharam os acontecimentos durante o funcionamento do Campo. Esta escolha justifica-se pelo entendimento que apenas os protagonistas da história detêm o conhecimento direto dos factos e, por isso, é com base nos discursos produzidos pelos tarrafalistas, nas suas formas de expressar e identificar o funcionamento do Campo e a sua experiência, que se pretende entender o cenário em que a resistência política foi produzida e se desenrolou, bem como o sentido que esta tomou para os encarcerados.

O plano de análise respeitou uma perspetiva microssociológica compreensiva e orientada para a descoberta que “subordina o objetivo do conhecimento científico (explicar pelas causas) a uma operação de conhecimento específico (a compreensão) e bem assim à sua condição necessária” (Berthelot 1997, 26), aplicada neste caso na interpretação dos processos de resistência coletiva, organizada pelos presos políticos, contra os métodos adotados pelo regime salazarista para atingir o seu propósito, usando o campo de concentração situado no Tarrafal para isolar os seus opositores. Neste intuito, é vantajoso extrair das lembranças dos prisioneiros, sobre o tempo vivido no Campo, o sentido da ambivalência da experiência, seja enquanto vítimas de ofensas e desrespeito à sua dignidade física e moral, seja enquanto exemplos dos ideais que professavam e que, não se esgotou no papel de prisioneiros, porquanto respeitaram o compromisso assumido com o projeto revolucionário que os guiou na defesa ativa de uma ideologia política que acreditavam conduzir à justiça e à felicidade para o povo, e, justamente por isso, assumiram o dever de levantar a voz e de deixar documentado o seu testemunho, para que o tempo não fizesse esquecer as lutas travadas por todos aqueles que rejeitaram a cultura de sujeição que os pretendia transformar em seres politicamente nulos e passivos.

Alguns estudos sobre o Campo do Tarrafal

O Campo de Concentração do Tarrafal tem sido objeto de alguma análise em diversos estudos e áreas científicas, que procuram esclarecer os motivos que levaram à criação da “Colônia Penal de Cabo Verde” e descrever as condições de vida e o cotidiano dos cativos dentro do espaço prisional, trabalhos que muito têm contribuído para um conhecimento histórico mais alargado sobre o fenómeno e fomentam o interesse na preservação das memórias deixadas pelos “resistentes” durante o regime político do Estado Novo.

Entre alguns estudos sugestivos do ponto de vista da investigação histórica contemporânea, destaca-se o trabalho de Victor Barros (2009) sobre os “Campos de Concentração em Cabo Verde” no qual analisa o uso das ilhas do arquipélago pelo Estado português como destino de deportação e de prisão política. Sobre os campos de concentração nelas instalados durante o Estado Novo, o autor conclui que serviram como medida preventiva para a manutenção da ordem social no país, por intimidarem fortemente os opositores e, simultaneamente, resolviam a urgência em alojar os presos políticos e sociais mais incómodos numa colônia afastada da pátria, com um clima infesto e propício a doenças, solução perfeita não só para o agravamento dos castigos aplicados como pela contribuição que representavam para a eliminação natural dos prisioneiros.

A tudo isto, o Tarrafal acrescentou os critérios ideais de «vigilância fácil, de dificuldade de fuga, de imposição de uma disciplina rigorosa e austera, de desolação causada pelo isolamento, de adaptação difícil às novas exigências e condições do meio» (Barros 2009, 97). Os pântanos circundantes povoados de insetos e a falta de água potável motivaram a proliferação de doenças como o paludismo, a febre tifoide, hepatite A e outras doenças que, associadas à carência de medicamentos, alimentação deficiente e a maus tratos físicos, fizeram do Tarrafal um “Campo da morte lenta” para os presos. A este propósito, a historiadora Irene Pimentel (2009) inscreve o Tarrafal no campo de concentração típico dos regimes totalitários e, fazendo contas à mortalidade que atingiu cerca de 10% da população ali encarcerada entre 1936 e 1954, estabelece alguns paralelismos quanto aos modelos adotados e seus modos de funcionamento, bem como identifica as particularidades que diferenciam este tipo de campos de concentração dos

outros estabelecimentos prisionais. Sobre a construção do Campo do Tarrafal, a historiadora frisa que serviu os propósitos do salazarismo ao permitir a deportação e a certeza do internamento dos adversários políticos mais ativos e, em especial, por outorgar a criminalização política dos não-alinhados com o Estado Novo e a policialização política da Justiça da competência da polícia do Estado.

Partilhando a mesma linha de pensamento de Irene Pimentel quanto aos critérios que levaram à escolha do Tarrafal para a instalação do estabelecimento prisional, José Manuel Soares Tavares (2007), natural do Tarrafal, na sua dissertação de mestrado discute o impacto que o Campo de Concentração teve para a sociedade portuguesa e, em especial, para o concelho do Tarrafal e população local. Com esse fim, o autor procura enquadrar e caracterizar o espaço, descrevendo a vida quotidiana dos encarcerados durante a primeira fase de funcionamento da instituição (1936-1954). Além disso, destaca os contrastes evidentes entre a versão oficial para a implementação e funcionamento de uma Colónia Penal e a versão de alguns dos presos que por lá passaram e que consideraram ter estado presos num «verdadeiro Campo de Concentração à semelhança dos nazis, uma vez que foram verdadeiros depósitos arbitrários dos adversários do regime» (Tavares 2007, 65). A respeito destas semelhanças, o historiador José Barreto (2000) entende que a comparação com outros campos concentracionários, nomeadamente o alemão, é desproporcional e que essa conotação foi aproveitada pelos opositores de Salazar para se vitimarem e beneficiarem do “martirólogo oposicionista”, no intuito de alimentarem a propaganda antirregime. Apesar da problematização levantada com a discordância e as críticas sobre a importância que as formas de produção da memória deram ao campo do Tarrafal, o historiador admite que algumas das suas facetas – tanto ao nível do funcionamento como nos propósitos - se aproximavam, efetivamente, dos campos nazis.

Se, por um lado, Tavares (2007) conclui, na sua análise, que o Tarrafal tanto se destinou a eliminar os opositores do regime como a aterrorizar os agitadores, inibindo a ação revolucionária, por outro lado resvala para certas conclusões que são discutíveis. No engodo de valorizar o concelho do Tarrafal, desacredita os depoimentos deixados pelos prisioneiros sobre o sofrimento, acrescido do desterro, num local nada hospitaleiro. Para o efeito, compara as memórias escritas dos tarrafalistas com a versão da população local obtida através de entrevistas efetuadas, em 2014, a indivíduos que viveram no concelho do Tarrafal durante o funcionamento do campo prisional e a outros que nasceram já depois do

encerramento do estabelecimento – comparação que reconduz a uma vontade de ultrapassar as diferenças entre a realidade dos nativos da ilha e a dos desterrados num campo de concentração, bem como a disparidade temporal, de várias décadas, que separam as versões recolhidas. Com esta perspetiva comparativa também emergem críticas a respeito da produção da memória do Campo. Mesmo assim, o estudo apresenta conclusões interessantes: por um lado, a instalação da prisão especial no Tarrafal viabilizou «a contratação de muitos postos de trabalho aos naturais do concelho, quer na fase da sua construção, quer no período do seu funcionamento» (Tavares 2007, 236); por outro lado, constatou-se que «a maioria dos naturais do Concelho, que viveram no período de funcionamento do Campo de Concentração, se manteve no desconhecimento da realidade que se vivia dentro dele, desconhecendo ainda hoje a sua História» (Tavares 2007, 235) e que os que nasceram após o encerramento do Campo ignoram o valor histórico e político desse espaço.

Também Nélida Brito, na sua tese de mestrado com o título de “Tarrafal na memória dos prisioneiros: (1936 - 1954)”, desenvolve um estudo na perspetiva histórica do Campo de Concentração do Tarrafal como um local privilegiado para o encarceramento dos adversários políticos do regime. Esta historiadora analisa algumas autobiografias prisionais de tarrafalistas para reconstruir o quotidiano concentracionário e os modos de funcionamento da instância prisional. Com sensibilidade, não lhe passa despercebido o drama do isolamento humano, que tanto se faz sentir face ao exterior do Campo e da Ilha como no interior do próprio espaço prisional, bem como as dificuldades com que os circundados se debateram para resistir à arbitrariedade e à violência quotidiana. Daí em diante, a autora sistematiza um método comparativo com outro tipo de prisões políticas e até com os vários campos de concentração europeus.

Relevante é a iniciativa da investigadora em História Contemporânea, Maria João Raminhos Duarte (2009), ao recuperar a memória dos presos políticos algarvios que sofreram o desterro nos estabelecimentos prisionais de Angra do Heroísmo e do Tarrafal. Ainda que o tema esteja delimitado regionalmente (Silves), o seu trabalho de investigação apresenta uma breve biografia de cada um desses opositores à ditadura, recordando a firmeza com que se entregaram à causa revolucionária.

Estruturação da investigação

O tema da tese foi estruturado a partir de duas partes distintas:

A primeira parte intitulada “A tensão (in)existente entre a memória coletiva dos tarrafalistas” é constituída por quatro capítulos focados nos instrumentos de análise e no contexto em que a resistência política se realizou, compreendida através da imagem e representação que os testemunhos produziram sobre o Campo de Concentração do Tarrafal e que contribuíram para a formação identitária do “tarrafalista” enquanto índice e condição para figura de resistência. A segunda parte da tese, “Tarrafal: Frente de luta pelo Sobrevivência ideológica” é composta por outros três capítulos dedicados à problemática e ao dinamismo das interações prisionais desenvolvidas em prol da luta que os “resistentes” travaram pela sua sobrevivência física e ideológica. Por fim são apresentadas algumas das conclusões possíveis.

Depois das considerações iniciais - a introdução do tema a desenvolver, a apresentação do âmbito e das intenções da investigação e da formulação da problemática, surge a primeira parte:

- O capítulo 1 “Metodologia e contribuições teóricas”, subdivide-se em duas seções. A primeira é dedicada à descrição da metodologia que se entendeu como a mais adequada ao material disponível para a investigação e a segunda aos referentes teóricos, essencialmente assentes na microssociologia construtivista.

- O segundo capítulo, “Pontos de vista sobre a mesma realidade”, remete para a apresentação do material que foi selecionado para a recolha dos dados. Identificam-se os arquivos consultados para obtenção de documentação e de informações oficiais que suportam os dados extraídos das fontes escritas, primárias e secundárias, ligadas ao tema da experiência concentracionária e que foram produzidas pelos próprios implicados. Material maioritariamente publicado ou disponível para consulta pública. Por fim, parte-se das autobiografias prisionais escolhidas para uma breve apresentação e contextualização crítica das obras segundo os seus autores (informantes).

- O terceiro capítulo intitula-se: “Definindo o Campo do Tarrafal” e introduz as particularidades que caracterizaram o estabelecimento social, evidenciando que, apesar dos

registos oficiais deixarem ficar para a história que os presos tinham as condições necessárias para viverem dignamente e os que morriam era por doença, pois “não resistiam ao clima”, os testemunhos denunciam que essas mortes foram premeditadas. Para os presos a experiência concentracionária foi sentida como uma realidade terrível que não deixava dúvidas sobre a finalidade da fundação de um Campo no Tarrafal e dos objetivos com que para lá tinham sido enviados. Limitados pelas barreiras do estabelecimento, também ficaram isolados da sociedade portuguesa e do mundo e, por isso, sentiam-se completamente indefesos perante as arbitrariedades praticadas pelos verdugos e perante a concretização das enfermidades decorrentes de um clima inóspito, dois fatores que introduziram o prenúncio da morte no quotidiano do campo.

- O quarto capítulo, “Tarrafal o “Campo da Morte Lenta”, é orientado para as problemáticas que se apresentavam aos presos durante o funcionamento do Campo. Pelas circunstâncias e pelos acontecimentos que viveram, estabeleceu-se entre os encarcerados a ideia que o espaço físico e toda a sua envolvente terão sido aliados do património do próprio Campo, cujos recursos funcionaram como dispositivos de coerção conectados ao veredicto que contemplava a penúria, a carência de higiene e de cuidados médicos, a dieta alimentar insuficiente e deteriorada, os trabalhos intensivos debaixo de sol e as punições; tudo isto causava-lhes graves lesões físicas que denunciavam a intencionalidade que, sem ser assumida formalmente, visava o prejuízo declarado dos encarcerados. Muitos outros desafios são lembrados como episódios secundários mas que, na realidade, se repercutiam na vida dos sujeitos. Contam como a fauna local se encarregou de entrar na vida do acampamento, mas a alegria da sua presença era assombrada pela perseguição que os carcereiros lhes moviam, precisamente como forma de atingir a moral dos encarcerados. As provações destinadas a definir a situação num campo de concentração eram tão agressivas que se tornavam, por vezes, insuportáveis para os envolvidos e as saídas que o cárcere oferecia eram pensar a morte como uma solução ou iludir a realidade dominante através da loucura.

A segunda parte da investigação, sob o título “Tarrafal: Campo de luta pela sobrevivência ideológica”, integra outros três capítulos que se sucedem cronologicamente de modo a conferir a existência e o efeito da resistência política nas diferentes fases do Campo. Segundo os testemunhos, entre os anos de 1936 a 1954, o sistema prisional traduziu-se numa prática autónoma que se instituiu no Campo conforme o carácter e

entendimento dos diretores nomeados para o cargo, condicionando definitivamente as relações prisionais.

- O quinto capítulo, “Os primeiros tempos do Campo do Tarrafal”, começa por destacar as características dos prisioneiros da primeira vaga de deportados, reconhecidos como os “fundadores”, e a agregação e coordenação dos presos resistentes em dois ramos políticos: o Comunista Prisional do Tarrafal (OCPT) e a Organização Libertária Prisional do Tarrafal (OLPT).

O período, entre 1936 e 1939, é identificado pelos testemunhos como a pior etapa do Campo do Tarrafal e o momento da génese da *grandeza prisioneira* destinada a evitar a desmoralização dos presos diante da crescente adversidade. O ponto de partida é a primeira direção, assumida por Manuel dos Reis, que inaugura o estabelecimento penal em 29 de outubro de 1936, pautado imediatamente por condições de existência degradantes que arruinavam a saúde dos presos e favoreciam a banalização da morte no acampamento.

Em 17 de Novembro de 1937, o subdiretor, capitão José Júlio Silva, substituiu Manuel dos Reis, que acabara de ser demitido devido a irregularidades de administração. O seu “consulado,” dura quase um ano, vai até 20 de outubro de 1938 e caracteriza-se pela amenização das práticas carcerais e das sevícias a que os reclusos eram submetidos.

Com o terceiro diretor, João da Silva, a repressão intensifica-se. Treinado na Alemanha, João da Silva ambicionava aplicar no Campo um programa de regeneração e de fracionamento entre os presos. No início de 1940, o governo do Estado Novo decreta a “Amnistia dos Centenários” e, concede a liberdade a um certo número de detentos. Foram objeto de libertação cerca de 45 tarrafalistas que, na generalidade, não haviam renegado as suas convicções políticas. Os que, pelo contrário, as renegaram foram mantidos em cativeiro. Facto que levou o diretor a demitir-se e a regressar ao continente.

- O sexto capítulo trata a questão da crise instalada nas e entre as organizações políticas prisionais que ocorrem entre os anos de 1940 a 1945. O que acontece neste período é que, com o afrouxar da repressão, enfraqueceu também a unidade entre os revolucionários e os conflitos emergiram devido às orientações partidárias divergentes a respeito das mais diversas matérias e acontecimentos. Ainda assim, os “resistentes” continuam a ser uma “força” atuante no Campo.

Olegário Antunes toma posse do cargo de diretor do Campo em junho de 1940. Não tem um trato fácil nem traz as melhores intenções em relação aos prisioneiros, mas desanuviou o ambiente de terror que se vivia no acampamento e introduziu várias alterações que beneficiaram os reclusos. As sucessivas vagas de deportados que vão chegando ao Campo passaram a ser ideologicamente mais diversificadas, são menos comunistas e libertários, mais republicanos e mais presos por outros motivos; estes últimos tornam-se incómodos para os presos políticos que já se encontravam no Campo.

Em Janeiro de 1943, a Direção passa para o capitão Filipe Barros, um homem desconfiado, que agia sob impulso e por isso dava o dito por não dito, mudando de opinião e de atitude conforme o ímpeto do momento.

- O sétimo capítulo aborda “a última fase da vida prisional no Campo”. Com o desfecho da II Guerra Mundial, e a derrota das forças do Eixo, o governo português é confrontado com pressões internas e pedidos internacionais para a libertação dos presos do Tarrafal. Seria até expectável o encerramento do Campo, mas Salazar contorna as exigências e mantém o estabelecimento prisional em funcionamento por mais oito anos.

O último diretor, David Prates da Silva, preservará o cargo durante os nove anos que vão de janeiro de 1945 até ao término do funcionamento do Campo, em janeiro de 1954. Um grande número de prisioneiros é amnistiado em 1945 e, os que não beneficiaram da indulgência pertencem, quase em exclusivo, ao primeiro naipe de deportados que inaugurou o campo em 1936 e, desta maneira, a população prisional voltou a ter um perfil essencialmente político, que se manteve, até ao encerramento do Campo.

- As conclusões avançadas, em referência ao tema central do estudo foram verificadas através de critérios que se resumem essencialmente na credibilidade das informações obtidas através da comparação e triangulação quer das diferentes fontes usadas como entre os diversos testemunhos escritos. A experiência prisional é narrada pelos informantes na perspetiva de valorização dos presos que resistiram politicamente durante a clausura, seja em relação a presos não políticos ou àqueles que não tiveram a capacidade de resistir, diferenciação que fundamenta e valida a hipótese que inicialmente foi colocada sobre a formação de uma *grandeza prisioneira* desenvolvida pelos presos políticos, no Campo de Concentração do Tarrafal.

PARTE I

A TENSÃO (IN)EXISTENTE ENTRE A MEMÓRIA COLETIVA DOS TARRAFALISTAS

CAPÍTULO 1: METODOLOGIA E CONTRIBUIÇÕES TEORICAS

1. Metodologia Seguida na Investigação

A metodologia da investigação articula com a especificidade do fenómeno objeto de estudo. Este cinge-se a um tempo histórico de afirmação do Estado Novo em Portugal e a um determinado espaço geográfico com características próprias. As práticas de opressão e os processos de resistência em análise só podem ser entendidos no quadro dessa espécie de isolamento em que foram produzidos. Este traço torna imperativo que os instrumentos canalizados para testar a hipótese da existência de uma *grandeza prisioneira* no Campo do Tarrafal e explicar a sua variabilidade de acordo com os valores ideológicos e com os objetivos de resistência política se revistam de formas marcadamente qualitativas.

No estabelecimento prisional, a população era composta pela equipa dos funcionários - agentes do exército e da Polícia do Estado - que eram a face visível das políticas salazaristas e que possuíam funções bem definidas de tirania sobre os que estavam à sua guarda. Por oposição, encontravam-se indivíduos classificados como inimigos do regime e que, por esse motivo, viram as suas vidas tomar uma direção que representava tudo aquilo contra o qual lutavam. São precisamente estes últimos, os prisioneiros, a população que vai ser objeto de estudo, pelo que é preciso, antes de mais, ter atenção a alguns critérios de inclusão, que influenciam a dimensão populacional.

Assim, apesar dos registos oficiais incluírem os presos que ficaram alojados no lado exterior do Campo e, por contradição, não incluírem os indivíduos que ficaram em seção separada no seu interior, há que estipular quem deve fazer parte da população em análise. Começa-se por questionar a inclusão daqueles que, entre os anos de 1941 e 1944, ficaram presos na parte de fora do arame farpado. Não se arrisca um número exato mas, pelo menos, sabemos que:

- Entre setembro de 1941 e maio de 1942 estiveram presos 19 soldados, devido a um levantamento de rancho.
- Em agosto de 1942 chegou um grupo de 13 agentes do serviço secreto inglês, que pertenciam ao processo conhecido como “Rede Shell” e que lá ficaram retidos cerca de 18 meses. Apenas um elemento pertencente a esse grupo dividiu a sua estadia no Tarrafal, por sua vontade dentro do Campo e, por imposição do diretor, fora do Campo.
- Em setembro de 1942 também estiveram presos fora do Campo e por pouco mais de um mês, quatro republicanos¹ pertencentes à Associação Comercial de Barlavento, da ilha de São Vicente.

A prisão em local de desterro escolhido pelo Governo, tanto se aplicava aos que se encontravam presos na envolvente exterior como aos que se encontravam no interior do Campo. No entanto, as escassas informações encontradas sobre o regime prisional que era praticado apontam para realidades distintas entre o que se passava em cada um dos lados. Em todo o caso, desconhecem-se as interações que se estabeleceram no meio dos presos que se encontravam do lado de fora da cerca, prejudicando a inclusão desta população naquela que se pretende analisar.

Também há que questionar a inclusão na população-alvo dos que, apesar de terem estado metidos entre o cerco de arame farpado, ficaram instalados em seções à parte. Depois da amnistia de 1945, quando a maioria dos presos do Campo do Tarrafal regressou ao continente, os que ficaram no Campo eram pouco mais de cinquenta e quase todos faziam parte da primeira leva de deportados. Deste modo, a partir de 1947, o diretor decidiu rentabilizar o espaço prisional, dividindo o Campo em três partes com funcionalidades autónomas. Foi assim que se ergueram dois muros para impedir o contato da população-alvo, ou seja dos considerados “presos políticos”, com os “outros” presos que passaram a ser para ali enviados.

¹ Identificados: Abílio Monteiro de Macedo; Clementino Benoliel de Carvalho; Heinrich Kahn e António Augusto Martins.

Na documentação oficial não se encontraram informação sobre os nomes, o número de remessas ou de presos que estiveram presos no Campo em seções separadas, mas “aqui e ali” vão surgindo algumas informações, nomeadamente no Diário de António Gato Pinto e na obra de Acácio Tomás de Aquino, que nos permitem identificar alguns desses “outros”. São conhecidos:

- Um grupo de 29 operários dos estaleiros navais de Lisboa, presos por se terem envolvido na “greve de braços caídos”² organizada pelo Partido Comunista. Os grevistas mantiveram-se no Campo entre abril e setembro de 1947.
- Um grupo de 10 presos assinalados por delito comum, que chegaram ao Campo em agosto de 1948 e que, pelo menos alguns, aí ficaram até janeiro de 1951.

Os testemunhos, enquanto material empírico, recolhidos não fornecem dados pertinentes sobre o quotidiano e as identidades dos elementos que se encontravam em seções à parte dentro do Campo, provavelmente por desconhecerem a sua realidade, já que os dois mundos estavam separados por muros e sob uma estreita vigilância. Perante a ausência de informações pertinentes é também aconselhável excluí-los da população em estudo. Com base nas informações atrás expostas, os pressupostos de inclusão recaíram em exclusivo sobre os reclusos no campo que eram os considerados população-alvo. Mesmo assim, há que ressaltar possíveis desvios em relação ao número exato de indivíduos que a compunham, pois sempre existem alguns presos que teimam em se manter invisíveis na historiografia do Campo do Tarrafal.

No decorrer do período balizado entre outubro de 1936 e janeiro de 1954, excluindo os que estiveram presos na parte de fora do Campo e os que estiveram dentro mas em seção separada, estima-se que a população prisional tenha somado 329 desterrados, 10 dos quais voltaram pela segunda vez ao Campo do Tarrafal. Devido à distância temporal que nos separa do fenómeno, o único testemunho que à data desta investigação ainda se encontrava vivo, Edmundo Pedro,³ faleceu em janeiro de 2018.

² Modalidade de greve em que a suspensão da prestação de trabalho é efetuada no próprio posto de trabalho.

³ Edmundo Pedro, publicou a sua autobiografia prisional em dois volumes e até ao fim dos seus dias trabalhou ativamente na produção da memória coletiva dos resistentes antifascistas.

Contudo, a metodologia adotada ainda beneficiou de conversas exploratórias e semiestruturadas em clima de estreita amizade com o tarrafalista que, até aos 99 anos de idade, prestou um testemunho bastante lúcido sobre as prisões políticas do Estado Novo, baseando-se no seu percurso de resistência do qual faz parte a experiência de tarrafalista.

A única opção viável para ultrapassar os contratempos colocadas ao propósito da recolha de informações a partir do testemunho dos diretamente envolvidos na trama foi recorrer às suas memórias escritas e, para esse fim, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e documental de escritos sobre a experiência concentracionária, redigidos pelas próprias vítimas. As dificuldades multiplicaram-se devido ao hiato temporal, com a ausência de testemunhos vivos e com a escassez de materiais escritos, visuais ou audiovisuais e, também, com a dispersão das fontes.

Os documentos oficiais deram o mote de partida para a ordenação de uma base de dados com o registo das informações individuais de cada um dos presos e com os seguintes campos: nome completo; data de nascimento; local de residência; profissão; data da prisão; motivo da prisão; data de entrada no Campo do Tarrafal e data de saída. A leitura dos manuscritos produzidos no Tarrafal pelo libertário António Gato Pinto, permitiu inserir o campo da “Ideologia” seguida pelos presos. Um a um, procuraram-se informações sobre todos os indivíduos identificados e algum tipo de “rasto” que tenham deixado, tarefa bastante morosa e por diversas vezes inglória já que muito é escrito e sabido a respeito das figuras que se destacaram politicamente mas sobre aqueles que constituíram o grosso da população prisional as informações são mínguas e, no limite, existe uma franja de sujeitos que não se entrosaram nos grupos prisionais dominantes e, por isso, pouco mais se sabe a seu respeito para além daquilo que está anotado na Biografia Prisional.

Reunidos todos os depoimentos testemunhais que foram recolhidos ao longo do processo da pesquisa documental, tal como diários, autobiografias e memórias, partiu-se para a tarefa da construção da amostragem da população prisional que tomou a forma de não probabilística, mas por conveniência. Ao todo, para além de fontes primárias, foi possível reunir um acervo coletivo composto por 24 testemunhos de militantes comunistas e 12 autobiografias prisionais redigidas por tarrafalistas, disponíveis e publicados após o 25 de Abril de 1974. Tratando-se de um número substancial de testemunhos, importa notar que todos eles se autoidentificam como agentes do movimento de resistência política

prisional e, desse modo, inserem-se universo dos presos políticos que mantiveram a “sua moral”, ou seja, os que não colaboraram com os agentes policiais do Estado Novo.

A ausência evidente de testemunhos pertencentes às categorias dos “não resistentes”, apesar de estes representarem um número bastante residual em comparação com aqueles que resistiram, implica que o universo da análise fique prejudicado no que se refere à perspectiva dos pequenos grupos que também fizeram parte da população prisional, pelo que não se obteve qualquer contraponto. Ainda se procurou o contato com familiares de alguns indivíduos que pertenceram a essas minorias, mas, dos poucos que se localizaram, apenas foi possível recolher algumas informações interessantes no que toca à sua vida pós regresso do Tarrafal. Ainda assim, essas informações não se mostraram pertinentes para os propósitos da pesquisa, pois, no que respeita ao objeto desta, acima de tudo sugerem que se atingiu o “ponto de saturação” dos “retratos” produzidos pelos resistentes. Neste ponto de vista, a carência de declarações prestadas pela parte da população “não resistente” inibe que se retirem elações definitivas sobre os comportamentos adotados por esses presos durante o cárcere, já que estas seriam suscetíveis de assentarem em informações insuficientes ou erróneas sobre as suas motivações e as suas perspectivas em relação aos acontecimentos. No entanto, pode-se refletir sobre se esta ausência de testemunhos é, em si, significativa de que estes indivíduos não tenham encarado o cárcere como uma provação (no duplo sentido do termo) “de resistência política” ou, se estas memórias ficaram á margem, “não foram ditas”, por serem inconfessáveis e indizíveis à sociedade, compromisso que separa «uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor» (Pollak 1989, 8).

Apesar dos esforços de pesquisa desenvolvidos e das informações obtidas a partir de diversas fontes, nota-se que nem «todo o material de análise é suscetível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise)» (Bardin 2009, 123) sem que tal procedimento constitua um problema. A escassez de dados obtidos sobre uma certa tipologia de presos gerou a oportunidade para a delimitação do tema de estudo que, baseando-se no universo da população prisional “resistente”, reflete exclusivamente as estruturas de pensamento deste grupo no tocante aos acontecimentos vividos no Campo. Ademais, é a população

“resistente” que se encontra envolvida no fenómeno em estudo – *grandeza prisioneira* - e portanto, são as suas memórias escritas, sobre o contexto social e político que vivenciaram no Campo, as que possuem interesse para a explicação do objeto desta pesquisa.

Considerando o atrás exposto, a homogeneidade da amostragem adequa-se à composição de um modelo reduzido da estrutura da população resistente que se pretende estudar, composta por homens em idade ativa e ligados a movimentos sindicais ou revolucionários que, pelas suas características, ilustram a heterogeneidade existente dentro o grupo dos “resistentes”, por isso mesmo, permitem uma investigação comparativa entre as narrativas produzidas pelos testemunhos pertencentes aos dois grandes blocos ideológicos, o comunista e o libertário, com o propósito de identificar até que ponto as suas perspectivas se assemelham sobre os mesmos acontecimentos e em que vertentes se diferenciam. Esta é uma vantagem do uso de várias memórias para se conseguir de um modo amplo e confiável a recuperação, ainda que tênue, das experiências e de situações que são ora lembradas por uns ora esquecidas por outros, evidenciadas ou negadas, mediando as diferentes representações da realidade social vivida no Campo.

As lembranças de antigos prisioneiros, conservadas nas construções narrativas sobre o que viveram e o que sofreram no Campo do Tarrafal, apesar das diferenças seletivas em relação a factos próprios de cada família política, ajustem-se e complementam-se como um puzzle que, à medida que os fragmentos se reúnem e encaixam, vão revelando e definindo as formas do enigma que se pretende desvendar. No conjunto, demonstram que os sofrimentos que passaram no Campo são, por si só e ao mesmo tempo, um índice identitário (nós, os que sofremos por um elevado ideal de justiça), uma prova de grandeza (suportámos a dor com firmeza e com profunda convicção ideológica) e um dispositivo de moralização da conduta carceral (é imperativo sofrer heroicamente demonstrando um real espírito de sacrifício por uma causa maior). Qualquer um destes padrões, faz parte da natureza interna dos presos e são evocados por estes para superarem a condição de vítimas e obterem o estatuto de resistentes.

O sofrimento experienciado não paralisou aqueles que lembram e, por isso, mantem-se vivo e transporta para o presente o sentido histórico da luta travada contra a ditadura de Salazar, garantindo a autenticidade do testemunho, como deixaram expresso: «tudo quanto aprendemos à custa da dor e do martírio nunca mais o esquecemos porque

assenta no nosso sofrimento» (Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1948). Também Edmundo Pedro deixa o seu testemunho sobre as lembranças do que viveu no Tarrafal: «Foram cenas de uma tal intensidade dramática que, por mais anos que viva, permanecem no meu espírito como chagas abertas e incuráveis» (Pedro 2011, 200). Depoimentos que certificam as observações de Ricoeur (2007) a respeito das feridas da memória que, exatamente, por serem simultaneamente solitárias e partilhadas permitem que os vários depoimentos articulem entre si duas vertentes fundamentais para o registo histórico: por um lado, cada «enunciado consiste na asserção da realidade factual de um acontecimento relatado; por outro, ele comporta a certificação ou a autenticação da declaração da testemunha por seu comportamento ordinário» (Ricoeur 2006, 142).

Análise de conteúdos às memórias escritas de ex-presos do campo do Tarrafal

Para os propósitos da investigação, entendeu-se utilizar as técnicas de análise de conteúdo por serem apropriadas à análise qualitativa de um grande volume de textos escritos e à extração dos sistemas de sentido interiorizados pelos indivíduos que produziram o material. Os potenciais destas técnicas podem ser mobilizados para “interpretar” os discursos dos testemunhos nas suas autobiografias prisionais.

A metodologia prosseguiu com a flexibilidade necessária e teve por base as fases da análise de conteúdo sugeridas por Bardin (2009, 121): pré-análise; exploração do material com a definição da amostra para a recolha de informações e o tratamento e interpretação dos resultados obtidos. Assim, o processo iniciou com a seleção e organização do material que se enquadrava nos critérios predefinidos, no caso apenas memórias prisionais escritas pelos tarrafalistas que contenham informações úteis para a investigação. Passou-se à sistematização das ideias nelas contidas sobre o contexto da experiência concentracionária no Campo do Tarrafal sem negligenciar a sua complexidade, especialmente na articulação com a construção da identidade do tarrafalista.

Reduzida a quantidade e complexidade do material, segue-se a análise e classificação documental bem como uma reflexão sobre a sua singularidade e os procedimentos adequados à estruturação da matéria, codificação e condensação da informação recolhida. Para ordenar a informação, optou-se pela estratégia de decompor e repartir a informação em função dos temas que se destacavam na história prisional dos

tarrafalistas, associou-se a tarefa de decidir quais os documentos que melhor os ilustravam e aqueles que podiam servir para os complementar e até os que eventualmente possuíssem narrativas enriquecedoras pela pluralidade de perspectivas, nomeadamente comparando as versões sobre os mesmos acontecimentos. Após este processo procurou-se a ordenação mais coerente entre os diversos temas de modo a conferir-lhes uma totalidade de sentido.

Para não se perder de vista o propósito de encontrar respostas para as questões previamente levantadas, colocou-se o enfoque da análise nas informações que se adequavam a esse objetivo e que viabilizassem o discernimento sobre o tipo de relações que não eram imediatamente percebidas, bem como aquilo que não era dito explicitamente pelos testemunhos devido às suas orientações ideológicas, mas que se encontrava manifesto através do empenhamento dos sujeitos na condução dos acontecimentos; isto em desfavor da preocupação descritiva e exaustiva do quotidiano prisional que os tarrafalistas privilegiaram nas suas narrativas, certamente como forma de registo e de denúncia das práticas desumanas, a que foram submetidos pelos agentes executivos do governo salazarista. Uma das vantagens em se seguir tais procedimentos é a definição das unidades de análise e a divisão dos dados para se afinar com precisão a categorização dos elementos, obedecendo a normas prescritas que devem de ser respeitadas ao longo do processo. Procurou-se filtrar as diversas categorias de presos expostas e justificadas pelos testemunhos, estas permitiram tecer alguns comparativos entre o que se destaca em cada discurso, sem descurar a articulação das razões que levaram os “resistentes” a travar uma luta em prol do reconhecimento, assim como as configurações que esse movimento de resistência tomava e as consequências delas advindas no contexto prisional.

Para que os procedimentos adotados cumpram os necessários critérios científicos obrigam-se a certos cuidados, nomeadamente na extração dos valores que estão por detrás das relações prisionais e que motivaram que, os elementos que fizeram parte da população prisional, fossem classificados e agrupados segundo critérios fixados nos relatos dos testemunhos. Após esta fase de análise crítica e reflexiva sobre os dados que o material escolhido permitiu recolher, os resultados foram validados através de algumas estratégias, tais como o cruzamento entre os dados oriundos das diversas fontes de informação e, só então, se obtiveram conclusões confiáveis que, provisoriamente, foram expressas na descrição e interpretação dos resultados de modo a comprovar ou a refutar a hipótese avançada sobre a existência de uma *grandeza prisioneira* no Campo do Tarrafal.

2. Contribuições Teóricas

No período de definição ideológica do Estado Novo em Portugal, a performance simbólica em larga medida antecedeu e “fabricou” a constelação institucional, regando a vida em comum por signos de supremacia nacional como a ordem e a tradição em memória de um passado glorioso especialmente caro às elites e, portanto, consumível pelas fileiras das pequenas burguesias urbanas que mais se haviam mostrado insatisfeitas com o “caos” que a República criara. Se as “injunções disciplinares” são fundamentais para entender o Estado Novo, no que concerne os objetivos deste trabalho não esqueçamos que, relativamente à *grandeza prisioneira*, elas se impõem, fundamentalmente, como fonte de controvérsias, de desqualificação humana e cívica, a que os opositores políticos do regime ficaram sujeitos ao serem transformados em dissidentes políticos, ou melhor, em inimigos a neutralizar.

Entende-se então a razão por que, quanto aos referentes teóricos, este projeto “navega” entre a “teoria do reconhecimento” formulada por Axel Honneth (2011)⁴ sobre a gramática moral dos conflitos sociais e a mobilização do interacionismo simbólico de Erving Goffman que, por um lado, ressalta as tramas de desqualificação institucional e por outro permite permear o estudo da luta pelo reconhecimento num campo social específico com a ordem da interação gerada pela procura de superação desse conflito.

Erving Goffman é uma referência no campo das ciências sociais e humanas e um dos sociólogos mais influentes do século XX, desenvolveu estudos notáveis sobre a interação simbólica que deram uma contribuição bastante importante à teoria social, especialmente na área da microsociologia da vida quotidiana. A fecundidade do seu pensamento, o articulado de conceitos produzidos e a criatividade dos métodos analíticos aplicados à compreensão da ordem da interação, adequam-se à investigação de diversos fenómenos da vida social. Numa das suas obras, “Manicômios, Prisões e Conventos”, toma como objeto de estudo a função e o impacto de instituições sociais específicas, que classifica como “instituições totais”, entre essas instituições encontram-se as prisões que funcionam, alegadamente, com a finalidade de proteger a sociedade dos indivíduos potencialmente perigosos mas, os métodos nelas praticados para o controlo organizacional, são de tal ordem lacerantes que suscitam um

⁴ Destacado filósofo e sociólogo contemporâneo de nacionalidade alemã.

confronto brutal entre o mundo do internado e o mundo da instituição. As angústias geradas pela tensão resultante desse confronto e pelas gramáticas morais que evidenciam, e, sobre as quais as pessoas são qualificadas, constituem uma força estratégica produzida para o controlo dos homens, ou seja, para a transformação do "eu" do internado.

O sistema de convenções deontológicas que vigoram nas “instituições totais”, produzem uma ordem de interação que impõe ao novato a sujeição através do corte dos laços com o mundo exterior e de uma série de rebaixamentos morais, necessárias ao processo de mortificação do "eu" e à criação duma nova identidade degradada, que pode ser conseguida, inclusive, através de sanções e mutilações tanto morais como físicas. O exercício da autoridade e a imposição da disciplina é um atributo exclusivo da classe dirigente da instituição a quem se deve o respeito e a obediência, aumentando assim a possibilidade da existência de castigos. O poder de punir é um assunto investigado pelo teórico social, Michel Foucault (2004) na sua obra "Vigiar e Punir", tanto na vertente das justificações que sustentam o poder como das regras adotadas através do tempo para o conseguir e o manter. Para o autor, nas sociedades modernas existe uma “descolagem política” em relação às formas de poder tradicionais, substituindo-se as punições violentas e dispendiosas por uma tecnologia minuciosa e calculada da sujeição, produto de um poder disciplinar dirigido ao conforme dos corpos a um nível físico, moral e político.

Retomando o referencial fenomenológico de Goffman (2004) como guia para a análise das questões levantadas pela preservação da identidade social num determinado contexto social e de situações precisas em que a imagem do indivíduo surge desacreditada pelos outros. Procura-se compreender como a atribuição dos "estigmas" associados a uma característica que deve ser evitada e que pode constituir uma ameaça para a sociedade, é capaz de levar a um processo de exclusão e deterioração da identidade social, ainda que possa existir uma evidente discrepância entre a "identidade social real" do estigmatizado e a “identidade social virtual” que lhe é inculcada devido a atributos classificados como negativos, fundamentando assim, as relações de assimetria e de sujeição em que se encontram envolvidos.

Após o 25 de Abril de 1974, os implicados na resistência contra o regime político-ideológico concebido por Salazar, incluindo os presos políticos, foram revestidos de admiração e de estima social, em parte devido à violência e à opressão que sofreram e, ao

mesmo tempo, como heróis de uma longa e difícil luta travada contra a ditadura. Aos tarrafalistas é reconhecido o feito de uma vida dedicada e oferecida à resistência antifascista, reconhecimento que se deve à «coragem, determinação e espírito de sacrifício, indissociáveis do seu ideal e projeto, para que Portugal pudesse ser livre, para que uma sociedade nova e um mundo mais justo fossem possíveis» (PCP 2006, 11). Esta conduta de resistência sobre a qual se ergueu a identidade coletivamente fabricada pelos e sobre os tarrafalistas gozou de algum prestígio social pelo que, até hoje, são vários os eventos organizados em sua homenagem e memória. Como exemplo destaca-se a manifestação que no dia 18 de fevereiro de 1978, em Lisboa, acompanhou as 32 urnas que guardam os restos exumados dos presos falecidos no Campo e que foram trasladadas do cemitério do Tarrafal para um Mausoléu Memorial especificamente construído no Cemitério do Alto de São João. Desde essa data, várias organizações antifascistas - entre as quais a Amnistia Internacional, a União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) e a Associação 25 de Abril – juntam-se numa romagem anual ao Mausoléu para homenagear os que tombaram no Campo. O exemplo mais recente de honras fúnebres foram as prestadas, especialmente pelo primeiro-ministro, António Costa, a Edmundo Pedro falecido em 27 janeiro de 2018, evocando publicamente o contributo do tarrafalista para a afirmação da democracia em Portugal.

Leva-se em conta que, desde a Revolução de Abril, os tarrafalistas mereceram por parte do Governo um tratamento especial através de algumas políticas reparadoras. Exemplificando-se algumas delas, como a atribuição de pensões mensais vitalícias ao abrigo dos “serviços excepcionais ou relevantes prestados ao país” e, também, durante as comemorações do 10.º aniversário de Abril o então Primeiro-ministro, Mário Soares, referenda essa concessão pelo «mérito excepcional da contribuição que estes cidadãos deram à defesa da liberdade e da democracia e exprimindo-lhes público reconhecimento».⁵ Em 1986 é fixado no Orçamento do Estado, pela Assembleia de República, uma «Indemnização aos cidadãos sujeitos a trabalhos forçados no campo de concentração do Tarrafal», o valor é simbólico mas é a «expressão do público reconhecimento da República

⁵ Decreto do Governo n.º 17-A/84 do Diário da República n.º 90/1984, 1º Suplemento, Série I de 1984-04-16

Portuguesa por relevantes serviços prestados à liberdade e à democracia».⁶ Também o tempo de prisão efetiva passou a ser considerado para o cálculo das pensões de reforma dos tarrafalistas; os que eram marinheiros foram reintegrados na Marinha Portuguesa e pelo mérito, durante as comemorações dos 70 anos da “Revolta dos Marinheiros” inaugurou-se em Almada um “Monumento ao Marinheiro Insubmisso”. Outros agradecimentos oficiais foram as condecorações atribuídas a tarrafalistas, sobreviventes ou postumamente, com a insígnia da Ordem da Liberdade.⁷ No dia 3 de outubro de 2005, o então Presidente da República, Jorge Sampaio, agracia os tarrafalistas em nome do Estado Democrático e da República Portuguesa. Para além dos atos oficiais mencionados, muitos outros tributos foram dedicados aos tarrafalistas desde a atribuição dos seus nomes a ruas, documentários televisivos e múltiplas iniciativas e simpósios que foram e que, ainda nos dias de hoje, continuam a ser organizados, especialmente, em Portugal e em Cabo-verde.

A notoriedade e a peculiaridade implícita na “boa opinião” que se formou a respeito dos tarrafalistas mantêm-se vivas e devem-se, concretamente, à memória de um passado valoroso pela fidelidade demonstrada aos compromissos assumidos com os ideários antifascistas. É precisamente essa a imagem que os testemunhos consultados construíram continuamente para si próprios e para os companheiro resistentes, lembrando “ao mundo” através da forma (simbólica) do relato orientado para o feito de terem realizado a promessa de resistir aos desígnios com que foram enviados para o Campo do Tarrafal, processo que pode ser subordinado à advertência de Ricoeur (2006) sobre a importância da fidelidade à promessa feita, referindo que só esta fidelidade conduz o indivíduo à preservação de “si-mesmo”, visto que é no ser capaz de agir de acordo com as responsabilidades assumidas perante outrem que o indivíduo expressa a coerência e a manutenção da sua identidade pessoal no tempo e no espaço, de modo a reconhecer-se como um si mesmo e também para que possa ser reconhecido pelos outros e, é neste processo de autenticação, que se atribui ao indivíduo uma identidade ética.

Tanto a captura quanto o aprisionamento surgem como uma consequência previsível e até a continuação da luta política que os revolucionários encetaram contra o

⁶ Artigo 11 da Lei n.º 49/86 do Diário da República n.º 300/1986, 4º Suplemento, Série I de 1986-12-31

⁷ Decreto-Lei n.º 709-A/76 4.10.1976 - Cria a ordem nacional denominada «Ordem da Liberdade», destinada a distinguir e galardoar os serviços expressivos prestados à causa da democracia e da liberdade.

Estado Novo. Neste caso, o conceito de resistência pode tomar o significado que correntemente lhe é atribuído - uma força que não cede, que não se submete a uma outra força que se lhe opõe e impõe - e ser usado para interpretar o problema social provocado pelos meios usados para a afirmação de um regime político autoritário, empenhado em extinguir as visões diferentes da realidade infligida. Por outro lado, o termo também permite descrever a reação defensiva dos opositores políticos que lutavam pela sobrevivência dos seus ideais e, mesmo quando encarcerados, mantiveram o compromisso de continuar essa luta política ativamente, até às últimas instâncias.

A ação de resistir ao desrespeito e às ofensas - físicas e psicológicas - é explicada pelo modelo do conflito da teoria do reconhecimento, trabalhado por Axel Honneth (2011), que através de um ensaio filosófico recupera do pensamento do jovem Hegel as diferentes formas de reconhecimento recíproco e denotando a influência da Psicologia Social de George Herbert Mead no desenvolvimento da sua tese. A conceção teórica produzida por Honneth assenta em critérios morais e éticos contidos, essencialmente, em três esferas de reconhecimento distintas entre si, embora intrinsecamente interligadas: A esfera da família, ligada ao âmago das relações mais básicas de onde emana o amor e a amizade necessárias ao reconhecimento de si mesmo e à autoconfiança mas, só por si, estas relações não envolvem experiências morais capazes de conduzir a um conflito com dimensão social, pois os objetivos que as sustentam ficam-se pelas intensões individuais. As outras duas formas de reconhecimento são a dos direitos individuais advindos das relações jurídicas (esfera do Estado) que se encontram vinculadas ao avultar dos direitos que capacitam o indivíduo de autorrespeito. Por fim, temos a esfera da estima social resultante do reconhecimento que os membros de uma comunidade atribuem às capacidades individuais de cada um e cuja medida varia consoante a interpretação que é feita dos referenciais valorativos socialmente aceites. Apesar das relações jurídicas e as da comunidade de valores estarem sujeitas a novas dinâmicas e a reconfigurações internas para, ao longo do tempo, se ajustarem às realidades vigentes, não deixam de produzir expectativas normativas enquanto veículos de expressão e de autorrealização dos indivíduos. Tais expectativas se forem defraudadas, podem desencadear relações sociais de conflito caso o sentimento de desrespeito e humilhação se dissemine num grupo de indivíduos.

Num lugar onde os presos são excluídos da sociedade e subjugados a maus tratos físicos, privados de direitos e da sua dignidade, estão reunidas as condições para que

surjam sentimentos generalizados de injustiça em relação à situação social em que se encontram. Problemática perfeitamente ajustada aos ânimos mencionados: «A injustiça, a tortura, a violência a um comunista, dói por igual a todos os outros antifascistas. E, em todas as hipóteses, o sentimento é idêntico» (Oliveira 1974, 57). Este é o aspeto crítico defendido por Honneth (2011), caso o sentimento de injustiça seja orientado para uma experiência moral partilhada por um grupo social, pode ganhar expressão e impulsionar a formação de um movimento de resistência coletiva, que o autor define previamente:

Trata-se do processo prático em que experiências individuais de desrespeito são interpretadas como vivências-chave típicas de todo um grupo, de modo que elas podem concluir enquanto motivos orientadores da ação, para a reivindicação coletiva de um alargamento das relações de reconhecimento (Honneth 2011, 218).

A resistência organizada no contexto concentracionário, é uma importante ferramenta de análise para a compreensão da importância que toma para os implicados a formação de interações orientadas para um auto relacionamento positivo e para a obtenção do respeito social. A resistência, enquanto sistema de ação ancorado em justificativos de carácter moral, funcionou como um elemento referencial e valorativo da identidade política das organizações que se constituíram no Campo do Tarrafal, assumindo-se como uma grandeza cuja medida se rege pela graduação positiva dos seus membros. Dando-se como certa a informação que os «presos do Tarrafal não tiveram todos o mesmo grau de combatividade, não tinham todos a mesma capacidade revolucionária, não serviram no mesmo grau a causa do nosso povo» (Miguel 1977, 95), assimila-se que a valorização recíproca entre os prisioneiros assentava nas opções políticas de cada um deles e era mensurada através de evidências observáveis que transformavam o tempo de detenção numa prova de lealdade e fidelidade à causa revolucionária. A solidariedade e o espírito de sacrifício pessoal em prol da causa coletiva eram uma realidade que servia como ponto de referência operacional e constituía a conduta ideal para assegurar a manutenção e transmissão dos padrões éticos forjados nos movimentos revolucionários e através dos quais as situações eram definidas pelos “resistentes” que passaram pelo Campo do Tarrafal.

CAPÍTULO 2: PONTOS DE VISTA SOBRE A MESMA REALIDADE

1. Fontes de Análise – Memoristas do Campo do Tarrafal

Na memória coletiva ainda permanecem bem presentes o nome de alguns presídios, como por exemplo o do Tarrafal, do Aljube, dos fortes de Caxias e de Peniche, das prisões privativas da Polícia de Defesa do Estado em Lisboa e no Porto. No entanto muitos outros presídios e locais de deportação já caíram no esquecimento ou para lá caminham, envolvidos como se encontram na narração histórica que, teimosamente, continua a ocultar tantos acontecimentos decisivos ocorridos durante a ditadura em Portugal.

Nesta lógica o Campo de Concentração do Tarrafal, apesar de constituir um marco importante na história do Estado Novo em Portugal, não foi assunto de grande interesse nacional, nem quanto ao aprofundamento de conhecimentos relativamente ao fenómeno nem na preservação do espaço físico. O desinteresse pelo património cultural do Campo revela-se na falta de um arquivo e de instrumentos de recolha de material visual oriundo do campo - que já rareia e tende a perder-se definitivamente com o passar do tempo tais como artefactos construídos pelos prisioneiros - e documental, que reúna, ordene e classifique as fontes. Urge o tratamento de documentos oficiais e de espólios pessoais que incluam por exemplo retratos, cartas, poemas, pensamentos, diários, cadernos e livros; a inventariação de registos sobre os indivíduos intervenientes em todo processo e acontecimentos, seja ao nível das decisões ou ao nível da execução do projeto – nomeadamente os diretores do Campo, os agentes da polícia do Estado, os guardas e soldados – e, por fim, humanizar todos os indivíduos que foram formal ou informalmente condenados pelas autoridades do regime político de Salazar a sofrer penas de prisão no Campo do Tarrafal, recuperando-lhes um rosto e, pelo menos, parte da sua história de vida.

Os Arquivos

Para os objetivos desta investigação foi fundamental consultar a documentação oficial para a obtenção de registos confiáveis sobre a população prisional que permitissem conhecer a sua composição e os movimentos que sofreram ao longo do tempo. Também constituíram a única fonte de informações a respeito de certos elementos da população atípicos, sobre os quais paira um silêncio nas biografias dos “resistentes”.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo permite o acesso a documentação oficial depositada nos Arquivos da Polícia de Informações e Defesa do Estado / Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) e no Arquivo Salazar, detentores de dados fidedignos, ainda que incompletos, acerca da trajetória prisional da população presa no campo. Encontram-se aí os boletins biográficos e os processos-crime que identificam as características pessoais dos presos com fotografias, dados antropométricos e datiloscópicos, informações gerais sobre as detenções, tipos de pena e durações e outros dados com interesse. Encontra-se também, um livro classificado como “Índice de Entradas e Saídas” que contempla o registo dos nomes dos encarcerados por ordem alfabética, as datas do ingresso e as de saída do Campo, entre 1936 e 1947. Outro documento arquivístico importante, referenciado por “Serviços de Estatística – 1939”, contém um relatório do exame efetuado aos serviços dos funcionários e também várias informações estatísticas sobre os presos, cujas características se encontram detalhadas segundo o nome completo, a idade, estado civil, instrução, as profissões que exerciam na vida civil e as que passaram a exercer dentro do estabelecimento prisional, incluindo além desses dados, o movimento exato de entrada e saída dos reclusos desde a fundação do campo até 31 de dezembro de 1939.

No Arquivo Histórico-Social (AHS) depositado na Biblioteca Nacional de Portugal situada em Lisboa, integrado no Projeto MOSCA - Movimento Social Critico e Alternativo, encontram-se biografias e documentos pessoais de militantes sindicalistas e libertários, nomeadamente de alguns tarrafalistas. Outra fonte de informação é o SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, cujos arquivos e coleções estão depositados no Forte de Sacavém e onde se encontram disponíveis, em formato eletrónico, vários processos referentes à construção do Campo do Tarrafal e das obras nele executadas ao longo dos anos, juntam-se relatórios, estudos ao local, plantas e fotografias.

Fontes primárias e fontes secundárias escritas pelos tarrafalistas

Passados 48 longos anos de ditadura e mais de 20 sobre o encerramento do Campo do Tarrafal para os presos políticos do continente, Abril de 1974 vem finalmente abrir as portas para que a história do campo de concentração do Tarrafal seja contada. Segue-se um momento histórico de júbilo revolucionário que se faz acompanhar por uma intensa produção memorialista, elaborada pelos opositores e vítimas dos crimes perpetrados pelo Estado Novo. Importa notar que, nessa altura, o tempo de vida de muitos tarrafalistas já se havia esgotado; além de que o “ar do tempo” (de consagração “antifascista”) favorecia que só os relatos dos “resistentes” fossem considerados dignos de interesse. É precisamente entre os anos de 1974 e 1978, que a maior parte das autobiografias prisionais dos tarrafalistas é publicada e ganha destaque. Ainda em 1974, são editadas as obras de Cândido de Oliveira e de Manuel Francisco Rodrigues. No ano seguinte, as Edições Avante reeditam um trabalho de Pedro Soares. Nesse mesmo ano, sai também a autobiografia prisional do libertário José Correia Pires. Em 1976, são publicadas as autobiografias de dois militantes comunistas, a de Joaquim Ribeiro e, pelas Edições Avante, a de Miguel Wager Russell. Em 1977 sai a autobiografia de Francisco Miguel e em 1978, é editado o livro coletivo de militantes do Partido Comunista. O mesmo acontece com a publicação das autobiografias prisionais de dois libertários: Acácio Tomás de Aquino e Manuel Firmo. A partir de 1978, a publicação de autobiografias de tarrafalistas começa a ser muito mais espaçada e só em 1987 as Edições Avante lançaram a autobiografia de Gilberto de Oliveira. Mais duas décadas e é a vez de Edmundo Pedro trazer a público as suas memórias. O primeiro volume em 2009 e o segundo em 2011. Finalmente, em 2015, a Avante dá à estampa a autobiografia de Gabriel Pedro.

Das autobiografias prisionais publicadas, seis foram escritas por elementos que fizeram parte da leva que chegou em outubro de 1936 para estrear o campo; quatro foram produzidas por militantes do Partido Comunista - Gilberto de Oliveira, Pedro Soares e Joaquim Ribeiro e Gabriel Pedro. Também as da Edmundo Pedro, que embora fosse militante do PCP desde os 13 anos de idade, afastou-se depois de sair do Tarrafal. Da parte dos libertários encontra-se, apenas, a obra de Acácio Tomaz de Aquino, detido pela participação na preparação da greve geral do “18 de Janeiro” em 1934.

Da 2ª leva de presos deportados para o Tarrafal, chegados ao Campo em 12 de junho de 1937, encontram-se disponibilizados dois testemunhos: o do comunista, Miguel Wager Russell e o do libertário, José Correia Pires.

Francisco Miguel Duarte, chegou pela primeira vez ao Campo no dia 28 de junho de 1940 e, mais tarde, voltou a entrar no dia 28 de janeiro de 1951. As suas biografias prisionais focam ambos os períodos de clausura.

Dos que chegaram ao Campo entre 1941 e 1942, temos as versões de Cândido de Oliveira, republicano que ficou preso fora do Campo, e as de dois libertários. Tanto Manuel Francisco Rodrigues como Manuel Firmo integraram as fileiras da Federação Anarquista Ibérica (FAI) para combater o General Franco¹ durante a Guerra Civil de Espanha e, antes de serem enviados para o Tarrafal, passaram por outros campos de concentração em França e por prisões políticas no continente.

Os “resistentes” que tiveram a oportunidade de documentar as suas memórias prisionais, contrapõem a sua vivência com a dos presos que não se alinharam com a resistência. Sem espaço para a neutralidade ou condescendência, este tipo de presos são rememorados com uma imagem depreciada pela colaboração que concederam aos opressores. Uns foram brindados com o epíteto de “bufos” por espiares e denunciarem os companheiros; outros, por terem renegado os seus ideais, ficaram marcados como os “rachados”, metáfora cujo sentido é dado pela analogia existente entre a propriedade física de quebrar e a perda da integridade moral destes personagens. De sorte que “bufos” e “rachados” deixaram de gozar do anonimato para serem nomeados e qualificados de traidores, delatores, ladrões, miseráveis, fracos, provocadores, mau carácter e outros adjetivos vexatórios, que dão consistência à culpa que lhes é atribuída pelos muitos sofrimentos causados aos companheiros de cárcere, procurando, através da gramaticalização em questão, transformá-la em vergonha (que por definição, ao contrário da culpa não é expiável). Talvez por isso, quer dizer, interdita a defesa ou o perdão, nem um dos indivíduos visados alguma vez veio a público reclamar o seu lugar enquanto vítima do regime autoritário de Salazar e contar a sua versão dos factos.

¹ Chefe de Estado, mentor da ditadura franquista. O general Franco conquistou o poder durante o golpe de Estado contra a República em junho de 1936 que esteve na origem da Guerra Civil de Espanha.

2. Autobiografias prisionais de tarrafalistas

As autobiografias prisionais de antigos tarrafalistas foram usadas como o principal corpus empírico. Além de concederem uma visão de conjunto, no detalhe também permitem compreender o modo como estes revolucionários, que na maior parte não eram intelectuais, justificaram as suas disposições e práticas de resistência no âmbito prisional. As memórias, segundo Pollak (1992), são construídas por três elementos essenciais, primeiro pelos acontecimentos vividos pessoalmente ou os "vividos por tabela" (vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer), seguem-se as personagens e também os lugares que foram palco da ação. Aplicando estes três critérios à análise dos argumentos que os testemunhos usaram para justificar as suas posições e criticarem as situações a que foram submetidos, viabiliza através do confronto entre os vários depoimentos, a obtenção de conhecimentos bastante úteis no que diz respeito aos presos envolvidos e aos acontecimentos que se passaram no referido contexto prisional. No entanto, os testemunhos que trouxeram à luz os factos que entenderam serem os mais relevantes para a elaboração da história do Campo do Tarrafal, pertencem a figuras partidárias de destaque, quer dentro do Partido Comunista quer na organização Libertária, e, a maior parte das provas documentais (autobiografias prisionais) foram redigidas passado mais de duas décadas sobre a experiência vivida no Tarrafal e, por esse motivo, as narrações já foram objeto de uma severa reflexão, pessoal e ideológica.

Em todas as narrativas encontram-se aspetos críticos sobre as interações produzidas no contexto prisional. A antonímia das relações estabelecidas no Campo não se reduzia às dos opressores/oprimidos ou verdugos/torturados; ainda se articulavam com as estabelecidas entre dois segmentos de presos, os comprometidos com a resistência à opressão e aqueles que se deixaram corromper ao se associarem aos opressores contra os próprios companheiros para usufruírem de algumas benesses. Estes são também tomados como modelo discursivo de uma rejeição que extravasa em muito os limites do combate político: são, pela traição despolitizada, quer dizer, pela sua inscrição na lógica da venalidade, objeto de uma abjeção que se torna visceralmente pessoal. Mas ela mostra outra coisa: que a resistência reveste a forma de uma disciplina de vida a que não é permitida qualquer desvio milimétrico que seja, sob pena de exclusão do grupo dos

resistentes (puros) e dos benefícios simbólicos que daí decorrem. Não se estranha, pois, que os documentos elaborados pelos “resistentes” foquem os episódios mais marcantes que ocorreram no cárcere e que estejam permeados por abundantes narrativas carregadas de uma ideologia que demarca claramente a posição dos seus autores frente às políticas autoritárias do Estado Novo. Essa prevalência tem como contraparte a escassez de informação disponível sobre aspetos mais polémicos imersos nas relações conflituosas entre os detentos.

António Gato Pinto (1902-1973)

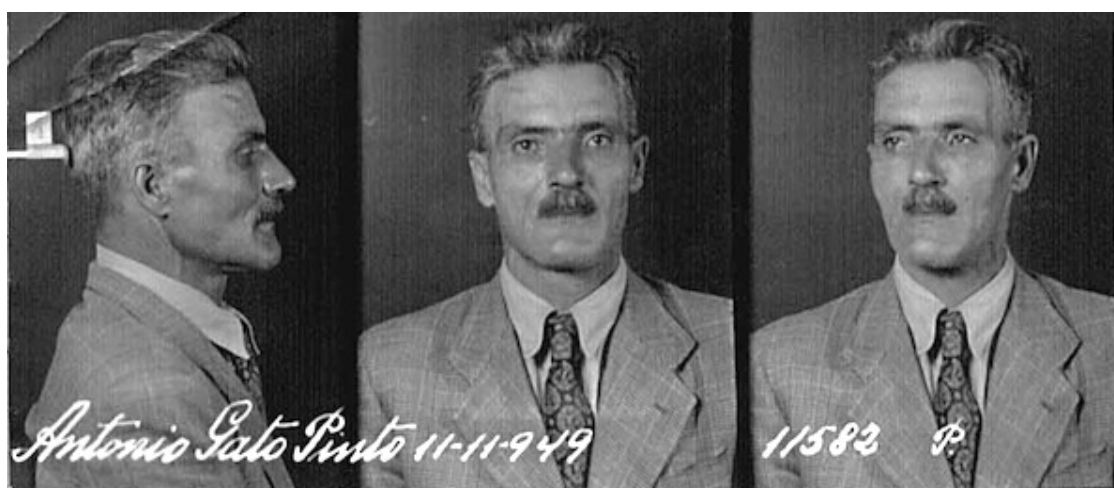
O espólio documental de António Gato Pinto encontra-se depositado e organizado pela “Casa Comum” (plataforma arquivista desenvolvida pela Fundação Mário Soares) e é uma fonte primária composta por fotos, jornais e um rol de manuscritos inéditos, alguns fragmentados e outros com descrições detalhadas de acontecimentos e emoções que nos remetem para a sua experiência pessoal. Entre a documentação integram-se anotações de campo e descrições datadas que, mais tarde, foram reunidas e compiladas pelo próprio num projeto de Diário (que ainda se encontra em poder dos familiares). Os manuscritos descrevem vários momentos do seu trajeto, ordenados espacialmente pela passagem nos estabelecimentos prisionais regionais, em prisões centrais e por fim nas prisões em lugar de desterro.

Devido ao envolvimento na preparação do Movimento Operário do 18 de Janeiro de 1934, a desventura de António Gato Pinto começa no dia 23 com o ingresso na Cadeia Civil do Barreiro para interrogatórios, seguem-se as torturas físicas e psicológicas para forçar a denúncia de pessoas e lugares onde a oposição ao regime se organizava. Estes interrogatórios são, regista-o o próprio, momentos cruciais que definem “o lado da luta” que cada um vai ocupar. É a essa capacidade de resistência que atribui a sua transferência para o Forte da Trafaria onde se junta e equipara aos grevistas capturados pela Polícia Política; é o Tribunal Especial aí montado que os julga a todos e os condena segundo a gravidade da ação cometida, inadvertidamente contribui para a institucionalização da resistência, pela experiência comum de injustiça que proporciona aos que não hesitam em condenar. António Gato Pinto, especificamente, condenado a uma multa elevada de

20.000\$00 e ao degredo numa das colónias à escolha do governo sob o qual ficou à disposição. Da Trafaria transitou para as prisões especiais de Lisboa e daí para a deportação com dois anos de clausura sofridos no Forte de São João Batista, em Angra do Heroísmo e, seguidamente, mais 13 anos no Campo do Tarrafal em Cabo Verde.

Nesta vasta documentação, ainda há lugar para excertos e compilações de obras literárias, pensamentos, poemas e reflexões doutrinárias, mensagens trocadas entre os próprios prisioneiros, algumas fotografias e correspondência dirigida a familiares, à Confederação Geral do Trabalho (CGT), à Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP), ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) e a outras organizações. Além da grande diversidade de apontamentos tecidos pelo punho do próprio, podem-se ainda apreciar transcrições de documentos oficiais, como circulares e ofícios do Campo do Tarrafal e, também, alguns escritos dos seus companheiros de cárcere, tais como do Mário Castelhana, Gabriel Pedro, José Reboredo e José Correia Pires. Neles se retratam, amiúde de modo condensado, vários marcos importantes da vida prisional que explicam abertamente a existência de compromissos entre os revolucionários e os motivos de aprazados conflitos que ocorreram entre eles. As considerações acerca dos relacionamentos interpessoais acabam por suscitar questões bem interessantes no que concerne à formas de organização partidária no contexto prisional.

Figura 1 – Retratos de António Gato Pinto tirados após regressar do Tarrafal.



Fonte: Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/1/41

Autobiografias publicadas após o 25 de Abril de 1974

Ao todo foram consultadas 12 autobiografias prisionais publicadas, incluídas no corpus da investigação como pontos de referência e material indispensável para este trabalho, começando-se uma breve nota sobre o trabalho de cada um dos testemunhos.

A distância temporal que separa as publicações do fenómeno de que tratam é entendível pois só após o 25 de Abril de 1974 se tornou viável a sua publicação. Aliás, logo nesse ano, a coberto das profundas transformações políticas e sociais, impõe-se a urgência de se revelarem e registarem os crimes praticados pelo Estado Novo e do imperativo (moral) de lhes fazer justiça, tão reclamada pelas suas vítimas sem que alguma vez a tivessem obtido, são editadas duas obras relevantes sobre o campo de concentração do Tarrafal já há muito elaboradas por dois ex-prisioneiros que, por coincidência, cruzam a mesma época no Campo mas em espaços prisionais diferentes.

***Cândido de Oliveira* (1896-1958)**

Uma das primeiras obras publicadas é a de Cândido de Oliveira, republicano simpatizante do Partido Comunista, que agrega ao seu brilhante percurso de desportista e jornalista, o de opositor aos regimes fascistas. Durante a Segunda Guerra Mundial assumiu a função de agente secreto ao serviço de Inglaterra e dos Aliados, missão que pagou com a detenção em março de 1942 e que implicou interrogatórios e torturas que o marcaram fisicamente (incluindo a quebra dos dentes) e o envio para «o Tarrafal. Para ali seria transferido a 20 de junho de 1942 a bordo do navio Mouzinho de Albuquerque» (Barreiros 2012, 171) e ficaria até ao dia 23 de dezembro de 1943. Essa experiência marcante é contada na obra póstuma “O Pântano da Morte” cujo prefácio é dedicado por José Magalhães Godinho à apresentação do autor (pp. 7-10) enquanto destacada figura casapiana, do desporto e da resistência antifascista.

Acerca da publicação do livro, “O Pântano da Morte”, Edmundo Pedro (2009) lamenta que não tenha sido editado na íntegra. Estranha a supressão de relatos sobre episódios importantes que o próprio autor, de quem era amigo pessoal, lhe havia mostrado para conferir. Também dá conta da grande generosidade de Cândido de Oliveira, pois

apesar de pertencer a uma elite de presos alojados em barracas de madeira fora do campo, gozando de algumas prerrogativas, acabou por ser muito útil aos que se encontravam encarcerados no interior do campo. «Estava solidário connosco. Estabelecemos com ele um eficaz sistema de comunicações. Punha-nos a par dos principais acontecimentos que iam ocorrendo pelo mundo» (Pedro 2009, 505). Em contrapartida, os encarcerados também lhe passavam informações sobre acontecimentos e a situação dos que se encontravam dentro do campo. Foi esta troca de favores e os laços de amizade, que criou e que manteve com alguns presos, que lhe viabilizaram relatar, na sua obra, factos que vão muito para além daqueles em que interveio pessoalmente enquanto deportado no Tarrafal.

Cândido de Oliveira analisou diversos pormenores do funcionamento do campo penal a partir de uma posição privilegiada. Alojado do lado de fora do arame farpado, pôde apreciar como toda a envolvente era perfeita para o funcionamento do campo de concentração português. Ali estavam reunidas as melhores condições para a «morte lenta, a morte fatal dos deportados políticos. Dos defensores de ideias subversivas. Dos inimigos do governo. Dos antifascistas» (Oliveira 1974, 123-124). Conclusão que aprofunda exaustivamente de modo a fundamentar a sua crítica à forma dissimulada com que Salazar adere aos métodos difundidos pelo nazismo para a liquidação dos indesejados.

A narrativa que Cândido de Oliveira produziu sobre o Campo do Tarrafal, equipara-se às dos “vencedores do campo”, especialmente às dos filiados no Partido Comunista, o que poderá ser explicado pela ligação que manteve, depois do regresso ao continente, com alguns membros do partido que fizeram parte dos “fundadores”² e que, de forma alargada, lhe facultaram dados concretos em relação ao funcionamento e aos acontecimentos mais marcantes que se passaram desde a abertura do Campo em outubro de 1936. No seu relato nota-se e descreve-se a insalubridade do local, explicando como o clima torna fácil contrair o paludismo e o pavor da morte que domina o acampamento durante o período das febres.

No livro, Cândido de Oliveira, descreve o modo como se morria no Campo e como decorriam as exéquias, usando como exemplo o caso de dois comunistas: Ernesto José Ribeiro – morte a que Cândido de Oliveira não assistiu por ter ocorrido antes da sua

²Fundadores: designação atribuída aos presos que vieram estreitar o Campo em outubro de 1936.

chegada ao Tarrafal - e a de Bento Gonçalves em setembro de 1942, cujo processo presenciou do lado de fora do Campo. Ao longo do livro são mencionadas várias listas (ainda que incompletas), cobrindo o período desde a inauguração do Campo até 1943, com o registo dos presos que faleceram no Tarrafal, dos que se mantiveram cativos apesar de já terem cumprido o tempo de pena a que haviam sido condenados, dos que ali estavam sem qualquer condenação e dos preventivos que aguardavam julgamento ou os sem culpa formada, também regista o nome dos presos que sofreram biliosas e os dias que estes passaram na “frigideira”.³

Apesar desta variedade informativa a respeito do Campo, o testemunho de Cândido de Oliveira poderia ter sido bastante enriquecido e original se incluísse a sua própria experiência de preso no exterior dos arames farpados, perspectiva que acabou por ficar no limbo dos anais do Campo de Concentração do Tarrafal.

Figura 2 – Retratos de Cândido de Oliveira tiradas pela PIDE na altura da detenção.



Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/71/14069

³ Lugar destinado ao suplício, situado nas imediações do Campo e descrito pelos testemunhos como sendo uma construção em «cimento armado com cerca de cinco metros de comprimento por quatro de largura. Estava dividida ao meio. Cada cela tinha entre seis a sete metros quadrados. O teto era constituído por uma placa de cimento armado. Não tinha telhas. Depois de a placa ficar aquecida pelo sol escaldante do verão tropical, aquele pequeno cubículo transformava-se num autêntico forno! A temperatura, embora só a pudessemos medir pelo efeito que nos causava, ultrapassava, em certos dias, sem dúvida, os cinquenta graus» (Pedro 2009, 408).

***Manuel Francisco Rodrigues* (1902 - 1975)**

A obra, “Tarrafal Aldeia da Morte - o diário da B5”, foi redigida durante os três anos e cinco meses em que Manuel Francisco Rodrigues esteve recluso no Tarrafal. Entre todas as autobiografias publicadas por tarrafalistas esta merece especial destaque por se tratar de um diário do campo onde as palavras produzidas ao longo dos cinco capítulos que o compõem refletem o envolvimento do autor na situação social que se vivia dentro do estabelecimento, entre setembro de 1941 e fevereiro de 1945, definida como «um meio feito de possibilidades mútuas de controlo, onde um indivíduo está sempre acessível às perceções diretas de todos os que estão «presentes» e que lhes são igualmente acessíveis» (Goffman 1999, 151).

Assumidamente anarca-cristão tolstoiano, Manuel Francisco Rodrigues foi repórter, professor, tradutor de línguas estrangeiras e autor de várias obras literárias onde se apresenta ao público com o pseudónimo de Oryam. Dono de uma trajetória de vida ímpar, viajou a pé pelo mundo durante 20 anos a divulgar o vegetarianismo e viveu em colónias naturistas, nomeadamente na “cidade” tolstoiana *Éden Oranienburg Kolonie* situada a norte de Berlim. Segundo o relatório da PIDE que se encontra no seu processo prisional, estamos a falar de um elemento anarquista bastante avançado e perigoso, as viagens «através da Europa não tinham outra finalidade do que a propaganda das ideias que o mesmo professa e que pretende disfarçar com a circunstância de se dizer propagandista do vegetarianismo».⁴ Integrado no movimento anarquista, casou em Espanha com uma filha de José Rodrigues Reboredo⁵ e combateu como voluntário na guerra civil contra os franquistas, sofreu vários ferimentos incluindo fraturas faciais das quais resultou a cegueira da vista esquerda. Refugiou-se com a família em França mas acabou por conhecer a dureza dos campos de concentração de Arglês-Sur-Mer; Saint-Cyprien e Gurs. Em dezembro de 1940 regressa a Portugal e, juntamente com o sogro, é detido e posteriormente enviado para o Tarrafal.

⁴ Torre do Tombo, referência do documento: ca-PT-TT-PIDE-DGS-SC-PCproc2201-40-NT4666_c0048.JPG

⁵ José Rodrigues Reboredo foi um devoto anarcossindicalista que desempenhou altas funções na organização libertária, perseguido pela PVDE passou a fronteira e desenvolveu uma intensa atividade revolucionária entre Espanha e França.

No Campo, Manuel Francisco Rodrigues, manteve-se perto de todos os companheiros sem consentir que grupos ou frações lhe entorpecessem o ideal libertário. Solitário e observador, refugiava-se na escrita, mas decerto manter o diário ocultado dos carcereiros e dos parceiros de caserna era uma tarefa árdua e arriscada, pois a certa altura desabafa: «O meu único temor é que este meu amigo invisível seja descoberto e eu vá morrer assado na “frigideira” por causa dele! Quantos dissabores não me tem ele já custado» (Rodrigues 1974, 82). O que o autor não sabia, ou talvez soubesse e fosse intencional, é que as sucessivas e longas cartas que escrevia com pedidos de clemência dirigidas a diversas autoridades, nomeadamente ao Bispo de Cabo Verde, deixavam o diretor do Campo bastante agastado, conforme ficou registado num ofício que este emitiu sobre o preso: «Constantemente me importuna com a apresentação de toneladas de prosa [...] nunca eu o tendo atendido, tais as imbecilidades que diz [...] É, de facto, um trepanado». ⁶ As cartas ficavam censuradas na secretaria mas, sem dúvida, a opinião que passou acabou por facilitar o desinteresse e a desatenção dos carcereiros sobre os seus manuscritos dentro do Campo e a permissão para levar consigo, no regresso ao continente, outras tantas “toneladas” de prosa.

A relevância do livro de Manuel Francisco Rodrigues também é comentada por Edmundo Pedro que admite estar perante um revolucionário que:

Ao contrário do que acontecia com outros, que se esforçavam por esconder o seu verdadeiro estado de espírito, ele não ocultava a depressão que lhe causava a realidade quotidiana que o envolvia. [...] Os sentimentos que ele tão bem exprimiu estiveram presentes, de forma mais ou menos assumida, no espírito da generalidade dos prisioneiros ao longo da maior parte do tempo que o campo de concentração funcionou. (Pedro 2009, 440).

Efeito de um pensamento aprimorado pela filosofia anarca-individualista a narrativa impressa no Diário da B5, ⁷ é profundamente emocionante e reflexiva, descrevendo com escrupulo e detalhe as situações, as emoções geradas e as relações sociais

⁶ Ofício 60/1942 que o diretor Olegário Antunes dirigiu em 18 de agosto de 1942 ao diretor da PVDE, contendo informações confidenciais a respeito do preso. Este ofício consta no processo 2201/40 de Manuel Francisco Rodrigues, que se encontra no arquivo da PIDE-DGS na Torre do Tombo.

⁷ B5 reporta-se ao Pavilhão B e caserna 5 – onde Manuel Francisco Rodrigues ficou alojado durante o tempo que esteve preso no Campo.

desenvolvidas dentro do campo de concentração do Tarrafal. A leitura desta obra é incontornável, quer pelas circunstâncias em que foi produzida – no decorrer dos acontecimentos - quer pela sua singularidade, sendo a única que ilumina a humanidade dos reclusos de forma imparcial, dando visibilidade a territórios e a um conjunto de presos e de ocorrências que são completamente ignorados por todos os outros testemunhos.

Figura 3 – Retratos de Manuel Francisco Rodrigues.



Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/65/12946

Acácio Tomás de Aquino (1899-1998)

Consentâneo com o material constante no espólio de António Gato Pinto é a obra publicada em 1978, sob o título “O segredo das prisões atlânticas,” de Acácio Tomás de Aquino. O trajeto de resistência é comum aos dois militantes do anarcossindicalismo, desde a prisão na Casa de Reclusão da Trafaria por estarem implicados na preparação da greve do 18 Janeiro de 1934, envolvendo, depois, a passagem pelas mesmas prisões especiais de Lisboa, a deportação para Angra do Heroísmo e, por fim, a sua integração no primeiro lote de indivíduos que inauguraram o Campo do Tarrafal, onde vão partilhar as mesmas “casernas” e as mesmas convicções dentro da organização libertária e, até, a mesma data de regresso ao continente em novembro de 1949. Depois de obterem a liberdade manterão a sua amizade e militância libertária.

O livro de Aquino começa com o enquadramento das circunstâncias em que o autor foi preso: primeiro a detenção ocorrida em Dezembro de 1933 por fazer parte do Comité Coordenador da CGT no movimento operário do 18 de Janeiro e alguém o ter denunciado pela posse de uma bomba, foi flagelado e enviado para o Aljube, onde se juntou ao líder da CGT, Mário Castelhana, também preso por denúncia. Ambos seguiram em março para o Presídio Militar da Trafaria, prosseguindo o “Julgamento e Deportação”; em 8 setembro de 1934 passam para o Forte de São João Baptista em Angra do Heroísmo – *locus* de sofrimento que se prolonga até outubro de 1936, situação que é expressamente explanada num capítulo intitulado “Violência e Cinismo”. Seguidamente, centra-se em descrever a sua estadia no Tarrafal, nomeadamente a viagem que levou a primeira leva de presos até ao Campo, as condições de vida dos internados, as tentativas de fuga frustradas e a morte dos companheiros de cárcere que foram ocorrendo durante a clausura. Vários são os pontos de interesse sobre as relações prisionais que se estabeleceram no Campo, cobertas na obra até ao seu regresso em fins de 1949.

Sobre a sua experiência no Campo, os acontecimentos são relatados cronologicamente e em forma de diário. A redação não aparenta filtros que mascarem a teia das interações prisionais, abordando tanto as relações de solidariedade que se estabeleciam entre os prisioneiros inclusive nas fases mais críticas que viveram no Campo, como, também, as divergências internas motivadas pela diversidade de pensamento estratégico. A veracidade da descrição e detalhe da sua versão dos factos, é confirmada através da documentação ordenada em 25 anexos que constam no final do livro. Aí encontra-se diversa correspondência trocada entre os membros da organização prisional comunista e libertária e a organização dos dissidentes comunistas, avultando os conflitos existentes entre essas fações devido a diferenças de opinião e de interesses. Constam igualmente algumas transcrições dos regulamentos internos do campo. Os anexos em causa complementam vários documentos que integram o espólio de António Gato Pinto e, tanto uns como outros, foram extraídos do «arquivo da Organização Libertária Prisional cuidadosamente organizado e defendido através das maiores vicissitudes e perigos». (Aquino 1978, 5) trazendo à luz revelações inquietantes para aqueles que fazem fé na narrativa oficial da resistência no Campo do Tarrafal, já que colocam em causa a unidade apregoada entre os “resistentes”.

Figura 4 – Retratos de Acácio Tomaz de Aquino tirados após regressar do Tarrafal.



Fonte: Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/1/20

José Correia Pires (1907-1976)

O libertário José Correia Pires chegou ao Campo na 2ª leva de presos em junho de 1937 e lá ficou até ser amnistiado e regressar ao continente em fevereiro de 1945. O livro “Memórias de um prisioneiro do Tarrafal”, editado em julho 1975, foi elaborado entre novembro de 1972 e março de 1974, na sequência das respostas dadas a um conjunto de 75 questões que lhe foram postas pelo seu amigo e camarada Edgar Rodrigues.⁸

O relato de Correia Pires é pautado pela memória que possui dos acontecimentos, sem a preocupação do rigor no pormenor cronológico. Palmilhando os momentos mais importantes do seu percurso de revolucionário, começa por contar a forma como, aos catorze anos de idade, se engajou pelos ideais libertários e, desde então, enveredou nas lutas sindicais até à derradeira participação no Movimento Operário do 18 de Janeiro de 1934; depois, narra a fuga para Espanha para escapar à PVDE e o regresso clandestino a

⁸ Pseudónimo de Francisco Correia, ativista do movimento libertário que em 1951 para se furtar à perseguição do regime salazarista refugiou-se no Brasil. Desenvolveu um importante trabalho como pesquisador e difusor das ideias e da memória anarquista; foi escritor, historiador e arquivista, entre as suas obras conta-se a história do movimento anarquista no Brasil e a do movimento libertário em Portugal.

Portugal que o levou até aos calabouços e, eventualmente, a ser deportado para o Tarrafal. No que concerne à experiência no Campo, onde estanciou oito anos sem ser julgado, colocou a sua coragem e conhecimentos nos desafios do dia-a-dia, inclusive usando a sua arte de carpinteiro para a construção dos caixões que acomodavam os cadáveres dos que perdiam a vida ou, confeccionando socas de madeira para os pés dos que já não tinham calçado. Interessantes são as impressões deixadas sobre as situações que mais o marcaram, nomeadamente a respeito das condições materiais de existência, da solidariedade entre os reclusos e dos motivos das cisões dentro das organizações políticas prisionais, tal como o impacto dessas desinteligências e roturas no quotidiano concentracionário.

O autor também reconhece que o anarcossindicalismo que tanta importância teve na luta socioeconómica travada na sociedade portuguesa durante as primeiras décadas do século XX, se debilitou com os augúrios da Guerra Civil de Espanha, com o acossamento feroz aos seus membros e com todos os mecanismos repressivos do Estado Novo, cujo efeito impedia a reorganização e coesão da Confederação Geral do Trabalho (CGT), o que viria a favorecer o aumento da influência do Partido Comunista junto dos movimentos operários. Enfim, os movimentos anarcossindicalistas perderam a vincada expressão social que haviam tido no início do século, tal como o autor percebe: «faço parte de uma geração implacavelmente interdita e com a agravante de pertencer a um sector de pensamento, por razões óbvias o mais perseguido, o mais contraditado e ofendido!

Infelizmente, espiritual e fisicamente poucos resistiram» (Pires 1975, 31). Por fim, o autor conta-nos como vivenciou o processo do regresso ao continente.

Figura 5 – Retratos de José Correia Pires.



Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/26/5169

Manuel Firmo (1909-2005)

Outro libertário, que editou as suas memórias pessoais de antifascista, é Manuel Firmo. No seu livro de memórias de resistente político, recua até ao início da sua atividade subversiva enquanto anarcossindicalista na então Vila do Barreiro, passando pelo exílio e participação na guerra de Espanha, onde combateu contra Franco e na sequência da qual, como acontecera com Manuel Francisco Rodrigues, foi obrigado a procurar refúgio em França. Em 1939 acabou por ser enviado para o campo de concentração de Argelès-sur-Mer e posteriormente para o de Gurs, situado nos Baixos Pirenéus.

O seu atribulado percurso de resistência é contado ao longo de 32 pequenos capítulos e publicado em 1978 na obra “Nas Trevas da Longa Noite: Da guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal”. A versão que nos deixa dos acontecimentos passados no Campo concentra-se na segunda parte do livro que começa com a chegada a Portugal em 1941. Vindo de França, logo à saída do comboio em Marvão foi interceptado e capturado por agentes da polícia política, seguiu para os calabouços do Governo Civil em Lisboa, após severos interrogatório passou para o Aljube, daí foi transferido para o Forte da Caxias e em junho de 1942 é avisado pelo diretor do presídio que vai seguir para o Tarrafal, aí permanecerá até janeiro de 1946.

Nos dez últimos capítulos do livro, Firmo descreve o embarque no paquete “Mouzinho” em que viajou de Lisboa até à ilha de Santiago, conta a sua chegada ao Tarrafal e o confronto com a realidade concentracionária. Nos vários assuntos abordados no livro, Firmo, não deixa de expor as aflições com que os presos se deparavam e como se sentiam impotentes ao presenciar a loucura que acometia alguns dos seus companheiros, as doenças e também a morte.

É Manuel Firmo que chama a atenção para um dos motivos que levou muitos dos tarrafalistas a calar a sua experiência no Campo, explicando que, para além da repressão e da censura empregue pelo Estado Novo de Salazar, falar ou escrever a respeito de um acontecimento passado é trazer para o momento presente imagens de pessoas e de lugares que, no caso, continuam a ser motivo de grande sofrimento e, por tudo isto, é indesejável recordar situações passadas que não se querem reviver. O próprio, de resto, atesta esta ideia firmando-a na sua experiência de registo literário da provação no agreste Campo do Tarrafal, experiência aflitiva assim sumariada: «A despeito do tempo e do espaço que me

separa de tão torturantes cenas, que ficaram gravadas a ferro e fogo no meu cérebro, não posso evitar um estremecimento de horror ao rememorar-las» (Firmo 1978, 170).

Figura 6 – Retratos de Manuel Firmo.



Fonte: Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/68/13460

Edmundo Pedro (1918-2018)

Também Edmundo Pedro adverte: «estou consciente de que o meu espírito está marcado por toda uma série de emoções que influenciam, necessariamente, o meu juízo sobre algumas situações a que assisti ou que protagonizei no Tarrafal» (Pedro 2009, 363). No entanto, o autor garante que o seu testemunho é inteiramente fidedigno. Seja como for, destaca-se pela forma bastante chã que empresta aos relatos acerca do modo como os comunistas vivenciaram os longos e difíceis anos de cativo no Tarrafal, traço que, realce-se, não lhe inibe a controvérsia.

Oriundo de uma família de militantes do Partido bastante fustigada pela repressão salazarista, Edmundo Pedro filiou-se ainda na adolescência e desde logo se estreou nas atividades revolucionárias. Em “Memórias - Um Combate pela Liberdade” Volume I (2007) e Volume II (2011), testemunha que, pelo modelo do herói resistente, que não denunciava camaradas, que aguentava corajosa e mesmo estoicamente o sofrimento, o PCP

impunha aos seus militantes uma violência ilegítima. Um segundo jugo que se sobrepunha e reforçava o jugo fascista a que os militantes comunistas no Tarrafal, ou em qualquer outra prisão, estavam oficialmente sujeitos.

Na escrita tardia das suas memórias, Edmundo Pedro usa de um capital político contemporâneo para conceber uma análise bastante crítica sobre os modos de funcionamento do Partido, que tão bem conhecia por dele ter feito parte mas que se distanciou ao deixar de partilhar a corrente de ideias que ligava os seus membros.

O primeiro volume de “Memórias – Um combate pela Liberdade” é editado em 2009 e prefaciado por Mário Soares que considera tratar-se de um livro que não é apenas político mas também muito humano. De facto, Edmundo Pedro expõe nele o seu percurso desde a infância, a família e uma época de militância que vai até ao seu regresso do Tarrafal. Toda a Parte II do livro é reservada à sua experiência no Campo e escrita com bastante reflexão sobre os acontecimentos que viveu. Conta-nos que chegou a dirigir a Federação da Juventude Comunista Portuguesa (FJCP), mas, bem mais importante, conta-nos também as suas motivações políticas e os episódios marcantes de uma vida de resistência que, por arrasto, acabam por retratar toda uma era de implementação e desenvolvimento da influência do Partido Comunista Português (PCP) nos movimentos antirregime. Através da sua (auto-) história de vida vai, no fim de contas, espelhando o rigor e a disciplina com que a estrutura do Partido controlava os seus militantes, nomeadamente no interior do Campo de Concentração do Tarrafal, tornando-se, assim indica, motivo de acrescidos e revoltantes sofrimentos para os presos, tal como aconteceu consigo próprio e com o seu pai (Gabriel Pedro), que o acompanhou durante nove anos na dolorosa experiência de tarrafalista, desde a estreia do campo até ao ano de 1945.

Em 2011 é editado o segundo volume das memórias. O prefácio é escrito por Vasco Lourenço que considera Edmundo Pedro um incorrigível revolucionário e o seu livro uma obra importante para o conhecimento de um período da História de Portugal. Neste volume as memórias iniciam com “A derradeira fase do Tarrafal” e o seu regresso a Lisboa, depois disso expandem-se até ao 25 de Abril. Em setembro de 1973, Edmundo Pedro de certo modo culminando uma trajetória de dissensão iniciada cerca de 30 anos antes enquanto vivia as tribulações do Tarrafal, aceitou o desafio de Mário Soares para integrar os fundadores do Partido Socialista. Já em democracia ocupou cargos de responsabilidade

política, nomeadamente como deputado durante mais de uma década. Assim, apesar de ser militante comunista à época em que esteve enclausurado no Campo, as suas memórias já foram escritas e divulgadas a coberto da condição de dissidente que, entretanto, se juntara aos ‘inimigos da revolução.’ Pasto evidentemente para polémica considerável sobre as suas próprias memórias, tanto mais que pelo conhecimento e compreensão do modo de atuar do Partido Comunista, desafiaram a versão que o Partido desejava ver oficializada: a de que os tarrafalistas se haviam ‘libertado das leis da morte’ justamente pela fidelidade às ideias revolucionárias que só o PCP propugnava.

Figura 7 – Retratos de Edmundo Pedro tirados no dia de chegada a Lisboa.



Fonte: Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/2/216

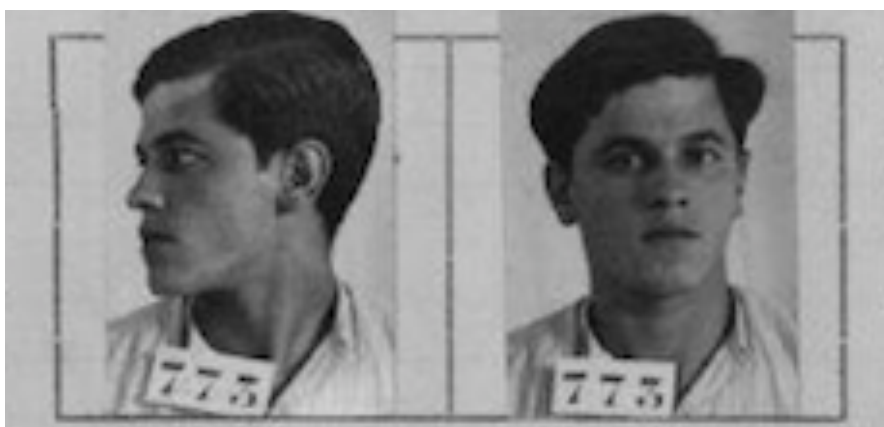
Joaquim Ribeiro (1910-1981)

O militante comunista, Joaquim Ribeiro, foi preso aos 26 anos de idade por pertencer aos elementos da Organização Revolucionária da Armada (ORA) envolvidos na “Revolta dos Marinheiros”, fez parte dos que estrearam o Campo e subsistiu nele durante 16 longos anos, até setembro de 1952. Alguns textos do seu livro “No Tarrafal, prisioneiro”, foram elaborados, segundo palavras escritas pelo próprio, em 1961, nove anos depois de ter regressado do Campo de Concentração do Tarrafal, mas quando a obra vem a público é notória a revisão que foi efetuada ao discurso após 1974, pois são-lhe introduzidas narrações tocantes a factos que só ocorreram depois do 25 de Abril.

O prefácio do livro de Joaquim Ribeiro é elaborado pelo seu prestigiado camarada Francisco Miguel que nos deixa a “Explicação necessária” sobre a importância da contribuição de mais este testemunho para o conhecimento do que foi o Campo do Tarrafal. A obra inicia com uma nota sobre a reedição, que acontece após terem passado precisamente de 70 anos sobre a abertura do Campo de Concentração do Tarrafal. O apontamento é escrito pelos filhos de Joaquim Ribeiro em homenagem ao pai e a todos os jovens que participaram na “Revolta dos Marinheiros”, o tributo também se estende à mãe e nela englobam todas as mulheres que de forma anónima, direta ou indiretamente, contribuíram «para o êxito da luta que durante quase meio século foi travada no nosso país pela liberdade, a democracia e a paz» (Ribeiro 2006, 8).

No livro, o autor recapitula apenas, e superficialmente, alguns dos momentos mais relevantes que se passaram durante a sua clausura no Tarrafal e sempre na perspectiva do Partido Comunista. Talvez por esse motivo, apesar de ter assistido à morte dos 32 companheiros que faleceram no campo só os episódios que envolveram as mortes de Alfredo Caldeira e de Bento Gonçalves sejam contados, sem esquecer a exortação aos membros do partido como os verdadeiros combatentes, os que lutaram heroica e tenazmente contra o Salazarismo. Para o autor, no Tarrafal, os comunistas foram «os melhores exemplos de firmeza e honestidade, que nunca se bandearam por preço nenhum» (Ribeiro 2006, 41). Além do apontado, as últimas 10 páginas do livro extrapolam o tema abordado para enfatizarem uma reflexão de doutrina comunista.

Figura 8 – Retratos de Joaquim Ribeiro.



Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/22/4254

Pedro Soares (1915-1975)

As Edições Avante publicaram pelo menos seis autobiografias prisionais da autoria de tarrafalistas militantes do Partido Comunista Português, três deles integrantes da leva que inaugurou o Campo, em outubro de 1936, e cujos testemunhos são polarizados pela mesma categoria discursiva, sempre na defesa do prestígio do Partido. Em 1975, a seguir à morte accidental de Pedro Soares, é reeditado pelas Edições Avante sob forma de livro o “Tarrafal: Memórias do Campo da Morte Lenta” escrito por este incansável e destacado dirigente do Partido Comunista.

Pedro Soares tinha 21 anos de idade quando chegou ao Tarrafal em Outubro de 1936 e fez parte do grupo de presos que regressou ao continente, na sequência da amnistia de 1940. Uma vez em liberdade retomou a luta antifascista e voltou a ser detido em 1943, sendo novamente deportado para o Campo do Tarrafal onde cumpriu mais três anos de pena. Detentor de uma vasta cultura, entregou-se de corpo e alma à luta revolucionária, desenvolvendo uma intensa atividade partidária em Portugal e no estrangeiro. O seu livro sobre o Campo do Tarrafal inicia com a reconhecida saudação de Álvaro Cunhal:⁹

Feliz o Partido que ao fazer o balanço da vida dos seus militantes mortos, pode dizer de um, de Pedro, que em 60 anos de vida, consagrou mais de 40 à luta revolucionária, que foi preso e torturado várias vezes e sempre suportou estoicamente a prova, que passou 12 anos na prisão, que duas vezes se evadiu para voltar à luta, que passou longos anos de vida clandestina e que sempre esteve pronto a executar as tarefas que lhe foram confiadas e a executá-las com a dedicação, com a coragem, com a firmeza, com a alegria daqueles que na luta nada pretendem para si próprios, pois apenas pretendem servir o povo e o país.

Como “Nota Prévia”, Francisco Miguel, explica que o texto foi elaborado por Pedro Soares após o seu primeiro regresso do Tarrafal em 1940 e que, já nessa altura, tinha sido publicado na clandestinidade pelo Avante.

Apesar de pouco denso, as 76 páginas do livro repartem-se por quatro capítulos, que resumem através de uma linguagem clara e precisa, as informações essenciais sobre o

⁹ Texto retirado do discurso pronunciado por Álvaro Cunhal no funeral do Pedro Soares e da sua companheira Maria Luísa Costa Dias, em 13 de maio de 1975.

funcionamento e a natureza dos acontecimentos durante os primeiros e piores anos de repressão dentro do Campo.

Figura 9 – Retrato de Pedro Soares.



Fonte: Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/2/358

Gilberto de Oliveira (1915-1982?)

Em setembro de 1987 foi publicado o livro “Memória Viva do Tarrafal” escrito por Gilberto de Oliveira, importante dirigente das Juventudes Comunistas que começa a conhecer as prisões do Estado Novo logo em 1933. Em liberdade, integrou a delegação do PCP que participou no VII Congresso da Internacional Comunista¹⁰ e no VI Congresso da Internacional Juvenil, ambos realizados na cidade de Moscovo em 1935. De regresso a Portugal, é novamente capturado e virá a fazer parte do primeiro grupo de revolucionários enviados para o Campo do Tarrafal, de onde só saiu, após a amnistia de 1945, em janeiro de 1946.

¹⁰ O VII e último Congresso Mundial da Internacional Comunista (Komintern) ocorreram entre 25 julho a 20 agosto de 1935 na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, sob a orientação de Stalin discutiram-se vastas matérias críticas e definiram-se táticas e orientações adequadas ao fortalecimento do Partido.

Na sua obra, Gilberto de Oliveira, tece duras críticas ao livro de Acácio Tomás de Aquino, devido à exposição dada às lutas internas entre os prisioneiros no Campo, especialmente no que se refere à cisão ocorrida entre os comunistas. Ao tomar a forma de contraponto crítico, tem ainda o efeito de evidenciar a discórdia existente no rumo a dar às próprias memórias dos acontecimentos passados no Campo. Na introdução do livro, o autor ataca a posição dos libertários, procurando mesmo descredibilizá-los com o argumento de que, no Campo, o inimigo comum dos revolucionários eram os algozes e que, por isso, seria despropositado dar destaque às querelas que se passaram entre os encarcerados.

Edmundo Pedro desconfia dos motivos de Gilberto de Oliveira. Assinalando que o livro está escrito “com a «linguagem de pedra» típica do jargão comunista, especula que constituirá uma tentativa deste se reabilitar aos olhos da direção do partido de onde tinha sido expulso» (Pedro 2009, 517) em 1952, tal como aconteceu a outros tarrafalistas do Partido que defendiam uma linha mais moderada de "transição pacífica" à imposta pelo então dirigente do PCP. Sem qualquer respeito nem reconhecimento pelo seu percurso de resistente antifascista, Gilberto de Oliveira é nessa altura, impiedosamente atacado com ofensas ao seu carácter e cunhado de “provocador e traidor de duas caras”.¹¹

Gilberto de Oliveira esclarece em “nota prévia” que o seu livro surge como um dever que se impõe e, malgrado o modo como for acolhido, defenderá sempre o seu direito de intervir democraticamente na vida política nacional através das suas opiniões. O livro, que comporta oito capítulos, começa por explicar a natureza do regime desde o “golpe” de 28 de Maio de 1926 e, seguidamente, contextualiza os motivos adjacentes à instalação de um campo de concentração no Tarrafal e a quem este se destinou, descrevendo o funcionamento da instituição prisional, as tentativas de fuga e os castigos na “frigideira”, assim como a resistência dos prisioneiros e o alimentar da esperança. Por fim, Gilberto de Oliveira pretende justificar os conflitos ocorridos entre os elementos da Organização Comunista do Tarrafal (OCPT) e, como resultado, acaba por aprofundar a questão das

¹¹ Um exemplo é o Órgão teórico do Comité Marxista-Leninista Português - Estrela Vermelha Nº 10 de dezembro de 1971, que edita um comunicado datado de novembro de 1952 com o título: “As Duas Caras de um Provocador” respeitante a Gilberto de Oliveira que demonstra claramente os métodos de depuração do Partido em relação aos militantes que tentam escapar ao seu controlo.

divergências entre os revolucionários e tocar em vários tópicos importantes para a compreensão do problema.

Figura 10 – Retratos de Gilberto de Oliveira, libertado em 1946.



Fonte: Biografia Prisional com o código de referência: (PT/TT/PIDE/E/010/1/70)

Gabriel Pedro (1898-1972)

Caso inédito é a edição das memórias de Gabriel Pedro em 2015, uma vez que os textos originais grafados por este conhecido lutador antifascista ficaram confiscados pelo Partido Comunista durante 42 anos. Segundo o seu filho, Edmundo Pedro, e pelo conhecimento que nos chega através dos testemunhos de outros tarrafalistas, muitos foram os episódios polémicos que Gabriel Pedro protagonizou durante a sua estadia no Campo do Tarrafal, nomeadamente a respeito da perseguição que lhe era movida pelos carcereiros e também pelos camaradas de Partido devido à discórdia que manifestava em relação às linhas de atuação seguidas pelos dirigentes da OPCT, conflitos que o levaram a afastar-se da organização, mas nunca do Partido ao qual se manteve fiel e militante ativo até ao fim dos seus dias. Pela sua rebeldia, foi expulso do PCP em 1953, reintegrado, afastado, suspenso, mas sempre disponível para integrar as mais ousadas iniciativas clandestinas do Partido. Eis como o seu filho caracteriza a intensidade com que militava no Partido:

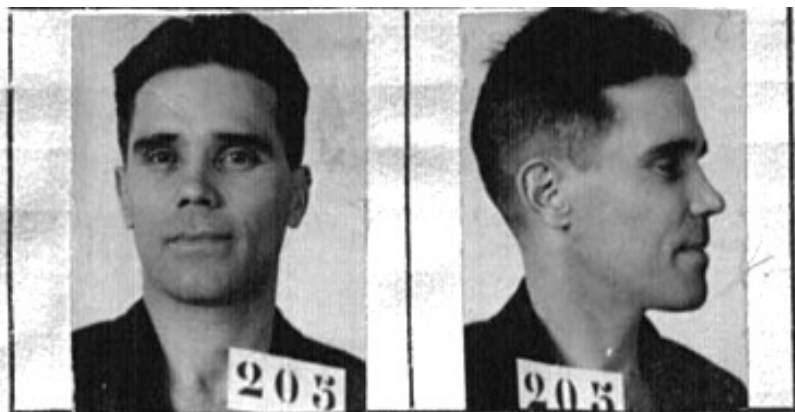
O Gabriel Pedro era dotado de uma forte personalidade. Foi um homem de grandes paixões. Aspirava ao absoluto. Dizia e escrevia, sem ambiguidades, o que pensava. Por isso a sua vida foi, como membro ativo do PCP, mesmo depois de sair do

Tarrafal, extremamente atribulada. Entrou e saiu do Partido várias vezes. Mas morreu como militante comunista, a despeito das muitas críticas que lhe fazia. Permaneceu-lhe religiosamente fiel até ao fim da sua vida de eterno perseguido. (Pedro 2009: 466).

Exilado em França, na altura em que faleceu encontrava-se em Argel na companhia de Manuel Alegre, a quem confiou as memórias que escreveu para as entregar ao seu filho Edmundo Pedro. Mas, «as precauções que tomara, para evitar que o manuscrito fosse parar às mãos do seu partido, revelar-se-iam inúteis. Após a sua morte o Partido apoderar-se-ia dele indevidamente. Impedira assim a concretização do seu desejo de que as suas memórias fossem publicadas» (Pedro 2009, 150).

Após décadas de disputa travada entre o PCP e Edmundo Pedro pela legitimidade da posse das memórias de Gabriel Pedro, quebra-se o silêncio com a publicação da obra intitulada “Acontecimentos Vividos”. O livro conta 167 páginas, permeadas com fotos, recortes de jornais e outras imagens, o testemunho sobre os nove anos e três meses que Gabriel Pedro passou encarcerado no Tarrafal reduz-se a 19 páginas. Quanto ao teor, a sua narração é tão apoucada e grosseira que torna suspeito o propósito com que o livro foi publicado. Em suma, a narrativa não oferece garantias de reconstituição, ou seja, nada assegura que o livro respeite fielmente os manuscritos produzidos por Gabriel Pedro a respeito das tribulações do seu percurso de vida e de resistência. Por isso e também por não propiciar mais informações úteis à investigação, entendeu-se suspender a verosimilhança do testemunho e com isso justificar a exclusão da obra do “corpus empírico”.

Figura 11 – Retratos de Gabriel Pedro.



Fonte: Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/1/71

Miguel Wager Russell (1908-1992)

Miguel Wager Russell filiou-se no Partido Comunista em 1931 onde veio a ocupar cargos de destaque: em 1932 assumiu o cargo de dirigente da Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional (SVI); depois, o de responsável da Organização Revolucionária da Armada (ORA); e, mais tarde, o de coordenador do comité central do Partido Comunista. Preso em abril de 1937, depois de passar pelo Aljube é deportado para o Campo do Tarrafal onde chega na 2.^a leva, em 12 de Junho de 1937, aí ficando até janeiro de 1946 por fazer parte da lista dos amnistiados de 1945.

Os nove anos que Russell passou no campo do Tarrafal, são evocados em “Recordações dos Tempos Difíceis”, começadas a escrever em 1973, ou seja, 36 anos após ter sido encarcerado no Tarrafal. O autor explica que as razões dessa espécie de moratória são de foro pessoal, não excluindo, obviamente, a perseguição e a repressão policial e judicial que proibiam qualquer forma de expressão pública contra a imagem fabricada pelo regime do Estado Novo. Por este motivo, confessa que a «memória amolecida pelos anos, e a carência de dados escritos, aconselhavam-no a um prudente silêncio» (Russell 1976, 13). Ainda assim, percebendo a importância de deixar o seu testemunho pessoal para o futuro, decidiu romper com o silêncio e narrar o que vivenciou conforme as lembranças que tinha dos modos de funcionamento do Campo e dos episódios que mais o marcaram durante a clausura. Todavia, argumenta que a idade e a inexperiência literária em vez de o retraírem, ainda o estimularam a empreender a aventura de escrever a crónica dos anos difíceis que passou no Tarrafal.

Ao longo dos nove capítulos que compõem o livro, o autor aflora, ainda que superficialmente, diversas situações, nomeadamente a caracterização de todos os diretores do Campo, as mortes dos companheiros que mais o impressionaram, as tentativas de evasão, a importância que os animais de estimação tinham para os presos, a existência de casos de “loucura” no acampamento e confirma os conflitos entre as organizações políticas, especialmente os causados pelo inesperado pacto germano-soviético sem, no entanto, lhes atribuir demasiada importância, pois, na sua opinião, estas controvérsias pontuais nunca colocaram em causa a unidade existente entre os “resistentes”, que sempre se mantiveram firmes face aos ataques dos carcereiros.

Também não escapa a esta memória o papel importante da Direção Partido que, mesmo na prisão, foi decisiva para a consolidação e alargamento da influência do Partido Comunista a nível nacional, alegando que tal resultado se deveu à «reorganização que sofrera com base na ampla e demorada crítica interna levada a cabo em 1940, no Tarrafal» (Russell 1976, 105).

Figura 12 – Retratos de Miguel Wager Russell, libertado em 1946.



Fonte: Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/33/6499

Francisco Miguel (1907-1988)

Além das obras mencionadas que foram dedicadas à experiência de resistência dos militantes comunistas no Tarrafal, também Francisco Miguel conta com dois livros autobiográficos. O primeiro faz parte da coleção “Os Comunistas” editado em 1977 pela “Opinião” e intitula-se “Francisco Miguel, Uma Vida na Revolução”, o prefácio foi escrito pela sua camarada Margarida Tengarrinha, que o define e reconhece do seguinte modo:

Nenhum outro revolucionário português conheceu, como Francisco Miguel, todas as prisões políticas do fascismo. Poucos terão experimentado, como ele, todos os tipos de tortura, desde os espancamentos mais brutais à “frigideira” do Tarrafal, desde os “segredos” do Aljube à estátua e à tortura do sono na sede da polícia política situada na Rua António Maria Cardoso. Foi também o preso político que maior número de vezes se evadiu das cadeias fascistas. Fugiu quatro vezes, sempre para regressar ao seu posto de combate. (pp. 5-6).

Francisco Miguel aproveita o preâmbulo do livro para apresentar “uma explicação” sobre os motivos que o levaram a escrever as suas memórias para serem publicadas, consciente que «Um só ex-presos não poderá dizer tudo, mas poderá dizer alguma coisa» (p. 9) e, só então, expõe cronologicamente a sua história de vida. Destaca os lugares de infância e de juventude, “De Baleizão a Serpa”, que terão sido determinantes para o despertar da sua consciência política e, a partir daí, decidir tomaria um lugar na luta social na qualidade de militante do Partido Comunista.

Os desafios que se apresentavam à sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século XX, exigiram dos revolucionários uma luta constante e, para muitos, a clandestinidade e as prisões. Francisco Miguel Duarte foi o exemplo da perseguição e opressão que os militantes do PCP sofreram até Abril de 1974, ao todo passou 21 anos e dois meses da sua vida nas prisões do Estado Novo. Chegou pela primeira vez ao Campo do Tarrafal em 28 de junho de 1940 e saiu em 23 de janeiro de 1946 por fazer parte do grupo de presos amnistiados. De regresso ao continente, manteve-se politicamente operante, voltando a ser detido e levado para o Forte de Peniche. Daí tentou a fuga juntamente com outro camarada e voltou a ser capturado. Como resultado, em janeiro de 1951 é novamente deportado para o Tarrafal e desta vez, vai-se manter no Campo até ao encerramento em janeiro de 1954. No livro “Francisco Miguel, Uma Vida na Revolução” o autor conta, com algum pormenor, o que experienciou nas duas estadias no Tarrafal, acabando por fornecer informações importantes e exclusivas sobre o quotidiano prisional nos últimos quatro anos de funcionamento do Campo.

Anos depois da publicação da autobiografia de Francisco Miguel acima mencionada, pela importância que seu testemunho de militante toma para o PCP em 1986 é novamente retomada pela Editorial Avante. Fernando Correia recolheu vários depoimentos redigidos e orais de Francisco Miguel, também conhecido no meio político por Chico Sapateiro, e organizou-os com o objetivo de reconstruir o seu itinerário de vida que irá expor ao longo dos sete capítulos que constituem o livro divulgado sob o título de “Francisco Miguel: Das Prisões à Liberdade”.

A narrativa seguida no testemunho de vida de Francisco Miguel tem uma dimensão vincadamente política, a sua identidade é usada como protótipo para o militante exemplar que coloca a vida ao serviço da luta por uma sociedade nova. Sobre a experiência vivida

nas duas vezes que foi deportado e preso no Tarrafal, o pouco que é revelado em apenas 10 páginas do livro, acaba por ser uma repetição do já mencionado na sua primeira autobiografia.

Figura 13 – Retratos de Francisco Miguel.



Fonte: Biografia Prisional com o código de referência: PT/TT/PIDE/E/010/47/9302

Tarrafal: Testemunhos

Parte dos que estiveram encarcerados no Campo do Tarrafal tornaram claro que aguardavam por uma Justiça que não chegava e reclamavam o reconhecimento dos que, supliciados no Tarrafal, sofreram e dos que deram a vida no combate travado contra o autoritarismo do Estado Novo português. É nesta linha que 24 sobreviventes do Tarrafal pertencentes ao Partido Comunista - Aníbal Bizarro; António Dinis Cabaço; António Gonçalves Coimbra; Armando Martins de Carvalho; Armindo Amaral Guimarães; Augusto Costa Valdez; Francisco Miguel; Henrique Ochseberg; João Faria Borda; João Rodrigues; João da Silva Campelo; Joaquim Amaro; Joaquim Gomes Casquinha; Joaquim Ribeiro; José Barata Júnior; José Gilberto Florindo de Oliveira; José Neves Amado; José Santos Viegas; Josué Martins Romão; Manuel Baptista dos Reis; Manuel da Graça; Miguel Wager Russell; Oliver Branco Bártolo e Reinaldo de Castro - se reuniram para elaborar um trabalho conjunto que, sob a coordenação de Franco de Sousa, é publicado em 1978 pelo

editorial Caminho com o nome de “Tarrafal: Testemunhos”, constituindo a fonte de informação mais abrangente sobre o decorrer dos acontecimentos no espaço de tempo em que o estabelecimento prisional funcionou para os presos políticos do continente, disponibilizando dados relativos às modalidades de resistência antifascista geradas no Campo do Tarrafal que muito contribuem para o entendimento do fenómeno.

Dossier Tarrafal

Ainda em 2016, para assinalar o 70.º aniversário da criação do Campo de Concentração do Tarrafal, as Edições Avante! Divulga o “Dossier Tarrafal”. A obra contém vários artigos do jornal Avante! e alguns documentos inéditos como, por exemplo, cartas que foram trocadas clandestinamente entre a Direção do PCP e a Direção da OCPT, onde constam informações sobre os militantes expulsos da organização dentro do Campo, e, também vários testemunhos de tarrafalistas sobre a vida prisional mas, cujas informações, pouco acrescentam ao já espelhado na obra “Tarrafal Testemunhos”.

Sobre esta obra, Edmundo Pedro também comenta a reprodução das cartas enviadas pela organização comunista do Tarrafal à direção nacional do PCP e pondera que apesar da informação nelas contidas ser no essencial verdadeira também é manipulada através da omissão de alguns factos e da exaltação de outros que sirvam para destacar, «como sempre, a especial coragem dos comunistas perante a polícia» (Pedro 2009, 535).

Observações sobre as memórias escritas pelos militantes do PCP

As várias memórias escritas por tarrafalistas militantes do PCP demonstram uma visão do mundo turvada pelos imperativos morais da militância, o que não invalida que cada autobiografia prisional, na sua especificidade, represente «sempre uma história única, mas essa história que individualiza a história social coletiva de um grupo ou de uma classe, é ao mesmo tempo o produto e a expressão dessa classe» (Albarelo et al, 2011, 42). Do mesmo modo, as narrativas produzidas sobre as experiências de clausura que os membros do Partido viveram no campo de concentração do Tarrafal, são condicionadas por uma razão política que as distinguem das demais por não se focarem nos interesses ou méritos de um “eu” individualista mas serem cuidadosamente modeladas como experiências

partilhadas dentro do Partido. Deste modo, com ênfase no “nós,” o Partido – não só em referência à Organização Comunista Prisional do Tarrafal ou ao Partido Comunista Português, mas no seu sentido mais amplo, universal –, as obras que foram publicadas prosseguiram o mesmo fito de se tornarem, indubitavelmente, num instrumento de luta política e, neste aspeto, não diferem das produzidas pelos libertários. Estrategicamente, comunistas e libertários, não se limitaram a denunciar os nomes dos carcereiros e a registar os métodos de repressão e as violências cometidas intencionalmente pelo governo de Salazar contra aqueles que considerava serem uma ameaça para o Estado Novo; no mesmo passo, os discursos divulgados por uns e por outros, contribuíram em larga escala para o discurso que solidificou a memória coletiva da resistência prisional no Campo do Tarrafal.

O agregado de memórias publicadas ganhou expressão e do seu enunciado germinou uma identidade coletiva para os tarrafalistas, constatando-se que a «memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade» (Pollak 1992, 6) e que, no caso, funde-se com a versão fabricada pelo Partido Comunista, o que pode ser justificado pelo protagonismo que os elementos pertencentes a este organismo político usufruíram, na sociedade portuguesa, após a Revolução de Abril. Tal como Honneth (2011) menciona, a interpretação dos objetivos sociais predominantes, num dado período histórico, está dependente «de que grupos sociais conseguem interpretar publicamente as suas próprias prestações e formas de vida como particularmente valiosas» (Honneth 2011, 172).

A interpretação que os membros do partido comunista fazem dos acontecimentos que viveram no campo, valoriza e concentra no Partido as capacidades revolucionárias da luta contra o Estado Novo, monopolizando a notoriedade e o capital da resistência antifascista. O esforço dos anarcossindicalistas em disputarem as interpretações elaboradas pelo Partido acabou por as reforçar na sua essência, pois as divergências ressaltadas na interpretação dos acontecimentos incidem apenas quanto à forma como cada uma das organizações prisionais planeou a sua ação de “resistência” e nunca a respeito da conceção heroica com que os “resistentes” objetaram a opressão vivida durante o cárcere no Campo. A partilha das mesmas conceções por ambas as organizações, implicava objetivos, preocupações e pensamentos comuns que, davam consistência ao grupo dos “resistentes”. Considerando a linha de pensamento sociológico que Halbwachs (1990) desenvolveu sobre a memória coletiva, num contexto social o elemento estável que confere permanência a um grupo é, exatamente, a existência de uma corrente de pensamento comum a todos os seus

membros e, é a partir desse elemento estável que os indivíduos são recordados e os acontecimentos de outrora reconstruídos, permitindo concluir que a formação das memórias individuais resulta de um processo coletivo.

Sobre o trabalho de enquadramento das memórias, também Pollak (1989) observou que a interpretação do material fornecido pela história oferece um quadro e pontos de referências que possuem a função, de manter a coesão interna entre os elementos de um grupo e a defesa das fronteiras daquilo que lhes é comum, procurando a justificação através da reinterpretação dos acontecimentos do passado com a introdução de elementos do presente escolhidos, especialmente, em função dos “combates do presente e do futuro”.

Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. (Pollak 1989, 10).

A coerência dos discursos que foram produzidos pelos tarrafalistas, todos eles pertencentes ao grupo dos “resistentes”, tem sido expostas a inúmeras reinterpretações das experiências carcerais mas, em todos os casos, é consensual a vinculação da grandeza prisioneira à resistência política e todos os testemunhos se reconhecem nesse quadro de referência. Com isso, a memória coletiva mantém a estabilidade do significado atribuído ao sofrimento que os presos políticos suportaram no Campo do Tarrafal, perpetuando-se ao longo do tempo a imagem que deles é realçada pelo exemplo de resistência e pelo sentido da luta antifascista que é dado à identidade dos tarrafalistas.

CAPÍTULO 3: DEFININDO O CAMPO DO TARRAFAL

1. Tarrafal: A Versão Oficial e a versão de Quem Vivenciou os Factos

O fascismo é um sistema político estatal surgido com os regimes totalitários e as ditaduras emergentes na primeira metade do século XX, revelando-se um processo ideológico inédito na experiência histórica da Europa Ocidental. Em Portugal, o Estado Novo constituiu-se como um regime conservador e autoritário pela mão de Salazar, vigorando desde a aprovação da Constituição em março de 1933 até ao golpe de Estado em Abril de 1974.

Durante o período de afirmação do salazarismo é decretada a feitura de uma “colónia penal” na Vila do Tarrafal, situada numa região específica da Ilha de Santiago no arquipélago de Cabo Verde, com capacidade para internar entre 500 a 600 presos políticos oriundos do continente. Os diplomas legais exprimiram os propósitos e regulamentos da “colónia penal” conforme estampado nas páginas do Diário do Governo, mas a verdade é que seu funcionamento, entre 1936 e 1954, não pode ser desassociado das condições históricas e políticas envolventes. Neste sentido, todos os testemunhos deixados pelos presos que por lá passaram são coincidentes em acusarem a falácia da documentação oficial, tudo decorreu de uma operação de cosmética para evitar as reações da opinião pública nacional e estrangeira. Com conhecimento direto dos factos, os tarrafalistas, demonstraram o arbítrio e a violência como instrumento das políticas de desumanização praticadas no estabelecimento prisional. É através destas narrativas que se pretende analisar os argumentos que fundamentaram a representação da prisão do Tarrafal como um campo de concentração apropriado à eliminação dos adversários políticos do Estado Novo.

Ainda hoje há quem levante a polémica sobre a classificação da colónia penal do Tarrafal como um campo de concentração. Argumenta-se que a conotação terá interessado

aos opositoristas de Salazar por servir de propaganda antirregime. Também se aventa, com intuitos obviamente desvalorizadores, a dimensão do fenómeno por comparação com outros campos de concentração europeus. Este é o tipo de discussão que justamente não se pretende empreender. Se polémicas e comparações contam, contarão especialmente como aspetos da construção social do campo do Tarrafal que ao mesmo tempo permeiam e são permeados pelos relatos que nos interessam sobremaneira analisar, dos prisioneiros que foram expostos à sevícia institucionalizada que o Tarrafal representou.

Não sendo um assunto pacífico, o que aqui se apresenta dialoga com e ressalta a representação que os presos produziram a propósito do estabelecimento penal do Tarrafal. O dispositivo analítico favorecerá um cotejo direto, de base documental, entre os articulados do Decreto-Lei que institui a Colónia Penal do Tarrafal e o teor das narrativas que alguns dos tarrafalistas produziram a respeito da sua experiência concreta no interior do campo. À luz da perspectiva microssociológica e construtivista, foram mobilizados alguns conceitos elaborados por Erving Goffman e por Michel Foucault, enquanto ferramentas analíticas para a compreensão do funcionamento e do impacto que o estabelecimento prisional representou na vida dos encarcerados.

Atentando à abordagem de Foucault (1999) sobre as estratégias políticas e governamentais desenvolvidas para o controlo das relações de poder que enredadas em formas de conhecimento, onde se inclui o aparelho jurisdicional que define, codifica e aplica as leis como verdades, e consequentemente estabelece as normas e os alvos das sanções. É porém, nesses múltiplos focos de poder que surgem os saberes que se opõem, que resistem e, ainda que fragmentados no tempo e no espaço, esses pontos de resistências materializam-se em episódios plurais e bem diversos, mas que «não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder» (Foucault 1999, 91). Admitindo tais critérios para apreciação dos modos operativos que o Estado Novo utilizou na contenção do contra poder, desarticulando as organizações revolucionárias e paralisando os que se opunham ao autoritarismo do regime, toma-se aqui o caso específico do campo prisional do Tarrafal como um instrumento consagrado às práticas repressivas do Estado e que vão da privação da liberdade até à transformação da conduta dos reclusos através da aplicação de técnicas e procedimentos disciplinares que atuam sobre o corpo, moldando-o aos objetivos do governo, neste caso para o tornar inútil, submisso e dócil através do enfraquecimento de toda a resistência física e moral.

1.1. Um novo regime, um “Estado Novo” que não tolera oposição

Et pour cause, o Estado Novo orgulhava-se de seguir uma política corporativa inédita, graças à qual o país real e o país legal deixariam de se divorciar. O estado, na visão idílica do Estado Novo, passaria a ser a “Nação Organizada” com uma “nova constitucionalidade”, um novo paradigma para um “Estado Novo”, capaz de superar as crises económicas e sociais através da aplicação de políticas austeras e totalitárias. Mas para que a nova ordem se estabelecesse e vingasse, não bastaria o apoio de uma elite conservadora preparada para desempenhar com rigor e lealdade as mais elevadas funções públicas, da polícia política e do exército. A par, era necessário escudar o Estado Novo e a dominação totalitária que o caracterizava de robustez institucional e moral que, entre o mais, prevenisse acusações de apropriação sectária do bem comum. A ênfase conferida à dimensão moral e o reportório de justificações adotado em nome da “grandeza nacional”, alienada nos anos instáveis da I República, estão na origem da recuperação das tradições e da ancestralidade que passam a funcionar como guia de conduta que todos devem observar.

O Estado só pode ser Novo se, inscrito nesses valores, abdicar de discutir, adotando uma ordem política e moral que precisamente repele controvérsias morais em torno, desde logo, da natureza e das funções do Estado. Para garanti-lo, o governo enquanto campo estratégico instituiu um obscuro mecanismo e dispositivos de controlo político em que avultava a aniquilação das liberdades públicas e o banimento dos partidos políticos e da oposição organizada. O lote de decretos aprontados introduziu o corporativismo económico (nomeadamente o da fascização dos sindicatos) e a unificação das corporações de polícia,¹ dando lugar à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), devidamente armada para sufocar a previsível contestação dos movimentos políticos e sindicais da oposição às medidas legislativas mais emblemáticas do regime – o que viria a acontecer logo em 18 de Janeiro de 1934, como reação ao decreto da extinção dos sindicatos livres.

O Decreto-Lei n.º 23203 de 6 de novembro de 1933, vem regulamentar os modos de punição dos delitos políticos e das infrações disciplinares de carácter político. Para este fim, instituiu-se um Tribunal Militar Especial (TME) como dispositivo de classificação e

¹ Através do Decreto-Lei Nº 22992 de 29 de agosto 1933, são unificadas a Polícia de Defesa Política e Social e a Polícia Internacional, originando a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado.

juízo. As penas de suspensão do direito à liberdade variavam consoante o envolvimento nos atos que constituíam o crime de rebelião e podiam culminar com a execução da pena de prisão maior, com o encarceramento no local de desterro, que, será “cumprida em recinto fortificado ou colónia penal estabelecida em uma ilha das colónias, exclusivamente destinada a tal fim, à escolha do governo”.

1.2. Movimentos da oposição às políticas do Estado Novo

Como reação coletiva à privação de reconhecimento legal (ou político-administrativo), os movimentos operários organizados pelos Sindicatos – CGT de cariz anarcossindicalista; a Comissão intersindical (CIS) afeta ao partido comunista; a FAO Federação das Associações Operárias de Lisboa pelos socialistas e outros sindicatos autónomos – fazem-se representar por delegados num “Comité de Unidade” onde acabam por fixar o dia 18 de janeiro, uma quinta-feira, para desencadarem, em simultaneidade, uma greve geral e ações insurrecionais em vários pontos do país com o propósito de «desarticular o aparelho repressivo ou levar o regime à beira de uma crise» (Aquino *et al.* 1978, 71), mas que acabaram por não serem isentas de incidentes e de dificuldades resultantes das enormes divergências que separavam as organizações laborais. Conhecendo antecipadamente as intenções do evento, o executivo do Estado Novo aproveitou o momento do conflito para deter, de uma assentada, os principais dirigentes sindicais e os líderes dos movimentos da oposição, além de muitos outros que aderiram ao movimento, ao mesmo tempo usaram a situação como pretexto para agudizar os métodos coercivos da ditadura. Reprimida a “insurreição”,² os envolvidos foram qualificados como inimigos da moral pública e da ordem social, ficando vinculados ao julgamento do TME que os vai condenar e classificar oficialmente como presos políticos e sociais. Após os julgamentos, os declarados como responsáveis ou os mais interventivos na preparação do Movimento Operário seguiram para as prisões especiais do continente, destinadas a delinquentes políticos, e posteriormente para o degredo nos Açores.

² O movimento insurrecional, ficaria conhecido para história como o “18 de Janeiro”.

Em função do desterro para o Forte de S. João Baptista nos Açores e, dois anos mais tarde, para o Tarrafal, os presos ficariam privados da visita dos seus familiares durante anos, por causa da distância e da falta de recursos financeiros, e impedidos de se corresponderem livremente com o exterior, em virtude da rigorosa censura exercida sobre todo o correio expedido ou recebido, com frequência totalmente rasurado ou apreendido. O Depósito de Presos de Angra do Heroísmo anteciparia a experiência concentracionária que “os tarrafalistas” posteriormente viveriam. De facto, aí as próprias dinâmicas de resistência habituais nas prisões do continente - cantos revolucionários, greves de fome e planos de fuga – são fortemente reprimidas, sendo toda a ação revolucionária, uma vez detetada, severamente punida. Ainda assim, como sucederia depois no Campo do Tarrafal, ela nunca é extinta. Ganha, outrossim, um cunho mais silencioso e invisível.

É em 23 de abril de 1936 que a Presidência do Conselho pública no Diário do Governo o diploma que anuncia a instalação imediata de uma colónia penal para os presos políticos e sociais, situada no Tarrafal. Esta medida governamental já vinha a ser projetada, especialmente desde o Movimento Operário do 18 de Janeiro de 1934, para resolver a urgência em alojar os opositores políticos mais incómodos, mas a sua adoção e implementação acabou por ser precipitada pela ação praticada pelos marinheiros integrados na Organização Revolucionária da Armada (ORA) no dia 8 de setembro de 1936. Nessa data, apoderaram-se do navio “Afonso de Albuquerque” e do contratorpedeiro “Dão” e tentaram sair do Tejo,³ prosseguindo dois objetivos: protestar contra o apoio que Salazar propiciava ao general Franco no decorrer da Guerra Civil de Espanha e evitar o total desmantelamento da ORA, cuja direção fora capturada em 1935, exigindo a libertação e reintegração dos marinheiros que sofreram novas e recentes prisões. Bombardeados a partir dos Fortes de Almada e do Alto do Duque, as embarcações foram atingidas pelos projéteis. Resultado, alguns mortos, vários feridos, dezenas de marinheiros punidos e condenações das quais 34 iriam ser cumpridas com a deportação para o Tarrafal. Eis o corolário final desta aventura, conhecida como a “Revolta dos Marinheiros”, que levou à desarticulação de uma das mais importantes organizações clandestinas do PCP nas Forças Armadas.

³ Outro navio, o “Bartolomeu Dias”, manteve-se imóvel devido a avaria.

Após as malogradas ações dos movimentos da oposição, os seus protagonistas foram diabolizados de modo a justificar que a ditadura nascente em Portugal pusesse em prática a solução para aniquilar as estruturas operárias e antifascistas e eliminar fisicamente os seus opositores mais ativos. Ressalvando as especificidades próprias de cada caso, as políticas repressivas dirigidas a “grupos-alvo” são típicas dos regimes autoritários, podendo polarizar-se em diferentes critérios: étnicos, como foram os exemplos dos judeus, dos negros, dos ciganos e demais; de orientação sexual, visando tipicamente os homossexuais; religiosos, apontando a profissões de fé divergentes; e propriamente políticos, eliminando a dissidência política. De resto, estes, na História do séc. XX, foram os mais transversais. Em Portugal, como na Europa, durante o tempo das ditaduras, os principais afamados como “inimigos do Estado” foram os militantes comunistas e os libertários, mas também não podem ser esquecidos os republicanos, especialmente os reviralhistas e outros democratas que partilharam o mesmo destino.

Numa fase em que o regime salazarista já concluiu que tais “inimigos do Estado” são um perigo para a estabilidade social e que estão empenhados em lutar pela sua causa até às últimas consequências, não servem sequer para o propósito de extorquir informações sobre as atividades subversivas da oposição. Neste caso, tais sujeitos terão de padecer até quebrar a resistência demonstrada e, conforme explícito no Decreto-Lei n.º 26643 de 28 de maio de 1936, que regulamenta a nova “Organização Prisional”, é-lhes destinado o encarceramento num estabelecimento especial, instalado numa colónia do ultramar e em ilha pouco povoada para facilitar a vigilância e a severidade da disciplina bem como, tornar improvável a evasão. Para tanto, estes criminosos políticos vão ser usados como «cobaias no laboratório que iria ser o Tarrafal» (Oliveira 1987, 70).

A construção da “Colónia Penal” no Tarrafal, teve o parecer positivo do Prof. José Beleza dos Santos, catedrático de Coimbra e responsável pela elaboração do diploma de Reforma da Organização Prisional de 1936 destinado ao aperfeiçoamento dos processos e das modalidades de execução das penas privativas da liberdade. Entretanto, na oratória da Presidência do Conselho do Governo – expressa no Decreto-lei n.º 26539⁴ - tratava-se de um “simple estabelecimento penal pertencente ao sistema da metrópole”, planeado de

⁴ Fonte: Diário do Governo - 1.ª Série, nº 94, de 23.04.1936, Pág. 445.

forma transparente e respeitando os melhores critérios para um regime de internamento humano. Objetando, os testemunhos escritos deixados pelos tarrafalistas vão todos no mesmo sentido: a vida e as práticas reclusivas no Campo de Concentração do Tarrafal não se assemelhavam minimamente ao preâmbulo ideológico-normativo que serviu de suporte ao Decreto-Lei, ou ao encaixe político-administrativo que lhe era, por este, conferido. Embora hiperbolizando-o, este desfasamento inscreve-se num padrão reconhecível do Estado Novo. Se, na forma legal, o Poder – atestava Salazar repetidamente para diferentes públicos – tinha de ser limitado pela “moral” e pelo “direito” segundo a tradição cristã, na função prática, poderia acomodar “meia dúzia de safanões dados a tempo às criaturas sinistras” que perturbavam a ordem pública e/ou ameaçavam a integridade do Estado. Na conceção protestada por Salazar, desde que não se vulgarize, não há nenhuma razão para o Estado abdicar do exercício de violência física, mesmo que este dificilmente combine com a moral e com o direito. Mas esse exercício, aspeto igualmente crítico, não poderia constituir a forma exemplar de controlo e repressão político-social da dissidência política e da não-conformidade fosse de que tipo fosse. A sua “normalidade” dependia da sua excecionalidade e, em certo sentido, invisibilidade (ocorrendo em espaços esconsos, no desterro, etc.) e de ter por objeto “inimigos comprovados do Estado Novo”. É porque o eram que os tarrafalistas podiam ser sujeitos à suspensão da humanidade comum e a sevícias discricionárias que o código penal e demais códigos reguladores da atividade judicial interditavam. A Colónia Penal do Tarrafal é o resultado desta lógica que exclui a normalidade da prática repressiva do regime e respetiva legitimidade.

Figura 14 – Local estudado para a construção do presídio.



Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais DGEMN).

2. Estrutura do Campo de Concentração do Tarrafal

Os testemunhos escritos deixados pelos tarrafalistas são especialmente férteis nas críticas produzidas a respeito do teor do decreto-lei n.º 26539, publicado em 23 de abril de 1936.⁵ Denunciam o eufemismo e hipocrisia do governo em apelidar de colónia penal um estabelecimento que tinha como propósito erradicar do cerne do espaço público os elementos perturbadores da nova ordem, garantindo que esses opositores da ditadura fossem submetidos a um regime de detenção ainda mais duro do que o das prisões políticas existentes na metrópole e nos Açores. Fazem-no, ademais, virgulando a marca salazarista: «dissuadir e amedrontar sem fazer muito escândalo» (Pedro 2009, 422), para não chamar a atenção da opinião pública nem deixar registos sobre as intenções originais.

A dita Colónia Penal do Tarrafal era, com efeito, um espaço limitado que se destinava, como previa o Art. 2.º do diploma acima mencionado, à concentração de «presos por crimes políticos que devam cumprir a pena de desterro ou que, tendo estado internados em outro estabelecimento prisional, se mostrem refratários à disciplina deste estabelecimento ou elementos perniciosos para os outros reclusos», e mais adiante, define que também podem ser incluídos os «detidos preventivamente [...] que o governo decida deter ou fazer julgar fora da metrópole». Deste jeito, o Estado Novo adquiriu cobertura jurídica para uma prática, por ele desde sempre seguida, – enviar e manter encarcerados por longo tempo sem julgamento e sem condenação os “inimigos do Estado”.

No preâmbulo, o decreto atesta que a escolha do local resultou de um estudo prévio, efetuado por técnicos às diferentes ilhas do arquipélago de Cabo Verde, no qual se concluiu que o Tarrafal da Ilha de Santiago reunia as condições adequadas, quer do ponto de vista higiénico, de vigilância e dos recursos naturais de comunicações». Ao redigido opõe-se o relato de quem foi sujeito à experiência concentracionária no Tarrafal. Para esses, o local de eleição «fora fria e criminosamente escolhido. ‘Peritos’ nestes assuntos de construção de presídios para liquidação de homens vieram mesmo estudar a sua

⁵ Cândido de Oliveira dedica o primeiro capítulo do seu livro “Tarrafal: O pântano da morte” a analisar a iniquidade do conteúdo do decreto. No entanto, todos os tarrafalistas que deixaram o seu testemunho escrito são concordantes sobre os motivos da instalação, a forma de funcionamento e a classificação do estabelecimento como um campo de concentração.

localização» (Pires 1975, 42) e ponderadamente garantiram que a Achada Grande do Tarrafal, situada no extremo norte da ilha, numa planície rodeada de montes e de mar, considerada como a zona de pior clima do arquipélago devido às chuvas torrenciais, ventos intensos e carregados de poeiras, temperaturas quentes e pântanos onde se desenvolviam miasmas paludosos, tinha tudo o que era necessário para satisfazer os propósitos punitivos traçados pelo regime autoritário. Estratégia que acautela o que Michel Foucault (1984) explicita como *localizações funcionais* minuciosamente adaptadas a uma “microfísica do poder”, onde nada é deixado ao acaso.

A distância, o isolamento, a localização e o clima específico do Tarrafal eram “riscos racionalmente calculados”, na exata medida em que estava em causa a escolha do local onde se pretende fundar uma unidade prisional que contemple três requisitos importantes: primeiro, que comporte algumas características, e no grau mais intenso, das instituições sociais que têm como propósito o que Goffman veio a identificar como a transformação profunda do “eu” do indivíduo, definindo-as como *Instituições Totais*, por serem extremamente persuasivas e funcionarem como «um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada» (Goffman 2003, 11).⁶ Em segundo lugar, o internamento destinava-se igualmente à transfiguração radical dos corpos, de modo que os indivíduos perdessem a imagem de si mesmos, o que significava que a “mortificação do eu”,⁷ associada à perda da titularidade dos direitos fundamentais e da identidade de cada um, completava-se com a desfiguração pessoal. Para que isso acontecesse era preciso que se verificasse um conjunto de procedimentos ligados entre si que produzissem um quotidiano de penúria, o uso de andrajos e a debilitação através da má alimentação e da ausência de higiene, do exercício de trabalhos extenuantes e de torturas; por fim, restava deixar que as doenças atuassem ao acaso do clima. O outro requisito a destacar era que, para além do isolamento, ficasse

⁶ Goffman (2003) estabeleceu as características gerais para as *Instituições Totais*, alertando que podem estar presentes em diversos graus, ou não estarem sempre presentes. Resumidamente, este tipo de instituições caracteriza-se como um universo fechado que serve uma finalidade; são fortemente controladas por uma autoridade; os utentes vivem no local e por isso, são designados por reclusos; sobre estes é exercida determinada cultura de imposição e, por último, estão ao serviço de uma ideologia.

⁷ De acordo com Goffman (2003), trata-se do método utilizado para transformação do comportamento dos indivíduos conforme os objetivos traçados pela Instituição.

acautelado que o fim com que o estabelecimento foi criado e os modos de funcionamento opressivo que potencializavam o extermínio “natural” dos presos políticos fossem ocultados do mundo exterior.

Aludindo às reflexões de Goffman sobre os métodos utilizados por específicas instituições totais para a manipulação dos reclusos, sujeitando-os designadamente à “exposição contaminadora” de situações tão humilhantes que lhes provocam uma lenta destruição física e moral, compreende-se, então, os efeitos perversos resultantes da combinação dos mecanismos disciplinares adotados pelo salazarismo para lidar com os seus opositores. Começando pela deportação para terras tão longínquas que, apaziguava as complicações que o contacto com o exterior representava para a instituição, assegurando o sucesso da “morte civil” dos reclusos. Por conta do afastamento brusco as redes de apoio foram interrompidas, tanto ao nível das relações de parentesco como as da esfera do trabalho e as do meio onde germinavam as atividades subversivas, constituindo uma dor terrível de suportar para quem perdia a autodeterminação e possuía a consciência do sofrimento e dos encargos que a sua situação representava para os entes queridos, como os seguintes lamentos o trazem à memória:

Que dor me dilacera a alma e que pouca sorte a minha, não bastava entregar o meu corpo às masmorras e ainda arrasto para a desgraça a minha família, o peso da dor verga-se sobre o meu peito, custa-me a respirar sinto-me desfalecer. Reajo, não posso cair nem dar a perceber a batalha que se trava dentro de mim.

(Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1936)

Os laços com o mundo a que pertenciam, incluindo a continuidade das relações afetivas, tornam-se complicados de preservar, considerando a inviabilidade das visitas e as dificuldades na troca de correspondência que não se limitavam na rigorosa censura, visto que o analfabetismo e a miséria eram um obstáculo bem presente nas famílias dos presos mais desfavorecidos. Sem esquecer que fotos e cartas de familiares foram por vezes usadas pelos carcereiros como meio de humilhação dos encarcerados, constituindo mais um fator que contribuiu para que «mais de sessenta por cento dos matrimónios se desconjuntaram». (Pires 1975, 289).

A escolha de uma ilha como prisão natural era um fator significativo, conjugado com a localização e a geomorfologia do lugar onde foi instalado o estabelecimento

prisonal, adquiria contornos imutáveis que agravavam o sentimento de impotência aos que ali estavam cingidos, como o referem nas suas memórias: «a falta de vegetação, os montes escarpados, o mar e o isolamento a que os presos estão submetidos, dão à vida, aí, uma monotonia que torna mais insuportável o cativeiro» (Soares 1975, 19). O lugar do Tarrafal, situado no extremo norte da Ilha de Santiago tem uma área de 112,4 km² e as suas fronteiras naturais adequavam-se ao exercício das técnicas do modelo “panótico”⁸ para desmoralizar, *adestrar e vergar* o corpo dos prisioneiros. A extensa região baixa das achadas, plana, árida e declivada possuía as características favoráveis à vigilância, mas cercada pela imensidão do mar, tornava-se aterradora para os deportados. As ligações com o resto do mundo faziam-se por via marítima que, para além de não serem frequentes, os portos encontravam-se bem vigiados. Os meios de comunicações naturais entre o Tarrafal e o resto da ilha cingiam-se a um caminho empedrado até à Cidade da Praia, capital da ilha e distanciada a cerca de 70 Km.

Para que os internados no Campo do Tarrafal não nutrissem qualquer esperança de fuga, eram guardados pelos esbirros do regime e confinados a um espaço circunscrito pelo arame farpado, barreira que, mais tarde, foi reforçada com um fosso e um talude que lhes fixou o horizonte e cujo perímetro era permanentemente vigiado, de modo que, tal como acontecia com qualquer outro campo de concentração, simbolizava a separação efetiva do mundo concentracionário com o mundo exterior. Por isso, no Tarrafal, as técnicas de controlo estendiam-se de modo a demarcar uma “zona de isolamento em torno da colónia penal, destinada a evitar o contacto dos reclusos com a população livre” que, faminta e subjugada pelos brancos, agia sob medo, quer dos encarcerados, por acreditarem que se tratavam de terríveis criminosos que tinham sido para ali enviados, quer dos carcereiros pelas severas punições que qualquer contacto com os mesmos poderia representar. Assim, apesar de arriscarem pontuais trocas clandestinas de géneros alimentícios e da curiosidade que sentiam em conhecer os presos, os habitantes ignoravam completamente o que se passava no interior do Campo.

⁸ Para Foucault (2004), trata-se de uma tecnologia do poder disciplinar que impele os sujeitos a sentirem-se permanentemente observados.

2.1. O território como instrumento de execução para os deportados

Em matéria de segurança e higiene são planeadas as exigências de prevenção à resistência física e psicológica dos reclusos. A escolha da ilha e, especificamente, de uma região fortemente caracterizada pelo paludismo, revela como o fator climático e ecológico foi preponderante. A dureza do clima litoral da Ilha de Santiago, caracterizava-se por nove meses de estação seca, batida pelos ventos alísios de nordeste e pela estação das chuvas, compreendida entre agosto, setembro e outubro, meses em que o calor do sol canicular intercala com chuvas irregulares e torrenciais. As toalhas de águas estagnadas ocasionavam pântanos onde proliferam os anófeles, implacáveis mosquitos que através da picada se tornavam “executores discretos” dos prisioneiros, traziam com eles os «delírios, as dores de cabeça, os vômitos, a marcha segura para o paludismo, para a biliosa, para a morte» (Rodrigues 1974, 43). A situação sanitária acautelava o sucesso do plano e ano após ano, com a chegada do “Período Agudo”⁹ ressurgia o problema da defesa da vida e da saúde dos reclusos. A assistência médica não passava de uma farsa para salvaguardar a aparente humanidade do regime e todos os testemunhos fazem referência às palavras proferidas pelo médico, que deixava bem claro que “não estava ali para curar mas para passar certidões de óbito”. Quanto aos medicamentos, simplesmente não existiam ou eram insuficientes ou inadequados às necessidades decorrentes das patologias que, sem tratamento, acabavam por se tornar crônicas e degenerar em situações mais graves e algumas vezes irreversíveis.

A contração de doenças era facilitada pelo consumo de alimentos impróprios e da água contaminada do poço que abastecia a zona, Apesar disso, a água disponibilizada para o acampamento era escassa e racionada e, por esta razão, os internados viviam o seu dia-a-dia em condições de higiene bastante críticas. Logo no primeiro ano de estadia, toda a população reclusa foi atingida pelas febres, nomeadamente as resultantes da infeção palustre, a que os prisioneiros normalmente designavam por biliosas, por cursarem com a icterícia. O desfecho foi pesadíssimo para o acampamento, a morte consecutiva de sete prisioneiros e, desde então, os presos, aperceberam-se da necessidade de implementarem medidas de prevenção que lhes permitissem sobreviver. Procuraram, acima de tudo, proteger-se dos mosquitos instalando redes mosquiteiras sobre o leito onde dormiam; para

⁹ Nome que os prisioneiros deram ao período das chuvas que ocorria nos meses de agosto, setembro e outubro, por ser a altura em que o miasma palustre se intensificava dando origem às febres biliosas.

além de filtrarem, passaram a ferver as águas que consumiam; solicitaram às famílias e amigos o envio de fármacos, a fim de constituírem uma reserva coletiva de medicamentos, que evitasse de modo significativo que, no ano seguinte, voltasse a suceder o mesmo.

A tirania, a hostilidade do ambiente e as moléstias que impiedosamente iam surgindo no acampamento, desenvolveram entre os reclusos atitudes de união e o mútuo auxílio, antepondo, aos interesses pessoais e partidários, a defesa do bem comum. Começaram por organizar uma Comissão de Campo onde todos foram convidados a participar, mostrando um claro entendimento da sua situação ao argumentarem que «sem unidade dentro do acampamento, nós nem seremos capazes de salvaguardar os princípios mais elementares da nossa existência moral e material, quanto mais de tentar melhorar o regime prisional em que vivemos» (Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1936).

A capacidade de liderança dos dirigentes¹⁰ do partido comunista e a dos anarcossindicalistas permitiram que os presos se organizassem para dar assistência aos doentes e para melhorar as suas condições de vida. Como durante os primeiros quatro anos de funcionamento do Campo, os presos eram praticamente de carácter político, desde logo se constituíram as duas estruturas partidárias, a OCPT e a OLPT. Estas organizações representaram um processo social que, no contexto, permitiu aos seus elementos seguirem uma estratégia de cooperação fraternal e alcançaram alguns objetivos na proteção dos agregados, especialmente a constituição comunas responsáveis pelo funcionamento das “Caixas de Auxílio”, que operavam, nos momentos em que os presos passavam maiores dificuldades, do seguinte modo: «É tudo entregue às Caixas de Auxílio. Ao coletivo, como se diz na linguagem prisional. O dinheiro e os remédios são para quem deles necessitasse mais urgentemente. É o coletivo que distribui e administra o que a todos pertence» (Oliveira 1974, 57). As estruturas de solidariedade que os levava a reconhecerem-se na mesma luta contra a opressão, constituía uma força “sólida” e fundamental para que os reclusos preservassem a esperança e mantivessem acesa a chama revolucionária que lhes dava o ânimo necessário para resistirem às agruras da vida concentracionária.

¹⁰ Bento Gonçalves pelo Partido Comunista e Mário Castelhana pelos anarcossindicalistas, tiveram um papel preponderante na organização prisional.

3. Lógicas de Funcionamento do Campo Penal do Tarrafal

O documento que decreta a instalação definitiva da colónia, também permite a execução provisória de modo a responder “à necessidade urgente de internamento de reclusos”, segundo o Ministério da Justiça a urgência é «afastar das cadeias da Metrópole uma população prisional que nada aproveitando no regime em que está, exerce ao mesmo tempo uma ação altamente delataria junto dos outros presos». ¹¹ Assim, quando os primeiros prisioneiros chegam para estrear o estabelecimento penal, são surpreendidos com um cenário desolador. O recinto era um terreno retangular com pouco mais de 200 metros de comprimento por 150 de largura, limitado por prumos de madeira (troncos) com uma altura de aproximadamente 2 metros que suportavam o emaranhado de arame farpado que contornava toda a área. Fora da vedação encontravam-se umas barracas de madeira destinadas à instalação dos carcereiros da PVDE e a dormitórios para a companhia da Guarda Nacional Republicana (GNR) que os escoltou desde Lisboa e que só no mês seguinte seria substituída por soldados angolanos.

No interior do Campo as infraestruturas eram precárias e não havia sistema de iluminação, este estava restringido à colocação de alguns candeeiros petromax em pontos assentes da barreira perimetral de arames farpados que, devido à força do vento e das chuvas dificilmente se mantinham acessos. O acampamento, ou melhor dizendo, o abarracamento, formava-se por duas filas compactas de barracas em lona branca que foram montadas sobre estrados de madeira e fixas com espigas de corda. Cada unidade media sete metros de comprimento e quatro de largura e continha doze camas de ferro. Havia tendas com maior dimensão onde funcionava o refeitório e onde eram dadas aulas nas horas de descanso, mas depressa foram desmontadas sob o pretexto de permitirem aos presos reunirem-se para tratar de assuntos políticos. Estes passaram então a comer nas mesas ao ar livre. Além das barracas de lona, existiam algumas construídas em madeira: numa, funcionavam as oficinas destinadas aos trabalhos necessários à manutenção do Campo; noutra, a enfermaria que também servia de posto médico e de casa mortuária; finalmente,

¹¹Documento emitido pelo Ministério da Justiça – Direção Geral dos Serviços Prisionais, datado de 19 de julho de 1935: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Images/SIPAIImage.aspx?tid=5934152

numa terceira, o lavadouro. Este, por seu turno, tinha por detrás as latrinas formadas por duas paredes levantadas, sem qualquer cobertura, entre as quais se encontravam, escavados no chão, uns buracos onde eram postas as latas que faziam de retretes. Sobejava, por fim em edifício separado, um bloco inacabado e sem condições que acomodava a cozinha.

Consoante Gilberto de Oliveira escreveu, a própria ordenação espacial e disposição das instalações dentro do recinto tinha sido estudado de modo a assegurar o mal-estar e a induzir o morticínio. Explica que «no sentido longitudinal do cercado de arame farpado, as retretes que eram descobertas e recebiam o sol de chapa durante o dia, espalhando cheiros e moscas» (Oliveira 1987, 98), tornavam a atmosfera que respiravam simplesmente repugnante, e constituíam mais um foco de contração de doenças.

Nos primeiros dois anos de funcionamento do Campo, viveram os internados neste “mundo improvisado”, adverso e com quase tudo por fazer mas, na visão dos carcereiros, o estabelecimento possuía “a instalação apropriada dos respetivos serviços”, pois o propósito era colocar em causa a segurança pessoal dos revolucionários. Os dormitórios eram barracas de lona que se iam deteriorando sob a ação dos ventos e do sol ardente, sem oferecer o mínimo de proteção. A cozinha não dispunha nem de utensílios nem de condições higiénicas para a preparação dos alimentos. Os refeitórios em tendas ou ao ar livre expunham a comida a toda a espécie de infestação; em contrapartida, continham mesas de madeira que se mostraram bastante úteis, especialmente por servirem de matéria-prima para o fabrico dos caixões daqueles que iam morrendo no Campo. O posto de saúde, sem médico competente e sem medicamentos, contava quase em exclusivo com os bons ofícios dos próprios reclusos que desempenhavam as funções de enfermeiros e ajudantes, porém impotentes perante a doença, o suplício e a agonia dos seus semelhantes.

O Campo incluía ainda um espaço de secretaria para os Serviços Administrativos e uma cantina que, inicialmente, foi gerida pelo primeiro diretor do estabelecimento. Aí eram comercializados diversos bens, entre eles, aqueles que os familiares e amigos dos presos lhes enviavam, mas que ficavam apreendidos sob o pretexto de provirem do SVI.¹² Devido às sanções e castigos – muitas vezes brutais – a que estavam sujeitos, os reclusos

¹² O Socorro Vermelho Internacional era um Movimento de solidariedade antifascista internacional que operou entre 1922 e 1942. Com independência partidária concedia apoio humanitário (moral, jurídico, material e político) às vítimas do despotismo capitalista.

não se queixavam às autoridades presidiárias, mas sabiam da situação e se queriam adquirir os bens, por exemplo onças de tabaco, bens alimentares, papel ou outros, tinham de os pagar ao diretor com o dinheiro que os próprios familiares lhes remetiam a partir do continente.

Alguns diretores durante a comissão de serviço e os que com eles colaboravam, de modo descarado e impudente, apropriaram-se da força de trabalho e dos bens dos presos para fazer negócio e desviaram géneros e montantes das verbas destinadas à alimentação e à indumentária dos presos. A estes “benefícios de ocasião” somar-se-ia a deferência social que o cargo desempenhado acarretava quando regressassem ao continente, mas, aos olhos dos presos, como expressamente denuncia/acusa Acácio Tomás de Aquino, o que todos os diretores conseguiram foi deixar a “sementeira das suas truculências, levando o peso tremendo das mortes e da destruição física e moral dos deportados.” Nada de extraordinário. Com efeito, teriam sido escolhidos e treinados em consonância com essa deliberação: «o sistema funcionou sempre para o fim para que fora criado: destruir homens até à sua morte, e todos serviram igualmente o sistema» (Aquino 1978, 213).

3.1. O Campo como espaço de constrangimento da ação

O espaço construído que confinava os reclusos era sentido por eles como um “recinto maldito”, onde eram obrigados a viver, «sob a vigilância constante dos carcereiros brancos e dos carcereiros negros, sem livros e sem jornais, sem flores e sem crianças, sem mulheres, sem lar, sem amor, isolados absolutamente do mundo» (Rodrigues 1974, 56) dos vivos e inseridos num mundo à parte, bárbaro e desumano, onde a ameaça era bastante agravada pelas estratégias dos algozes em colocar presos-contra-presos, promovendo um serviço de vigilância adicional, que era montado por aqueles que se prestavam a trair os seus parceiros de infortúnio a troco de pequenos-nada. Esses “bufos”¹³ desempenhavam escrupulosamente a sua missão miserável, fomentando intrigas, denunciando aos guardas e

¹³ No espólio de António Gato Pinto (anarcossindicalista detido devido ao envolvimento no Movimento Operário do dia 18 Janeiro de 1934), encontram-se várias informações sobre este tipo de prisioneiros que, apesar de serem em número muito reduzido, as suas denúncias e traições tiveram terríveis e numerosas consequências na vida dos companheiros.

compondo relatórios detalhados para a secretaria sobre todas as atividades desenvolvidas dentro do acampamento.

No interior do Campo, o tempo passava-se em comum e em lugares de proximidade que funcionavam sob o controlo dos carcereiros. O único “território pessoal” que os reclusos dispunham era a cama onde dormiam e por isso, na sua cabeceira, colocavam molduras com as fotos dos familiares, imagens que materializavam a lembrança de pertença a uma família, de ter alguém que lhes queria bem e que estava ali, esperando a revisita de um olhar. Era uma motivação que os fazia sonhar com o dia em que voltariam a abraçar os seus entes queridos e que lhes dava alento para continuarem a resistir. Assim, na privacidade da sua cama, os reclusos evadiam-se, ultrapassavam os obstáculos e eram livres. A respeito da importância que este espaço e o tempo noturno representavam para o equilíbrio espiritual dos reclusos, Edmundo Pedro alude:

Ao longo das oito horas reservadas ao sono, era ali que descarregava, protegido pela intimidade proporcionada pelo grosseiro tecido que me envolvia, as frustrações do meu miserável quotidiano. No meu refúgio noturno a imaginação libertava-me da condição de prisioneiro. (Pedro 2009, 436).

Em tempos de maior repressão, apesar do regime prisional ser cumprido em comum, os “territórios dos grupos” eram reservados e confinavam-se ao horário do recolher nas tendas e, mais tarde, a partir de 1938, nos pavilhões térreos que as substituíram. Os dormitórios que abrigavam os presos eram espaços construídos de forma muito acanhada, estavam mobilados com camas de ferro e pouco mais, no entanto constituíam um dos mais importantes pontos de encontro pois era aí que os presos se reuniam com o intuito de planear os meios de ação da Comissão de Campo, constituída para se fazerem representar junto dos carcereiros, e onde discutiam as resoluções possíveis para melhorar aspetos da sua vida prisional e ideológica. Nessas alturas, também o refeitório estava sob rigorosa vigilância pelo que apenas nas casernas os presos tinham à vontade para conviverem e, dentro delas, o lugar preferido era em cima da cama de alguns deles. Segundo os testemunhos habitualmente, durante a noite, sentavam-se na cama dos camaradas mais instruídos para escutarem lições sobre as mais variadas matérias e trocavam opiniões; também as camas dos que possuíam um temperamento divertido era

outro polo de atração, ao ponto de a deixarem ficar «desengonçada com o peso de tantas camaradas que nela se sentavam».¹⁴ Além disso, o espaço por baixo da cama servia justamente para esconderijo dos vários pertences (livros, sabão, cartas e outros pequenos objetos) que cada preso conseguia arranjar.

Quando as condições de existência eram mais desafogadas, ainda que encurralados pelo arame farpado, os espaços e os horários acessíveis estendiam-se para atividades culturais e desportivas, os presos dedicavam-se especialmente à leitura e ao estudo no refeitório e até chegaram a constituir uma biblioteca e um pequeno campo de jogos. Independentemente das disposições repressivas, nem que fosse na clandestinidade noturna e rodeados das maiores cautelas, era inevitável o exercício de atividades pedagógicas que serviam para lecionar, aprofundar doutrinas e elaborar estratégias de comunicação com os outros grupos de prisioneiros e com o exterior. Era necessário tirar proveito do tempo de clausura, adquirindo conhecimentos e valências para que, quando saíssem em liberdade fossem cidadãos, política e profissionalmente, mais bem preparados, assim retomando o seu lugar nas lutas revolucionárias com maior eficiência.

Como resposta à repressão, os reclusos elegeram alguns lugares de escape para se furtarem à vigilância sufocante o que, de alguma maneira, lhes permitia por momentos “afastarem-se da situação” inculida pela força e assim construir uma realidade paralela à institucional. O facto da população prisional rondar as duas centenas de homens e partilhar um espaço de ação tão restrito mostram concordância com a tese que, os indivíduos ao serem «forçados a viver em conjunto, criam rapidamente um mundo para eles» (Goffman 1999, 143), encontrando caminhos de convergência para que a sua individualidade seja reconhecida e lhes seja permitido exercer a sua identidade coletiva.

3.2. A autoridade que rege o Campo de Concentração do Tarrafal

Importa nunca esquecer, mas jamais declarado e até, em larga escala, camuflado por força da Lei e dos arranjos institucionais estabelecidos, o papel da autoridade que regeu o Campo. Notar-se-á, a este propósito que o disposto no art.º 14.º do referido decreto

¹⁴ No livro “Tarrafal: Testemunhos” (1978) são contados episódios ocorridos em volta da cama de alguns prisioneiros.

delegava no Ministério da Justiça a direção, fiscalização e nomeação do pessoal da Colónia Penal do Tarrafal. Nada que deva surpreender, uma vez que, legal e institucionalmente, se tratava de um apêndice do sistema penal da metrópole. Mas a verdade é que o Tarrafal, na prática, ficou sujeito a uma única autoridade, a da Polícia Política do Estado Novo, cuja orientação ideológica, no que respeitava à reclusão dos “inimigos do Estado,” deixava pouca margem para dúvidas. Com efeito, segundo alguns dos testemunhos, nomeadamente Pires (1975), todos os que desempenharam o cargo de diretor da Colónia Penal do Tarrafal eram militares de carreira e, pelo menos o capitão do exército João da Silva tirocinou na Alemanha para se inteirar (e presumivelmente ser capaz de replicar) a organização e os métodos praticados nos campos de concentração nazis. A classe dirigente do Campo era hierarquicamente constituída pelo diretor e seu adjunto; o médico e um enfermeiro; o chefe dos Guardas, os Guardas; Guardas provisórios e auxiliares; um Motorista; um Lampianista e servente. Consta entre os presos que, os «guardas também foram escolhidos e mentalizados no sentido torturante e como carrascos que o sabiam ser, desempenhavam bem a sua missão» (Pires 1975, 232). Tratava-se de um «corpo de agentes da PVDE na sua nova função de Guardas do Campo e uma força de soldados de Angola em missão de serviço, por períodos de dois anos, encarregada da vigilância complementar» (Russell 1976, 20).

A Companhia Indígena de Infantaria Expedicionária de Angola era comandada pelo Capitão de Infantaria, Numa Pompílio Rosendo Correia, e estava alojada da parte de fora do Campo.

O plano de segurança adaptado às características do Campo era rotineiro. O policiamento do estabelecimento prisional era composto por alguns postos de vigilância, especialmente na entrada do estabelecimento que se fazia por uma porta ladeada por dois torreões em cimento armado e guarnecidos com duas filas de seteiras de combate. Cabia aos soldados a função de guardas e a de sentinelas fixas ou móveis que, fardados a preceito distribuíam-se ao redor do campo. Após a elevação do talude, situava-se em cada canto uma guarita com postos de vigilância fixos e permanentes que cobriam todo o campo visual da área geográfica envolvente.

A instituição funcionou, então, sem qualquer interferência ou controlo externo. Nem o «Ministério da Justiça, nem o Ministério das Colónias, nem qualquer outra

autoridade pôde intervir ou conhecer o que se passa no Tarrafal» (Oliveira 1974, 39). Um dos traços característicos desta autoridade autorregulada é que se foi depurando com o tempo e a arbitrariedade. Evidência disso é o facto de se acumularem registos de internados que haviam há muito cumprido a pena a que tinham sido condenados, de presos preventivos (inclusive, de longa data) sem julgamento nem processo ou culpa formada, alguns dos quais cuja classificação de politicamente subversivos se poderia contestar.

A incerteza de quando sairiam do Campo e o receio de que nunca dele se livrariam com vida, reparar-se-á marginalmente, produzia sequelas psicológicas profundas nos reclusos. Muitos conviviam mal com a incerteza e a falta de expectativas de futuro; os receios e os medos eram, por seu lado, ao mesmo tempo comprovados e ampliados no quotidiano pelo perecimento dos seus iguais, entre eles gente que fora julgada e absolvida pelo TME, que nunca chegara a ser julgada ou cuja pena já expirara.

Este extremo desdém pela Lei enquanto gramática moral, é objeto de uma exposição que o Dr. Manuel Baptista dos Reis, médico encarcerado, enviou em junho de 1944 ao diretor do estabelecimento. Nela alertava para as condições de vida no acampamento e reivindicava o cumprimento das leis, atrevido-se mesmo a frisar o aspeto “desprimoroso para as entidades encarregadas de estabelecer o acordo entre as leis e as ações dos vários organismos do Estado”.¹⁵ Esta comunicação que, evidentemente, estava fadada a transmudar-se numa afronta às autoridades, valeu ao autor de tal audácia vários dias de castigo na “frigideira”.

3.3. Trabalhos forçados para castigo dos reclusos

A colónia penal do Tarrafal revestiu, pois, a forma de *cosa nostra* da PVDE. Isso significa, não é demais sublinhar que a sua administração, incluindo o recrutamento do pessoal que a serviu (desde a equipa dirigente, constituída em exclusivo por agentes da Polícia Política, passando pelo conjunto de carcereiros, onde se inseria o médico-torcionário, até à companhia de soldados da Companhia Indígenas de Infantaria de Angola

¹⁵ O documento que o Dr. Manuel Baptista dos Reis dirigiu ao capitão Filipe Barros, consta no livro coletivo “Tarrafal testemunhos”, como anexo sob o nome de «Exposição enviada ao diretor sobre a situação sanitária no Campo» (pp. 307-308).

a quem cabia assegurar a segurança da colónia) ficou inteiramente sob a sua tutela. Diante deste monopólio, não é de admirar que, entre o pessoal da colónia, todos concebessem os presos como “inimigos” que estavam ali para sofrer severas coerções e um rigoroso poder disciplinar¹⁶ que lhes quebraria as resistências. Prisioneiros dos quais, ademais, podiam «aproveitar o trabalho [...] na construção das obras necessárias à colónia»¹⁷. De facto, o já citado decreto conferia carta-branca para os “inimigos do Estado” serem utilizados enquanto força de trabalho em todos os afazeres necessários ao bem da colónia, suportando geralmente debaixo de sol abrasador as tarefas pesadas que se impusesse realizar.

Não se tratando de uma colónia tipo misto-agrícola e industrial onde as diversas profissões dos internados fossem aproveitadas, a organização do trabalho também não respeitava quaisquer dos princípios que devem reger o regime prisional, conforme previsto no diploma que “promulga a reorganização dos serviços prisionais”.¹⁸ Os trabalhos não proporcionavam aos presos vantagens educativas, pois eram forçados e normalmente inúteis, como acontecia na pedreira quando os mandavam extrair das rochas pedaços de pedra e movimentá-las para um lugar a poucos metros de distância, para mais tarde as voltarem a carregar para de onde as tinham removido e tapar as covas produzidas. Com o recrutamento dos presos para integrarem as brigadas de trabalho, o aspeto do campo prisional foi-se transformando aos poucos. O chão foi nivelado, erigiram-se muros, substituíram-se as barracas de lona por casernas em pedra e cal, edificou-se o posto médico com casa mortuária, a mitra para o depósito de doentes e convalescentes e as oficinas reservadas aos vários ofícios.¹⁹ No exterior, ergueu-se a “Vivenda do Monte”, condigna residência dos diretores, construíram-se estradas e a central elétrica a partir da qual se abriram regos aptos à passagem dos cabos elétricos para a iluminação dentro e fora do Campo. Tanto quanto nos transmitem as narrativas dos presos, o grosso destes melhoramentos, foram realizados a pretexto de castigos que lhes haviam sido infligidos.

¹⁶ Foucault (1984) adverte que tanto a coerção como a disciplina são mecanismos do poder destinados à manipulação do corpo os indivíduos.

¹⁷ Citação retirada do Decreto-lei n.º 26539.

¹⁸ Decreto-Lei n.º 26643 datado de 28 de maio de 1936

¹⁹ O produto da atividade destas oficinas destinou-se em exclusivo ao consumo interno do Campo até que o diretor decidiu fazer lucrar a mão-de-obra dos presos, passando a aceitar encomendas do exterior. Todavia, a iniciativa não gozou de grande êxito, os clientes eram raros, pelo que produzir para fora não compensava.

Foi sob a direção de João da Silva,²⁰ que os revolucionários experienciaram um dos períodos mais críticos que se passaram do Campo. As intenções pífidas do diretor revelavam-se na máxima: “os regulamentos são para se cumprir”, estipulando que o trabalho começava às 6h15 da manhã e só terminaria pelo sol-posto, ressaltando um pequeno intervalo para o almoço. Com o fito de “regenerar” os presos políticos, em particular os que possuíam responsabilidades dentro das organizações prisionais ou aqueles que se mostravam mais resistentes às investidas dos carcereiros, o diretor não olhando a meios formou um grupo de trabalho denominado de Brigada Brava, especialmente vocacionado para fazer os “inimigos do Estado Novo” “trabalhar até rebentarem”. Na sua “pedagogia peculiar,” este alternava com espancamentos e castigos na “frigideira” para onde os presos iam “secar” durante semanas a pão-e-água. O suplício dos que pertenciam à Brigada-Brava era de tal modo intenso que à tarde, quando, por fim, regressavam ao Campo, «tinham os fatos tão sujos e suados que nem se lhe reconhecia a cor. As mãos, apesar de entapadas, enchiam-se de feridas, algumas infetadas e cheias de pus. Esperava-os o rancho intragável, que piorava ou diminuía dia após dia» (Soares 1975, 67).

Os testemunhos relatam alguns episódios trágicos que esses “incorrigíveis” viveram durante os 45 dias que durou a “Brigada Brava”, os danos físicos causados por tão grandes crueldades, a saúde arruinada e mesmo a morte de alguns deles. Mas também o heroísmo que, em parte, puderam emprestar à experiência concentracionária compartilhada. Encontram-se múltiplas passagens nos escritos dos tarrafalistas que revelam este sentido, – por exemplo, o seguinte excerto retirado de um diário: “A nossa vida para eles não tem qualquer valor, por isso nos escravizam e tratam a seu belo prazer! Ai do que não se verga! Mas apesar de todo o nosso martírio, a moral mantém-se”.²¹ Trata-se de uma amostra, entre muitas, que expressa bem como entre os presos políticos é valorizada a coragem enquanto prova heroica de um património revolucionário que pretendem e devem honrar.

²⁰ João da Silva assumiu a direção do estabelecimento prisional entre outubro de 1938 e junho de 1940 e usou políticas para a “regeneração dos presos”, obrigando-os a trair os seus ideais e os seus companheiros para aderirem ao salazarismo, acabou por transformar o Campo num verdadeiro tormento para todos aqueles que resistiam.

²¹ Diário de António Gato Pinto (Tarrafal, 1939), constante no seu espólio.

CAPÍTULO 4: TARRAFAL O “CAMPO DA MORTE LENTA”

O Campo do Tarrafal, planeado como prisão no local do desterro, foi, desde a sua inauguração, um instrumento do exercício de um poder político autocrático moderno. Consoante os documentos oficiais do governo, a sua idealização teve por base os ensinamentos da ciência e prática penitenciária¹ que incorporavam metodologias que espelhavam os procedimentos de repressão próprios das ditaduras europeias. A prática carceral que o Tarrafal estreou, não pode assim ser encarado como um efeito (cruel) de pura arbitrariedade. Os teóricos sociais, Berger e Luckmann (2004) sublinham a dimensão simbólica e mesmo especificamente conceptual destes artefactos repressivos. Os sistemas de classificação e as formas de conhecimento destinadas ao controlo e manutenção da ordem institucional constituem um fator crítico da *sujeição* tutelar moderna, revista a forma de terapia que visa a recuperação do desviante e a sua reintegração na sociedade ou a de liquidação simbólica e mesmo física dos marginais e degenerados morais.

Também a contenção salazarista das oposições acomodou estes processos. Os adversários políticos presos em contextos de conspiração e de luta armada, pela gravidade do quadro, foram em última instância objeto da classificação de irrecuperáveis e perigosos para a segurança da comunidade nacional idealizada, tornando imperativa a sua remoção da sociedade. A repressão é, constata-se, embrulhada numa aniquilação conceptual que comporta antes de mais, a atribuição do estatuto ontológico de criminosos ou de terroristas para justificar o recrutamento forçado dos revolucionários para as prisões especiais do continente e daí o envio para colónias penais distantes e inóspitas. O desterro não é só o lugar ermo que os proscritos são obrigados a povoar como, também, se tornou palco da lenta liquidação física e moral dos compelidos a cumprir pena rigorosa de privação da liberdade num campo de concentração.

¹ Ver o Decreto-lei n.º 26539 de 23 de abril 1936, sobre a criação do presídio no Tarrafal.

1. Um Campo para a Eliminação dos Adversários Políticos

Aos desterrados, logo que chegavam ao campo, esperava-os o ritual protocolar dos discursos oficiais destinados a confirmar as relações de poder. Eram prontamente alinhados em posição de “sentido” para ouvir a comunicação das regras de funcionamento interno da instituição, nomeadamente os procedimentos disciplinares inerentes ao “rite de passagem” para a vida concentracionária. Nesse momento, começava a fase da “mastigação”² que contempla a aplicação de um mecanismo de dilaceração dos direitos civis, de desmoralização e de um progressivo enfraquecimento do corpo vital, condições que cumprem um perturbante processo de “mortificação e desfiguração do eu”, dos reclusos, de modo que estes percam a conceção que fazem de si mesmos e as resistências que lhes permitiam manter a dignidade. Em primeiro lugar, o processo envolvia a extinção do reconhecimento jurídico da pessoa do preso. Todos os testemunhos guardaram na memória as palavras elucidativas do primeiro diretor a anunciar: «Quem entra por aquele portão perde todos os direitos e só tem deveres a cumprir» (Soares 1975, 22), o que queria dizer que tinham perdido a sua autodeterminação e passavam a ficar subordinados a regras assimétricas³ e, assim, obrigados a cumprir com deferência os rituais de obediência e de submissão que as autoridades do campo lhes fixavam.

À perda de direitos, seguia-se o despojar de todos os bens pessoais e do traje civil como relembra um preso ao descrever a sua experiência de entrada no Campo: «Momentos volvidos, já estávamos metamorfoseados com o uniforme de presidiários» (Firmo 1978, 147), para além da farda confeccionada em caqui castanho-claro e da camisa feita do pano das sacas de farinha eram-lhes entregues umas botas remendadas que tinham sido usadas pelos presos já falecidos e um chapeirão de palha. Ao dito fato, os próprios prisioneiros, deram o nome de “fatos de ferro” por serem bastante grosseiros e, «quando ao cabo de muitos meses, eles se tornavam macios à força de sucessivas lavagens, era sinal de que

² Erving Goffman (1999) utiliza o termo “mastigação” em menção ao “ciclo metabólico” das Instituições Totais e que passa por três fases: o recrutamento dos indivíduos, o processo de “mastigação” e por fim o “regurgitamento” dos seres humanos já transformados pela instituição.

³ Goffman define a regra assimétrica como «aquela que leva os outros a tratar e serem tratados por um indivíduo de modo diferente daquele com que ele trata e é tratado por eles.» (Goffman 2011, 56).

começavam a esfriar-se» (Russell 1976, 94). As roupas e o calçado que traziam eram metidos em malas e estas guardadas dentro de um barracão a que não tinham acesso, lá ficando durante anos até apodrecerem ou serem danificadas por insetos, de sorte que quando os presos recebiam ordem para regressar ao continente, viam-se obrigados a repartir entre eles as vestes que ainda se conservavam apresentáveis.

A sujeição dos reclusos é mantida e assegurada não só pela vigilância contínua mas também através da reorganização da rotina diária. No campo é consolidada uma forte disciplina, as práticas são canalizadas para satisfazer os intuitos do estabelecimento prisional e afinadas por um horário, ele próprio, marcado de um jeito absurdo, como dizem: «as nossas atividades passaram a ser reguladas com prosaicos toques num troço de carril ferrugento, pendurado ao lado do portão de entrada, no qual os guardas de serviço repicavam com o auxílio de um varão de ferro» (Firmo 1978, 148). O som vibrante das pancadas no carril alertava todo o acampamento, impondo a execução imediata de rotinas humilhantes e de formaturas obrigatoriamente executadas por todos, numa arregimentação que cola à indiferenciação o mais baixo estatuto dentro do campo para, assim, reforçar a desqualificação. Contrariados, os reclusos permaneciam “em sentido” e com as cabeças destapadas ao toque da alvorada ou ao toque do recolher, para a formação de brigadas de trabalho ou para o içar e o arriar da bandeira, durante a leitura das “ordens de serviço” e sempre que os opressores o ordenassem. A par, formas mais brandas, mas ainda assim expressivas desta sujeição total, colonizavam o quotidiano, entre elas a obrigação de tirar o chapéu na presença do diretor, dos oficiais, sargentos ou guardas.

Ao processo inicial de mortificação do “eu”, agregam-se poderosas técnicas de mutação do “eu” desde a transformação da identidade do indivíduo num simples número, realizada nas repetidas formalidades de contagem quotidiana dos presos, até à deformação física e à desfiguração facial devido à subalimentação e a sevícias que deixavam o corpo em chaga, passando por indumentárias andrajosas e pela (conhecida) cabeça rapada. Não é, claro, a integridade física que tais términos pretendem atingir, antes são um instrumento programado para a manipulação da impressão, apto à destruição da autoestima das vítimas e da imagem que os prisioneiros possuem de si mesmos e dos seus pares.

O nojo dos outros prisioneiros é talvez o produto mais traumático dessa gramática simultânea de desqualificação e despersonalização. Manuel Francisco Rodrigues dá-nos

conta nas suas memórias do cárcere que, antes de ser preso, possuía por todos os encarcerados uma profunda admiração, tinha-os como mártires e heróis mas, uma vez ingressado naquele regime de aviltamento absoluto (ou radical), forçado à intimidade da vida em comum com os seus pares desumanizados, confronta-se com homens que «despidos de preconceitos, das gentilezas, das fórmulas, da arte e dos eufemismos, aparecem rudes, toscos, mais gorilas do que homens. Cheiram a mato e à lama» (Rodrigues 1974, 20), cheiram também ao suor, ao vômito e à febre. Este cotejo com a realidade dificultava a entrega imediata ao registo reflexivo que, o preso, vem posteriormente a adotar quando redige as suas memórias. Aí medita sobre a imagem que formamos sobre os “outros” e sobre as coisas, constatando que essa visão é distorcida pois depende do momento e do ponto em que nos situamos para a observação, suscitando-lhe a questão sobre de que forma, ele próprio, apareceria aos olhos dos “outros”. Do mesmo modo, Cândido de Oliveira, quando rememora a impressão que sentiu ao chegar ao Tarrafal, em 1942, confessa o choque que dele se apoderou, descrevendo os presos dentro do campo do seguinte modo: “pareciam fantasmas, arrastando-se como autómatos articulados! Rapazes novos, na sua maioria à roda dos trinta anos, refletindo velhice precoce”; entre eles, os jovens marinheiros eram os que tinham melhor porte físico, mas também eles carregavam na pele o «tom baço, da cor típica do paludismo como se os farrapos de caqui amarelo da vestimenta da ordem se espelhassem nas suas magras faces» (Oliveira 1974, 57). Entretanto, dá-se conta que dentro do campo os reclusos depressa se habituavam à imagem que apresentam, era como se fossem perdendo a memória daquilo que eram antes da clausura. Foi este, não estranhemos nós, um efeito institucional do Tarrafal, onde todos os «territórios do eu são violados, a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas» (Goffman 2003, 31).

O mecanismo de desgaste físico aplicado aos presos, prosseguia com os trabalhos forçados e com os severos castigos aplicados como sanção negativa devida a qualquer tentativa de desobediência às regras impostas e como meio de garantir o sucesso da *cultura de sujeição*, que só mesmo por imposição podia ser aceite. Uma população prisional praticamente composta por indivíduos que já possuíam «uma personalidade moral e política formada» (Rodrigues 1974, 323) como poderiam anuir a uma ideologia conservadora e autoritária que combatiam e que tantos sofrimentos lhes infligiam? Como resultado, esperaríamos talvez, alguns dos verdugos e dos seus mandantes, desse processo

privar o sujeito inteiramente de agência para, como corolário, finalmente esmagar-lhe o ânimo insubmisso.

Ao cortejo de dor e de miséria associa-se um sistema de atribuição de privilégios, destinados a corromper os princípios morais dos presos, tirando partido do intenso processo de mortificação do “eu” a que são submetidos e da gradual tentativa de produção de um outro “eu”, dócil e colaborador, moldado ao sistema prisional. Os instrumentos utilizados para a aniquilação do “eu revolucionário” avultavam na desmoralização entre os mais eficazes. A proibição de que os presos tivessem acesso a quaisquer notícias do mundo, decretada pelos diretores do campo, foi cirurgicamente suspensa quando as tropas franquistas obtiveram importantes vitórias militares ou, um pouco mais tarde, quando, ainda nos alvares da II Grande Guerra, nada parecia capaz de deter o avanço das forças do Eixo. Então, o diretor mandou distribuir jornais pelos reclusos para ridicularizar as suas posições políticas e semear entre eles a confusão e o desânimo.

No campo do Tarrafal, desde o tempo do primeiro diretor estiveram sempre em vigor várias técnicas de esmagamento do “eu” dos reclusos, o recurso à exploração das diferenças e rivalidades entre grupos oposicionistas foi uma delas, funcionou como um dispositivo de divisão e confrontação entre os presos e, como resultado disso, de dissipação da sua disposição resistente. Os republicanos terão sido os primeiros a ir no engodo. As reservas, de alguns deles, em se “misturarem” com os revolucionários terão sido rapidamente instrumentalizadas pela direção do campo premiando-os com uma barraca de lona à parte, que os outros reclusos, manchando-os de vergonha, batizaram de “Ilha dos pinguins”. Citando um dos textos dos revolucionários que explica como consideravam «grotresco vê-los trocarem o convívio dos presos para se isolarem dentro de um recanto do Campo» (Ribeiro 2006, 41). Seguiram-se as políticas de “regeneração”, técnica que o diretor João da Silva, manejou com o intuito de aniquilar a dignidade dos presos, intimando-os a aceitar a ideologia Salazarista com uma ameaça que nada tinha de velada: «nenhum preso alcançaria a liberdade sem primeiro abdicar das suas ideias e aderir ao Estado Novo. Não fazendo isso ou morriam ou ficavam doidos» (Aquino 1978, 147). Neste quadro de repressão, a agência prisioneira cingia-se a um *campo de possíveis*, composto pela liquidação moral, psicológica e física, possibilidades que coagiam os reclusos a renegar as suas visões do mundo em favor da fabricada pelo Estado Novo. Engenhosamente, eram empregues medidas de terror sobre os que resistiam e atribuídas

recompensas aos que se ajustavam⁴ ao exigido. Esses tinham como destino um pavilhão com melhores acomodações, que ficou conhecido entre os presos como o “Porta-Aviões,” apodo que virgulava uma suposta promessa de que seria dali que os “rachados” iriam levantar voo para a liberdade. Mas os privilégios reservados aos “regenerados” não se ficavam pelo alojamento, também foi melhorado o regime alimentar, exerciam trabalhos mais leves, tinham permissão para usarem o cabelo comprido, passeavam ao domingo e, ainda, dispunham de outras pequenas concessões que lhes tornavam a vida de clausura menos árdua sem que, com isso, o seu estatuto de preso fosse alterado.

Não se alterou o seu estatuto de preso, mas alterou-se o seu estatuto moral entre os presos. Com efeito, todos aqueles que cooperaram com os carrascos ou que, ao menos no quadro de interação local, se converteram aos valores oficiais do regime, perderam a confiança e, por inerência, a estima dos pares. Deixaram de ser um deles para se exporem à classificação de “bufos” ou de “rachados” e a desqualificação não terminava por aí. Fossem vistos como “regenerados” pelos carcereiros ou encarados como desprezíveis pelos companheiros de infortúnio, em ambos os casos eram considerados indivíduos “fracos” e desleais. Este juízo negativo, em termos de carácter, implica o desmérito daqueles que foram incapazes de resistir à violência das provas concentracionárias, desqualificação que opera através da convergência dos veredictos das duas audiências contrapostas: algozes e vítimas por uma vez colaboram na (re)produção da gramática da (des)qualificação carcerária. Nesta matéria, a grande maioria dos presos políticos experimentou e, em bom rigor, testou, sistematicamente, formas válidas de preservar a “carreira moral” e abonar a sua posição durante o encarceramento. No Campo – diz-nos um testemunho - «a palavra de ordem é resistir», o que se traduzia na oposição de todas as nossas forças morais às tentativas dos carcereiros em nos amesquinharem e corromperem» (Russell 1976, 20). Atitude e propósitos que, Goffman identificou como um sistema de ajustamento secundário, por se tratar de práticas que despertam nos reclusos alguma satisfação e que lhes permitem escaparem «daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser. Os ajustamentos secundários representam formas pelas

⁴ Goffman (2003) explica que nestas situações os reclusos podem reagir através de “ajustamentos primários” se optarem por cooperar com as exigências da instituição, ou por “ajustamentos secundários”, quando procuram meios que lhes permitam resistir àquilo em que a instituição pretende transformá-los.

quais o indivíduo se isola do papel e do “eu” que a instituição admite para ele» (Goffman 2003, 160), adotando estratégias de intransigência inscritas na resistência quotidiana como meio de defesa e manutenção da sua identidade perante a tensão psicológica a que é submetido.

Um dispositivo central das estratégias de intransigência que, entre os cativos, desde cedo se materializou no Campo do Tarrafal, foi a programação de cursos, que permitiam letrar, aprofundar e cimentar ideologias políticas, propiciando ainda a partilha de conhecimentos e de práticas culturais em que se reconheciam, e que, nesta perspetiva, contrariavam os objetivos da instituição. Ainda que açoitadas pelas autoridades carcerais, as organizações políticas prisionais nunca prescindiram de se agruparem e comunicarem entre si e até clandestinamente, com as Direções Centrais no exterior. Ao longo dos anos, as organizações prisionais do Tarrafal encontraram meios de mitigar a distância, o isolamento, as rusgas e todas as carências a que estavam sujeitas. Não obstante as enormes dificuldades, uma vez estabelecido o fluxo de correspondência nunca mais foi interrompido, quer entre a OCPT e o Comité Central do Partido Comunista, quer entre a Organização Libertária como nos revelam: «Mesmo assim nunca deixamos de comunicar diretamente com a CGT e a FARP» (Aquino 1978, 124). Este fluxo tinha um sentido de denúncia dos meios de violência e da arbitrariedade utilizados pela ditadura salazarista, mas também cumpria propósitos “humanitários” que, de resto, instrumentalizavam a denúncia e a “moralização” do *ethos* resistente. Para fora, se as informações que saíam do Campo serviam para ser publicadas e divulgadas subversivamente a fim de ser denunciada a situação em que os presos do Tarrafal se encontravam e daí colher dividendos políticos (até internacionais), não é menos verdade que visavam igualmente gerar socorro aos detentos, que muitas vezes acabava mesmo por chegar sob a forma de medicamentos, dinheiro, roupa, tabaco ou outros artigos úteis. Para dentro, as informações que chegavam ao campo eram essenciais para que os quadros das organizações prisionais acompanhassem o que se passava no mundo exterior, para confiarem na luta partidária e seguirem as diretrizes emanadas pelas Direções Centrais. Apesar disso, nenhum revolucionário “tarrafalizado” se furtava ao amargo sentimento de se ver remetido «à condição de um objeto passivo, sujeito a uma disciplina draconiana, obrigado, como um autómato, a obedecer às ordens absurdas dos desalmados carcereiros» (Pedro 2011, 22) que lhe sugavam a vida e o afastava das fileiras do combate contra a ditadura.

2. Os Mecanismos de Liquidação dos Encarcerados

Na memória das vítimas, pelas circunstâncias e pelos acontecimentos que viveram, o Campo de Concentração do Tarrafal traduziu-se num lugar de pena de morte requintada e cruel, lugar «onde a PIDE instalara o seu campo para extermínio de antifascistas» (Firmo 1978, 145). Um “campo de morte lenta”, como o crismaram os que aí foram martirizados, lugar onde tudo fora pensado para «liquidar os prisioneiros, não de forma violenta e chocante, mas aos poucos, com a colaboração eficaz dos pântanos locais» (Pedro 2009, 374). A analogia do “velho sistema da gota de água a cair”, cadenciado, lento, torturante, “a matar lentamente para que o gozo do carrasco seja maior”, suscitava nos prisioneiros a percepção que podiam ser a próxima vítima e, por isso, atribuem-lhe o sentido figurado de «uma espada que pendia sobre a cabeça de cada um de nós» (Miguel 1977, 95), confirmando-se em todos os testemunhos a consciência que a morte era uma ameaça real e que agia conforme os acasos do clima e das vicissitudes da vida a que eram sujeitos.

Os presos que morriam eram abatidos ao efetivo sendo a causa do óbito oficialmente atribuída a patologias “aceitáveis” e, invariavelmente à natureza não clemente. Quando a razão do decesso não era simplesmente o clima, mas sim as infeções palustres e outras doenças, essas “fatalidades naturais” pelas quais nada nem ninguém podia ser responsabilizado. Os cativos, porém, tinham uma ideia muito diferente das razões por que tantos deles “iam desta para melhor.” Atestam-no múltiplos testemunhos que se as doenças liquidavam, mais não eram do que a etapa última de um processo de aniquilação que se iniciava mal se punha o pé na “colónia penal.” Ideia, de facto, nada delirante.

Tendo em conta que o inconfessado mas real e único intento do regime de Salazar ao abrir o campo era, de facto, o extermínio dos presos - como repetidas vezes lhes declarava o primeiro diretor, Manuel Martins dos Reis que estabeleceu a sinistra pauta, fazendo questão de brincar os neófitos do Campo com palavras que nem a forma mais rebuscada de humor negro poderia retratar de boas-vindas: “Quem vem para o Tarrafal vem para morrer!” Todos eles pois, literalmente, “seres-para-a-morte” (glosando Heidegger), condição sublinhada simbolicamente por fórmulas verbais acionadas regularmente e de modo quase ritualizado que suscitam a questão: À “sentença” proferida corriqueiramente “Vão todos cair como tordos!” seguia-se, quando se cumpria o vaticínio a

constatação satisfeita: “Morreu mais um bandido!”; isto enquanto o médico Esmeraldo Pais Prata, nas certidões de óbito que emitia, ostensivamente saciava o ódio que nutria pelos revolucionários. Estas e tantas outras expressões da gramática de maldição que preenchia a condição dos presos eram uma componente banal da vida do Campo. A tal ponto se vivia para morrer que nem mesmo o trabalho isentava: “Vamos a trabalhar! Se estão aqui é para morrer!” Instavam e instruíam amiúde os algozes. Como o prognóstico de extermínio se ia cumprindo aos poucos a credibilidade da persuasão volvia facilmente na constatação por parte dos reclusos: “foi, por isso mesmo, que para aqui nos enviaram”, escreve Rodrigues (1974). Desta socialização antecipatória que, bem vistas as coisas, coroava uma cultura de impotência, angústia e desespero, destinada a liquidar a utopia e a esperança dos enclausurados, participava o cerco duma natureza hostil que poupava aos verdugos o odioso do occídio. Mais cedo ou mais tarde, os pântanos envolventes rematariam o sistema carceral de miséria, subnutrição e desmoralização: as picadas dos anófeles encarregar-se-iam de envenenar os presos progressivamente; e «se alguma natureza mais robusta consegue resistir ao paludismo, ainda fica a tuberculose e a loucura» (Rodrigues 1974, 56).

Não surpreenderá pois o ressentimento dos sobreviventes e a sua tentativa de, sobre o borralho da II Grande Guerra, indexar o Tarrafal ao horror absoluto do extermínio industrializado instituído pelo nazismo alemão. Um dos mais conhecidos tarrafalistas, Cândido de Oliveira (1974), defendeu que, ainda que encoberto por uma neutralidade simulada, Portugal era de facto um país aliado e satélite da Alemanha hitleriana. Como em todos os “protetorados,” também em Portugal se teriam adotado práticas e soluções institucionais nazis. Confirma-o a criação de «Campos de Concentração, envolvidos pela típica teia de arame farpado, e neles os antifascistas expostos às mesmas torturas - fome, falta de assistência médica, trabalho-forçado - e à câmara de eliminação» (Oliveira 1974, 132) que, no Tarrafal, tomara a forma de uma pequena edificação a que chamaram “frigideira”.

Os tarrafalistas afirmam que, se «é verdade que o Tarrafal era a real imagem do fascismo, não o é menos que a “frigideira” simbolizava o Tarrafal, contribuindo decisivamente para o cognome que a esse foi posto: Campo de Morte Lenta.» (Miguel 1986, 77). Assim, a “frigideira” rapidamente se constituiu, entre os presos, em signo consumível do horror bárbaro a que estavam submetidos. Situada num lugar descampado a

uns metros do campo, esta câmara infernal feita em cimento media cerca de seis metros de comprimento por três de largura e dividia-se em dois compartimentos. As únicas aberturas que possuía eram a porta de ferro com pequenos orifícios que lhe franqueava a entrada/saída e, no topo, uma grade para o arejamento. Exposta ao sol tropical, no interior as temperaturas eram elevadíssimas, um “forno” como diziam os sujeitos. Durante o dia sentiam-se asfixiar. «Bastavam três presos castigados na mesma cela para caírem do teto, como chuva, as gotas de água condensadas da respiração. Íamos para o castigo descalços e sem cintos, e o nosso primeiro ato, ao fechar-se a porta sobre nós, era o de nos pormos nus. O calor era atroz» (Russell 1976, 22). Além disso, o ambiente interior era pestilento devido aos odores que se libertavam do balde destinado às necessidades fisiológicas colocado ao lado do cântaro que continha a água de beber. Esta, mesmo quente, era tão pouca que nunca chegava para saciar a sede dos suplicados que eram ainda expostos a uma variante hiperbólica do padrão de subalimentação do Campo. O regime alimentar, com efeito, alternava entre o pão-e-água e uma sopa rala.

Quando chegava a noite, o betão usado na construção da cela punitiva arrefecia e então, a temperatura no interior da câmara caía muito. Abundam os relatos sobre o frio que os enclausurado sentiam durante o período noturno, na escuridão mantinham-se estendidos no chão com os corpos desnudados e sem nada para os cobrir, tremiam sobre a areia espalhada no pavimento cimentado e, o mais comum era o frio acompanhar-se do desconforto dos grãos gravados na pele e da sensação aflitiva de estarem à mercê das ferradas dos parasitas e dos insetos que lhes transmitiam as mais diversas moléstias. Uns dias de permanência na “frigideira” bastavam para conferir aos subjugados, quando regressavam ao campo, uma aparência verdadeiramente famélica: descalços, sujos, mirrados, desgrenhados, barba hirsuta, cabelo sobre as orelhas, vestes esfarrapadas, «pareciam evadidos da cela de tortura de um manicómio» (Firmo 1978, 169), plenamente despojados da sua humanidade comum, portanto.

As memórias dos tarrafalistas estão ligadas ao sofrimento que experimentaram durante o tempo de clausura no campo. As lembranças que guardam sobre a “câmara de tortura” são um dos exemplos mais evidentes da desumanidade do regime prisional, os relatos que prestam a esse respeito são tão intensos que os próprios dão uma resposta à questão que colocam: «Não era pena de morte? – Era, sim, uma pena de morte sádica, uma pena de morte lenta para que os carcereiros assassinos pudessem gozar com o estertor do

moribundo» (Rodrigues 1974, 132). Opinião partilhada por Cândido de Oliveira, que também avaliou a prisão do Tarrafal durante o ano e meio em que lá permaneceu e a mencionou como um verdadeiro "Pântano da Morte", pois «era esse o objetivo! O anófeles ao serviço da ditadura. A biliosa, a substituir a pena de morte. A preencher uma lacuna – da legislação salazarista» (Oliveira 1974, 125).

Viver (literalmente) paredes-meias com a sevícia radicalizada e sob o contínuo espectro da morte é uma experiência perturbante, verdadeiramente difícil de lembrar e impossível de descrever nas suas múltiplas dimensões. Porquanto, todas as narrativas sobre a experiência prisional convergem para a construção do sentido atribuído ao Campo do Tarrafal como sendo um destino fatídico que, ali, virgulava a condição carceral num *ser-para-a-morte*.

Generalizou-se entre os presos a convicção de que estavam ali para morrer, esta ideia consolidava-se, particularmente, na verificação de que o Campo fora precisamente «instalado a cerca de um quilómetro do cemitério do Chambão, que ficando ali, mesmo “à mão de semear”, onde os mortos possam ser enterrados sem dar nas vistas, constituía, num projeto montado com aquela intencionalidade, uma evidente vantagem prática» (Pedro 2009, 374) para os propósitos do salazarismo, mitigando o impacto da morte dos internados, livrando-se do ruído comovido das famílias inconformadas e afastando os olhares críticos e indiscretos, por conseguinte, era desnecessária a justificação pública sobre as ocorrências no interior do Campo.

A par das vantagens atrás referidas, cabia a ordem de libertação para os presos que se apresentavam irremediavelmente debilitados pelos maus tratos e pelas doenças contraídas no Campo. Um dos casos é reproduzido nas memórias escritas de Francisco Miguel (1977):

Mas houve presos antifascistas que foram assassinados no Tarrafal, embora só viessem a morrer já em Portugal e quando já estravam em liberdade. Foi o que aconteceu ao nosso saudoso camarada Alberto de Araújo, a cuja memória os seus camaradas e todo o povo de Amada prestaram sentida homenagem em 14-12-74, dia em que, se ainda vivesse, ele completaria 65 anos” (p.11).

3. A Morte Resultante de Um Projeto Político

Em abril de 1937, durante a direção do Capitão Manuel dos Reis, Esmeraldo Pais Prata foi nomeado médico privativo do campo de concentração do Tarrafal. Apresentou-se para dar consultas e desde logo, revelou abertamente as suas intenções para não criar falsas expectativas nos reclusos, usando de um discurso e de um atendimento hostil aos doentes, depreciando as queixas e ridicularizando intencionalmente o sofrimento alheio sem se importar com os resultados negativos que os tratamentos, omissos ou negligentes que prescrevia, representavam para a saúde dos pacientes. Profissionalmente, sobrepunha as suas opiniões e vontades às regras deontológicas que guiam o exercício da medicina e, por isso, não ocupava o seu tempo com a avaliação dos sintomas, diagnósticos e tratamentos adequados às doenças que acometiam os presos, limitava a sua ação clínica a uma ida matinal até ao Posto de Socorro.

Quando o médico chegava ao Campo, soava um toque, pancada no troço do carril, que era específico para a chamada dos doentes, que então se juntavam à porta do consultório e aguardavam que chegasse a sua vez de serem atendidos. Os testemunhos descrevem o momento em que o viam entrar no Campo: «de capacete colonial na cabeça, camisa alvinitente, sempre de óculos fumados, a impedir, certamente, que o fitássemos bem nos olhos, e um leve sorriso à flor dos lábios – cínico sorriso... vinha assistir, metodicamente, à agonia lenta, inexorável, que consumia os reclusos» (Firmo 1978, 155). Assim, Esmeraldo Pais Prata era visto pelos presos como um mau médico mas todos lhe reconheciam o bom desempenho das suas funções de carrasco da PVDE, que durou até ao fim do seu mandato em 1945.

As trágicas consequências do “Período Agudo”

Nos primeiros meses de existência do Campo do Tarrafal, entre finais de 1936 e meados de 1937, o tempo foi de seca. Os presos sentiam-se animados. Eram homens relativamente jovens, sadios e decididos a ultrapassar qualquer obstáculo que se lhes apresentasse. Inesperadamente, precisamente numa altura em que proliferavam os castigos mais impiedosos, estes são confrontados com o período das chuvas e com o surgimento das chusmas de mosquitos. Num intervalo de dias, todo o campo se transformou num recinto

mórbido onde cerca de 200 internados “ardiam” em febres altas. Sem médico que os tratasse, sem medicamentos adequados às enfermidades de que padeciam e sem esperança de auxílio externo, apenas podiam contar com um enfermeiro diplomado, Virgílio de Sousa, que havia chegado ao campo na 2.^a vaga de deportados, em junho de 1937 e que, incansavelmente se propunha prestar assistência a todos os enfermos. Debalde, na maior parte dos casos. Os meios e as possibilidades terapêuticas de que dispunha, especialmente para combater o paludismo, que se propagava velozmente entre a população de internados, eram escassos e primários. Resumiam-se ao termómetro, à aplicação de clisteres, compressas de água fria para baixar a temperatura do corpo e, como último recurso, o escalda-pés.

No dia 20 de setembro de 1937 a morte chegou ao Campo e em pouco mais de um mês a “febre biliosa” vitimou sete prisioneiros, todos eles pertencentes à primeira remessa que inaugurara o Campo em outubro de 1936, resistiram apenas um ano ao Campo. As duas organizações prisionais são afetadas no mesmo dia com a morte de Pedro de Matos Filipe, libertário ligado ao processo do 18 Janeiro em Almada e de Francisco José Pereira, comunista implicado na “Revolta dos Marinheiros”. No dia seguinte é a vez do comunista Augusto da Costa, condenado devido ao envolvimento no “18 de Janeiro” na Marinha Grande. Mais um dia e morrem outros dois presos: destes, conta-se o grande sofrimento a que o jovem comunista Rafael Tobias Pinto da Silva foi submetido, ao ponto de ser levado para a morgue ainda com vida «pois pensava-se que não duraria senão alguns minutos. A agonia prolongou-se até ao dia seguinte» (Soares 1975, 42); o outro desventurado era o socialista Francisco Domingues Quintas de 47 anos de idade, expulso da Galiza, em agosto de 1936, por ter tomado parte ativa do movimento revolucionário contra Franco, uma vez em Portugal fora enviado para o Tarrafal juntamente com os seus dois filhos. No dia 24 morre mais um comunista, o marinheiro Cândido Alves Barja, de 27 anos de idade. Em outubro, para assinalar o dia em que fazia exatamente um ano que os primeiros presos tinham chegado ao Campo, morre o libertário Abílio Augusto Belchior.

Ao contrário do que sucederia posteriormente durante todo o restante período de funcionamento do Campo, estas mortes foram objeto de uma ocultação deliberada que pôs em sintonia cúmplice masmorreiros e uma parte dos presos. Este invulgar *pacto de silêncio* foi justificado pela surpresa – pelo modo inesperado como a morte irrompeu – e pelo dever de zelar pelos camaradas internados. Atendendo a que, na altura, praticamente todos os

reclusos se encontravam afetados pelas “febres palustres”,⁵ era obrigação dos que ainda possuíam forças para cuidar e confortar os enfermos mais debilitados poupá-los ao choque da morte dos companheiros.

Em harmonia, para que o pânico e a desmoralização não se apoderassem da população prisional, todo o processo que decorria desde a insularização dos moribundos até às exéquias fúnebres foi codificado para assegurar a máxima discricção. A evacuação para a enfermaria, que na altura não passava de uma barraca de madeira desprovida de recursos médicos, era precedida pelo ato de cobrir o rosto aos agonizantes e acompanhada por clichés putativamente dissipadores da angústia dos doentes em situação menos grave. Perante a indiscrição destes, convocavam-se “desculpas” que, em princípio, os sossegarium; “foram transportados para o Hospital da Praia para serem tratados”, era talvez a mais comum.

Na exteriorização da mentira piedosa, importa notar, concorriam outras importantes tarefas de que se destacavam, por exemplo, a preparação do corpo do defunto e contrariar a vontade do diretor de que «os corpos fossem de corpo à terra, para evitar as despesas com o funeral» (Aquino 1978, 95). Disso tratavam os mais entendidos no ofício da carpintaria, deitando mãos-à-obra na construção urgente dos caixões clandestinos. Podiam suceder-lhe, então, o transporte dos defuntos até ao cemitério e o enterramento propriamente dito, abrindo as covas, pondo o féretro à terra, lançando enfim um último adeus ao finado, posto o que se volvia ao campo.

A bem dizer, na fase primordial em que os sete passamentos ocorrem tudo era novidade na experiência concentracionária que os internados então provavam. Os acamados não suspeitavam de que o ruído das plainas e das serras que rompia o silêncio noturno que pairava sobre o Campo fosse o da transformação de uma mesa de refeitório num caixão. Dava-se o caso de não estarem preparados para enfrentar tão dura realidade, aceitando, num misto de candura e autoindulgência, as explicações bondosas e por certo evasivas que iam ouvindo. Como vinca um testemunho nas suas memórias: «a verdade é que os nossos espíritos estavam predispostos para acreditar em qualquer coisa que

⁵ Termo usado na linguagem popular para expressar as febres resultantes do paludismo.

significasse uma esperança de saída para a desesperada situação em que nos encontrávamos» (Pedro 2009, 421).

Por contraste, o médico do campo, Esmeraldo Pais Prata, estava preparadíssimo para cumprir a tarefa de assinar as certidões de óbito. Se, durante o surto, não apareceu no campo para consultar os doentes, também não precisou de ver os cadáveres para confirmar os óbitos. Para os presos, esta conduta comprovava que o médico mais não era do que um serviçal do Estado Novo, um instrumento da sua política de liquidação, se necessário física, da oposição política. Um médico que, enfim, abjurara o juramento de Hipócrates subvertendo as funções de cuidar e salvar as vidas dos presos no propósito de tudo fazer para que a saúde destes se degradasse. Médico assim era desprezível e as suas consultas de nada serviam aos presos, merecendo inteiramente a denominação pejorativa de “Tralheira” que lhe atribuíram.

A gravidade da epidemia que assolava o Campo assustou tanto os carcereiros que estes depressa evitaram o contacto com os presos, o que obrigou as autoridades a tomarem atitudes decisivas. Contrataram pessoal da ilha para capinar o Campo e para colocar porções de enxofre nas zonas mais críticas, por fim, uma camioneta transportou para o acampamento água potável oriunda de Santa Catarina. Este disfarce da situação não evitou que o temor se propagasse, o que «na ilha produziu um certo burburinho com reflexos de superstição e pânico na população da vila e arredores! A este período chamou-se-lhe o “Período Agudo”!» (Pires 1975, 197).

A morte como contingência da vida no Campo

Após a passagem do “Período Agudo”, a morte, como tudo o mais, normalizou-se. O acampamento foi-se restabelecendo e os aprisionados aprenderam a encarar a morte como contingência da vida no campo. Normalização não significa porém, pacificação interior. A contraparte subjetiva da normalização da morte foi, desde logo, a incorporação, por muitos dos presos, duma cultura de impotência, angústia e desespero que, uma vez inculcada, fomentava guinadas salvíficas mágicas pouco propícias à resistência organizada em bases propriamente políticas. Não se estranhe pois a proliferação entre os internados de velhas superstições que prediziam desgraças iminentes. Não faltavam presos que se impressionavam e debatiam diante dos bandos de corvos negros que todo o dia

sobrevoavam o campo; ou outros apavorados pelos uivos dos cães que soavam noites adentro. Mas a normalização da morte atraiu outra disposição ainda: mais ou menos permeados pela cultura de impotência, angústia e desespero, todos os presos possuíam a consciência de que poderiam ser o próximo mártir a expirar naquele lugar maldito e por isso, em jeito de brincadeira, por vezes quando tocavam nas mesas do refeitório, diziam entre eles: “Quem vestirá este sobretudo de pau?”.⁶ Muitos acabavam por se socorrerem desse conhecimento para se prepararem para morrer em nome dos valores que lhes davam sentido à vida. Afinal, o *ser-para-a-morte* não tinha de ceder à desvirtualização que, de fora, lhe queriam impor, apesar de não ser esta a morte que almejavam e explicam porquê: «Esta frente de batalha é inglória, porque se morre sem combater. A nossa coragem, a nossa energia, o nosso amor pelo povo, são as únicas armas que possuímos e com elas uma forte confiança no futuro» (Soares 1975, 74).

Importa notar que, em certo sentido, não há nada de extraordinário nessa resinificação do *ser-para-a-morte*. Nestas circunstâncias, as culturas revolucionárias de resistência, de pendor anarquista e comunista, convergiam quanto ao valor concedido ao “bom comportamento” perante a vida e perante a morte. Conduzir-se “como deve ser”, isto é, com bravura, lealdade e determinação férrea de dignificar a causa política abraçada, que não se verga nem se vende, era um desejo coletivo, interiorizado, uma pauta identitária essencial. O preso que suporta (com estoicismo revolucionário), longos e cruéis sofrimentos, é uma vítima nas mãos dos guardas, mas não desbarata a sua dignidade de resistente. Era assim que os «valentes morriam no Tarrafal! honrando a espécie humana, a gente lusa, vencendo pela ideia o abraço gelado da Morte» (Rodrigues 1974, 298). Deste modo, a morte passa a constituir um signo atualizável em cada morte heroica do martírio a que os revolucionários eram sujeitos.

No caso dos comunistas, deve-se realçar que se submetiam voluntariamente à disciplina e à doutrina imposta pelo partido. Eram-lhes expressamente «vedadas as fraquezas e as dúvidas, mesmo aquelas momentâneas que assaltavam o comum dos prisioneiros inspirados por outras ideologias. O rigor disciplinar uniformizava o comportamento dos seus quadros» (Pedro 2009, 434). Isso, de resto, reflete-se (ou

⁶ Expressão retirada do livro de Francisco Miguel (1986, 81).

transparece) nas memórias escritas por vários tarrafalistas comunistas: usam o mesmo tipo de linguagem para descrever a postura que valorizavam e não se poupam na ilustração do heroísmo dos seus pares de partido, da coragem com que encararam o sofrimento e a proximidade da morte. Assim, o “Partido” determina com rigidez o comportamento que é preciso demonstrar nos derradeiros momentos (mais difíceis) de agonia. Ao “camarada” está interdito condoer-se ou arrepender-se da luta travada contra o fascismo, o dever é receber a morte em nome da uma causa tão nobre, com orgulho e firmeza. Se, nessa hora, há motivo de penitência ele dirige-se aos camaradas: que estes lhe perdoem a «impotência física para vencer a morte e para acompanhá-los na luta até ao triunfo da causa revolucionária porque lutavam» (Russell 1976, 106).

A normalização da morte já estava consideravelmente consolidada quando, em 1938, embora a farmácia do campo já estivesse munida com alguns medicamentos indicados para o tratamento da malária, a doença volta a atingir as duas organizações políticas com a morte de mais três presos e, mais uma vez, sem que lhes fosse dispensada assistência médica. Desde então, sabemos-lo de ciência certa, a comunidade prisional providenciou todos os trabalhos necessários à execução dos rituais fúnebres dos seus mortos.

No dia 21 de janeiro, Francisco do Nascimento Esteves que chegara ao Tarrafal no segundo magote de desterrados, em junho de 1937, não resistiu à incoerência do paludismo e da clausura. Este comunista morreu aos 24 anos de idade, pelo que os «jovens comunistas e anarquistas acompanharam-no ao cemitério, com autorização do diretor José Júlio da Silva, e aí, um jovem anarquista proferiu um pequeno discurso de saudade, antes que o seu cadáver fosse enterrado» (Soares 1975, 49). Em 27 de Março foi a vez da Organização Libertária sofrer um duro golpe com a morte de um dos seus mais importantes dirigentes. Arnaldo Simões Januário, militante ativo da "União Anarquista Portuguesa" e colaborador ativo nos diversos órgãos da CGT, na última década sofrera sucessivas prisões e deportações, nomeadamente para o campo de concentração de Okussi, em Timor, de onde regressara em 1932. Ligado à preparação do Movimento Operário do 18 de janeiro de 1934 é detido e condenado a vinte anos de prisão, sendo deportado para o Forte de São João Batista, nos Açores, e daí para o campo de concentração do Tarrafal onde veio a

morrer de “biliosa anúrica”.⁷ De notar que estas duas mortes ocorrem durante a direção de José Júlio da Silva que, de forma inédita, autoriza que todos os presos que queiram possam acompanhar o corpo dos seus camaradas até ao cemitério.

Em dezembro do mesmo ano, o dirigente comunista Alfredo Caldeira, quatro anos depois de ter expirado a pena a que fora condenado, entra numa agonia que se prolonga por 12 dias, mantendo-se lúcido e consciente da proximidade da morte. «A sua vida de sacrifício, o heroísmo da sua juventude, a sua capacidade política, deixou um lugar vago no Comité Central do Partido Comunista Português e nas fileiras antifascistas» (Soares 1975, 54). De resto, comportou-se heroicamente pois morre exatamente com a mesma coragem com que vivera, a de um comunista convicto.

Mais tarde, após a edificação dos pavilhões em alvenaria, mal se passava o portão de entrada via-se lá ao fundo uma construção distinta, ladeada pelos pavilhões B e C, que era o “Posto de Socorro” destinado ao tratamento dos doentes e ao Consultório Médico. O consultório também servia de casa mortuária, para onde eram enviados os moribundos a fim de ficarem longe do olhar aterrado dos doentes que se encontravam na enfermaria, a lutar pela vida.

Passava um ano sobre a última morte ocorrida no campo, quando Fernando Alcobia, com apenas 24 anos de idade, faleceu vítima do paludismo e dos maus-tratos. Na altura em que foi transferido do Aljube para o Tarrafal, este jovem comunista já havia concluído o tempo de pena de prisão a que fora condenado e, durante os três anos que esteve no campo, sofreu as mais vis brutalidades nas mãos dos carcereiros, acabando por consumir as resistências físicas entre a violência dos trabalhos forçados e os sofrimentos na “frigideira”.

O espectro da morte prossegue com mais três mártires em 1940. Primeiro morreram os militantes comunistas, Jaime da Fonseca Sousa em 7 de julho, após subsistir três dias em coma e no mês seguinte, Albino António de Oliveira Júnior com uma peritonite, patologia que não está associada ao paludismo mas provavelmente à febre tifoide.

⁷ Termo usado pelos testemunhos para mencionarem uma forma grave do paludismo que cursa com insuficiência renal.

A organização libertária foi ferida na sua vitalidade com a perda do seu líder.⁸ Nos primeiros dias de outubro, Mário Castelhana baixou à enfermaria com febre intestinal e, ao fim de quase duas semanas de sofrimento, acabou por expirar nos braços de um camarada. A capacidade de liderar as massas e as qualidades humanas deste dirigente anarcossindicalista são exaltadas em todos os testemunhos, a sua morte causa uma profunda consternação no acampamento e um profundo vazio na organização libertária, não só na que se constituiu dentro do Campo como a nível nacional. Nesse dia, um presenciador escreveu:

Os inesquecíveis martírios e sofrimentos dos meus camaradas jamais os vi com fria indiferença, pelo contrário, têm-me afligido quase com o máximo de depressão, desespero e desilusão. São horrores que um homem é obrigado a observar em forçadas doses num breve período de tempo e em circunstâncias excepcionalmente penosas.

Oh vilania! Oh monstruosidade! Quando terás fim? Que tempos malditos ceifam a vida de homens tão valorosos. Hoje, a dor da morte do meu camarada e companheiro Mário dos Santos Castelhana é maior que as palavras.

(Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1940)

Por este tão sentido lamento, tira-se a ideia da conturbação causada pela revolta que invadia o pensamento dos presos face às mortes que iam ocorrendo e a de Mário Castelhana em concreto para os libertários como os próprios evidenciam: «Com o desaparecimento de Mário Castelhana algo desaparece de nós mesmos e que dificilmente tem explicação» (Pires 1975, 238).

A ausência dos medicamentos que ficavam guardados na farmácia do campo sob a custódia do “médico tralheira” permitia que as doenças que afetavam o acampamento agissem ao sabor do acaso. Segundo os testemunhos, os fármacos eram desviados de jeito intencional, o que se traduziu numa grande mortandade de presos entre os anos de 1941 a 1943. Só durante o ano de 1941 morreram seis presos, em 1942 morreram quatro e em 1943 morreram outros quatro.

⁸ Mário Castelhana já sofria de patologia intestinal desde o seu aprisionamento em Angra do Heroísmo, desconhecendo-se a origem se inflamatória ou infecciosa.

No início de Janeiro de 1941, Jacinto de Melo Faria Vilaça, que tinha sido capturado em sequência da “Revolta dos Marinheiros”, morre aos 27 anos de idade, vitimado pelo paludismo. Em setembro do mesmo ano faleceu Casimiro Júlio Ferreira, militante do Partido Comunista condenado devido ao envolvimento no “18 de Janeiro” na cidade de Lisboa. Em outubro morreu o republicano António de Oliveira de Carvalho, enviado para o Tarrafal em Junho de 1939. Rodrigues conta o pavor que o desventurado, estimado por todos, sentiu ao perceber que tinha urinado negro, era um sinal fatídico da “biliosa anúrica”. Arrastado para a enfermaria, deixou a vida escoar-se juntamente com a bÍlis e no dia seguinte já estava «metido no caixão e sepultado na terra» (Rodrigues 1974, 49). Oito companheiros acompanharam o funeral até ao cemitério e o diretor Olegário Antunes também esteve presente.

Ao princípio da noite de 4 de novembro, faleceu o comunista António Guedes de Oliveira e Silva devido a uma biliosa, tinha 40 anos e viera para o Tarrafal em abril de 1939. No mês seguinte mais dois militantes do Partido, chegados na primeira leva de presos, são também atingidos mortalmente pela biliosa, suportaram apenas quatro anos de enclausuramento no campo. O primeiro chamava-se Ernesto José Ribeiro, tinha de 30 anos e fora preso na sequência do Movimento do 18 Janeiro em Lisboa. O segundo foi o canteiro João Lopes Diniz que, com apenas 37 anos de idade já apresentava um semblante envelhecido, fora «condenado, pela força, a depauperar o organismo até à morte» (Rodrigues 1974, 65).

Uma morte diferente chega ao Campo a 7 de janeiro de 1942. Henrique Vale Domingues Fernandes fazia parte dos jovens marinheiros da ORA e desde que chegara ao Campo, havia mais de cinco anos, tinha a função de enfermeiro-ajudante. A notícia da sua morte foi perturbante para o acampamento, quer pela forma imprevista com que ocorreu, quer pelo injusto remate do altruísmo com que o preso sempre pautou a sua existência. Os acontecimentos são descritos do seguinte modo: O Dr. Manuel Baptista dos Reis, médico enclausurado no Campo desde junho de 1941 por ter combatido na Guerra Civil de Espanha, estava a trabalhar na formulação de um soro destinado ao tratamento do paludismo, mas era necessário testar o medicamento antes de ser injetado nos enfermos. Henrique Vale Domingues Fernandes, António Gato Pinto e António Marreiros, submeteram-se voluntariamente como cobaias para a realização do “ensaio clínico”. Como resultado das doses administradas, o último ia morrendo de taquicardia e sofreu uma

congestão facial que o deixou com a boca torta e com a paralisia dos membros superiores e inferiores do lado esquerdo. António Gato Pinto não registou efeitos adversos à substância, mas, em Vale Domingues Fernandes, o soro provocou uma crise identificada como nitratoide que o levou a óbito na tarde do dia seguinte.

O ano de 1942 prossegue com a mortandade por biliosa de outros três elementos comunistas, incluindo o seu líder, Bento António Gonçalves, no dia 11 de setembro. Os testemunhos sublinham que Bento Gonçalves encarou a morte descontraidamente, tendo primeiro exclamado para os camaradas: “Acho que estou com elas”, era a expressão usada pelos presos para anunciarem que tinham contraído o paludismo. Na enfermaria, confirmou-se o prognóstico, mas, era preciso dar o exemplo de como se devia morrer. Desta maneira, Bento Gonçalves dominou a angústia e, meio a sorrir, disse para os companheiros: “Preparem outra mesa!”. Ao terceiro dia a quietude da noite foi interrompida pelo ruído frenético dos martelos a bater sobre as tábuas de uma mesa até que estas se moldassem à forma de um caixão. No “Posto de Socorro” realizou-se a vigília ao defunto, os cativos iam-se rendendo em «turnos de homenagem à memória daquele que, pelo seu comportamento exemplar, granjeara o respeito não só dos seus camaradas, mas também dos seus adversários. Muitos não continham as lágrimas» (Pedro 2009, 452). As narrações revelam que os comunistas tinham regras fixas e bem definidas para o ritual fúnebre e a própria escolha dos que iriam acompanhar o defunto até ao cemitério obedecia a critérios políticos.

Dois meses depois da morte de Bento Gonçalves, dia 11 de novembro, morre mais um preso. Damásio Martins Pereira sucumbiu devido a uma biliosa, tinha chegado ao Campo em junho de 1937. Calceteiro de profissão já tinha sido enviado para Timor como elemento perigoso e indesejável e, no regresso a Lisboa é novamente deportado, desta vez para o Tarrafal da Morte.

Para finalizar o ano de 1942, no dia 28 de dezembro faleceu tuberculoso mais um comunista. António de Jesus Branco, contava 36 anos de idade e tinha chegado ao Tarrafal na primeira leva de presos. Dos seis anos que passou enclausurado no campo, nos dois últimos já se encontrava acamado e dependente da dedicação dos companheiros. Ao que dizem, após tão prolongado sofrimento, o preso acabou por morrer sem manifestar um queixume sequer.

No ano de 1943, a morte repartiu-se igualmente por dois membros do partido comunista e por outros dois libertários. Em 13 de janeiro morre tuberculoso o comunista Paulo José Dias, que chegara ao Tarrafal em junho de 1940. Nos últimos dias de vida soltava pela garganta golfadas de sangue viscoso e coagulado que o deixavam de tal modo ascoroso que até para os amigos mais dedicados se tornava repugnante.

No mês seguinte, dia 14 de fevereiro, o campo foi sobressaltado com a notícia de mais uma morte. Um jovem libertário, preso pelo seu envolvimento no processo do 18 de Janeiro em Almada, não resistiu ao paludismo. Joaquim Montes, partidário da Liberdade e da Justiça Social fora condenado a 14 anos de deportação e só sobreviveu sete anos ao clima infernal da ilha, também ele esteve três dias agonizando na enfermaria, ganhou uma cor amarelada e por fim o médico assinou a «certidão de óbito e a camioneta do lixo levou-o para a cova» (Rodrigues 1975, 112).

No dia 11 de junho, sete anos depois de ter sido deportado para o Tarrafal sem qualquer julgamento que o condenasse, morre o libertário José Manuel Alves dos Reis. Havia muito tempo que se encontrava doente e dependia da ajuda dos companheiros, para se recostar nos travesseiros, para comer, para lhe lavarem a «roupa, os pratos, as colheres, os lenços cheios de lixo vomitado de um estômago que já cheirava mal» (Rodrigues 1974, 122). O funeral realizou-se na mesma tarde e mais uma vez se fez ouvir, durante a formatura, a citação necrológica da ordem de serviço.

No dia 15 de novembro, morre com 36 anos de idade o preso Francisco Nascimento Gomes em consequência de traumatismo renal causado pelos brutais espancamentos aplicados após uma tentativa de evasão. Para ajudar na degradação do seu estado de saúde, ainda esteve 60 dias de castigo a pão-e-água, em dias alternados, na frigideira, já moribundo, baixou à enfermaria fisicamente esgotado e fatalmente impaludado. Este comunista chegara ao Tarrafal em abril de 1939 e havia mais de três anos que já tinha cumprido o tempo de prisão a que fora condenado.

A tuberculose acarreta mais uma vítima no mês de junho de 1944. Edmundo Gonçalves expirou precisamente sete anos depois de ter chegado ao Campo na remessa de junho de 1937, pelo que se sabe havia «mais de 42 meses que expirara a pena a que o preso fora condenado mas, para este republicano de esquerda, a esperança de voltar à liberdade foi consumida pelo sofrimento» (Firmo 1978, 184).

Em 1945 morre mais um libertário pertencente ao processo do Movimento Operário do 18 de Janeiro em Almada. Manuel Augusto da Costa contava 58 anos de idade e sofria de diabetes, bastante fragilizado, sucumbiu ao fim de nove anos no Tarrafal e numa penosa agonia. A morte aconteceu poucos dias depois de ter cumprido 30 dias de castigo na “frigideira”, dizem que o motivo do castigo foi o teor de uma simples carta escrita ao filho. Por ter rachado em 1939 as suas atitudes foram bastante criticáveis e, ainda que não se tenha juntado aos esbirros nem atraído a OLPT, muitos dos presos recusaram-se a participar no velório e ninguém das organizações políticas compareceu no enterro, apenas um republicano, dos “rachados”, lhe enviou um ramo de flores e o diretor David Prates da Silva esteve presente no funeral. Apesar do que se passou o indivíduo é lembrado com saudade pelos companheiros que reconheceram, que Manuel Augusto da Costa, «desde a sua mocidade combateu contra as injustiças sociais e implicitamente defendia uma sociedade sem explorados e exploradores» (Aquino 1978, 221). Assim era, este revolucionário anarquista que não resistiu - nem moral nem fisicamente - ao Tarrafal.

Em finais de 1948, após 12 anos de prisão no Tarrafal, morrem mais dois comunistas que integravam o grupo dos “fundadores do Campo”. A três de novembro, o marinheiro Joaquim Marreiros que sofria há anos de uma úlcera péptica, sem que tenha beneficiado de qualquer tratamento, «debate-se com fortes dores de estômago, deita pela boca golfadas de sangue e morre» (Aquino 1978, 266). Alguns prisioneiros e o próprio diretor David Prates da Silva acompanharam o corpo até ao cemitério. Por fim, no dia 28 de dezembro António Guerra, após doença bastante prolongada e já praticamente cego, sucumbiu de tuberculose. Detido e deportado para o Tarrafal na primeira leva, devido ao envolvimento no Movimento Operário do 18 Janeiro na Marinha Grande, já havia regressado ao continente em 1944 mas, ingloriamente, voltou a ser capturado e reenviado para o Tarrafal, de onde já não saiu com vida.

De 1938 em diante, as mortes ocorreram em diversos momentos e circunstâncias. As descrições fornecidas pelos testemunhos permitem estimar a regularização (e ritualização) a que a prática mortal foi sujeita. Os reclusos envolviam-se amplamente nos cuidados dispensados aos moribundos. Nestes momentos dolorosos era preciso transmitir algum conforto aos que da morte se acercavam com maior ou menor rapidez. À agonia que podia ser lenta e martirizante seguia-se a pressa do enterro. As exéquias tinham de ser rápidas devido às condições climáticas que aceleravam a decomposição dos corpos. Enquanto uns

lavavam e vestiam os cadáveres já visivelmente deformados pela doença, outros passavam pelo refeitório e escolhiam uma mesa que, a seguir, levavam até à carpintaria para ser transformada numa caixa mortuária, ou dito na linguagem do Campo, num “sobretudo de madeira”. Ainda que já familiarizados com o protocolo, a fazedura do féretro abalava sempre o acampamento, ninguém podia esquivar-se do significado do ranger das serras e do “som macabro” do martelo. A batida surda e compassada deste na tábua era assim sentida: «penetrava-nos no cérebro, aturdiá-nos, esmagava-nos» (Firmo 1978, 158). O talhe das lápides e gravação a cinzel das inscrições para as sepulturas completava o ramalhete dos artefactos funéreos de que a comunidade penal não prescindia.

No “Posto de Socorro”, os presos reuniam-se em vigília para renderem homenagem ao camarada defunto. Faziam turnos de modo a dar oportunidade a todos os que pudessem e quisessem participar, era nesses momentos que davam larga à emoção, aproveitando para aliviar a sua própria angústia. Quando a camioneta que trazia os panejamentos pretos chegava junto da casa mortuária, então, fechava-se o caixão e os camaradas mais íntimos transportavam-no até lá. A Direção do Campo ordenara que só alguns acompanhavam o corpo do defunto ao cemitério. Por norma, a “distinção” recaía em dez camaradas, um de cada caserna. Então, começava o rito de despedida dentro dos limites do Campo com os detentos repartidos por duas fileiras e de chapéu na mão. Quando a carrinha passava por eles, saudavam o defunto e caminhavam atrás até à porta do campo, ali ficavam imóveis e num pesar interiorizado. Naquele quadro específico de interação em que a audiência abria simultaneamente para algozes e padecedores, a contenção tornava-se especialmente crítica. O mesmo semblante servia para não perder a face perante os algozes – que ansiavam mas não esperavam que os prisioneiros cedessem e humilhassem, performatizando a impotência e angústia – e perante os pares de desumanização – que ansiavam e esperavam uns dos outros o que se anseia e espera de um revolucionário: a grandeza de vencer as próprias fraquezas, conter as palavras, controlar os gestos e resistir corajosamente à extrema adversidade. A carrinha seguia até ao cemitério da Achada para sepultar o cadáver. Tudo ocorria sem um registo, longe dos membros da família e dos amigos, sem palavras de reconhecimento nem flores. O corpo descia à sepultura e quando a terra caía sobre o caixão, era a hora do último adeus dado em surdina pelos que continham a sua revolta num punho fechado (como um imperativo categórico): A luta continuará, camarada!

4. Outras histórias de Mortificação dentro do Campo

Mortes não reclamadas

Como exceção às mortes lentas causadas pelas doenças típicas do Campo, encontra-se uma referência ao assassinato do recluso Artur Santos Oliveira, conhecido pelo "Tarugo" e natural de Beja.

Decorria o ano de 1949, quando o padecedor, que se encontrava aprisionado num subcampo, tentou a fuga em pleno dia. Num momento de desvairo, levantou uma chapa do telhado e despreocupadamente desceu pela parede do pavilhão, depois, dirigiu-se para o cerco de arame farpado e internou-se na vala. «A sentinela aproximou-se dele e, à queima-roupa, desfechou-lhe um tiro que lhe varou o coração» (Aquino 1978, 274).

Os vários testemunhos e a história do campo de concentração português não reivindicam o assassinato deste indivíduo, nem as suas ossadas constam no mausoléu memorial das “Vítimas do Tarrafal”, situado no cemitério do Alto de São João em Lisboa, lugar para onde os restos mortais dos outros 32 presos mortos no Campo foram trasladados a 18 de fevereiro de 1978, para receberem a justa homenagem de resistentes antifascistas. Quiçá a explicação resida na classificação atribuída ao sujeito de “preso de delito comum”, o que reforça o argumento que, para os “resistentes”, a *grandeza* é um atributo aplicado exclusivamente aos presos empenhados na luta política.

O silêncio que paira sobre a memória do grupo de deportados que foram ambigualmente rotulados de “presos comuns” é mais uma vitória conseguida pelo regime salazarista e uma interrogação que se encontra em aberto para a história.

Compensações emocionais frágeis

Também os cães esfomeados que entravam no campo eram objeto dos atos cruéis e injustificáveis praticados pelos guardas. Nos tempos de maior repressão, eram abatidos a tiro como forma de quebrar o ânimo dos prisioneiros que tanto os acarinhavam mas, como vários testemunhos o recordam, nem todos os cães tiveram a sorte de uma morte rápida. O “Mangonha” foi um dos casos que muito impressionou os presos, o cão era-lhes muito afeiçoado e, ao ser baleado pelo guarda não morreu logo, entre ganidos de dor ainda tentou

refugiar-se junto dos presos mas, uma segunda bala foi disparada e feriu-o de morte. Outro cão, o Bob, que lhes tinha sido oferecido pela esposa de um oficial, também foi alvejado pelos guardas mas como sobreviveu ao tiro, os prisioneiros esconderam-no nas casernas e cuidaram dele até estar completamente curado dos ferimentos. No entanto, o Bob estava condenado a uma morte violenta, pouco tempo depois constou no acampamento que os guardas, entre eles havia um já conhecido pelo mata-cães devido ao atípico comportamento, o agarraram e enrolaram-lhe ao pescoço uma corda com uma pedra e depois jogaram-no para o fundo do mar.⁹

Quando a repressão sobre os presos abrandava, os cães voltavam a trazer afetos e alegria ao acampamento. Mas não eram os únicos animais amigos, a fauna era generosa e desempenhava um papel bastante positivo ao preencher um vazio na vida dos encarcerados. A relação com os animais tanto se estabelecia pela utilidade que estes lhes prestavam, como foi o boi mansarrão, de nome “Pinto”, comprado pelo capitão José Júlio da Silva para puxar o carro que carregava os bidões de água para abastecimento do Campo; como pela simples diversão, fosse o pardal que lhes vinha comer às mãos ou quando simulavam pegas aos touros que entravam no Campo. Também apreciavam a companhia de outras aves, como foi exemplo a “galinha maluca” que salvaram quando ainda era pinto das garras de um milhafre e que, a partir daí, os seguia para todo o lado.

A relação dos cativos com os animais adotados humanizava o campo, essencialmente pelo vínculo emocional, eles salvavam, alimentavam, tratavam dos feridos, cuidavam com carinho e conviviam. Com especial importância foi o caso do Manuel Maria da Silva Pinho, ex-combatente na Guerra de Espanha e preso no Tarrafal entre 1941 e 1947; quando chegou ao Campo já sofria do “Mal de Pott”, nome dado à tuberculose óssea que originava a formação de abscessos paravertebrais e, em função da patologia, não tardou a ficar imobilizado num colete de gesso durante os cinco anos que penou no Tarrafal. Sobre o desenrolar deste caso, sabemos que o preso:

Venceu a sua triste situação de imobilizado reconfortando-se no convívio com os passarinhos, especialmente os que ainda não sabiam voar e os seus companheiros lhe traziam, quando os apanhavam. O seu mosquitoeiro era uma autêntica gaiola onde eles se albergavam. (Aquino 1978, 259).

⁹ Este episódio é contado com mais detalhe no livro Tarrafal Testemunhos p. 249-250.

No livro coletivo “Tarrafal Testemunhos” os presos sublinham o caso de um cabrito que tinha sido adquirido para servir de iguaria na ceia de Natal mas que, pela sua graça, depressa lhe criaram grande afeto e acabou por lhes proporcionar momentos de alegria e de brincadeira partilhada, o animal aparece, inclusive, numa das poucas fotografias de grupo tiradas no Campo, e sobre o qual temos o seguinte relato: “nunca o comemos, e de cabrito passou a bode e de bode a Jeremias e a fazer-nos companhia. Tomava banho connosco, comia do nosso rancho, ia dormir a sesta nas camas que lhe pareciam mais confortáveis”.¹⁰

A história do bode Jeremias e muitas outras histórias que se encontram registadas pelos testemunhos, nas suas memórias, ilustram a importância da companhia dos animais durante o cativo.

Figura 15 – Retrato de um grupo de presos acompanhados do bode Jeremias.



Fonte: Foto do Gabinete de Estudos Sociais do PCP, disponibilizada pela Fundação Mário Soares: http://www.fmsoares.pt/aeb/dossiers/dossier15/visualizador_1?nome_da_pasta=tarrafal_grupo_presos2&painel=A-07

¹⁰ Retirado da obra “Tarrafal Testemunhos” p. 248.

Descompensações emocionais fortes

Se para os reclusos resistir fisicamente às vicissitudes do Campo era um desafio que se colocava na vivência quotidiana, mais complicado se tornava gerir o imperativo de preservar a saúde mental, suportando psicologicamente os acontecimentos traumáticos e as provações humilhantes que lhes eram acometidas.

Os testemunhos lembram o efeito angustiante e o desespero que sentiam perante a privação da liberdade, o isolamento e as intermináveis ofensas que, ocasionalmente, os induzia a tentarem evadir-se da sua trágica realidade, embora as únicas saídas por onde poderiam enveredar fossem a morte ou a loucura.

Encontram-se alguns relatos sobre tentativas de suicídio que se passaram entre os presos, acontecimentos que podem ser analisados na perspetiva de um ato que conduz à morte «praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia produzir este resultado. A tentativa de suicídio é o ato assim definido, mas interrompido antes que a morte daí tenha resultado» (Durkheim 2000, 14). Contudo, o que aqui importa questionar são as motivações que levaram homens de porte tão corajoso a procurar a morte como saída para a situação em que se encontravam.

Um desses casos é o de Gabriel Pedro, militante comunista e um dos presos mais massacrados e perseguidos pelos carcereiros que não lhe perdoariam «a coerência moral que o anima, nem os anos de lutas sem tréguas que tem atrás de si» (Soares 1975, 60). Num preciso momento, atormentado pelas ofensas corporais que lhe eram aplicadas, encurralado e já nos limites da dor física e moral, tomou a resolução de pedir ao diretor Filipe Barros que o matasse, que lhe desse um tiro. Mas a resposta foi esta: “hás de ser morto, sim, mas lentamente”. Devastado com a resposta, como não lhe aliviavam o viver, Gabriel Pedro é assaltado por uma vontade atroz de preservar a “sua dignidade” e de não ceder aos caprichos aviltantes dos verdugos, mostra que ainda é ele que tem o poder de decidir, senão sobre a sua vida, ao menos sobre a sua morte. Neste dilema, corajosamente, «tenta suicidar-se na “frigideira”, cortando uma veia de um dos pulsos, no rebordo do latão dos dejetos» (Aquino 1978, 151). O guarda que o encontrou caído no solo e envolto num charco de sangue deu o alarme, chegou o socorro e foi internado na enfermaria e salvou-se devido à sua forte constituição física.

À coragem de ter o direito de escolher “não viver”, contrapunha-se a devassa moral dos prisioneiros que “rachavam” e que, devido a isso, perdiam o respeito dos carcereiros e ganhavam o desprezo dos companheiros. Assim, aconteceu com o Tenente Filipe Piçarra que, após ter traído os seus companheiros republicanos, percebeu como era difícil conviver com a falta de estima a que todos o relegaram, repellido até pelos carcereiros, acabou por querer por termo à vida, decretando «greve de fome, mas por pouco tempo, pois teve medo de morrer.» (Soares 1975, 55). Mas foi como se tivesse morrido, passou a ser excluído pelos revolucionários que consideravam que a conduta dele tinha vindo: «escorregando pouco a pouco no plano inclinado que o levaria às últimas consequências da abjeção política. Para nós era um cadáver – de que nos afastámos» (Russell 1976, 67).

Os sentimentos de culpa e os remorsos devido às consequências de atos irrefletidos, tornavam-se um sufoco difícil de suportar. Decorria o mês de abril de 1939, quando António Carlos Castanheira, num momento de fraqueza, acabou por denunciar ao diretor, João da Silva, que o camarada Mário Castelhana, líder da Organização Libertária Prisional, tinha redigido conjuntamente com o preso Luís Figueiredo (advogado que ia seguir para o exílio no Brasil) um relatório sobre o que se passava dentro do acampamento para ser publicado no exterior. Ao constatar o excesso de violência que a sua atitude representou para os denunciados, sentiu vergonha de ter baixado a guarda de um modo tão vil. Atormentado, decidiu autopunir-se com a ingestão de permanganato, por sorte o envenenamento deu sinais e o Castanheira imediatamente foi submetido a uma lavagem gástrica mas, mesmo socorrido, só a muito custo se salvou de uma morte por intoxicação.

Também Rodrigues (1974) confessa que, durante a “breve” estadia dos cinco dias que passou na “frigideira”, mergulhou no desespero ao sentir-se “emparedado num forno maldito”, afirma que esta tortura o levou a querer suicidar-se e que, só a cobardia o impediu. Aconteceu-lhe o mesmo quando foi parar à enfermaria, doente e abandonado ao seu destino, “sem medicamentos, sem enfermeiro, sem uma palavra amiga”, sentia-se horrorizado pela falta de reconhecimento da sua pessoa e por isso, só queria desaparecer do mundo. Desejou a morte mas, mais uma vez, confessa sem pudores, que era demasiado cobarde para atentar contra a própria vida.

Estas são apenas algumas situações, relatadas pelos testemunhos, que atestam a complexidade do fenómeno concentracionário, composto por factos sociais que levaram os

encarcerados a procurar soluções extremas. Os aludidos episódios possuem um carácter meramente exemplificativo de casos singulares que, na verdade, não podem ser reduzidos aos interesses egoístas dos seus personagens, apesar de tudo, demonstravam a vontade que estes sentiam em decidir sobre a sua própria vida, o que representa uma manifestação de resistência às relações de poder que se impunham no Campo. Certamente seriam múltiplas as razões que sustentaram os pensamentos e atos cometidos pelos prisioneiros, no entanto observa-se que todos os comportamentos se revelam devido a “relações emocionais negativas” suscitadas pelo receio do desmoronar da identidade dos sujeitos, seja devido à experiência de privação de direitos, ao desrespeito e ofensas à integridade física ou à privação do reconhecimento e da estima por parte dos outros intervenientes na interação. Isto sem se desprezar os efeitos indiretos de fatores que lhes eram externos mas que, pela sua abrangência os subjugavam e colocavam nas situações, tal como o regime político do país que se alinhava com o emergir dos regimes autoritários na Europa e os conflitos mundiais. Como resultado, pressupõe-se que tais atitudes não significavam que os prisioneiros desejassem, de facto, pôr termo à vida, antes evidenciavam a ânsia de reconhecimento da sua humanidade e o querer avassalador de se libertarem das malhas intoleráveis do cativo.

Os distúrbios emocionais resultantes do cárcere

Tal como as questões levantadas a respeito das tentativas de suicídio, a loucura também é um assunto pouco afluído nas autobiografias dos tarrafalistas. Ambos os fenómenos são encobertos pelos revolucionários por representarem uma fraqueza de carácter que colocava em causa a credibilidade das suas capacidades de resistência aos propósitos dos agentes opressores. Porém, num ambiente de clausura marcado pelo isolamento social e pela incerteza da sorte, a loucura surgia como uma possibilidade para os encarcerados escaparem ao caos da sua realidade.

É interessante o modo como Michel Foucault (1978) retrata a loucura em termos de poder, ou seja, a imposição da razão sobre a não-razão através da produção de um discurso que aflora o domínio e o controlo da desordem causada pelos erros da normalidade. O autor desenvolveu um raciocínio apurado, arqueológico, sobre as alterações dos estados de consciências que alimentam a dialética que opõe as manifestações de loucura em relação à

razão. Identifica quatro formas de consciência autônomas - quanto à sua natureza, significado e fundamento - mas que coexistem e agem em simultâneo, desenvolvendo entre si relações que tanto são de complementaridade como colidem e se desintegram. Os tipos de consciência sobre a loucura enunciados pelo autor são: a crítica; a enunciativa; a analítica e a prática.

Na essência, a consciência crítica sobre a loucura compromete o seu julgamento com a razão, compromisso frágil que assenta numa simples e reversível oposição à loucura. Já a consciência enunciativa da loucura, reconhece e constata a sua existência ao nível do ser e, por isso, não carece de recorrer a qualificações e ou a julgamentos, nem estabelece qualquer compromisso com o saber. Pelo contrário, a consciência analítica da loucura encontra o seu equilíbrio nas formas de conhecimento, lançando as bases para um saber objetivo sobre a loucura. Outro modo de consciência é a prática, em que o trato com a razão se impõe como uma realidade concreta e como uma falsa e inevitável escolha, pois assenta em normas ditadas pelo grupo que tem o direito de deliberar quem está fora ou dentro do mesmo. Segundo o autor a consciência prática:

Não é uma consciência perturbada por ter-se comprometido na diferença e na homogeneidade da loucura e da razão; é uma consciência da diferença entre loucura e razão, consciência que é possível na homogeneidade do grupo considerado como portador das normas da razão. Sendo social, normativa, e solidamente apoiada desde o início, esta consciência prática da loucura não deixa de ser menos dramática; se ela implica a solidariedade do grupo, indica igualmente a urgência de uma divisão. (Foucault 1978, 185)

No interior do Campo do Tarrafal os conflitos interpessoais que se manifestavam entre os encarcerados eram considerados efeitos da loucura, causavam um desassossego ameaçador da ordem emanada da razão e, ainda que a divisa entre as duas condições seja muito ténue, foram os detentores da razão que possuíram o poder necessário para decidir que a loucura deveria de ser um problema remetido ao silêncio.

Como loucos, eram diagnosticados aqueles que manifestavam padrões de comportamento descontrolados e desacertados em relação aos predefinidos e aceites pelo coletivo prisional. Os testemunhos constataam a ambiguidade emocional que a situação envolvia, já que os casos de loucura não eram apreciados do ponto de vista clínico mas pelo impacto social que causavam no acampamento.

Um relato descreve a forma como o fenómeno era sentido no Campo: «Também assistimos angustiados aos casos de desequilíbrios psíquicos que atingiram um ou outro camarada, procurando nós minorar-lhes as crises e evitando que praticassem quaisquer desmandos irreparáveis» (Russell 1976, 126). Na verdade, os distúrbios à normalidade quebravam a monotonia quotidiana da clausura e eram uma ameaça para a vida do próprio alucinado que, doravante, passava a ficar sob o olhar atento e protetor dos companheiros.

O caso do jovem dirigente da Juventude Comunista que enlouqueceu no Campo é o único a ser referido por vários testemunhos, incluindo os do Partido. Dizem-nos, então, que Domingos dos Santos foi «o primeiro caso de loucura que constatávamos no acampamento. O rosto transfigurou-se-lhe, enrouqueceu-se-lhe a voz de tanto gritar, e o seu ar bondoso tornou-se agressivo e feroz» (Soares 1975, 71). Tais afirmações, revelam como as atitudes tresloucadas inquietavam e contagiavam os que lhe estavam próximos, pois também para eles era impossível encontrar sentido no mundo que povoavam e, subitamente emergiam situações de coletiva confusão que se tornavam difíceis de controlar. Edmundo Pedro, explica que o jovem perdeu a objetividade de raciocínio devido ao grande dilema existencial que sentia, ambicionava a liberdade mas, por mais que tentasse, não encontrava uma forma racional de sair do Tarrafal que não implicasse trair os seus camaradas, foi esta incompatibilidade de vontades que acabou por lhe confundir as ideias. Conseguiu sair do Campo, em julho de 1940 regressou ao continente para ser entregue à família e, pelo que consta: «Internaram-no no Hospital Júlio de Matos. Viria a recuperar, em parte, da sua loucura. Mas o seu espírito ficou, para sempre, afetado por aquela crise que liquidou a sua personalidade» (Pedro 2009, 430). A partir de então não encontramos mais informações sobre o destino deste jovem, nomeadamente se voltou a exercer a luta política.

A traição aos ideais e aos comparsas das velhas lutas, por vezes, causavam um profundo arrependimento naqueles que tinham cedido ao pavor das torturas. No Diário de Gato Pinto, é retratado o caso de um libertário vítima das “políticas de rachanço” que, ao sentir-se segregado do convívio entre os “resistentes”, começou a manifestar sintomas de loucura e, em março de 1941, as suas atitudes incoerentes atingiram o auge ao propor uma sessão de espiritismo ao diretor Olegário Antunes. Os esquemas de Antonino foram revelados ao acampamento, para os parceiros, comportou-se como um “vendido” e agora sofre um conflito interno de ordem moral, é empurrado pelos remorsos “do mal que tem

feito aos seus companheiros de prisão”. São duras as críticas aos procedimentos de Antonino e ele próprio se sentia decepcionado por ter fracassado, cedeu ao medo mas não desejava, de modo algum, trair as suas convicções ou os seus velhos companheiros e por isso decidiu corrigir o erro, com afoito, não se deixou aniquilar pelo deslize que cometeu no Tarrafal. Anos mais tarde, já no continente, irá retomar o seu lugar na organização libertária e, apesar das reservas que a sua aproximação suscitava junto dos camaradas que lhe conheciam o passado, a sua presença acabará por ser tolerada.

Manuel Francisco Rodrigues (1974) dedica várias páginas da sua obra aos “obnubilados” do Campo, não os avaliando como um processo patológico atribuído à fraqueza humana, mas como um efeito do desgaste emocional suscitado pela situação miserável em que a vida os colocou.

As alucinações eram outro problema bem presente na vida concentracionária, afetando diretamente os reclusos mais vulneráveis. Herculano é um desses casos. Os anos de cativeiro naquele lugar infernal provocaram-lhe visões que o levaram a acreditar que as injeções aplicadas aos presos na Enfermaria continham os “bacilos da morte” aos quais atribuía as mortes dos companheiros. Outro exemplo é o de Mateus Pedroso, chegara ao Campo em setembro de 1941 e cumpria pena pelo delito de “posse de uma arma de fogo proibida pelo governo”. Na sua imaginação, via os vitimados transformam-se em carrascos que conspiravam contra a sua vida e o queriam envenenar! Por isso, insurgia-se contra todos e lavava a sua loiça com afinco; às tantas, perdia o autocontrolo, gritava e gesticulava confusamente mas, segundo consta, era inofensivo.

Mateus Pedroso e Herculano não faziam parte das organizações políticas prisionais o que, presumivelmente, condicionou que lhes fosse prestado o apoio necessário por parte dos companheiros de infortúnio. O mesmo aconteceu com um comunista que rachou no Campo, no entanto o António Fernandes de Almeida Júnior, conhecido por "António de Góis", tinha plena noção dos motivos que o levavam a ser obstinado e, por isso, não dava crédito aos improperios que a comunidade lhe dirigia, e desabafava: «dizem que estou doido e eu sei que sou apenas um pobre infeliz [...] um deserdado da sorte...» (Rodrigues 1974, 261). Com estas palavras, o sujeito demonstrava possuir uma “consciência crítica” sobre as razões da loucura que o acometia.

Outro nível de loucura era a do José Gomes que libertava as suas emoções através da música. O recluso vivia em tal estado de sofrimento que «para não se suicidar arranca gemidos do velho violino que encontrou no campo» (Rodrigues 1974, 264), e tocava durante horas até ficar exausto. A monotonia dos acordes saturava os companheiros de caserna que murmuravam, entre dentes, com ironia: “está louco”.

É também Manuel Francisco Rodrigues (1974) o único testemunho que levanta a questão dos efeitos nefastos resultantes da abstinência sexual forçada. A população prisional era composta por homens jovens adultos, obrigados a «refrear ingloriamente o imperativo categórico do sexo, numa luta dolorosamente brutal, cruel e trágica, da qual nunca se fala por que “parece mal”, mas cujos terríveis efeitos, ao asfixiarem a voz da natureza, conduzem à loucura ou à degenerescência» (Rodrigues 1974, 309). Mais uma vez, tal como acontece com as tentativas de suicídio e com os casos de loucura, o silêncio é o instrumento que deixa na neblina a maneira como a experiência da sexualidade foi vivida e sentida no campo.

Inquietantes são as palavras proferidas por uma neta¹¹ do preso Jaime Francisco, quando nos conta que o avô após regressar do Tarrafal transmitiu à família as suas razões para renegar o Partido Comunista - no qual militava e motivo que o levou à reclusão - e justifica os atos de desespero que o acometeram durante a clausura no Campo - tais acontecimentos encontram-se registados nas autobiografias de alguns libertários, como atos de loucura. Jaime Francisco alega, em sua defesa, que terá passado por um processo de violências de cariz sexual por parte de algum correligionário do partido, sentia-se de tal modo humilhado que, numa ocasião em que conseguiu escapar às investidas, mesmo nu correu em direção aos arames farpados e, aos gritos, implorava aos guardas que o matassem. Desde então, foi considerado como louco e «ficou sob a vigilância direta de outro camarada, que o acompanhava como a sua própria sombra, impedindo que este cometesse desordens que colocassem a sua vida em risco» (Firmo 1978, 179); este controlo também propiciava a aplicação de atepadas represálias caso o padecente tivesse a

¹¹ Esta neta, psicóloga de profissão, recolheu memórias orais junto da mãe e da tia sobre o seu avô materno. As lembranças traumatizantes de Jaime Francisco apesar de terem estado, durante décadas, confinadas ao silêncio, não estão esquecidas e surgem como «um elemento constituinte do sentimento de identidade» (Pollak 1992, 5) da sua família, ao ponto da neta reconhecer essa influência na sua orientação académica e profissional.

intenção de denunciar o abuso a que fora sujeito. É nesta altura, em 1944, que o Pavilhão C4 passa a ser um lugar reservado para receber os prisioneiros que enlouqueciam. O internamento destinava-se à vigia e proteção dos alienados e, à segurança do próprio acampamento. No entanto, esta deliberação deixava os pacientes sujeitos a uma dupla prisão, a um duplo isolamento e a uma dupla punição. Jaime Francisco foi o primeiro a ser internado no Pavilhão C4 em janeiro de 1945, alguns meses depois teve a companhia de outro preso; era Francisco Manuel Ferreira, conhecido pelo “cortador de Évora”, que lutou em Espanha pela democracia e que, ao chegar à Pátria, foi também enviado sem mais delongas nem processo para o Inferno do Tarrafal. Confinados ao “Pavilhão dos loucos” os desintegrados ficavam excluídos da “normal” lide quotidiana e do convívio com o coletivo, o que os tornava ainda mais infelizes e incapazes de recuperar o equilíbrio emocional.

Os “resistentes” não aceitavam padrões diferentes de estar no cárcere e quando confrontados com práticas e modos de pensar que lhes eram estranhos a reação comum era a rejeição. De todo os casos, o mais bizarro é o ilustrado por Rodrigues (1974), sobre um libertário individualista, conhecido por Professor Manfraro. Tratava-se de um filósofo, detentor de grande cultura que, quando chegou à “Aldeia dos Mortos”, ainda dirigiu algumas aulas para os companheiros de cárcere; mas como apregoava e defendia nas suas lições que a Ciência não tinha partido político e que a Filosofia acomodava a essência de toda a sabedoria, começaram a aflorar incompatibilidades com os adeptos partidários. Primeiro, reconheceram nele uma figura de grande interesse, “querendo-o forçar a aderir ao dogma restrito de qualquer das muitas capelas revolucionárias” que se constituíram no Campo. Mas, o personagem não se intimidou e decidiu não aceitar as ofertas. Isolou-se do convívio e foi debaixo de uma bananeira que procurou encontrar um pouco de paz.

Os comportamentos do Professor Manfraro não foram compreendidos nem aceites pelos habitantes do Campo que fixaram nele as sua atenções e o trataram como insano. Qualquer atitude que Manfraro tomasse era submetida à crítica e ao escárnio, especialmente por aqueles cujo fanatismo os levava a considerar que apenas a sua causa era a única verdade, arrogância que lhes tolhia a capacidade de compreender e de respeitar os que não se alinhavam pelos mesmos valores, ainda que, neste caso, se tratasse de um antifascista. Foi assim que as aulas lecionadas pelo professor Manfraro foram dispensadas e o filósofo passou a ser desconsiderado pelos reclusos e pelos carcereiros, que o atingiam com sátiras cruéis sobre o seu ser e o seu fazer: por seguir um regime alimentar

vegetariano chamavam-lhe o “anacoreta da bananeira” ou “roedor de ervas”, a sua figura era vista como a de um “doido varrido” que se atrevia a vaguear pelo campo com o corpo adornado, apenas, com um lençol e sempre descalço, para captar as boas energias da terra.

Os efeitos traumáticos da vida concentracionária não se restringiram ao tempo de encarceramento. O desejo de se apagar da memória um passado de padecimentos e de humilhações é inútil quando esse passado ressurgiu com seus fantasmas nas formas mais banais, sobretudo em perturbações do sono ou em sonhos aflitivos que se confundiam com a realidade, como escreve António Gato Pinto nas suas memórias, anos depois de ter regressado do Tarrafal. Os acontecimentos passados reconstruíam-se nos pesadelos que amiúde o atormentavam e o faziam reviver as sensações da perda, da separação dos seus entes queridos, do desespero originado pelos maus-tratos experimentados e pela revolta sentida frente ao suplício e à morte dos companheiros. Sucediavam-se as perseguições, a imagem de pessoas amigas e as de pessoas odiosas, de objetos e de lugares; neste enredo sem fim, só o despertar o aliviava mas, mesmo assim, permanecia um rasto de angústia, como o refere: «acordei a chorar, de tanta emoção bagas de suor saíam-me por todos os poros, tal foi o que sofri naqueles momentos» (Diário de António Gato Pinto, s.d.).

O alcance do terror concentracionário na vida dos tarrafalistas ia além das recordações e repercutia-se nas relações familiares. Conta-nos a neta de Jaime Francisco, que os distúrbios emocionais devido aos suplícios e ofensas a que este foi sujeito no Campo tiveram um profundo impacto nas gerações seguintes. Após regressar do Tarrafal continuava a imergir, ainda que inconscientemente, no processo vivenciado no cárcere, manifestando no seu dia-a-dia, sintomatologias ansiosas que causavam grande sofrimento à sua família mais próxima. Como não suportava residir muito tempo no mesmo lugar obrigava a mulher e as filhas a mudar de casa de seis em seis meses, também não tolerava que as portas e as janelas da habitação fossem fechadas, mas pior que ter a porta ou uma janela aberta era a dificuldade que a família sentia em lidar com a falta de afetos ou com a agressividade que, Jaime Francisco, frequentemente utilizava na esfera doméstica. Enfim, o passado ressurgiu e acusa «a sua presença para sempre na recordação do que se viveu e que nunca se pode esquecer» (Aquino 1978, 278). Palavras que exprimem o padecimento daqueles que sobreviveram ao Campo, mas que conhecem bem o sentido da luta travada por todos os resistentes antifascistas, mesmo daqueles que juntamente com a vida deixaram os seus sonhos enterrados nas plagas escaldantes do Tarrafal.

PARTE II

TARRAFAL: FRENTE DE LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA IDEOLÓGICA

CAPÍTULO 5: OS PRIMEIROS TEMPOS NO CAMPO DO TARRAFAL

1. Observações Sobre os “Fundadores do Campo”

Na manhã de domingo, dia 18 de Outubro de 1936, o vapor *Luanda* iniciou uma viagem de 11 dias a partir de Lisboa até ao Tarrafal. Amontoados nos porões e sob a mira das metralhadoras dos soldados da companhia da GNR e da brigada da PVDE, seguia sob custódia uma remessa de presos políticos oriundos de várias prisões especiais do continente, nomeadamente do Aljube, da Penitenciária de Lisboa, de Caxias e de Peniche.

Com escala no porto do Funchal, foram conduzidos para bordo do *Luanda* mais meia centena de camponeses presos devido à chamada “Revolta do Leite”.¹ Após algumas horas de paragem o navio retomou a marcha até à Ilha Terceira onde, no dia 23, aportou para largar no Forte de São João Baptista, em Angra do Heroísmo, uma parte dos passageiros que transportava, incluindo os provenientes da Ilha da Madeira, e recrutar daquele presídio açoriano os presos políticos que não se deixavam subordinar pelos métodos disciplinares desse estabelecimento e, por esse motivo, eram considerados pelas autoridades elementos nocivos devido à “má” influência que exerciam sobre os outros reclusos. António Gato Pinto, que se encontrava entre esses prisioneiros na fortaleza açoriana, compôs um testemunho bastante pormenorizado sobre o processo do embarque para o *Luanda*:

Sáimos da fortaleza e descemos agora a Rua do Castelo, ao fundo desta rua fica o Largo de São Pedro, com os seus canteiros e flores. Todas estas coisas, víamos e analisávamos rapidamente e em silêncio, visto caminharmos em marcha regular e

¹ Levantamento popular de natureza político-económica que ocorreu na Ilha da Madeira no fim do mês de julho de 1936. O povo madeirense reclamava a suspensão do Decreto-lei N.º 26555 que criou a Junta de Lacticínios da Madeira – organismo corporativo que privilegiava os monopólios na indústria dos laticínios, sacrificando os interesses económicos e sociais dos pequenos produtores de leite.

cadenciada, como se fossemos soldados adestrados. Ainda não esquecemos as recomendações, por isso caminhamos com o máximo cuidado e bem unidos, caminhamos numa marcha patética e repleta de emoções, damos certamente a impressão a quem nos vê caminhar de sermos verdadeiros autómatos guiados por um condutor louco e desvairado. É nesta espécie de êxtase que ouvimos o tenente gritar com uma voz rouca e ameaçadora - À direita, rodar! [...] Chegamos ao pequeno largo que forma o cais, é aqui que vamos embarcar.

(Diário de António Gato Pinto, Angra do Heroísmo, 23 de Outubro de 1936)

No largo encontrava-se uma parada de guardas que vinha do continente, apresentavam-se fardados uniformemente e com capacetes brancos na cabeça, assim como vários agentes da PVDE, juntos exibiam a força coerciva e a capacidade de controlo social do regime vigente. Em volta, também se encontrava um ajuntamento de habitantes da ilha interessados ou curiosos, para ver passar os presos. Chegou a ordem do embarque, guardas e prisioneiros desceram as escadinhas do cais e passaram da terra firme para dentro das barcaças que depressa os transportaram até ao navio e a ele se atracaram. Todos subiram por uma pequena escada do portaló e passaram para dentro do *Luanda*. No convés, junto à primeira escotilha do porão da proa posicionava-se um agente da PVDE com um papel na mão e, olhando para ele, fazia a chamada dos presos pelo nome e indicava-lhes a entrada do porão por onde deviam seguir. Os presos antes de se sumirem para o interior do navio lançaram um rápido e último olhar para a multidão de gente, que da muralha continuava com os acenos de despedida.

Ao fim de algum tempo encontravam-se a bordo do *Luanda*, o diretor escolhido para pôr em prática o plano para o qual o “campo penal” no Tarrafal fora construído e a população-alvo dessa medida, que se acomodava no porão sob uma severa disciplina. Nessa altura o sentimento que reinava entre os presos era comum: “Todos temos vontade de chorar” – escreveu um testemunho, mas logo adianta: “animamo-nos uns aos outros e ninguém verte lágrimas”. Entretanto, souo o apito do barco, depois outro apito e, mais outro e outro, era o sinal de partida. Ouvem-se os engenhos do porão da amarra a trabalhar e o arrastar das correntes, o navio vai levantar ferro e fazer-se ao mar rumo à Ilha de Santiago situada no arquipélago de Cabo Verde.

Durante a viagem os presos trocavam impressões sobre o destino que os esperava, era desconhecido mas preparavam-se para o receber com coragem. Apreensivos, os dirigentes anarcossindicalistas e os do partido comunista, sabendo que com eles viajava o

bárbaro capitão Manuel Martins dos Reis para tomar a direção do Campo, reuniram-se para estabelecer entre eles uma aliança que funcionasse «à base de presos antifascistas e não de organizações, quer em reclamações justas, quer no que surgisse contra os presos. Neste sentido foram também ouvidos alguns republicanos» (Aquino 1978, 60). Decorridas as negociações, as partes concordaram que seria essa a estratégia que mais lhes convinha para a defesa dos interesses e das expectativas de todos os presos durante o tempo em que estivessem no Campo do Tarrafal.

O *Luanda* chegou ao seu destino no dia 29 de outubro de 1936 e largou na pequena baía do Tarrafal a primeira leva de deportados. Sob escolta os presos foram colocados lado a lado formando duas filas e desta forma, seguiram a pé, trilhando um caminho pedregoso e poeirento por mais dificultado pelo peso das bagagens que carregavam e pelo sol escaldante que lhes causava sequeidão da garganta. Foi nestas condições que o percurso de pouco mais de 3 km até à dita Colónia Penal do Tarrafal é lembrado como uma marcha martirizante.

Figura 16 – Aspeto da Vila do Tarrafal em 1936.



Fonte: Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português disponibilizada pela Fundação Mário Soares

Conferido pelo registo oficial do “Mapa dos Reclusos Entrados na Colónia Penal de Cabo Verde, desde a sua Fundação,² o grupo de presos que veio estrear o Campo, contava com 151 elementos considerados irrecuperáveis para a sociedade, e, de acordo com os testemunhos e com as fichas prisionais consultadas, deste grupo, 74 eram oriundos das prisões políticas do continente, incluindo os 34 jovens elementos da ORA que foram considerados como os diretamente responsáveis pela “Revolta dos Marinheiros”. Os restantes 77 presos provinham do presídio de Angra do Heroísmo e eram revolucionários experientes e bem preparados ideologicamente, pelo menos 57 destes homens, tinham sido detidos pelo envolvimento no Movimento Operário do 18 de Janeiro de 1934. Entre eles encontrava-se o cerne dos dirigentes sindicais e também os principais líderes dos partidos de oposição ao Estado Novo, tais como os prestigiados dirigentes: Mário Castelhana e Arnaldo Januário pelo Movimento Libertário, e elementos do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista, incluindo o líder Bento Gonçalves, Júlio Fogaça, José de Sousa, Alfredo Caldeira e outras figuras de primeira linha. Acresce, que entre o revirvalho, praticamente todos oriundos do Forte de São João Baptista em Angra do Heroísmo, foi possível apurar a presença de um foco revolucionário, organizador de ataques violentos contra o Estado Novo, foi o caso de José Maria de Almeida Júnior, um dos fundadores do Centro Republicano Radical, implicado em atos bombistas e até numa tentativa de rapto do Salazar. Outro republicano, politicamente motivado era José Maria Videira como líder da Organização Revolucionária dos Sargentos, não esquecendo outros elementos de esquerda que se envolveram em tentativas golpistas, nomeadamente o Adelino Alves; José Ferreira Galinha e José Cândido Ramos Vargas.

Ideologicamente, mais de uma centena destes homens militavam ou simpatizavam com o Partido Comunista, somavam-se 35 anarcossindicalistas e mais 11 indivíduos com tendências republicanas mas com ideários pouco uniformes, por fim, encontram-se dois ou três sujeitos dos quais não se apurou quais as suas referências partidárias, apenas sabemos que pertenciam a um grupo de luso-galaicos, que segundo os testemunhos era composto

² Documento constante no Arquivo da Torre do Tombo. O número de presos foi confirmado após uma pesquisa exaustiva aos registos oficiais e também por alguns dos testemunhos, como é o caso de Correia Pires (1975) que descreve a abertura do Campo «com 77 presos que saem de Angra e 74 oriundos das prisões do continente, incluindo os marinheiros envolvidos na revolta de 8 de Setembro» (Pires 1975, 191).

por uma dúzia de portugueses radicados na Galiza e que, presumivelmente, participaram nos exércitos que combateram o general Franco na Guerra Civil de Espanha.

A população de reclusos que veio estrear o Campo integrava as figuras mais críticas da oposição à ordem social salazarista e mobilizadoras da luta armada contra a ditadura, foram reconhecidos e nomeados, pelos presos que chegaram posteriormente, como os “sócios fundadores do Campo” por serem os organizadores das relações prisionais desde o início, normalizando as condutas aceitáveis para os presos políticos que, ao longo dos anos, foram chegando ao Campo. Por outro lado, diferenciavam-se em relação aos outros tarrafalistas por serem os únicos a percorrer, na primeira pessoa, o caminho de sofrimentos que acompanhou todas as transformações que se operaram no estabelecimento prisional e que variavam conforme o desenrolar dos acontecimentos internacionais, o carácter e intenções dos sucessivos diretores e dos demais carcereiros ao serviço da PVDE. Os movimentos oficiais de entrada e saídas de presos do Campo podem não permitir o rigor numérico da população prisional mas permitem uma análise aproximada e bastante interessante a respeito da importância dos “fundadores” em relação ao global dos prisioneiros que entraram posteriormente na instituição. A discrepância numérica da primeira leva pode ser avaliada no quadro abaixo que anota, por ano, o número de presos que iam chegando ao Campo (os números não incluem os presos que ficaram instalados fora do Campo nem os acomodados em seções separadas).

Figura 17 – Quadro com o número de presos que chegaram ao Campo por ano.

Ano	1936	1937	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1948	1949	1951
Entrada	151	49	28	31	40	17	6	2	1	2	1

Um dos aspetos principais que a leitura do quadro levanta é a gritante superioridade numérica da primeira remessa de presos que chegou em outubro de 1936. Doravante, até 1942 as levas enviadas para o Tarrafal repartiram-se por grupos com um número de

elementos muito inferiores.³ A partir de 1943 a entrada de novos detentos rareia e toma um carácter especial, por exemplo os indivíduos que chegam a 12 de junho de 1943 são elementos da primeira vaga que já tinham regressado ao continente na sequência da amnistia de 1940, tornaram a ser capturados e mais uma vez deportados para o Tarrafal. O mesmo aconteceu com os que entraram em 1944 e em 1951, todas estas entradas são reingressos de revolucionários no Campo.

Os componentes do primeiro lote de presos tinham especial propensão para a ação política e, por esse motivo, foram os que cumpriram mais tempo de encarceramento no Campo, o que não admira pois eram considerados “terroristas” condenados à disciplina dos delinquentes de difícil correção e que, de um modo geral, a sua existência constituía um perigo real para a boa imagem e estabilização do regime político de Salazar. Ano após anos, e especialmente no decorrer das amnistias de 1940 e 1945, a maioria dos presos que chegaram ao Tarrafal nas levadas seguintes foram aos poucos regressando à metrópole, os que se conservavam no Campo eram praticamente elementos pertencentes à primeira remessa de presos e tratavam-se, particularmente, dos envolvidos no “18 de Janeiro” e na “Revolta dos Marinheiros”. Depois de 1948 a população reclusa é composta, com exceção de dois ou três indivíduos, pelos “fundadores do Campo”. Se, em linhas muito gerais, tivermos em conta a população prisional que comprovadamente se encontrava no Campo nos últimos quatro anos de funcionamento, percebe-se esta conclusão:

- Em 1950, no total de 30 presos 26 faziam parte dos “fundadores”. Tratava-se de 21 marinheiros, três libertários implicados no Movimento Operário do 18 Janeiro e mais dois militantes comunistas. Nesta altura, todos eles já lá tinham cumprido 14 anos de pena no Tarrafal.
- Em 1951, no total de 24 presos 21 faziam parte dos “fundadores”. Tratava-se de 18 marinheiros e os mesmos três libertários do ano anterior. Estavam tolhidos no Tarrafal havia 15 anos.
- Em 1952, no total de 15 presos 14 faziam parte dos “fundadores”. Tratava-se de 11 marinheiros e os mesmos três libertários. Estavam tolhidos no Tarrafal havia 16

³ Curiosamente os ingressos ocorriam, maioritariamente, nos meses de junho e de setembro de cada ano.

anos. O 15º elemento é o militante comunista, Francisco Miguel, que os acompanha pela segunda vez desde 1951.

- Passados 17 anos desde a abertura do Campo, entre os meses de maio, junho e julho de 1953 os últimos marinheiros que ainda lá se encontravam são transferidos para outras prisões do continente e, finalmente em dezembro, os três libertários do processo do “18 de Janeiro” são também transferidos para o Forte de Peniche. Apenas Francisco Miguel ficou no Tarrafal até ao mês seguinte (24 de janeiro de 1954).

De acordo com as informações obtidas, os “fundadores do Campo” eram uma safra de homens politicamente determinada e os seus elementos fisicamente robustos, por isso, quando ingressaram no Campo do Tarrafal sentiram-se confiantes e preparados para resistir ao cárcere mas, por muito que lutassem contra as adversidades, mais de 15% dos seus membros acabaram por perder a vida durante o cativeiro, ou seja, dos 32 presos políticos que morrem no Campo, 23 pertenciam a este grupo. No primeiro ano de funcionamento do Campo, entre os meses de setembro e outubro de 1937, morreram os primeiros sete “fundadores” vitimados pelo paludismo e, a partir daí, irão continuar a morrer até à data de 28-12-1948, António Guerra seria o último dos “fundadores” a morrer no Campo. Também sete dos seus elementos, depois de terem regressado ao continente, voltaram a ser detidos e de novo deportados para o Campo do Tarrafal. Tudo isto aponta para o facto de terem sido os elementos pertencentes à primeira vaga de deportados os mais atormentados pelos carcereiros ao longo dos quase 18 anos em que o Campo

Figura 18 - Quadro com o número de “fundadores” que saíram do Campo por ano.

Ano de Saída		Ano de Saída	
1938	2	1948	2
1940	34	1949	12
1941	2	1950	5
1943	1	1951	7
1944	8	1952	6
1945	12	1953	8
1946	28	Morreram	22
1947	2	Total	151

1.1. Uma definição alternativa da realidade prisional

No acampamento, enquanto “campo de luta” pela sobrevivência física e moral, a vivência quotidiana era partilhada entre os presos e estruturava-se nas interações face-a-face e, tanto os coparticipantes nas interações como os simples observadores, encontravam-se na presença física imediata uns dos outros, circunstância que no pensamento de Goffman (2002) motiva que as ações praticadas pelos indivíduos sejam influenciadas reciprocamente e, conforme as propriedades da situação, cada qual vai assumir um papel social e lutar pelos direitos e deveres a ele inerentes. É nesta linha que os enclausurados conscientes que se encontravam completamente vulneráveis frente a “inimigos” incumbidos de os aniquilarem, interiorizaram o papel de presos políticos e elencam-se da maneira certa a afirmarem a sua existência ideológica através de interações que façam valer os seus recursos para, assim, se autorrealizarem na elaboração e continuidade do trabalho revolucionário dentro da moldura social que se lhes apresentava, tal como as suas palavras o afirmam: «num meio como aquele em que vivíamos, altamente politizado, a solidariedade resultava da consciência de classe fortalecida pela luta de todas as horas contra os nossos inimigos e constituía ao mesmo tempo um cimento indestrutível da nossa convivência» (Russell 1976, 99). A capacidade de se situarem, refletirem e agirem solidariamente em prol de um objetivo que se generalizou entre os detentos, possibilitou que emergisse no Campo um movimento social de “resistentes” aberto aos aprisionados que não aceitavam desistir da sua luta antifascista.

“Os resistentes”

A resistência surge como um instrumento político de contrapoder que comunistas e libertários orientaram estrategicamente para superarem o desrespeito e a desumanização a que estavam sujeitos dentro do Campo. O “resistente” autorreconhece as suas capacidades e classifica-se positivamente a si mesmo nos seguintes termos: «É muito grande a força de um homem que se bate por razões justas e que não quer abdicar do respeito por si próprio. No Tarrafal éramos muitos os que assim pensavam e sentiam, e mútuo era o amparo e mútuas as palavras de encorajamento» (Sousa 1978, 266). A luta solidária que os “resistentes” vão travar pelo reconhecimento dos seus direitos e da sua valorização social começa com a instituição de uma «definição alternativa da realidade» (Berger e Luckmann

1994, 115), que ainda que paralela à situação lhes permitiu uma outra maneira de viver o cárcere e que Francisco Miguel descreve na sua essência:

Em cada prisão fascista havia sempre duas realidades: a realidade da prisão, a tortura, os métodos policiais fascistas, a sua finalidade; e a alma dos presos, a sua conduta de lutadores, a sua inteligência, a sua vontade de estudar, a sua dedicação à causa do povo. Os fascistas tinham a força das armas; os presos tinham a força da razão. Os carcereiros representavam o passado mais negro da nossa história, representavam a violência, o arbítrio, a falta de respeito pela vida humana; nós, os presos, representávamos as vítimas mais diretas dessa violência, representávamos o futuro e a certeza que o fascismo seria derrotado. A morte não nos vencia, porque quando um falecia nós sabíamos que outros e outros o viriam substituir no combate. Nenhum de nós estava isolado, mesmo se, de momento, estávamos no Tarrafal. É que nós fomos sempre carne da carne do próprio povo e, o povo ninguém o poderá vencer nem derrotar por muito tempo. (Miguel 1986, 100).

O discurso de Francisco Miguel é um excelente exemplo da visão do mundo infundida pelos “resistentes”, para além da preocupação em explicar a verdadeira grandeza do preso político apela à ignobilidade dos carcereiros, cujo poder se baseia na força. O pensamento de Maurice Durverger (1966) sobre a violência dos movimentos fascistas, defende que se trata de padrões comportamentais ilegítimos por serem impulsionados por personalidades autoritárias mas, ao mesmo tempo, inseguras em relação a si mesmas, ao seu “eu” e à sua identidade e, por isso, escudam-se na estabilidade da ordem social como se fosse o fundamento do seu equilíbrio, da sua estabilidade pessoal. «Daí a sua agressividade e o seu ódio aos opositores e, sobretudo, aos “outros”, aos “diferentes”, àqueles que pelos seus modos de vida e pelos seus sistemas de valores, representam um desafio à ordem social estabelecida» (*apud* Nunes 1969, 151). Daí que o combate travado pelos prisioneiros “resistentes” se revista de um cariz moral, negado que estava o respeito pela dignidade dos seus ideais, sem os quais a vida perdia o sentido de ser, mas com eles (os ideais) a morte não os podia vencer.

As ideologias políticas são indissociáveis dos motivos morais que levavam os “resistentes” a formarem a sua “realidade alternativa e intersubjetiva” através de um sistema de interações mediado por determinadas grandezas, historicamente aceites no plano discursivo: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Tais padrões universais podem ser enquadrados no conceito de “eticidade” descrito por Honneth (2011) que, por ser suficientemente abstrato e substancial, elenca todos os requisitos necessários à legitimação

dos três modelos de reconhecimento (amor, direito e solidariedade) de forma a “expressar as estruturas e comportamentos universais de uma vida conseguida”.

A organização, as práticas e os valores defendidos pelos “resistentes” são precisos e impõem-se como verdades empregues na definição das situações e na avaliação social dos elementos da comunidade. Foi a elaboração desta estrutura intersubjetiva que permitiu aos presos organizarem-se na defesa da sua integridade física e reivindicar a identidade de “resistentes antifascistas” o que lhes fornecia o ânimo necessário para manterem a coerência das suas ações e operarem transformações na realidade que os subjuguava. Assim, a vida coletiva dos reclusos passou a dispor-se entre dois “pequenos” mundos concentracionários, o que lhes era imposto pela violência e o que os “resistentes” recriaram a partir deste. Não obstante o raio de ação, em ambos os casos, estar condicionado pelo confinamento forçado ao estabelecimento prisional, as fronteiras do “mundo dos resistentes”⁴ construía-se pelo sentimento de pertença ao grupo e pela existência de uma força solidária entre os seus membros que unifica a identidade coletiva dos tarrafalistas. São estes os principais aspetos que tornavam as realidades ao alcance de cada um destes mundos distintas, nomeadamente ao nível das experiências comuns que se acumulavam no cárcere e da reorganização das relações sociais entre os prisioneiros.

Os “resistentes” constituíram uma “unidade física” vigorosa e maioritária, eram reconhecidos no Campo como o “grupo de referência” que desempenhava o papel pedagógico de promover entre os presos uma consciência de responsabilização política e, ao mesmo tempo, por predominarem, também detinham o poder e a capacidade de prescrever e propagar os esquemas tipificadores⁵ disponíveis que normalizaram o modo de estar e os comportamentos legitimados pela ordem moral antifascista que, pela convicção da sua superioridade, era condição para o “reconhecimento recíproco” dos seus membros. De modo que também os “resistentes” logravam influir sobre a definição da situação, filtrando num duplo movimento de integração e de banimento do seu “mundo” os novos elementos que sucessivamente ingressavam no estabelecimento, consoante o historial de

⁴ Pollak (1992) atribui três elementos essenciais na formação do sentimento de identidade: a unidade física; a continuidade dentro do tempo quer no sentido físico, moral e psicológico e o sentimento de coerência.

⁵ De acordo com a teoria social elaborada por Berger e Luckmann (1994), na rotina da vida quotidiana as interações face-a-face são padronizadas, de modo que é a partir desses esquemas tipificadores (naturalmente recíprocos) que os outros são apreendidos.

luta que os definia politicamente. Avaliação que revela o zelo dos presos políticos em preservarem e expandirem os seus valores revolucionários, tão ferozmente atacados pelos carcereiros.

O cruzamento das informações constantes nos documentos oficiais, sobre os presos do Campo, nomeadamente as fichas prisionais registadas nos livros da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, intitulados: Presos Políticos no Regime Fascista - Volume I (1932-1935); Volume II (1936-1939) e Volume III (1940-1945) com as memórias que foram consultadas e escritas pelos tarrafalistas, permitiu o levantamento do perfil ideológico atribuído à generalidade dos prisioneiros que chegaram ao Campo nas diversas levadas e, a partir daí, enquadrá-los nos estereótipos aplicados pelos “resistentes”.

As tipologias da população prisional do Campo

Apesar da “Colónia Penal do Tarrafal” se destinar ao cumprimento de medidas privativas para os delinquentes políticos de difícil correção, as características ideológicas da população prisional eram heterogéneas e não se esgotaram nas classificações atribuídas pelas instâncias Salazaristas a categorias de presos efetuadas de forma essencialmente abstrata. A partir do momento em que o estabelecimento prisional entrou em funcionamento os presos políticos, para advogarem a sua posição, estabeleceram critérios para a categorização dos prisioneiros e para a legitimação da entrada e pertença ao “seu mundo de resistência”. Critérios tais, que articulam questões de âmbito político, culturais e morais partilhados no intuito de separarem os elementos que assimilavam os seus padrões revolucionários daqueles com quem não se identificavam nem lhes reconheciam valor moral e, portanto, afastavam do seu meio.

A análise aos padrões que orientaram o julgamento moral utilizado pelos “resistentes” na classificação dos detentos⁶ são bastante úteis e adequados para o objetivo

⁶ Goffman explica que na vida interacional as relações cognitivas dos participantes são fundamentais para ordenar e darem sentido às práticas comportamentais e verbais, é através destas relações que organizamos as informações sobre a identificação do parceiro da interação. As duas formas de identificação essenciais são: «a forma *categorial* que implica colocar o outro numa ou várias categorias sociais, e a forma *individual* pela qual o indivíduo observado é associado a uma identidade única e distinta através da aparência, do tom de voz, da menção do nome ou de outros dispositivos diferenciadores da pessoa» (Goffman 1999, 199).

de se compreender os processos de negociação e de interação por meio dos quais os indivíduos ou os grupos eram aceites. Ao longo das narrativas, os testemunhos descreveram, exaustivamente, a informação que possuem a respeito dos presos que passaram pelo Campo, sublinhando o contraste de atitudes e de atributos comuns a determinados elementos de modo a justificarem a constituição de grupos no Campo, apesar de nem sempre revelarem a complexidade que envolvia o encaixe de cada preso nas categorias e grupos que lhes atribuíam. As opiniões emitidas sobre os excluídos do “mundo dos resistentes” vão sendo legitimadas através da exposição de casos concretos que demonstram como os elementos pertencentes a cada categoria social se diferenciavam nas recriações do real.

“Os galegos”

Os luso-galaicos, sofreram logo à chegada o estigma⁷ de “galegos” ou de “espanhóis”, termos usados pelos “resistentes” no sentido depreciativo em relação ao lugar de onde estes homens eram provenientes, ideiação de inferioridade que reduziu os luso-galaicos ao descrédito pelos demais. O preconceito, consciente ou inconsciente, em relação a estes indivíduos é evidente, pois a forma como são apresentados não coincide com as reais características do grupo que era composto quase, senão na totalidade, por revolucionários e cujo comportamento não foi danoso para o acampamento.

São escassas as informações disponíveis sobre a detenção dos luso-galaicos, apesar de alguns trabalhos de investigação começarem a recuperar as suas histórias de vida. Na obra “Emigrantes, exilados e perseguidos. A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)”, o historiador Dionísio Pereira efetua o levantamento dos motivos políticos que levaram à perseguição desta comunidade. Sobre os Galegos, paira a pergunta porquê a Galiza? Porque era uma zona de resistência republicana, composta por guerrilhas que lutavam contra o regime fascista de Franco e que, persistiu para além da Guerra Civil de Espanha, estendendo a sua ação para lá dos anos 50. Por outro lado, existia já então um

⁷ Para Goffman o termo estigma é «usado em referência a um atributo profundamente depreciativo» (Goffman 2004, 6) e que tanto se pode reportar a abominações do corpo, a julgamentos de caráter ou tribais de raça, nação e religião.

forte pendor autonómico relativamente ao resto do território espanhol. Isso verificava-se na própria língua, o galego, mais próxima do português do que do castelhano, o que levou Franco a proibir a fala e a difusão do galego para impor o castelhano como língua comum no território espanhol, e com essa medida humilhar ainda mais o povo galego. Neste caso a luta quase que tinha um recreio, digamos assim, na zona raiana, que era um espaço não só de luta armada, mas também de luta ideológica, onde a comunidade portuguesa desempenhava um papel de relevância. A luta era comum, o que estava em causa era o combate pela não fermentação das forças franquistas, conectadas com o fascismo e a luta contra o Estado Novo, que de algum modo, até às claras, acobertava os interesses franquistas e o próprio general Franco.

Sobre os luso-galaicos enviados para o Tarrafal, apesar de serem emigrantes económicos que trabalhavam em Espanha, eram praticamente todos filiados nos movimentos da esquerda e envolvidos na luta armada contra o “Movimento Nacional” encabeçado pelo general Franco. Após o golpe militar de 1936 são extraditados para Portugal e, ao chegarem à fronteira, foram presos e submetidos a torturantes interrogatórios da polícia política que, pouco depois, os enviaria como deportados para o Tarrafal, assinalados como “Indocumentados”, “Emigração Clandestina” ou “Indesejados”, deturpando o facto de serem combatentes antifascistas na Guerra de Espanha.

Como se extrai da análise às biografias prisionais, o grupo dos “Galegos” era composto por, Francisco Domingues Quintas e seus filhos Patrício e Domingos Quintas, os três tinham sido banidos de Espanha devido à participação ativa no movimento revolucionário comunista; o mesmo se regista com Franklin Ferreira Azevedo e com António Eanes Faro. Como “indocumentados” estão registados os presos Manuel Batista Miranda e Luís Lourenço Pires que, no entanto, também constam como filiados no Partido Socialista de Espanha. No caso de Artur Esteves e de Manuel Gonçalves Rodrigues, estão registados como “indocumentados” mas com indicação de serem militantes no Partido Comunista Espanhol. Luís Rebelo é referenciado apenas como “indocumentado”. Felicíssimo António Ferreira, é tido como pessoa “indesejável”. Por fim, Joaquim Luís Machado com a alcunha de "O Tamanqueiro", junta, na sua ficha prisional, as três qualificações: “Indocumentado, emigração clandestina e indesejável” e, de todos os elementos do grupo, é o único sujeito que consta ter “rachado” no Campo. Francisco Quintas morreu em consequência do surto de paludismos logo em 1937, e, os dez luso-

galaicos restantes mantiveram a sua dignidade de revolucionários durante a prisão. Todavia, são retratados pelos testemunhos do partido Comunista do seguinte modo:

Parte desses elementos era constituída por quase indigentes, que a guerra civil espanhola tinha surpreendido e que as autoridades fascistas espanholas entregaram aos fascistas portuguesas, que, por sua vez, de harmonia com a sua intenção de adulterar o ambiente do campo, meteram num barco para os despejar no Tarrafal.

(Oliveira 1987, 137).

O mesmo testemunho, ao apresentar o grupo dos “galegos” aproveita para demonstrar como os “resistentes” possuíam uma moral e atitude nobre, traduzidas nas atenções que dispensavam a esses “quase indigentes” que tanto necessitavam de ser instruídos e politicamente consciencializados, para posteriormente os integrarem nas suas organizações, dando como exemplo dois casos de sucesso que obraram:

No caso dos irmãos Quintas essa consciencialização deu-se em pleno. Um deles, o Patrício, mais inclinado para o grupo de anarquistas, agregou-se a eles. O Domingos, por seu lado, menos individualista do que o irmão, com um espírito mais objetivo e mais realista, convivendo mais com os comunistas, participando nas suas discussões e nas suas atividades culturais, definiu a sua própria consciência de classe numa perspectiva de continuidade na luta. (Oliveira 1987, 137).

Estas considerações são fruto do fechamento dos grupos em que os presos tinham de viver, fosse pela severa repressão ou até pelo sectarismo ideológico, que os colocava numa situação que não lhes permitia um conhecimento profundo sobre a vida dos parceiros que, física ou politicamente não lhes fossem próximos. As dificuldades de interação entre os diversos grupos de encarcerados, só eram superadas pelo esforço das organizações que, mesmo assim, operavam mediante certas reservas, como os libertários nos dão nota: «embora a nossa organização estivesse constituída por grupos, não podíamos reunir, nem tão pouco comunicar uns com os outros sem as necessárias precauções» (Aquino 1978, 124). Estes constrangimentos associados às interações condicionadas pelos “estigmas”, explicam algumas das opiniões emitidas pelos testemunhos consultados, no tocante a determinados companheiros, pois demonstram desconhecer particularidades importantes do percurso revolucionário que constam nos seus processos prisionais, foi o que se passou com os elementos acima expostos. Os irmãos Quintas, juntamente com o seu pai, Francisco Domingues Quintas, quando chegaram ao Campo já seguiam uma orientação ideológica

bem definida e estavam oficialmente presos por combaterem no Exército revolucionário espanhol. Durante a clausura, os jovens fundiram-se nas estruturas políticas prisionais e honraram o seu compromisso com a resistência antifascista, motivo pelo qual se recusaram assinar o “indulto do Natal de 1939”⁸ e por esse motivo ficaram retidos até 15-07-1940, altura em que foram abrangidos pela amnistia. Mas a história destes dois irmãos no campo do Tarrafal não ficaria por aqui, passado um mês de terem regressado ao continente, voltaram a ser presos e acabaram por retornar ao Campo em junho de 1943, onde estanciaram até 23 de janeiro de 1946 por terem sido novamente incluídos nas listas dos amnistiados, desta vez em Outubro de 1945.

Sobre o Felicíssimo, um depoimento acrescenta que este luso-galaico foi enviado para o Tarrafal na qualidade de perigoso comunista mas que, essa informação não tinha validade frente às expressões que o galego emitia⁹ e que, o definiam como um diminuído mental. As palavras não podiam ser mais claras em relação ao seu carácter, dizem que gostava de se dar à paródia e quando se ria mostrava «os dentes careados e partidos, sinal de que nunca conheceu a higiene ou, talvez, fruto de qualquer doença, o nosso Felicíssimo espantava pela tocante falta de noção do ridículo. O seu grande fraco consistia no chá, cigarros e vinho» (Ribeiro 2006, 27-28). A retórica sobre o comportamento risível desta personagem, revelam a intenção de diminuir a imagem dos luso-galaicos interpelados, ainda há um rasgo de consciência sobre a dureza do ataque, de certo modo injusto, ao carácter do indivíduo, o informante chega a reconhecer que a: «despeito da sua carência de cultura, sem vincada personalidade, duma humildade e medo acentuadíssimos, nunca este homem demasiado infeliz se prestou a qualquer manobra dos carcereiros» (Ribeiro 2006, 27-28). O preconceito em relação a este grupo tanto se manifesta abertamente como subtilmente e até nos detalhes atenuantes, os testemunhos acrescentam qualificações pessoais negativas, mais exatamente a “carência de cultura, a falta de personalidade ou o medo acentuado”. Esta avaliação ainda é reforçada com o menosprezo pela dignidade de

⁸ Decreto Presidencial com um carácter individual, concedia o perdão da pena só a presos que preenchessem determinados requisitos e que, no caso, obrigava os visados a assinar um termo de responsabilidade em como renunciavam ao compromisso revolucionário. De acordo com o diploma que regulamentava a Organização prisional, o dia da concessão anual do indulto era o 22 de dezembro.

⁹ Para Goffman (2002) os indivíduos exprimem informações sobre si mesmos através de “expressões dadas e de expressões emitidas”, são estas últimas que merecem uma atenção especial pela sua natureza “mais teatral e contextual”; “não-verbal e presumivelmente não-intencional” (p.14).

todos os elementos deste grupo ao afirmarem: «» embora alguns, aos nossos olhos, quisessem fazer-se passar por antifranquistas depois de conviverem connosco algum tempo, mas sem conseguirem suavizar os estigmas de pobres diabos que andaram a moirer pela Galiza o pão de cada dia» (Oliveira 1987, 159).

Os libertários sustentam a narrativa do estigma atribuído aos “galegos” ao usarem a mesma expressão que os comunistas para caracterizar um dos galegos como «pobre diabo, foragido de Espanha quando da guerra civil» (Aquino 1978, 71). Mas a sua avaliação é mais suave e cuidadosa, chegam a defender a imagem, pelo menos, daqueles que lhes são próximos e partilham das suas ideias. A título de exemplo, quando se referem a um jovem libertário, apresentam-no no seguinte termo: «António Enes Faro, embora nascido na Galiza, era português, mas como exerceu uma grande ação, durante os primeiros dias da guerra civil espanhola, a família salvou-o de ser fuzilado, mandando-o para Portugal, onde foi preso» (Aquino 1978, 59). Duas razões são evocadas para que o jovem não seja incluído na má fama dos “galegos”: primeiro enfatizam que “era português” e por outro lado, o jovem é valorizado por ter exercido uma “grande ação” revolucionária.

Efetivamente o estigma que se cola ao grupo dos “galegos ou dos espanhóis”, apesar dos seus membros terem marcado uma posição dignificante dentro do campo, é motivo para que sejam desvalorizados e discriminados do mundo dos revolucionários. No entanto, estes indivíduos, nomeados de “galegos”, não despertaram sentimentos de ódio nos “resistentes”, antes lhes concediam abertura para uma certa condescendência.

“Os pinguins”

Outra categoria de presos devido a atos políticos, foram os republicanos.¹⁰ Apesar de ser um grupo pouco numeroso não se organizou e, desde que chegaram ao Campo em outubro de 1936, mais de metade dos seus elementos, negaram-se a conviver com os comunistas e com os anarcossindicalistas, preferindo posicionarem-se como lacaios dos carcereiros. Por esse comportamento contraditório foram recompensados com a passagem

¹⁰ Republicanos que chegaram ao Campo em outubro de 1936: Adelino Alves; António Jorge Marques; Custódio Rodrigues Ferreira; Eduardo Vieira Marques; Isidro Felisberto Canelas; João Baptista Garrido; José Cândido Ramos Vargas; José Ferreira Galinha; José Luís Marques Lebroto; José Maria de Almeida Júnior e José Maria Videira.

para uma barraca situada fora dos arames farpados, cujo cenário servia de chacota aos “resistentes” que umas vezes o citam como o “Campo Pequeno”¹¹ e outras vezes como a “aldeia dos pinguins” ou a “ilha dos pinguins”. Não se encontrou explicações para a analogia que os testemunhos estabeleceram entre os republicanos e os pinguins, no entanto admite-se que a semelhança se reporte à cor das vestes que usavam, distinguindo-se nos seus fatos pretos e camisas brancas. De qualquer modo, a imagem deteriorada dos habitantes da dita barraca acabou por evoluir negativamente dentro do Campo, ao qual os “pinguins” tiveram de regressar passados poucos meses por ordem do diretor-geral das prisões políticas, capitão José Antão Nogueira.

Com generalizada concordância os “resistentes” propuseram-se sustentar uma luta consciente contra as investidas desmoralizantes dos carcereiros e contra os que a eles se aliassem. Combater o grupo dos republicanos que demonstraram uma real hostilidade pelos valores políticos e sociais defendidos pelos “resistentes” não foi empresa fácil, por hora bastou atribuírem-lhes o rótulo pejorativo de “pinguins” para os ridicularizarem e associar a postura que haviam assumido à degradação moral. Mas estes adversários políticos manteriam a luta acesa pois, de meia dúzia de “pinguins” incluídos no primeiro lote de presos, em pouco mais de dois anos aumentaram de número e transformaram-se em bufos empenhados em colaborar com os carcereiros na perseguição movida aos “resistentes”. Segundo o parecer dos testemunhos, estes elementos eram grotescamente perturbadores e por um conjunto de motivos, foram ostracizados e erradicados da orbita social dos “resistentes” e nunca mais voltariam a ser confiáveis. Estes motivos encontram-se identificados na descrição que os testemunhos efetuaram sobre o grupo dos republicanos a que chamaram de “pinguins”: «havia ainda um pequeno grupo de republicanos, que não alinhando na luta contra os carcereiros, aceitavam uma ou outra vez, uma ou outra situação de favor que praticamente os afastou da confiança e convívio do acampamento!» (Pires 1975, 271). De um modo geral, todos os presos que não se uniram em torno do ideal de combater politicamente o fascismo foram dispensados de qualquer modo de grandeza moral e política, pois a escolha de “não resistência” aos propósitos dos agressores consistia numa posição que afetava todo o coletivo prisional.

¹¹ Correia Pires (1975, 285).

2. O Diretor Manuel Martins dos Reis

O período que vai desde a inauguração do Campo do Tarrafal em outubro de 1936 até ao encerramento em janeiro de 1954, abrange acontecimentos históricos que suscitaram transformações no sistema de funcionamento prisional, acompanhando-se do aumento ou da diminuição dos métodos repressivos. O primeiro ciclo estendeu-se desde a abertura do Campo até junho de 1940, foram estes os tempos mais difíceis que os reclusos tiveram de suportar, a repressão é feroz e as ameaças de morte são constantes, perante o clima de terror os “resistentes” estabeleceram relações interpessoais alinhadas em torno de pactos tácitos que lhes permitiram defender a sua integridade física e a identidade política. Tomaram a atitude de desenvolver mecanismos de solidariedade que se desenrolavam em proveito de todo o acampamento e, de forma coesa, demarcaram claramente a sua posição frente aos carcereiros e frente àqueles que fraquejaram moralmente, traíndo as suas convicções políticas e por arrasto os agregados.

Distinguido com a nomeação para primeiro diretor do Tarrafal foi o capitão de artilharia Manuel Martins dos Reis, esforçado testa-de-ferro que tivera nas mãos o comando da Fortaleza de S. João Batista em Angra do Heroísmo, lugar de onde a 23 de outubro de 1936, juntamente com a primeira série de presos, embarcou no navio *Luanda* em direção ao Campo do Tarrafal para assumir as suas funções.

José Correia Pires na sua autobiografia expõe algumas das características, referentes ao carácter, de Manuel dos Reis que motivaram que lhes fosse entregue a direção dos presídios. Conta então que, em tempos passados, Manuel dos Reis tomou parte numa conhecida conspiração contra Salazar:

mas depois resolve trair os seus companheiros de conspirata, denunciando-os, e foi premiado com a incumbência de torturar presos na Fortaleza de S. João Batista em Angra do Heroísmo, onde praticou na pessoa dos presos as maiores barbaridades. Sabedores do seu feroz temperamento, nomearam-no diretor do Tarrafal e deram-lhe rédea solta na prática ignóbil de massacrar homens, cujo crime era terem ideias e de por elas lutarem! (Pires 1975,193),

Os presos em jeito de crítica negativa, devido ao carácter e ao comportamento manifestado pelo diretor, atribuíram-lhe a alcunha de “Manuel dos Arames” pela mania de

mandar montar por todo o campo vedações de arame farpado, consta que «era nele uma obsessão doentia, a par, de uma voz aflautada, o tornava notoriamente ridículo» (Russell 1976, 24). E com modos histéricos expressava por meio de ameaças, a sua pretensão de enviar os presos para um local de castigo que não passava de um círculo construído com arame farpado no meio do descampado, onde os subjugados ficavam expostos ao relento húmido da noite e ao sol infernal do dia. Amiúde dizia aos prisioneiros com ódio: “Vais para os arames! Vais para os arames!”. Não se trata apenas de uma configuração caricata ou exagerada dos tarrafalistas descreverem o diretor, se tivermos em conta que o capitão Manuel dos Reis não chegou a cumprir os dois anos de comissão de serviço por ser acusado de irregularidades de administração. Sob as suas ordens, o dia-a-dia dos presos sempre foi penoso e sombrio e, desde logo, surgiu a necessidade de se organizarem internamente para resistirem às adversidades.

Mal chegaram ao Campo, os carcereiros dividiram os prisioneiros pelas barracas de lona em grupos de 12 elementos para cada uma. Apesar de todos estarem encarcerados devido a um comportamento convergente de oposição às políticas do regime, viram-se forçados a integrar os grupos que lhes foram fixados e que assim, ficaram compostos por militâncias em quadros de referência plurais e em alguns aspetos opostos. Depois da hora do recolher e em todo o período noturno, os presos estavam proibidos de sair do seu espaço de alojamento mas, como não havia iluminação no acampamento os guardas não se aproximavam das barracas e isso permitia que os presos se reunissem e agrupassem por semelhanças políticas, fazendo surgir no Campo a Organização Prisional Comunista do Tarrafal (OPCT) e a Organização Libertária Prisional do Tarrafal (OLPT). Estas duas agregações funcionaram como um alicerce que representava os seus membros na discussão dos assuntos que afetavam o quotidiano e, também, para a formulação de estratégias de interajuda com a constituição de organismos de solidariedade designados por “comunhas”, o que lhes permitia colmatar algumas carências materiais e promover, entre eles, a coesão contra os carcereiros.

Para sobreviverem às sequelas das graves carências e dificuldade que se apresentavam à vida do coletivo prisional, impunha-se a constituição de uma organização plural que representasse todo o acampamento e que fosse reconhecida pela Direção do Campo e respetivos carcereiros. Deste modo, a par com as organizações políticas constituiu-se no Campo, tal como já havia sido deliberado durante a viagem para o

Tarrafal, um organismo ao nível de presos onde todos tivessem a possibilidade de participar ativamente na discussão das questões que diziam respeito ao acampamento, incluído mesmo os que não pertenciam a nenhuma das outras duas organizações. A estrutura hierárquica do órgão era representativa dos «componentes de todas e de cada uma das barracas. Cada grupo elegia um representante - o Chefe do Grupo - e o conjunto dos chefes do grupo escolhia a Comissão de Campo, composta por cinco elementos» (Russel 1976, 47-48). Legitimados pelos comparsas, os integrantes da Comissão, especialmente os líderes das duas organizações políticas, Bento Gonçalves e Mário Castelhana, uniram-se no planeamento de ações comuns, procurando encontrar soluções convergentes para os problemas da vida prisional e para debelarem as consequências dos acontecimentos imprevistos. Depois, cabia-lhes o diálogo com os carcereiros, debatendo os problemas e apresentando sugestões, que fossem do interesse de todos os internados, para resolver os assuntos. Por vezes as suas exposições e sugestões chegavam até ao diretor.

A Comissão de Campo assumiu sempre uma grande importância e mesmo nas épocas de maior repressão os organizados reconheceram a utilidade e os benefícios alcançados nas mais diversas circunstâncias, melhorando as condições materiais, principalmente as carências alimentares e a aquisição de alguns medicamentos para o coletivo, assim como a assistência prestada aos enfermos. A imperiosa vantagem da unidade dos detentos face às violências da vida concentracionária foi além da simples proteção dos grupos e rentabilização dos escassos recursos de que dispunham, orientava e salvaguardava os interesses de toda a população prisional e também imprimia poder para resistirem contra o sistema prescrito pelos carcereiros. Cada uma das estruturas políticas pretendia constituir-se como “uma comunidade social completa” dirigida por um líder que defendia o quadro de referências ideológicas através da incitação dos seus adeptos à lealdade e à adoção de uma autodisciplina estritamente regrada pelo grupo de pertença. No campo, as organizações colocavam a solidariedade como o princípio que suscita a lealdade dos seus membros, implicando que nos bastidores o grupo dos pesos políticos construísse uma imagem negativa sobre os que não lhes pertenciam.¹²

¹² Segundo Goffman, os membros de uma “comunidade social completa” tende a construir uma imagem da plateia (aqueles para quem precisam de representar) «suficientemente desumana para permitir que os atores se dirijam a ela, em conversa, com imunidade emocional e moral» (Goffman 2002, 197).

2.1. A segunda remessa de presos

A 12 junho de 1937, chega a segunda vaga de presos ao Campo do Tarrafal, viajaram no *Lourenço Marques* desde Lisboa com escala na ilha da Madeira e também, já no arquipélago de Cabo Verde, na ilha de São Vicente. Durante o percurso, os cativos só puderam avistar as ilhas através das vigias porque se encontravam encerrados nas cabines do navio e as ordens dadas pelo chefe dos polícias era que cada um se mantivesse no seu beliche mas, contrariamente às ordens recebidas, os presos agrupavam-se e conversavam entre si, dizem-nos: «O comportamento de cada um de nós e de uns para com os outros era afável, correto e francamente solidário, embora fôssemos anarquistas, comunistas, republicanos» (Pires 1975, 180). Na situação em que se encontravam era preciso ultrapassar, ignorar as questões que os dividiam e que, eventualmente, suscitassem conflitos entre eles que só lhes fragilizariam a sua posição de cativos.

Assim que o navio *Lourenço Marques* fundeou ao largo da ilha de Santiago vieram até ele umas lanchas, uma delas transportava a bordo o diretor, Manuel dos Reis, e o médico do Campo, Esmeraldo Pais Pratas. Ambos subiram ao navio acompanhados por um agente que, olhando para uma lista que trazia na mão, fez a chamada pelo nome dos 41 deportados que acabavam de chegar e mandava-os agarrarem nas suas bagagens e descerem para as lanchas que os transportariam até ao cais. O momento do desembarque é assim recordado:

O dispositivo militar desdobrava-se em torno de nós com o rigor de um exército em campanha. Além dos guardas que nos acompanharam de Lisboa, estava presente o corpo de agentes da PVDE na sua nova função de guardas do Campo e uma força de soldados de Angola em missão de serviço. (Russell 1976, 25)

Sob uma escolta ameaçadora, os presos marchavam por caminhos poeirentos direito ao Campo, ao fim de quase uma hora de estafa começaram a avistar o cercado e ficaram incrédulos, não era nada do que tinham imaginado. Registam as suas primeiras impressões com as seguintes palavras: «lembrava uma vedação das girafas, de jardim zoológico, feita de improviso com altas estacas, de troncos de árvores e de um emaranhado de arame Farpado» (Russell 1976, 27). Antes de entrarem no Campo, foram encaminhados para a

secretaria instalada numa barraca de madeira situada no exterior para serem, previamente, submetidos ao registo de ingresso na instituição e à revista pessoal. As malas que traziam ficaram confiscadas e todos os seus pertences foram apreendidos, depois forneceram-lhes o “enxoval” que, segundo os mesmos era constituído pelas «fardas de caqui, as roupas interiores, as botas de carneira, um chapéu de palha, os pratos, garfo, colher, além de um púcaro de lata. Estávamos aviados... e toca a andar para o cercado» (Russell 1976, 27). Só depois destes preformes introdutórios a passagem foi efetuada através da chamada dos nomes dos recém-chegados segundo a ordem alfabética e, consoante iam entrando para dentro do presídio, viam-se rodeados pelos que aí já se encontravam desde outubro do ano passado, como é anotado:

éramos absorvidos por uma vaga de presos que no interior do Campo nos esperavam com ânsia de comunicação e famintos de notícias do mundo dos vivos, porque o Tarrafal era mais um túmulo, que lugar de vivos! Claro que éramos só 41 e os que estavam 151, o que quer dizer que a cada um de nós nos cabia três ou mais, a pegarem-nos nas malas e a fazerem-nos perguntas em chorrilho, tão variadas e simultâneas que retratavam o estado de alma e isolamento que ali se vivia, do qual desde agora iríamos fazer parte e piorar, porque onde tudo eram carências quantos mais, mais carências e dificuldades haviam.

(Pires 1975, 183-184).

Outra versão desse momento, também nos dá nota da receção calorosa que os presos que já haviam chegado há oito meses atrás, para estrear o campo de concentração, lhes fizeram e, também, como estes ansiavam por novidades do que se passava no país e no mundo, comentando a cena: «Em nossa volta, à entrada da barraca de lona que nos fora destinada para alojamento em companhia de uma dezena de camaradas, aumentava o círculo dos impacientes, interessados nas respostas que íamos dando às suas perguntas repetidas» (Russell 1979, 19).

Os recém-chegados para além das notícias do exterior, trouxeram o alívio para a grande tensão que naquela altura se vivia no Campo pois o diretor, Manuel dos “Aramés”, para obrigar os prisioneiros a comprarem os produtos da cantina que ele próprio tinha montado, suspendeu as compras no exterior o que implicava a supressão da aquisição de tabaco. Determinação que deixava os presos em desespero pelos motivos que passam a explicar: «o fumar mais de que um vício, era, nas nossas condições, uma tentativa de evasão breve, um narcótico passageiro, que nos ajudava a vencer as situações depressivas»

(Russell 1976: 27). A partilha do tão desejado haver, que os noviços em boa hora trouxeram, chegou para resolver a situação imediata e até serem novamente autorizados a abastecerem-se de tabaco e das mortalhas.

Este grupo de 41 elementos foi o mais numeroso que chegou durante o ano de 1937, em 20 de agosto chegou mais um prisioneiro, em 20 de setembro chegou outro e em 13 de novembro chegaram mais seis. Resultando num total de 49 indivíduos, dos quais 24 pertenciam ao Partido Comunista; 11 foram identificados como anarcossindicalistas, outros 11 como Republicanos e apenas três eram, provavelmente, apolíticos. Dos presos que chegaram nesse ano, cinco vieram a morrer no Campo e todos os restantes saíram durante as amnistias de 1940 e de 1945, sendo que as penas mais extensas que cumpriram no Tarrafal foram de oito anos.

2.2. A 1ª tentativa de fuga: “a grande cavalgada” coletiva

A situação de preso gera, naturalmente, a ânsia de liberdade. Pode apenas representar uma mera compensação psíquica de reação ao cativo e sem efeitos práticos quer por incapacidade imaginativa quer pela falta de vontade ou pelo pavor das consequências que um golpe falhado implicava, «de todos os modos o desejo de evasão, embebido em sonhos e projetos, é uma constante no pensamento do homem cativo» (Russell 1976: 51). Era precisamente esta a ideia da população do Campo, agora com 192 encarcerados, dos quais cerca de 95% eram revolucionários.

No dia 2 de agosto de 1937 ocorreu a primeira tentativa de fuga do Campo do Tarrafal. Desde a chegada, em outubro de 1936, que os presos congregavam uma evasão coletiva e à medida que os dias passavam, a precariedade da vida concentracionária ia fomentando o desespero através da manifesta degradação do estado de saúde da generalidade dos presos, levando-os a entender «que o projeto dos que tinham decidido instalar o campo de concentração naquelas condições tão precárias, onde tudo faltava, era criarem uma situação que permitisse a eliminação física de uma percentagem significativa dos reclusos para ali enviados» (Pedro 2009, 399). Deste modo, o plano para a fuga ia tomando forma entre os presos, todos os aspetos e dificuldades específicas de um campo de concentração situado numa ilha distante e severamente guardada pela imensidão do mar, foram avaliados até ao pormenor. Depressa concluíram que a única maneira de

atingirem o seu objetivo era realizarem «uma fuga coletiva, visto que apenas por tal modo seria exequível o domínio da ilha sob o duplo ponto de vista policial e militar» (Russel 1976, 53). O planeamento da evasão expõe o sentido dado às relações sociais entre os prisioneiros ao revelarem como tudo se processou: «os responsáveis pelos três grupos ideológicos chegaram a acordo quanto ao nível de participação de cada um deles. Só foram excluídos os elementos que, pelo seu comportamento, tinham deixado de merecer a confiança do coletivo» (Pedro 2009, 399-400). Um outro testemunho remete diretamente para os elementos que ficaram fora do plano: «foram excluídos todos os habitantes da “Ilha dos pinguins”, os “espanhóis”, quase todos, e mais alguns que não ofereciam garantia de confiança» (Ribeiro 2006, 50).

O plano traçado foi posto em prática no início do mês de agosto e, apesar de minuciosamente estudado para ser executado com rapidez e de maneira surpreendente para dificultar a reação policial, no momento em que os prisioneiros já se encontravam reunidos na cozinha para se armarem com tesouras, ferros e outros utensílios, o plano acabou por ser gorado com a entrada imprevista no campo de um guarda que vinha acompanhado por um servente do armazém que carregava às costas um saco de grão e que se dirigiam para a cozinha. Seria esta entrada obra do acaso? Para os testemunhos não é exagero levantar a dúvida «claro que o “galego” do saco de grão deve de ter sido apenas um brinquete de qualquer ou quaisquer outros “bufos” e, para isso não era preciso ter muita imaginação» (Oliveira 1987, 129). Há legitimidade para a dúvida sobre as circunstâncias em que o plano foi intercetado mas, logo aparece o julgamento a respeito dos responsáveis e, aí está o galego associado ao “pobre diabo” e os bufos ao “meio-diabo” que, em colaboração com os carcereiros, convertiam o encarceramento dos presos políticos num autêntico inferno.

Os presos quando se aperceberam que estavam a descoberto desataram a correr em direção às barracas e, pelo caminho, iam largando os ferros que levavam nas mãos. Na aflição da debandada, tropeçavam, caíam e levantavam-se, o rumor dos pés descalços de mais de 70 homens a correr, pareciam o som de uma galopeada de cavalos, razão pela qual esta tentativa de fuga foi batizada, entre os presos, como a “Grande Cavalgada”.

Acionado o alarme, depressa o campo foi invadido pelas forças militares que acorreram armados com espingardas e uma metralhadora não pouparam nos disparos até tomarem o controlo do campo. Depois, obrigaram todos os cativos a formar e, entre eles,

escolheram 18 suspeitos de terem sido os organizadores do plano de fuga. Os visados sofreram cruéis espancamentos e foram encaminhados para uma cela disciplinar acabada de construir a uns 300 metros de distância do Campo e que ficaria conhecida pelo nome de “frigideira”. Outros tantos presos foram igualmente espancados para confessarem ou denunciarem os companheiros envolvidos no projeto coletivo.

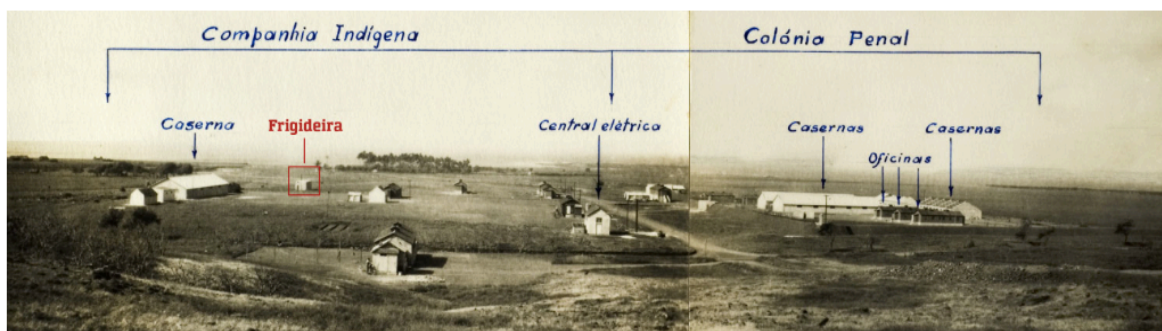
Pela gravidade da infração que a tentativa de fuga constituía, resultou uma bateria de maus tratos corporais e de disposições coercivas para todo o acampamento. Como ficou demonstrado que a vedação de arame farpado não era obstáculo suficiente para travar a ideia de fuga, coube aos presos escavarem a abertura de uma vala com três metros de profundidade e, com a terra que retiravam do solo, construírem um talude em redor do campo que iria reforçar a segurança do estabelecimento prisional. Foram acrescentadas como medidas de retaliação sobre todo o acampamento, a redução de quantidade de água disponibilizada para cada recluso e a supressão dos banhos de mar que lhes eram permitidos três vezes por semana. Também ficaram proibidos de receberem ou emitirem correspondência durante seis meses, perderam as poucas concessões que até ali tinham adquirido e por isso, os livros e outros bens pessoais foram-lhes apreendidos, a vigilância redobrou e pelos motivos mais irrisórios eram golpeados e castigados com o encerramento na dita “frigideira”, o que constituía uma tortura pavorosa nomeadamente pelo calor que os sufocava e da sede que sentiam durante o dia, à noite era o convívio aflitivo com os insetos e com o frio húmido da noite e, ainda, lembram com sentida preponderância nos seus depoimentos que dormiam nus sobre o cimento ficando com o «corpo cravejado de grãos de areia» (Oliveira 1987, 130) e coberto de erupções.

2.3. O reforço da segurança do estabelecimento prisional como castigo

Em menos de um ano de cativo no Tarrafal, os corpos que outrora foram robustos debilitaram-se de tal ordem que nem a força da juventude lhes acudia. Ainda assim o médico, mesmo sem um exame rigoroso, considerou-os aptos para integrarem as brigadas de trabalho forçado pelo que, sob o sol abrasador de agosto, munidos de pás e picaretas começaram a abrir a vala e a preparar o levantamento de um talude em redor do campo. Os testemunhos lembram como viveram essa experiência extenuante, a roupa ficava ensopada em suor e por isso rasgava-se facilmente, as solas das botas desapareceram

de tão gastas que estavam e «sem a proteção do calçado eram atacados pelas matacanhas que causavam nos pés grandes chagas» (Pedro 2009, 387) e uma insuportável comichão.¹³ Também em chaga tinham as mãos de tanto cavar, e por isso, enrolavam-nas em trapos para aguentarem a labuta continua.

Figura 19 – Fotografia do Campo ainda em construção.



Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN) – DESA.

Enquanto os trabalhos prosseguiam, os presos são surpreendidos com as primeiras rajadas de chuva, não tinham como se abrigar e assim mesmo, encharcados, continuavam a obrar conforme podiam. É neste cenário, envoltos pelos pântanos formados pelas águas das enxurradas e por turbilhões de mosquitos, que os reclusos perderam as forças para trabalhar e para resistirem ao paludismo. Em poucos dias um surto epidémico apoderou-se do acampamento, obrigando à suspensão das obras até que os carcereiros se viram forçados a contratar trabalhadores cabo-verdianos para dar continuidade ao levantamento da barreira perimetral.

No acampamento, os presos travavam uma luta tenaz, heroica, de sofrimento e de abnegada solidariedade contra a morte. No espaço de dias morrem sete revolucionários que tinham chegado ao Campo na primeira leva e, segundo os testemunhos, nesta altura, em que muitos presos ainda estavam fisicamente fragilizados pelos castigos sofridos devido à

¹³ Espécie de inseto pertencente à ordem das pulgas (*Tunga penetrans*) que se introduz debaixo da pele do pé e criam um casulo que rapidamente aumenta de volume. Para o extrair dos tecidos do pé, os presos utilizavam um alfinete para rasgar a pele e depois removiam os casulos completos, bichos e ovos.

recente tentativa de fuga, «podiam muito bem ter morrido metade dos prisioneiros! Vários salvaram-se no limite. Sobreviveram quando tudo indicava que iam morrer» (Pedro 2009, 421). Esta época das chuvas que abarca os meses de «Agosto-Setembro-Outubro ficou tragicamente conhecido pelo nome de Período Agudo de 1937» (Ribeiro 2006, 61).

O Diretor-Geral das prisões políticas, capitão Antão Nogueira, julgou conveniente inspecionar o campo, deslocando-se para visita inesperada ao Tarrafal a fim de averiguar a pertinência das inúmeras denúncias de corrupção administrativa que lhe tinham chegado sobre a atuação do diretor do estabelecimento prisional. Os factos apurados, confirmavam que a direção de Manuel dos Reis era desregrada e regida pela ambição pessoal de enriquecer o mais e depressa possível, usando-se de manifestos abusos e desvios do poder que o seu cargo lhe conferia e que, perniciosamente, exercia através da força coerciva contra os que estavam em desvantagem na relação.

As artimanhas que o diretor Manuel dos Reis e sua comitiva praticavam no campo eram de tal modo escandalosas que o Capitão Antão Nogueira sentiu-se na obrigação de interromper o seu mandato em novembro de 1937.

Figura 20 – Informações sobre o mandato do capitão Manuel dos Reis.

Diretor	Início do mandato	Fim do mandato	Nº de presos que morreram	Tentativa de fuga (data)
Manuel dos Reis	29-10-1936	17-11-1937	7	02-08-1937

3. O Diretor José Júlio da Silva: O “Bem” Que Pouco Dura

No dia 17 de Novembro de 1937, o subdiretor capitão José Júlio Silva substituiu interinamente Manuel dos Reis que acabara de ser demitido. Até 20 de outubro de 1938 a vida dos reclusos é mais suportável. Todos os depoimentos descrevem o diretor José Júlio da Silva, como um homem justo, honesto e humano que se preocupou em melhorar as condições de vida no Campo. Pelas suas qualidades, nas autobiografias prisionais, não constam alcunhas que lhe fossem atribuídas. Durante o seu mandato foram abolidas as sanções aplicadas aos presos em agosto, na sequência da tentativa de fuga. Os livros foram devolvidos aos punidos, foi levantada a proibição aplicada sobre o expediente e são-lhes entregues as encomendas que familiares e amigos enviaram mas que tinham ficado retidas na secretaria, nelas encontravam-se bens que tanta falta faziam aos encarcerados, particularmente alguns medicamentos e uma grande quantidade de tule destinada à confecção de mosquiteiros para cobrirem as camas, também lhes foram autorizadas compras extraordinárias. Por todos estes motivos, o Natal de 1937 foi festejado no campo com cantos e alegria, os presos brindaram às forças revolucionárias e ao triunfo da Democracia.

Logo em janeiro de 1938 as barracas de lona são substituídas por casernas construídas em alvenaria. É inaugurada a Mitra destinada ao internamento dos doentes crónicos, abriam-se as oficinas e construiu-se a central elétrica. A Farmácia foi abastecida com sulfato de quinina e quina injetável, o médico disfarçou um pouco o ódio que sentia pelos revolucionários e passou a ir com mais frequência ao campo para as consultas. A alimentação e as dietas melhoraram, especialmente porque passaram a ser os presos a preparar o seu próprio rancho, controlando assim as condições de higiene dos alimentos que consumiam e aproveitando a facilidade para ferverem as águas que ingeriam.

Acabaram os trabalhos forçados e inúteis na pedreira, para o transporte da água o diretor mandou fazer um carro de tração animal e comprou um boi para o puxar. Já não faltava a água no acampamento. O despejo dos latões das latrinas e o trabalho na horta era efetuado pelos prisioneiros antes do sol aquecer e assim, ainda lhes sobrava tempo para se dedicarem à leitura e para estudarem. No entanto, nem todas as deliberações repressivas foram revogadas, manteve-se em vigor a manobra de Manuel dos Reis em abrir contas correntes para os encarcerados comprarem os produtos disponibilizados na cantina, o

dinheiro enviado pelas famílias era substituído por cédulas¹⁴ que circulavam apenas no campo. Esta disposição era do interesse dos carcereiros pois aquelas cédulas não tinham validade fora do Campo, constituindo mais um obstáculo para qualquer plano de fuga que fosse tentado.

O diretor não deixava de estar ao serviço do sistema, apenas agia com bom senso e de acordo com a sua consciência, por isso, quando as reivindicações colocadas pelos presos lhe pareciam justas satisfazia-as, quando não lhe era possível satisfazê-las ou se não concordava com elas, tinha o cuidado de explicar as suas razões. Porém, segundo os testemunhos, a preocupação do diretor em melhorar a situação precária em que os encarcerados viviam, não agradava à generalidade dos guardas nem aos oficiais da "Companhia Indígena" que censuravam a benevolência de José Júlio da Silva e cujo descontentamento originou uma nova visita de Antão Nogueira, em 12 de Março, para inspecionar o funcionamento do Campo.

Graças à assertividade do diretor a vida prisional passava-se sem sobressaltos até que chegou o dia 2 de agosto de 1938 e uma inesperada tentativa de evasão aconteceu.

3.1. A 2ª Tentativa de fuga arquitetada por quatro elementos do Partido

Precisamente um ano depois da “Grande Cavalgada” o acampamento é exaltado com o som estridente do alarme, de repente ouve-se o matraquear da metralhadora e os gritos dos guardas exigindo que os reclusos saíssem dos pavilhões e fossem para a formatura. Depois da contagem dos confinados, o diretor José Júlio da Silva exortou os responsáveis da ação impensada a apresentarem-se de modo a evitar que fossem castigados inocentes. Apresentaram-se quatro militantes do Partido Comunista, pertencentes à primeira leva de presos: Manuel Alpedrinha, João Faria Borda, Oliver Bártolo e Gilberto

¹⁴ As cédulas destinavam-se a substituir o dinheiro dos presos e eram emitidas em papel branco, numeradas e assinadas pelo diretor, tinham no verso o carimbo: "Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado - Colónia Penal de Cabo Verde" e, mais tarde "Colónia Penal do Tarrafal - Cabo Verde". O valor de cada cédula variava entre os baixos montantes (meio, um, dois, cinco, seis e vinte e cinco tostões) e os montantes mais elevados (cinco, dez, vinte e cinquenta escudos), no entanto só tinham valor real dentro do campo e no armazém que o abastecia no exterior.

de Oliveira, este último explica que «o alarme foi dado pelas próprias sentinelas, quando já nos encontrávamos no meio dos arames» (Oliveira 1987, 128). Segundo os testemunhos do Partido: «Esta tentativa de fuga foi obra de iniciativa individual, à margem das organizações políticas» (Russell 1976, 74). No entanto, não se encontram quaisquer menções a reações negativas por parte da OCPT a este acontecimento, o que esbarra com a posição altamente punitiva e intolerante demonstrada para com uma fuga similar que foi tentada anos depois, em maio de 1943, por outros cinco militantes do Partido. O diretor apesar de não acreditar que o plano fosse preparado apenas pelos indivíduos que se entregaram, apreciou a coragem dos quatro e mandou dispersar. No dia seguinte os presumíveis autores da ideia de fuga foram interrogados na secretaria sem recurso a violências mas, o castigo tinha que ser aplicado e por isso, lá foram cumprir uns dias de clausura na “frigideira”, ainda assim, com um tratamento mais humano, não houve cortes na alimentação nem na água e até tiveram permissão para levar com eles «mantas para servirem de cama» (Oliveira 1987, 131). No seguimento, o acampamento também foi punido com o encerramento das barracas a cadeado durante a noite, passaram a ser fechadas pelos carcereiros após a contagem dos reclusos ao toque do recolher.

Durante o ano de 1938 a população prisional não foi reforçada com a chegada de mais deportados e, como as condições de vida melhoraram significativamente e a repressão serenou, os presos políticos tiveram a oportunidade de se integrarem e solidificar o sentido de pertença às suas organizações, o que se tornou bastante útil para se adaptarem à sua nova condição de encarcerados. Ainda assim, durante o período do mandato deste diretor o paludismo vitimou mais dois prisioneiros. José Júlio da Silva não se reconheceu no papel de carrasco de outros homens no sentido em que o seu modo de estar e de agir para com os outros não lhe permitia exercer o domínio através da prepotência e do uso de violências físicas. Quando em outubro de 1938 terminou a comissão de serviço, não a quis renovar, pelo que foi substituído pelo capitão João da Silva.

Figura 21 – Informações sobre o mandato do capitão José Júlio da Silva.

Diretor	Início do mandato	Fim do mandato	Nº de presos que morreram	Tentativa de fuga (data)
José Júlio da Silva	17-11-1937	20-10-1938	2	02-08-1938

4. O Diretor João da Silva: O “Faraó” do Campo

O terceiro diretor do Campo é apresentado pelos testemunhos como uma criatura que se autointitulava de senhor absoluto daquele pequeno império. Tinha uma imagem pessoal muito característica, fisicamente é descrito como um homem alto, de idade avançada e salamurdo. No conjunto, a sua aparência, trazia à memória a ideia de uma múmia fria pelo que foi distinguido com a alcunha de “Faraó”.

Os manuscritos revelam que, este diretor, ficou igualmente conhecido entre os presos como o “São Pedro”, pelos motivos que se passam a explicar:

Era assim que o Domingos dos Santos lhe chamava. Este jovem comunista não suportou os sofrimentos a que éramos submetidos e acabou por enlouquecer, sempre que o diretor se aproximava, via-lhe uma auréola brilhante na cabeça (era o sol a iluminar-lhe a calva) e começava logo a gritar: Olha o São Pedro, o São Pedro! (Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1939).

Mas as ideias que germinavam na cabeça de João da Silva não eram próprias de um santo e a sua direção ficou marcada pelo ambiente de terror que já havia começado no mandato do “Manuel dos Arames” mas agora, racional e metodicamente orientado. Nessa altura o próprio panorama internacional era favorável ao esmagamento dos ânimos revolucionários, em Espanha a esquerda é derrotada e a Segunda Guerra Mundial começa com as sucessivas vitórias das forças do Eixo. No contexto, era uma preocupação do regime o envio de comissões à Alemanha e a outros países da Europa para o estudo das soluções adotadas pela nova ordem política e jurídica europeia, incluindo as práticas no sistema prisional, como foi o exemplo deste diretor que, se prontificou a aplicar a «política de corrosão moral, aprendida quando visitara oficialmente os campos de concentração nazis» (Aquino 1978, 111), versão corroborada no depoimento de José Rodrigues Reboredo, que classifica o diretor João da Silva de “sinistra figura da ditadura portuguesa” acusando que fora “enviado propositadamente à Itália e à Alemanha para estudar e transladar para Portugal os métodos de repressão usados pelo fascismo nesses países”.¹⁵,

¹⁵ Reboredo, s.d.: p. 3.

A prática de violência extremada que o Diretor João da Silva empregava para a execução dos seus propósitos, afetou de forma insana todas as facetas da vida prisional, levando os reclusos a viver momentos dramáticos. Nesta onda de terror, os aprisionados são submetidos a uma iniqua perseguição que confirma a situação definida pelo diretor conforme se encontra descrita:

Não nos podemos sentar à sombra das paredes do pavilhão, dentro dos grupos não podemos cantar nem falar alto e sempre que um guarda entra no campo, à sua aproximação temos de nos levantar se tivermos sentados, tirar o chapéu e cumprimentá-lo. No campo só podemos passear dois a dois e raramente a três, para falarmos com os guardas é de chapéu na mão e em sentido mantendo uma certa distância, não é permitido estarmos parados em grupos.

(Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, abril de 1939).

Com tantos constrangimentos os “resistentes” já recebiam qualquer convívio, pois os ofensores encontravam sempre um motivo, por mais insignificante que fosse, para lhes aplicarem castigos. Dizem que, nessa altura, «se não nos isolavam um em cada caserna, para mais cerrado isolamento, era porque isso lhes era praticamente impossível. Não podíamos entrar numa caserna senão na nossa» (Pires 1975, 216) e, mesmo sem saírem não ficavam resguardados do assédio dos guardas que, amiúde, surgiam a qualquer momento por detrás dos barracões e paravam junto das janelas para ouvir as conversas entre os trancafiados. Por vezes, entravam subitamente nas casernas e se algum prisioneiro, distraidamente, não se levantasse era o que lhe bastava para ser castigado com 20 dias na frigideira e em regime de pão-e-água.

Perante as ordens do diretor João da Silva e do seu adjunto, Capitão Osório, a água voltou a escassear, o carro que o capitão José Júlio da Silva mandara fazer para transportar água para o acampamento foi posto de parte e as latas passaram a ser carregadas pelos cativos. A alimentação piorou e as encomendas enviadas pelos familiares, que tanto contribuía para o reforço do rancho, foram reduzidas. Onde quer que estivessem a vigilância era constante e meticulosa, “não se podendo dar um passo ou dizer uma palavra sem isso ser conhecido pelos esbirros que guardavam os presos”¹⁶.

¹⁶ Reboredo, s.d: p. 4.

A correspondência, escrita pelos presos e a recebida, passou a ser aberta e censurada aleatoriamente pelos guardas. Papel, lápis, tinta, tudo quanto servisse para escrever era-lhes retirado pelos carcereiros.

A direção pretendeu fazer render o trabalho dos presos, aproveitando as suas forças e aptidões, primeiro na construção da “Vivenda do Monte” destinada à habitação do diretor e subdiretor, depois arranjando-lhes encomendas para o exterior, especialmente para trabalhos de carpintaria e serralharia que eram executados nas oficinas do campo, ficando para os que labutavam a quota-parte de apenas 20% sobre o lucro. Esta resolução constituiu um problema para o coletivo, já que «todos trabalhavam e só os das oficinas recebiam dinheiro» (Pires 1975, 216), pelo que o assunto foi colocado à apreciação da Comissão de Campo, tal como acontecia com qualquer problema que necessitasse de ser discutido. Então, a Comissão decidiu que o dinheiro ganho com os trabalhos efetuados para o exterior seria «entregue a uma caixa de auxílio ou às comunas libertarias ou à dos comunistas» (Pires 1975, 216) e, desta maneira, seriam os coletivos a gerir as verbas consoante as necessidades com que os seus elementos se deparassem.

4.1. A divisão como instrumento de terror

O projeto de João da Silva era aniquilar a centelha revolucionária que movia os presos políticos e transformá-los em homens “regenerados” para o regime. Uma das suas diligências foi a adoção de um sistema de classificação e agrupamento de encarcerados, ordenados do seguinte modo: «“bons”, “menos maus”, “maus” e “muito maus”. Naturalmente que isto correspondia a uma campanha de enfraquecimento dos laços entre os presos» (Pires 1975, 225). A brutalidade das medidas repressivas fazia-se acompanhar de promessas de regalias e de liberdade a quem rejeitasse a vida revolucionária e cooperasse com os carcereiros. Esta diferenciação de tratamento penitenciário visava a divisão e o desconforto entre os próprios reclusos, obtendo destes as mais diversas reações. Houve uns poucos que se deslumbraram com tais promessas, outros que se deixaram dominar pelo medo das torturas e das ameaças dos carcereiros, houve também três ou quatro “falsos rachados” que simularam ceder, mas sempre «por decisão dos organismos políticos do Campo, para aproveitamento das aberturas que o “ranchão” permitia» (Oliveira 1987, 160). Por exemplo a possibilidade de passarem informações para o exterior

sobre a situação dos encarcerados e, ao mesmo tempo, tomarem conhecimento do que acontecia no mundo, assim como a troca de mensagens com as direções dos seus organismos políticos. Explicam que esta permuta de informes era concretizada por métodos tão criativos quanto a imaginação lhes permitia e revelam algumas táticas, por vezes, estabeleciam «contacto com os nativos, conluiarem-se com alguns deles para o envio de correspondência clandestina e condução de notícias para o acampamento» (Oliveira 1974, 47). Era por este meio que os vários órgãos, nomeadamente a Federação de Solidariedade da CGT e a Seção Portuguesa do Socorro Vermelho, emitiam apelos clandestinos sobre a situação dos presos políticos no Tarrafal, tanto ao povo português como a todos os espíritos livres do mundo.

Notas sobre a população que ingressou no Campo em 1939

Ao longo do ano de 1939 entraram ao Campo mais 27 desterrados repartidos por quatro levas:

- A primeira chegou no dia oito de abril e era composta por 13 elementos. Destes, apenas três eram pelo Partido Comunista e dois deles, António Guedes de Oliveira e Silva e Francisco do Nascimento Gomes, viriam a morrer no Campo; outros três eram pelos libertários; outros dois diziam-se republicanos e, sobre os restantes cinco não foram identificadas ligações partidárias.
- No dia 18 de maio chegaram mais dois presos provenientes do Funchal que ficaram no Campo até 10 de fevereiro de 1945.
- No dia 27 de junho entram mais oito deportados no campo Como presos políticos identificaram-se quatro adeptos do Partido Comunista e um republicano de nome Albino António de Oliveira Carvalho que viria a morrer durante a clausura em outubro de 1941.
- Por fim, no dia 28 de setembro, chegaram mais quatro indivíduos, dois comunistas e outros dois identificados como presos de delito comum.

Resumindo: pouco mais de metade dos detentos que chegaram ao longo do ano foram identificados como partidários. Deste grupo seis indivíduos tornaram-se “rachados”,

três morreram no Campo e praticamente todos os restantes regressaram ao continente entre 1945 e janeiro de 1946, as penas mais longas que sofreram no Tarrafal foram de seis anos.

Recorde-se que nos primeiros anos de funcionamento do Campo, entre 1936 e 1939, os 227 indivíduos que nele ingressaram compunham uma população de natureza essencialmente política e, somados, representaram mais de metade do total da população que ocupou o Campo até ao seu encerramento em 1954.

“Os amarelos”

Nesta altura os presos que, na gíria do Campo, eram tratados pelo nome de “pinguins” já se tinham transformado em “bufos”, tidos pelos companheiros de cárcere como indivíduos nocivos que, misturados com os “rachados” e com os apolíticos que foram para ali despachados, fizeram surgir no Campo mais um grupo: os “amarelos”.

No dia 29 de abril de 1939 é inaugurado o “Porta-Aviões”, tratava-se de uma das casernas do Pavilhão D adaptada para alojar os 32 elementos que o grupo dos “amarelos” agregava. Em razão das convicções, os testemunhos afirmam que o “Porta-Aviões” nunca chegou a encher, aqueles que o foram habitar não ultrapassaram as três dezenas e, entre esses “amarelos”, houve «alguns que se arrependeram do mau passo que haviam dado no seu trânsito para o abjeto Porta-Aviões» (Russell 1976, 98) sendo que a esmagadora maioria dos “amarelos” nem sequer se podiam considerar de «rachados por serem o que eram: nada politicamente» (Oliveira 1987, 160). Os apolíticos constituíam o tipo de presas mais fáceis de manobrar pelos carcereiros, seguiram-se os políticos que, deliberadamente, hostilizavam os comunistas e os libertários mas também uns poucos revolucionários acabaram por ceder à pressão do sistema prisional. Alguns desses “amarelos” tiveram o cuidado de se manter inofensivos para os parceiros de cárcere mas, no grosso dos casos, tornaram-se verdadeiramente avessos, devido à inegável propensão para pactuarem «com a polícia, denunciando secretamente os camaradas de cativo, revelando todas as suas contrárias» (Oliveira 1974, 45). A propósito de tudo ou de nada, eles mentiam, insinuavam, denunciavam e provocavam de tal modo os companheiros, que acabavam por conseguir manipular ocorrências das quais resultavam sádicas torturas para os “resistentes”, como espancamentos, simulacros de fuzilamento e castigos na “frigideira” que, arruinavam

definitivamente a saúde das suas vítimas e intensificavam o padecimento que constituía a estadia no Campo.

Os presos que ostentavam firmeza ideológica, viveram os mais atormentados episódios passados no Tarrafal durante a comissão do diretor João da Silva, pois para além de terem de aprender a lidar com as manhas praticadas pelos presos “amarelos” também tiveram que suportar as represálias e a perversa perseguição dos carcereiros. Uma máxima foi a constituição do grupo de trabalho forçado, a que chamaram de “Brigada Brava”, as horas de trabalho, o ritmo infligido e as exigências eram tão violentas que tornavam a vida, daqueles que a integravam, insuportável. Ainda assim, é ponto assente, os que foram escolhidos para aquela experiência infernal preferiam morrer de exaustão a aceitar as aliantes propostas do Faraó e, por isso, vangloriam-se que «Nem um só, entre as dezenas de cativos que passaram pela Brigada, rachou!» (Russell 1976, 81). A explanação que os testemunhos efetuam sobre o comportamento dos “resistentes” frente aos sofrimentos que lhes eram infligidos, deixa bem claro que se tratava de uma questão de auto respeito, pois «a defesa da dignidade pessoal era, para o grosso dos prisioneiros, muito mais importante do que o regresso à liberdade à custa da defeção» (Pedro 2009, 448), pelo que não hesitaram em se doar em prol da causa revolucionária.

Decerto, o diretor João da Silva ignorava o poder das convicções e por mais déspotas que fossem os tratos prescritos aos “resistentes”, os seus métodos só surtiram sucesso naqueles que não tinham preparação política. Quanto aos revolucionários, os meios de violência física e moral a que foram sujeitos, teve como produto final o oposto ao objetivo, pois ao lhes provocarem fortes sofrimentos e sentimentos de injustiça deram conteúdo à narrativa dos “resistentes” e imprimiram-lhes uma finalidade que vai para além das intenções individuais de cada preso e de cada uma das organizações políticas. A generalização de tais sentimentos, segundo Honneth (2011), possibilita a formação de uma identidade coletiva, e, no caso dos tarrafalistas, apesar dos comunistas e libertários se colocarem em posições ideologicamente distintas, todos se auto representam e posicionam de modo semelhante na luta antifascista, por vezes de forma indistinta, tais os comportamentos adotados pelos “resistentes” para fazerem frente aos momentos mais adversos, demonstrando que só lhes foi possível cumprir a promessa de resistirem, física e moralmente à conjuntura prisional, pela firmeza e coragem com que enfrentavam as situações que se lhes apresentavam no Campo. Esta demarcação corrobora com a tese de

(Ricoeur 2006) sobre o vínculo privilegiado que existe entre a procura reconhecimento e a afirmação da identidade, ou seja, neste caso estão intimamente ligados na proporção em que a falta de reconhecimento a que os presos foram votados por aqueles de exerciam a autoridade, levou a que as organizações comunista e libertária se unissem frente ao inimigo comum de modo a construírem um regime de ação prisional fixado no “*ethos* resistente” que, apesar de não ser uma produção “local”, pois já se havia formado na prática política dos seus membros, antes mesmo dos envolvidos serem sujeitos à condição carceral, mas no Campo do Tarrafal revestia-se de densidades propriamente locais, nomeadamente como fator perturbador que os impelia a agir na defesa da sua humanidade. Pode-se depreender que nas circunstâncias em que os encarcerados se encontravam a resistência política também se constituiu como um meio privilegiado para «os arrancar da situação paralisante da humilhação passivamente tolerada e de os auxiliar consequentemente numa auto-relação nova e positiva» (Honneth 2011, 220-221).

Conforme acima exposto, o intento do diretor corromper e derrotar moralmente os presos políticos foi agoiado. Os depoimentos atestam o carácter moral da luta e, nessa altura, mesmo com a integridade física sob ameaça, aqueles que estão «conscientes do papel revolucionário que desempenham, tudo são capazes de arriscar e perder menos a sua dignidade de revolucionários e verdadeiros lutadores» (Pires 1975, 179), opinião partilhada por outro testemunho do Partido que defende que os mais aptos a resistir eram «os que tinham melhor consciência do seu papel e do papel dos carcereiros, os que consideravam aquelas condições de vida, como uma situação que tinham mesmo de suportar, fossem quais fossem as consequências» (Oliveira 1987, 110). Pois, nesta luta, o que estava em causa era o próprio “ser dos resistentes” e por esse motivo, era inconvertível a contraposição àqueles que colocavam em causa a dignidade e as razões desse mesmo “ser”. Tratava-se de um conflito de extremos que não permitia aos subjugados o conformismo, a passividade ou cedências. Em todos os testemunhos perpetua-se o princípio: «Não se dialoga com quem intende matar-nos ou humilhar-nos. Nem se dialoga com quem nos reduz à condição de objeto, apetecido, útil, indiferente ou desprezado. E também uma classe, . . . não dialoga com quem a subjuga e oprime» (Nunes 1969, 296).

A firmeza com que os “resistentes” defenderam os seus ideais no espaço prisional, teve o resultado que os testemunhos apregoam: «a maioria dos internados aguentou com estoicismo as ofensas destinadas a destruir o nosso moral e a nossa resistência, em todos os

planos» (Pedro 2009, 429). Honrar o compromisso que haviam firmado com a causa revolucionária tomava uma importância vital para os que não queriam perder o respeito por si próprios nem a estima dos companheiros, como as suas palavras o salientam: «esmorecer é sucumbir, é mergulhar o espírito nas trevas da demência o que representa a morte em plena vida» (Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1939).

Todos os testemunhos dão conta nas suas memórias, do papel importante que a ideologia adquire nos momentos em que é preciso enfrentar com firmeza as situações de limite. Evocando a noção de ideologia política como «um projeto coletivo de futuro social, antecipado num sistema de pensamento e numa ação política e propagado num círculo social mais ou menos amplo, a partir de um núcleo de líderes e intelectuais» (Nunes 1969, 56). Tendo em conta que num tal sistema de pensamento, surgem múltiplas derivações às ideias originais que acabam, inevitavelmente, por ser moldadas e conformadas consoante as interações, combinações e usos que a comunidade que as acolhe lhes vai dar. Deste modo, é preciso um trabalho de preparação política para que o meio social adquira os conhecimentos essenciais para colocar o projeto coletivo em movimento, como um comunista testemunha «não só me ajudaram muito a tornar-me um revolucionário com uma confiança indestrutível no futuro da causa dos trabalhadores, mas também me têm permitido compreender melhor os problemas, mesmo aqueles aparentemente não relacionados com a revolução» (Miguel 1977, 92).

A assimilação do compromisso com as ideologias revolucionárias afigura-se um princípio orientado para a incrementação de confiança em si mesmo e de solidariedades, assegurando o estreitamento dos laços entre os revolucionários conscientes da sua situação e, por princípio, era este o «ponto central das suas relações de camaradagem, com eficientes reflexos na própria vida social» (Pires 1975, 288-289). Nas palavras dos testemunhos, as conceções ideológicas desenvolvem-se paralelamente aos sentimentos humanos e, serão tanto mais sólidas quanto maior for a cultura e a compreensão da época em que se vive. É a ideologia que indica o caminho que leva até à sociedade que se quer projetar para o futuro, dando assim um sentido concreto ao viver.

O espírito do ideal libertário apela à afirmação da liberdade através do aperfeiçoamento da vida social, exorta os seus seguidores a agirem com um profundo conhecimento de causa, incorporando com firmeza os valores que motivam e que ajudam a

ultrapassar os momentos difíceis que toda a luta social implica. Um militante deixa o seu testemunho sobre a importância que a ideologia libertária assume na sua vida: «não vaciei em segui-la, não como subserviente que se escraviza inconscientemente mas como o resultado de uma gigantesca luta interior, luta consciente e disciplinada, de onde saiu triunfante o Espírito da Justiça» (Diário de António Gato Pinto, s.d.). Também o Partido Comunista, assente na ideologia marxista crê numa sociedade sem classes e, agindo na defesa dos explorados tornou-se uma força poderosa pela sua, evidente, capacidade de organização política e orgânica. As diretrizes do Partido são aprovadas em Congresso e minuciosamente seguidas desde o Comité Central até às células de base, firmadas na coesão resultante de uma forte consciência de classe e da disciplina férrea a que os militantes se submetem voluntariamente. A interiorização, das linhas normativas do Partido, são reproduzidas e espelhadas pelos seus militantes que, confessam:

Muitas vezes exibi, “por dever de ofício” – porque essa era uma das condições da militância partidária – a minha determinação para enfrentar, até às últimas consequências, sem quebra de moral, as contingências desse empenho. As minhas fortes convicções amparavam-me nos momentos de amargura a que não conseguia furtar-me. (Pedro 2009, 435).

A ideologia libertária e a ideologia comunista, apesar das suas divergências em relação ao exercício do poder estatal, convergiam na luta contra o fascismo, contra a exploração do homem pelo homem, e, no Tarrafal, contra os objetivos dos carcereiros. A aliança entre os “resistentes” é afirmada em todas as autobiografias prisionais, conforme se transcreve: «O que não aconteceu, de facto, foi que as divergências ideológicas tivessem alguma vez enfraquecido a unidade coletiva frente aos carcereiros. Nesse aspeto, expressou-se sempre a existência de um bloco de interesses comuns» (Oliveira 1987, 139). A pluralidade de sistemas de pensamento e de ação cobertos pelas ideológicas antifascistas não atingia a confiança mútua entre os presos políticos nem a solidariedade praticada de uns para com os outros, demonstrando que a resistência só poderia ser bem-sucedida num quadro coletivo e organizado, onde as relações de reconhecimento entre os parceiros fossem ampliadas de modo a produzirem poder para atuarem sobre a realidade em que viviam. Tratava-se de um poder transformador que capacitava os seus obreiros de modo a diferenciá-los dos que, pela falta de motivação política ou pela fraqueza moral, sofreram passivamente a ação repressiva dos carcereiros, deixando-se corromper pelo sistema.

4.2. A “Amnistia comemorativa dos Centenários” - 1940

O Estado Novo para comemorar o oitavo centenário da Fundação da Nacionalidade e o terceiro centenário da Restauração da Independência, decretou a “Amnistia dos Centenários”. Pela primeira vez, o governo de Salazar concede uma medida graciosa de carácter geral que permite a libertação de um amplo número de indivíduos presos por crimes políticos.

No campo de concentração do Tarrafal, a lei da amnistia abrangeu cerca de 45 prisioneiros que foram regressando ao continente ao longo do ano de 1940. O primeiro grupo de amnistiados era constituído por 14 indivíduos que, no dia 27 de janeiro, abandonaram o Campo. Para além do Júlio Fogaça,¹⁷ saíram cinco indivíduos pertencentes ao grupo dos “rachados”, praticamente todos da ala republicana; os oito restantes faziam parte do grupo dos “galegos”, que agora ficava reduzido a três elementos (os dois irmãos Quintas e António Enes Faro), precisamente aqueles que se posicionaram do lado das organizações políticas do Campo.

Por ordem da Direção Geral da PVDE alguns meses mais tarde, precisamente no dia 7 de julho, regressaram ao continente mais 30 prisioneiros - a grande parte dos contemplados pela amnistia pertenciam à “parte sã” do acampamento, incluindo elementos dos mais altos quadros políticos do PCP, entre eles: «Militão Bessa Ribeiro e Manuel Alpedrinha. Beneficiaram dela muitos quadros intermédios do movimento comunista, com nomes como Pedro Soares, Sérgio de Matos Vilarigues, José Soares e Américo Gonçalves de Sousa» (Pedro 2011, 22). Foram estes dirigentes do Partido abrangidos pela amnistia que, juntamente com Júlio Fogaça libertado meses antes, trabalharam clandestinamente na fixação de uma linha política de ação com base nas diretrizes que levaram do Tarrafal e que tinham sido o «resultado da apreciação geral partidária do Campo e das suas tarefas imediatas de saneamento orgânico e político que em seu entender se impunham com vista à reorganização salutar das fileiras do PC» (Russell 1976, 105).

¹⁷ Importante dirigente do Partido Comunista, levou do Tarrafal a incumbência de reorganizar internamente o Partido que, desde a captura dos seus quadros mais destacados, encontrava-se praticamente paralisado. Devido à sua intensa atividade política na clandestinidade, acabará por ser novamente preso e, deportado para o Tarrafal em junho de 1943.

Do grupo dos “amarelos” poucos amorais se encontravam incluídos na Lista, enviada pela polícia do continente, que indicava o nome dos amnistiados, deitando por terra as “políticas de rachanço” aplicadas pelo diretor João da Silva.

As promessas de liberdade feitas pelo capitão João da Silva ao grupo de presos “bem comportados”, que estavam alojados no “Porta-Aviões”, não foram cumpridas. Incapacidade que o diretor entendeu como uma desonra para o seu nome perante o acampamento e, acima de tudo, como uma desconsideração por parte da Direção da PVDE que não atendeu à relação que lhes tinha enviado, com os nomes de todos os tolhidos já regenerados e que, por esse motivo, deveriam sair em liberdade prioritariamente.

O despeito, que o diretor do campo sentiu, pelo trabalho que desenvolveu em função dos interesses do regime, levou-o a demitir-se do cargo e a regressar ao continente, deixando o seu adjunto, capitão Osório, a substituí-lo interinamente.

Figura 22 – Informações sobre o mandato do capitão João da Silva.

Diretor	Início do mandato	Fim do mandato	Nº de presos que morreram	Tentativas de fuga (datas)
João da Silva	20-10-1938	07-06-1940	2	-

CAPÍTULO 6: A CRISE DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS (1941 - 1945)

1. Novos Desafios

Entre os anos de 1941 e 1945, apesar das várias melhorias introduzidas às infraestruturas do Campo, conseguidas inclusive com o trabalho dos presos, o sistema de precariedade e de repressão sobre os presos manteve-se. Inaudito no quotidiano do acampamento é o transtorno causado pela crise que se instalou entre os revolucionários.

Por essa altura, a vivência no acampamento distribuía-se espacialmente em torno de um complexo de quatro grandes pavilhões dispostos em forma de **T** que se inseriam no interior dos arames farpados. As edificações mediam aproximadamente 30 metros de comprimento por 15 de largura, para a cobertura usou-se a lusalite (chapas onduladas de ferro zincado), as paredes eram construídas em cimento e pintadas por dentro de cor branca e por fora de amarelo com um rodapé cinzento, em cada um dos pavilhões sobressaía, uma letra garrafal desenhada a preto - A; B; C e a D.

Frente ao portão de entrada no Campo estendia-se um corredor largo – que os confinados designavam por “Avenida das Acácias” por nela terem plantado rubras acácias. Do lado esquerdo da avenida situava-se o pavilhão “A” e do lado direito o pavilhão “D”, cada pavilhão dividia-se em duas dependências distintas, a A1 era um espaço amplo onde funcionava o refeitório e a A2 destinava-se às oficinas, a poente encontrava-se um campo de jogos, autorizado desde 1941. O pavilhão “D” dividia-se entre o D1 e o D2, em cada uma das divisórias alinhavam-se cerca de 40 camas, uma das dependências estava reservada para o depósito de doentes menos graves a que os enredados chamaram de “Mitra” e, na outra caserna funcionou o “Porta-Aviões”.

A “Avenida das Acácias”, era o lugar determinado para as formaturas obrigatórias e desembocava no “Posto de Socorros”, edifício que se destacava do restante

acampamento, não só pela importância da sua função mas também pelo formato que o caracterizava, em feição de cubo e com uma porta central que dava acesso aos dois compartimentos que o compunham. De um lado funcionava o gabinete médico e no outro a sala de espera para as consultas que, de quando-em-quando, servia também, por acréscimo, de sala de espera para a sepultura ou seja, de morgue. De cada lado do “Posto de Socorros” ficava um pavilhão, à esquerda o “B” com cinco camaratas – a B1 servia de depósito para as malas dos reclusos e, similarmente, de ninho para ratos e insetos; as B2, B3, B4 e B5 eram destinadas a casernas com vinte camas em cada uma delas. À direita do “Posto de Socorros”, situava-se o pavilhão “C” que, tal como o pavilhão “B”, também suportava cinco divisórias, uma para a enfermaria, outra para o depósito dos doentes crónicos e mais outras três. Por detrás do “Posto de Socorros” e dos pavilhões “B” e “C” encontrava-se uma pequena horta que constituía para os presos um passatempo com muita utilidade, para além dos vegetais que plantavam e que colhiam para o reforço da sua alimentação, era um esconderijo bastante discreto para livros de formação política, documentos e outros objetos clandestinos.

Segundo os depoimentos de quem chegou nesta fase, pode-se afirmar que no acampamento, para além do cenário obsessivamente constante, o jeito de funcionamento da instituição pouco mudou. O edifício onde ficava a cozinha e o matadouro foi finalmente concluído em 1942, perduravam as três barracas de madeira paralelas ao pavilhão “D”, uma delas servia de balneário e de lavadouro e nas outras duas operavam as oficinas, as instalações sanitárias continuavam equipadas com as mesmas latrinas, classificadas pelos presos como imundas onde se «geram miasmas de podridão que invadem as casernas, os pulmões, as narinas, as orbitas dos reclusos» (Rodrigues 1974, 26). Os trabalhos de manutenção do acampamento mantinham-se a cargo dos aprisionados, eles eram pedreiros, carpinteiros, serralheiros, sapateiros, alfaiates, barbeiros, ou seja, desempenhavam todos os serviços que fossem necessários, tal como a lavagem da roupa, a limpeza das retretes e o respetivo despejo dos excrementos no mar, tratavam dos serviços da água, do refeitório e, ainda tinham que cumprir algumas obrigações fora do Campo, como rachar lenha para a cozinha, para o fogão do diretor e para o fogão da messe dos guardas.

Nas imediações do Campo mantinham-se em funcionamento: o pavilhão disciplinar com duas celas, a “frigideira”; o pavilhão da central elétrica e os edifícios destinados à acomodação dos carcereiros com camaratas para as praças; algumas barracas de madeira

para o alojamento dos oficiais; casernas para os sargentos e cabos, bem como os edifícios para os serviços de apoio.

A vida interna do campo continuava a ser regulamentada, quotidianamente, pelos sinais do carrilhão,¹ ainda que o ciclo temporal fosse dinâmico e seguisse o calendário Gregoriano. No campo, o dia era estruturado por horários rígidos que diferenciavam espacialmente as atividades humanas e eram minuciosamente calculados para o controlo do corpo prisional. O ritual de sujeição começava logo pelas 5 horas da manhã com o toque metálico de dez badaladas que anunciavam a “alvorada”, os presos levantavam-se da cama, vestiam-se e saíam das casernas, faziam a higiene e dirigiam-se para o refeitório onde tomavam um pouco de café acompanhado com pão, logo que ouviam bater outras dez pancadas no carril corriam para a formatura na Avenida das Acácias, esperavam que os guardas os distribuíssem pelas diversas brigadas de trabalho para depois seguirem para a labuta. Quando soavam três badaladas repicadas, era o sinal de “alta ao trabalho”, o turno da manhã estava cumprido e todos regressavam para o almoço que estava marcado para as 11 horas. Às 14 horas ouviam-se outras dez pancadas no carril e os presos saíam do refeitório para voltarem à formatura geral, era a hora da entrega da correspondência e da leitura das ordens de serviço, a seguir voltavam ao trabalho até findar o turno da tarde que estava marcado para as 17 horas e, então, soava novamente o aviso da “alta ao trabalho”, meia hora mais tarde ressoavam outras dez badaladas, desta vez anunciavam o jantar. Entre o jantar e o recolher obrigatório havia um período de convívio que se prolongava até às 22 horas, nessa altura tocavam outras dez badaladas que davam o alarme para o “recolher”, então os prisioneiros voltavam a entrar nas suas casernas, formavam frente às respetivas camas e esperavam que o chefe dos guardas viesse fazer a contagem dos trancafiados e conferir se todos estavam presentes. Só depois de cumprida toda esta azáfama é que as portas das casernas eram fechadas e, por fim, toava no acampamento um som repicado seguido de quatro badaladas, era a ordem de “silêncio”.

No acampamento, o tempo semanal dividia-se pelos dias “úteis” que eram preenchidos com horas de trabalho árduo. No fim de semana os rituais a cumprir eram

¹ O capitão João da Silva formalizou um documento datado de janeiro de 1939, com o significado dos sinais para o carrilhão que os presos tinham que memorizar. O documento encontra-se incluído na documentação da PIDE com o Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/9129/1

diferentes, pelo menos espacialmente, pois não havia trabalhos fora do campo. O dia de Sábado era cuidadosamente regulado de modo a que todas as obrigações de higiene e de manutenção do acampamento fossem efetuadas. Havia, similarmente, um toque de aviso para a “faxina” que marcava o início da atividade, era um tinir repicado seguido duma só badalada. No interior de cada caserna era colocado, junto à porta de entrada, um papel com a escala que regulava a execução dos diversos serviços pelos presos que se encontravam válidos para tais trabalhos e cuja escolha assentava no princípio da rotatividade. As tarefas eram executadas com disciplina e a prática da interajuda era fundamental, fosse na lavagem das roupas, na limpeza das camas, balneação das casernas ou para capinar o matagal que crescia em redor do Campo.

Também era ao Sábado que calhava a revista geral, tanto se aplicava às roupas como a todos os artigos e pela mesma ordem com haviam sido distribuídos aos presos, incluindo a cama e as enxergas. A revista era passada pelo diretor que se fazia acompanhar do subdiretor e do chefe dos guardas. Às 10 horas da manhã rompiam as dez sinistras pancadas no ferro que se encontrava suspenso à porta do acampamento, era o som de chamada para a formatura geral dos presos dentro das respetivas casernas e, por isso, todos corriam para o seu grupo e alinhavam-se junto às camas, o vibrar do ferro volta a ouvir-se mas, desta vez, era uma série de pancadas repicadas e seguidas de duas badaladas, o som assinalava a entrada do diretor no Campo e, à qual, guardas e prisioneiros tinham que se colocar imóveis na posição de em “sentido”. Momentos depois, o diretor e seus acompanhantes entravam no pavilhão e começava a revista. Primeiro, passavam um olhar metucoso pelo espaço físico para observarem a limpeza e a arrumação das coisas, depois detinham-se a inspecionar cama por cama e cada um dos coadunados vai-lhe mostrando os artigos da ordem que têm a seu cargo e informando as condições de conservação em que estes se encontram, o subdiretor ou o chefe dos guardas aguardam ordens do diretor para anotar o nome dos presos e, dentro do rol das coisas que estão na sua posse, os artigos que precisam de ser substituídos ou, então, anotavam o nome dos que vão ser castigados por não terem zelado pela manutenção e bom trato do que lhes foi confiado.

A revista geral transformava-se num tormento para os enclausurados, enquanto a operação decorria, normalmente durava duas ou três horas, eram obrigados a ficar imóveis debaixo de formatura e do olhar atento de um guarda que se conservava sempre junto à porta da caserna. Assim se sustinham até se ouvir novamente o som de uma série de

batidas repicadas no ferro, mas desta vez eram arrematadas com três pancadas compassadas, que davam o sinal de “à vontade”.

O domingo era o único dia da semana em que os enclausurados podiam descansar. Não obstante, permanecia em vigor o horário da “alvorada” às cinco da manhã para se levantarem. Habitualmente, nesse dia estavam autorizados a organizar atividades culturais e a praticarem desporto, no tempo que lhes ficava livre ainda se entretinham a executar pequenos trabalhos manuais, preparavam o tabaco e com as mortalhas enrolavam os cigarros para depois os armazenarem e irem consumindo ao longo da semana, conversavam e debatiam os assuntos relativos ao acampamento, além disso, era o dia autorizado para escreverem cartas à família. Houve tempos em que o domingo era o dia do hastear da “Bandeira Nacional”, quando tocava o sinal de “em sentido”, os prisioneiros obrigavam-se a assistir à cerimónia numa posição corporal respeitosa, mantinha-se imóveis e com os braços estendidos ao longo do corpo, numa das mãos seguravam o chapéu. Este ritual simbolizava o compromisso de cada um para com a pátria.

No Campo, também eram respeitados os dias históricos para Portugal e os dias santos. Comemorava-se no campo a entrada num Novo Ano civil como símbolo da paz. O dia 28 de Maio que enaltecia a imposição da ditadura. O 10 de junho ou dia de Camões que exaltava a memória da nação. No entanto, era na Páscoa e no Natal que a tradição constituía um fator de saudade que avivava a memória de pertença a um meio social, a um lar acolhedor, a uma família e, quer fossem prisioneiros ou carcereiros, os estados de alma eram unânimes perante a situação de desterro em que todos se encontravam. O respeito pelas velhas tradições, mais que uma verdade indiscutível para Salazar, era um instrumento de dominação e conservação do poder, por essa razão, apesar da laicidade do calendário republicano e do contexto prisional, os deveres religiosos eram consentidos senão impostos. Assim, era permitido aos presos realizarem festejos alusivos às datas que promovessem a prática dos usos e dos costumes nacionais. Nessas ocasiões o rancho dos presos era melhorado e quando havia abertura programavam provas desportivas, encenavam peças de teatro e espetáculos musicais. Por um curto período de tempo, os padecedores abstraíam-se do sofrimento em que viviam, esqueciam o que se passava dentro do Posto de Socorros, esqueciam o cemitério que os esperava e preenchiam a ausência dos seus entes queridos com uma forte esperança no futuro.

Discretamente, os detentos também festejavam entre si os aniversários de alguns deles e, sigilosamente, quase todos comemoravam o 1.º de Maio pela evidência do significado histórico que esse dia representava para os princípios defendidos pelo sindicalismo revolucionário e em 1942, os libertários até chegaram a lançar um pequeno jornal comemorativo da data. Em 1944, sem extravasarem para fora do seu circuito, os “resistentes” festejaram com grande alegria as notícias que lhes iam chegando sobre as vitórias alcançadas pelos exércitos dos Aliados.

1.1 O impacto da chegada de navios à Ilha

Para os prisioneiros, o único elo de ligação à família e aos amigos eram os navios que aportavam de tempos-a-tempos na ilha, era exemplo o paquete *Guiné*, pertencente à Companhia Colonial de Navegação. O navio passava cerca de nove dias de viagem entre o continente (Lisboa) e a Cidade da Praia, transportava, para além dos passageiros e da carga, o correio e, por isso, quando chegava à ilha a alegria dos presos era tanta que no acampamento ouvia-se dizer que era o “dia de São Vapor”. Santo porque a chegada de correspondência desperta nos cativos uma emoção positiva, era uma forma elementar de confirmarem as suas referências e de sentirem o reconhecimento da sua individualidade, na medida em que resgatavam para junto de si uma realidade de amor e de afetos que se encontrava tão longe e da qual estavam privados. Mas esta alegria fazia-se esperar, o correio que chegava era entregue na secretaria e aí, cartas e encomendas demoravam a ser revistadas, mutiladas pela meticulosa censura e algumas ficavam definitivamente retidas pelos carcereiros. Depois da hora de almoço, os confinados eram reunidos no refeitório e, então, efetuava-se a distribuição pelos destinatários. O tormento dos dias passados na espera de notícias dos seus entes queridos, era finalmente acalmado naqueles que tinham a sorte de receber uma carta escrita por, ou a pedido de, quem lhes era importante. A leitura das cartas, era um momento muito íntimo, como descreve um testemunho: «cada um de nós buscou um rincão para as ler e reler – com que incontida emoção! – Sabedor que só dentro de dois ou de três meses poderia disfrutar novamente de análoga alegria» (Firmo 1978, 163). Aos que nada recebiam restava-lhes a consolação de ouvir, da boca dos sortudos, as novas que contavam e comentavam entre eles, procurando desvendar nas entrelinhas das cartas alguma mensagem oculta.

Outro efeito que se fazia sentir com a aproximação da data da chegada do navio *Guiné* era o aumento da ansiedade provocada nos encarcerados e, para agravar a amargura que estes sentiam, os próprios carcereiros encarregavam-se de lançar e espalhar pelo acampamento boatos sobre o possível retorno ao continente de alguns prisioneiros. Os carcereiros não se baseavam em qualquer informação concreta e tudo não passava de mais uma estratégia cruel para gerar o desânimo dos presos perante as esperanças frustradas. Apesar de alguns prisioneiros terem a consciência do engodo, o boato era alimentado pelo desejo mais íntimo de liberdade:

O boato encontrava terreno fértil especialmente entre os cativos menos conscientes das realidades sociopolíticas, chegando por vezes a assumir proporções doentias entre eles, o que nos obrigava a opor-lhe barreiras de saneamento. Quando se espalhava a notícia da próxima chegada de navio à ilha, refervia a boataria, inventando-se as mais descabeladas atoardas. O carácter nocivo dessa, por assim dizer, instituição, era aproveitada pelos carcereiros, que a alimentavam, sabendo dos efeitos depressivos que poderiam causar-nos as falsas notícias.

(Russell 1976, 128).

1.2. A chegada de novos presos: mais diversidade

Dizem-nos os testemunhos que, de 1940 em diante, o governo entendeu recrutar para o Tarrafal uma camada de indivíduos conotados com a prática de delitos comuns, pois pela lei seguida as categorias atribuídas aos delinquentes eram meramente abstratas e ao fim ao cabo todos eles eram indesejáveis. No entanto, esta medida foi causa de grandes constrangimentos para os presos políticos que se encontravam no Campo. Primeiro porque consideravam que as razões da sua luta e a dignidade dos seus comportamentos não se podiam equiparar ou coexistir com outro tipo de detentos, depois, tinham a perceção que, apesar da justa distinção entre os indivíduos que ali estavam por motivos políticos e aqueles que estavam presos por delitos ditos comuns, «a ditadura fascista fazia tábua rasa desta dissemelhança de delito, pretendendo nivelá-lo sob a mesma bitola decrescente de valores» (Firmo 1978, 146). Medida do governo que se destinava a camuflar os propósitos do Estado Novo em continuar a internar no Campo os seus adversários políticos² mas,

² Gilberto de Oliveira (1987, 144-145), denuncia que a intenção do governo ao enviar prisioneiros de delito comum para o Campo do Tarrafal era manipular a opinião pública, fazendo circular notícias que desacreditavam e desonravam os presos políticos.

passando para o exterior a falsa ideia que só se encontravam desterrados no Campo do Tarrafal gente criminosa e reconhecida publicamente como “marginais, escorçados da sociedade”.

Todos os testemunhos teimam em exaltar a sua condição de presos por motivos políticos em relação a um número reduzido de indivíduos sem consciência política e que, por isso, eram facilmente manipulados pelos carcereiros. Os argumentos apresentados começam pela separação quanto à natureza do crime, onde a atitude do «preso comum que age, sem apoios externos seguros e cujas motivações se confinam aos estreitos limites do egoísmo pessoal» (Russel 1976, 51-52) contrasta com os princípios altruístas dos que se debatiam por uma ideia de Justiça Social e que, mesmo em clausura, primavam pelo exemplo e pela capacidade de sacrifício em nome da causa coletiva, revelando um forte sentido moral e espírito de pertença ao grupo político que militavam. O ponto de vista de Manuel Francisco Rodrigues sobre este assunto, reforça as informações sobre a existência dos dois tipos de detentos dentro Campo e argumenta que, a coexistência de extremos só era possível de superar devido aos fortes alicerces morais que a maioria dos prisioneiros possuía:

Estavam nesse número os que na verdade se poderiam considerar presos políticos, os idealistas, os que tinham abraçado uma causa que consideravam justa. Os outros, eram irmãos de sofrimento, não há dúvida, mas faltando-lhes o clarão redentor da Ideia, estavam longe dos que sonhavam com uma aleluia de justiça para toda a gente. Sem o freio moral do ideal, tomavam por vezes atitudes estranhas, admissíveis em qualquer prisão vulgar, mas não no Tarrafal.

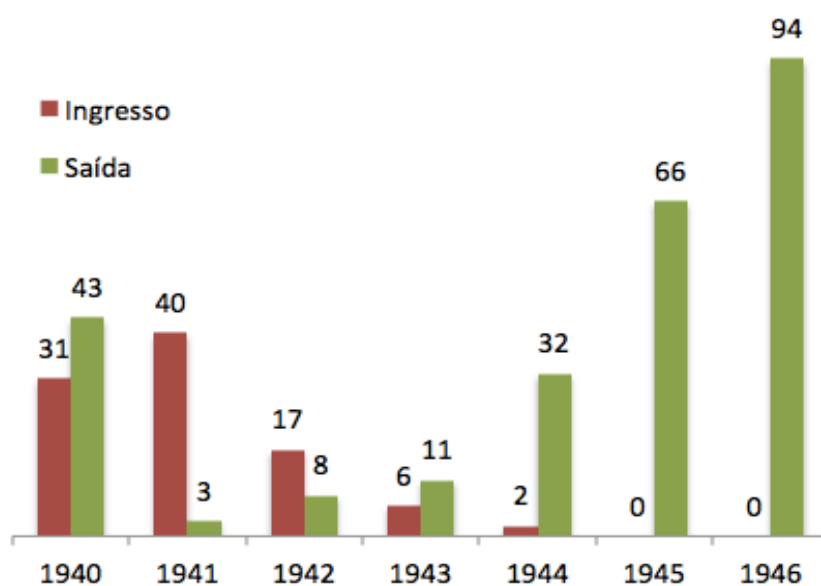
(Rodrigues 1974, 19-20).

Pelos motivos acima expostos, os “resistentes” reagiram hostilmente à entrada dos presos apolíticos e de um número reduzido de partidários da ditadura que traíram a confiança do regime. As afirmações a esse respeito, confirmam o corte de relações com estes últimos, pois as ideias políticas que professam opõem-se às dos «presos antifascistas, que nada querem com eles e, por esse motivo, fazem o maior esforço para se aproximarem dos carcereiros, a eles se aliando» (Oliveira 1974, 56). Tal como já tinha acontecido anteriormente com o grupo dos “pinguins”, os adeptos do fascismo ficaram sujeitos a um julgamento de carácter que os colocava à margem do “mundo revolucionário”. No entanto, apesar dos “resistentes” terem acolhido no seu seio, preferencialmente, os que lhes eram

ideologicamente semelhantes, os libertários distinguiram-se dos demais por não deixarem de apoiar e de serem solidários com todos os que, nos momentos mais críticos, deles necessitassem.

Movimentos anuais da população prisional do Campo: 1940-1946

Gráfico 1 - Número de ingressos e de saídas de presos da instituição (1936 -1946).



A amnistia comemorativa dos Centenários, que o governo decretou em 1940, foi o prenúncio da inversão do movimento de entradas e de saídas dos presos no campo. A partir de 1941 a quantidade de presos desterrados para o campo do Tarrafal reduziu-se significativamente. A partir de 1943 o movimento inverte-se e o número de presos que ingressam no campo é inferior ao daqueles que saem, nos anos seguinte a chegada de novos presos é nula. Por contraste, a saída de presos, para regressarem ao continente, foi aumentando gradualmente entre os anos que vão de 1941 a 1944 e, logo a seguir, entre 1945 e 1946, aumentam em flecha devido ao efeito da amnistia comemorativa do fim da II Guerra Mundial em 1945, com a vitória dos Aliados. Outra mudança curiosa que ocorreu, mas não observável através da leitura dos números, diz respeito ao tipo de prisioneiros que chegaram ao campo entre 1940 e 1942, deixando de ter a natureza essencialmente política que até aí caracterizava o ingresso no Campo.

Notas sobre a população que ingressou no Campo em 1940

No primeiro dia de março de 1940 ingressaram no Campo 12 indivíduos dos quais, apenas um se encontra identificado como libertário, quatro como republicanos e um judeu polaco (Pinkus Israelsky) que lutou nas Brigadas Internacionais contra as tropas de Franco. Os elementos desta leva cumpriram uma pena de 5 anos no Campo, todos regressaram ao continente durante o ano de 1945.

No dia 28 de junho o vapor *Guiné* volta a atracar na Cidade da Praia e larga mais dez detentos que são conduzidos sob escolta numa camioneta de capota aberta até ao Campo. Neste grupo, encontrava-se o dirigente do Partido Comunista, Francisco Miguel, e mais dois camaradas: Augusto Alves Macedo e Paulo José Dias, este último viria a morrer durante a clausura em 1943. Encontravam-se ainda: um apolítico; um luso-galaico combatente no Movimento Revolucionário em Espanha e, mais cinco sujeitos de nacionalidade estrangeira – o lituano de nome Alberto Grimeja que combateu nas Brigadas Internacionais em Espanha «do lado dos republicanos e que tinha família no Brasil» (Miguel 1977, 90); o espanhol Luís Manuel Dizy Arquelles que também combateu na Guerra Civil espanhola e era filho de pai holandês; por fim três alemães, sobre Erich Willy Rindfleisch, o pouco que se sabe é que se tratava de um marinheiro indocumentado, mas os outros dois, Willy e Fred, aparecem em muitos episódios relatados pelos testemunhos, apesar de alguns depoimentos se contradizem quanto à sua ideologia e ao motivo que os levou a serem presos no Tarrafal. Um dos testemunhos assinala que os dois alemães foram presos por serem antinazis mas, outras versões, asseguram que eram marinheiros confessadamente nazis. Todos os testemunhos coincidem quanto ao facto de descreverem o carácter de ambos os indivíduos como brutos e ignorantes nas suas atitudes mas, bastante arrogantes na forma de pensar e interagir com os companheiros e, claro, impossibilitados de se vincularem amistosamente com os “resistentes”.

Na análise aos discursos escritos sobre os dois alemães, Willy e Fred, encontram-se alusões ao perfil físico e comportamental que os ligam aos próprios valores do sistema de pensamento nazi e, pelos quais se regiam sem se inibir de os expressar, de forma que deixaram nos companheiros a seguinte marca: «como bons hitlerianos que o eram, mal disfarçavam a sua soberba racial, considerando-nos intimamente – bem o notávamos – uns pobres diabos inferiores, segundo os falsos padrões da sua ética zoológica» (Russel 1976,

44). A identidade pessoal atribuída aos indivíduos é, inclusive, reforçada pelos símbolos que ostentavam para impressionar os companheiros e que, poderá estar na origem da acusação de serem «confessadamente nazis, membros das SA (Tropas de Assalto), de que davam testemunho nas fotografias exibidas em que apareciam fardados nessa qualidade, montados nas motocicletas da ordem» (Russel 1976, 43). Esta descrição, apreciada numa perspetiva interacionista simbólica, explica como a «informação social transmitida por qualquer símbolo particular pode simplesmente confirmar aquilo que outros signos nos dizem sobre o indivíduo, completando a imagem que temos dele de forma redundante e segura» (Goffman 2004, 39). O facto das informações transmitidas pelos dois alemães corroborarem a péssima opinião que os “resistentes” tinham a seu respeito, deixou a situação devidamente definida e, desde então, tornaram-se indivíduos indesejáveis para o acampamento. Sobre os motivos que levaram estes alemães ao internamento no Campo do Tarrafal, apesar de não comprovada, encontra-se a versão:

A partir de certa altura estiveram lá dois alemães, dois embarcações que, em Lisboa, foram apanhados (diziam) sem documentação e parece que bêbados, na altura em que foram presos, durante uma desordem. Mandaram-nos para o Tarrafal. A PVDE adotou a tática de mandar esses desordeiros para o Tarrafal em vez de os mandar para o barco a que pertenciam. Eram o Fred e o Willy. Pois diziam que assim se chamavam. (Oliveira 1987, 144).

No mês de setembro chegaram ao Campo, pela segunda vez, dois libertários. Tanto José Ricardo do Vale como António Augusto Russo, fizeram parte da 2ª leva de deportados datada de 12 de junho de 1937, haviam saído do Campo pela altura da amnistia, em 7 de julho de 1940 e, passados dois meses, regressaram novamente ao Tarrafal. No mês de setembro ainda chegaram mais sete indivíduos sem ideias políticas que cumpriram pena no Campo entre cinco a seis anos.

Ao longo do ano de 1940, ingressaram no campo 31 presos. Adicionando os elementos comunistas aos libertários e aos republicanos, e ainda aos da causa dos Aliados e ex-combatente da Guerra de Espanha, os sujeitos com consciência política representam sensivelmente metade do total do número de presos que chegaram. Para além do militante comunista, Paulo José Dias, que viria a morrer no Tarrafal, os restantes elementos foram regressando ao continente durante os meses de janeiro de 1944, fevereiro de 1945 e janeiro de 1946.

“Os ferros-velhos”.

O novo grupo de presos que, nesta altura, se formou no Campo, ficou conhecido pelos “ferros-velhos”. Segundo os testemunhos, o grupo englobou aproximadamente 20 indivíduos, metade dos quais chegaram em 1940 e os restantes nos dois anos que se seguiram. Os elementos deste grupo regressaram ao continente, uma parte, em fevereiro de 1945 e outra em janeiro de 1946, pelo que o tempo de pena que cumpriram no Campo oscilou entre os quatro a cinco anos.

Observa-se que nos registos prisionais, que todos os elementos dos “ferros-velhos” estão marcados pelo crime de “porte de arma proibida”, em alguns desses elementos o tipo de arma encontra-se especificado como “punhal; arma branca; arma de fogo; dinamite”. Sobre estes sujeitos, Cândido de Oliveira (1974) explica que não se tratavam de presos políticos pois não seguiam uma ideologia e, afora alguns casos de delito comum, como por exemplo, o homicídio, a maior parte estava detida por desconhecerem a existência de uma nova lei que proibia a posse de determinado tipo de armas, para evitar que fossem utilizadas para fins revolucionários. Os testemunhos desqualificam o âmbito político e moral destes indivíduos, assinalando-os como «Ignorantes da lei – e de tudo. Detentores de pistolas e pistôes de carregar pela boca, excedendo o calibre permitido por lei, por isso, estúpida e injustamente remetidos ao Tribunal Militar Especial» (Oliveira 1974, 55) que os condenou à privação de liberdade.

Os membros do grupo dos “ferros-velhos”, não possuíam características homogéneas, o traço unificador do coletivo - porte de armas proibidas – não era motivo suficiente para gerar entre eles um objetivo comum que os unisse, pelo que os próprios não se sentiam nem cooperavam entre si como uma equipa organizada. As peculiaridades do grupo geravam a exclusão do convívio com os “resistentes” e a discriminação a que estes os votaram:

O grupo do “ferro-velho” reúne em qualquer lado. Está constituído por gente de aluvião – camponeses, operários e dois ou três comerciantes. Quase todos são neutros em política, porque, salvo exceções, não tem formação intelectual ou porque supõem que é esse o caminho mais curto para a liberdade.

(Rodrigues 1974, 204-205).

Notas sobre a população que ingressou no Campo em 1941

O primeiro grupo de deportados que ingressou no Campo em 1941, chegou no dia 7 de março e compunha-se com oito indivíduos. Neste grupo identificam-se como presos por crimes de natureza política: três libertários, um comunista e um republicano de esquerda. Tirando o elemento comunista que passou nove anos tolhido no campo, os restantes estiveram cerca de cinco anos no Tarrafal.

No dia 25 de junho entraram mais 13 presos no Campo, são predominantemente de natureza política e cumpriram entre quatro a cinco anos de pena no Tarrafal. Em agosto chegou mais um elemento, identificado como preso por delito comum (roubo) e que saiu da instituição logo em janeiro do ano seguinte. No mês de setembro chegaram outros 15 detentos ao Tarrafal, uma dúzia tinha combatido na Guerra de Espanha e alguns deles foram detidos ao regressarem de França, onde se haviam refugiado como foi o caso de Manuel Francisco Rodrigues. Um testemunho comenta o percurso destes elementos:

Alguns desses camaradas tinham vivido a guerra civil desde o início e tinham participado em alguns dos combates mais importantes. Tinham estado em Teruel, no Ebro, tinham participado na batalha da Catalunha. Tinham assistido à disputa entre os que queriam continuar a resistência e os que queriam uma paz imediata, a que chamavam “paz honrosa”, mas que fora apenas capitulação ante os inimigos da democracia espanhola. (Oliveira 1987, 170).

Os componentes desta remessa estiveram entre quatro a cinco anos enclausurados no Tarrafal. Assevera um telegrama enviado no dia 13 novembro de 1941 pelo escriturário do Campo ao diretor da PVDE de Lisboa, que durante a viagem em que seguiam estes presos, registou-se um incidente:

Informo mais V. Exa que, os reclusos António Amorim Luzio “O Chaluga” e Francisco Maria Dias “O Russo”, se evadiram do vapor Guiné, no porto de São Vicente, onde se encontravam à guarda e vigilância da Polícia Marítima, segundo comunicação do comandante do referido vapor, tendo já sido capturados, conforme comunicação do Comandante da Polícia da Cidade da Praia, em seu telegrama nº 98, de 11 do mês em curso, estando aguardando transporte que os conduza a esta Colónia.³

³ Documento consultado na Torre do Tombo, com a referência: ca-PT-TT-PIDE-DGS-SC-PCproc2201-40-NT4666_c0068.JPG

Ainda em novembro, entraram no Campo mais dois libertários e um preso por emigração clandestina.

Em 1941 chegaram também 19 soldados que ficaram presos fora dos arames farpados entre setembro de 1941 e maio de 1942. Sobre este grupo de soldados os testemunhos indicam que terão sido “detidos devido a um levantamento de rancho numa companhia metropolitana em serviço na ilha do Sal» (Oliveira 1987, 202). Na documentação consultada, não se encontraram outros registos com a identificação destes sujeitos nem mais informações sobre o tipo de regime prisional que sofreram.

Dos 40 deportados que ingressaram no Campo ao longo do ano de 1941, apenas metade desses indivíduos foram identificados como revolucionários e, dessa metade, pelo menos 15 tinham combatido na Guerra Civil de Espanha e oito deles já vinham repatriados dos campos de concentração de França.⁴ Da outra metade de ingressados, não se apuraram as orientações partidárias a não ser as de dois ex-agentes da PVDE presos por espionagem mas ideologicamente desajustados em relação aos restantes presos políticos.

Notas sobre a população que ingressou no Campo em 1942

Durante o ano de 1942, no apogeu dos êxitos hitlerianos sobre a Europa, ingressaram no Campo 17 presos em cinco levadas de deportados e mais outros 17 que ficaram no lado de fora do Campo, somando ao todo 34 detentos. Cerca de metade destes homens eram predominantemente republicanos, apenas se identificam cinco pelo partido comunista e três pelos libertários, meia dúzia pela causa dos Aliados e alguns ex-combatentes da Guerra Civil de Espanha entre os quais vinha o capitão Mário Baptista Reis, irmão do médico Manuel Baptista Reis que também se encontrava retido no Campo e que, com ele, integrara as Brigadas Internacionais na guerra de Espanha. Os restantes

⁴ No trabalho de investigação da historiadora Cristina Clímaco (1995), intitulado “Portugueses nos campos do sudoeste de França (1939-1941)”, encontram-se informações sobre o internamento nos campos de concentração de França de alguns indivíduos que, ao regressarem a Portugal, foram detidos na fronteira e depois, acabaram por ser deportados para o Campo do Tarrafal. No ano de 1941 foram deportados os anarquistas: Manuel Francisco Rodrigues e José Reboredo; os comunistas: Manuel Baptista dos Reis, Alípio dos Santos Rocha, Júlio Mateus Farinha, João Paulino de Sousa, José Agostinho Cândido e Miguel Francisco Ramos. Em 1942 constam os anarquistas: Manuel Firmo e Júlio Mascarenhas; os comunistas: Artur Rodrigues Paquete e João Rodrigues da Silva.

presos, são identificados como “ferros-velhos”; “indocumentados”; de “delito comum” e ainda quatro soldados que ficaram presos durante um ano no Tarrafal, como castigo por terem cometido atos negligentes durante o tempo de serviço e dos quais resultaram prejuízos para o Estado, um desses soldados, Hernâni dos Santos Pinto, «ao acabar o castigo, foi admitido como guarda auxiliar pelo capitão Filipe Barros, diretor nessa altura» (Oliveira 1987, 135).

Entre os deportados que chegaram em 1942, encontrava-se um pequeno grupo que ficou alojado cerca de 18 meses na parte de fora do Campo. Tratava-se de 13 agentes ao serviço da causa dos Aliados que, segundo o investigador António José Barreiros na sua obra “Traição a Salazar”, pertenciam à Special Operations Executive (SOE), organismo de espionagem britânico criado em julho 1940 e cuja missão era impedir a invasão, que estava iminente, das tropas alemãs na Península Ibérica. Para esse fim, desenvolveram uma rede de comunicação clandestina, conhecida por "Rede Shell", cuja ligação foi desmantelada pela PVDE e os intervenientes sujeitos a investigação.

A ação de espionagem inglesa foi diplomaticamente encoberta para não se colocar em causa a “Aliança Luso-Britânica” mas os portugueses envolvidos na rede foram punidos e alguns deles deportados para o Tarrafal. O grupo de presos era composto por seis militantes comunistas (António Teodoro da Silva Salvador; Francisco António Rato; João Manuel Gil; Júlio Monteiro de Macedo; Sebastião da Encarnação Júnior; Sebastião de Jesus Palma) e por sete republicanos (o piloto aviador António Correia; o médico António Ferreira da Costa; Cândido Fernandes Plácido de Oliveira; Élio Correia de Amorim; Francisco Baptista da Silva; Gil Cornélio Gonçalves; Pedro da Cunha e Foios Teixeira) cujo estatuto social contrastava com o dos encarcerados dentro do campo. Para além do filtro de classe, as penas tinham sido ditadas por via administrativa, decisão do governo para evitar publicidade e escândalos sobre a atuação da SOE. Tudo somado, favoreceu que este grupo de presos tivesse uma sorte diferente, como afirmam: «Durante a nossa estadia no Tarrafal, a barraca em que passamos a viver, fora do arame farpado [situação que poderá ser explicada] em regime especial estabelecido talvez para atenuar a ilegalidade da nossa deportação» (Oliveira 1974, 59). São os encarcerados dentro do recinto que esclarecem o que esse “especial” queria dizer: para além de só ficarem trancados durante o período das 8 horas da noite às 5 da madrugada, «tinham ordem para passear dentro de uma determinada área sem serem acompanhados pelos guardas, podiam deslocar-se até à

praia ou ir até à horta, comiam da messe dos guardas, não trabalhavam e tinham o dinheiro e as malas em seu poder» (Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1942).

Apesar dos tratamentos desiguais, a instituição proporcionou condições para que se estabelecessem algumas formas de solidariedade entre os que se encontravam presos no campo e os alojados no lado de fora deste. No grupo dos agentes da SOE, destacava-se a atitude do médico de Coimbra, António Ferreira da Costa, que só esteve instalado fora do campo durante os períodos em que, a força bruta dos carcereiros comandada pelas ordens do diretor, o obrigaram. Por vontade própria, recusou qualquer prerrogativa ou privilégio, fazendo questão de partilhar o infortúnio dos demais presos que se encontravam na parte de dentro, sujeitando-se a trabalhar como servente de pedreiro e aos castigos mais genéricos. Mas, o médico, não foi o único a mostrar solidariedade para com os encarcerados, do grupo instalado na “barraca dos privilegiados” alguns dos componentes irão ter um papel relevante para os companheiros que se encontravam do lado de dentro da instituição. Clandestinamente estabeleciam contactos para trocas de informações, demonstravam apreço e colaboravam na luta antifascista, de modo que gozaram da gratidão dos “resistentes”.

Em setembro de 1942 também estiveram presos fora do Campo e por pouco mais de um mês quatro republicanos⁵ pertencentes à Associação Comercial Barlavento da ilha de São Vicente. A causa do aprisionamento foi terem pedido ajuda internacional para a situação de fome que a população de Cabo Verde estava a passar. Atuaram por motivações humanitárias mas o Estado Novo considerou que o seu comportamento colocava em causa a soberania nacional e aplicou o corretivo adequado para que a situação não se repetisse.

Testemunhos sobre o ingresso no Campo em 1942

Cândido de Oliveira e Manuel Firmo, são dois dos testemunhos que chegaram ao Campo em junho de 1942. É Manuel Firmo quem regista o momento da chegada do navio *Mouzinho*, onde os detentos viajavam, à ilha de Santiago. O primeiro impacto ocorre quando os passageiros avistaram um escaler que se dirigia até ao navio:

⁵ Identificados: Dr. Abílio Monteiro de Macedo; Clementino Benoliel de Carvalho; Heinrich Kahn e António Augusto Martins.

Entre os tripulantes do escaler, onde se viam vários policias, destacava-se um homem de rosto severo, vestido impecavelmente de branco, com capacete colonial e monóculo na orbita, que pouco depois soube ser o diretor do campo de concentração do Tarrafal, capitão Olegário Antunes. Junto ao portalo, o senhor do monóculo empunhou uma lista e fez a chamada dos presos, exigindo destes a maior rapidez de movimentos. Terminada a formalidade, o escaler conduziu-nos a terra e, pouco depois, dávamos entrada na prisão local, prelúdio da partida, à tarde, para o campo de concentração, a cerca de oitenta quilómetros dali, no extremo norte da ilha. (Firmo 1978, 145).

O veículo que transportava os prisioneiros da Cidade da Praia até à Achada Grande do Tarrafal, parava frente à secretaria para largar os passageiros e, então, repetiam-se as formalidades habituais de acolhimento aos novos habitantes do campo. Na secretaria eram registados, revistados e despojados do dinheiro e dos bens pessoais que possuíssem para logo, a seguir, os apetrechavam com os haveres convenientes ao contexto onde iam ingressar. Já dentro do campo, vinha o pomposo discurso do diretor com as instruções sobre regras e deveres que os reclusos são obrigados a cumprir. Assim preparados só lhes restava integrarem-se no acampamento.

Nesta altura a população dentro do Campo é descrita como sendo composta por operários «pois os intelectuais verdadeiros, não chegam a quatro. Os restantes são carpinteiros, padeiros, metalúrgicos, alfaiates, pedreiros, marinheiros, um guarda-republicano, um polícia, um guarda-fiscal, um sargento do exército e outro da marinha de guerra» (Rodrigues 1974, 309). Haviam homens de vários temperamentos e idades, uns poucos já com 60 anos e outros que ainda não tinham 30, o traço comum são as ideologias antifascistas pelas quais se debatem. Cândido de Oliveira escreveu que, no campo, todos os confinados viviam numa comunidade perfeita e aglutinavam-se em núcleos mais pequenos, cada qual pertencente a um dos três grupos políticos existentes no campo, como anota:

Os presos políticos, propriamente ditos, estão repartidos por três grupos: há os comunistas, o grupo mais numeroso, ao todo 120. É o agregado mais sólido e cada vez com maior coesão, por serem o alvo predileto das violências, das repressões e das torturas e dos carcereiros; há os libertários, talvez uns 30, românticos, desapaixonados, perigosamente aliciantes na brandura do seu ideal, feita mística religiosa...; há finalmente, uma dúzia de republicanos, desagregados, com a eterna pecha de fracionamento elevado à pulverização...não têm organização propriamente dita, como os comunistas e os libertários que permanecem agrupados, coesos, firmes no seu idealismo, a que o espírito de solidariedade, de mútuo auxílio e de sacrifício empresta aqui ou além o aspeto de verdadeira seita. (Oliveira 1974, 56).

Notas sobre a população que ingressou no Campo entre 1943 e 1944

Devido ao contexto internacional o Estado Novo, por precaução, começou a evitar o envio de prisioneiros comunistas e libertários para o Campo do Tarrafal e, efetivamente, nessa altura o número de deportados diminuiu consideravelmente. Em contrapartida, o número de prisioneiros que saíram do Campo aumenta, pelo que o saldo das saídas passa a ser superior ao dos ingressos.

Entre 1943 e 1944 saíram do campo 43 presos e entraram apenas oito homens, dos quais seis eram elementos pertencentes à primeira leva que tinham regressado ao continente por via da amnistia de 1940. Estes “fundadores do Campo” voltaram a ser presos e, em 12 de junho de 1943 retornaram ao Tarrafal para cumprir mais 3 anos de pena, tratava-se de Júlio Fogaça e Pedro Soares, ambos dirigentes do Partido Comunista e os dois irmãos luso-galaicos, Patrício e Domingos Quintas. Em agosto de 1944, regressam outros dois dirigentes do Partido, José Soares e Militão Bessa Ribeiro.

Júlio Fogaça de regresso ao Campo vai ficar à frente da OCPT, defendendo as ideias de uma "Política de Transição", que na sua essência deriva da ideologia e dos pressupostos formulados por Bento Gonçalves⁶ para a estratégia da dita "Política Nova" que tanta celeuma havia causado no Campo. Em todo o caso, os elementos da OCPT mantiveram sempre a predominância, numérica e política, entre a população prisional e contavam com militantes de relevo tais como: Alberto Araújo, Carlos Matosos, Francisco Miguel, Gilberto de Oliveira, João Rodrigues, Manuel Alpedrinha, Miguel Wager Russell, Militão Ribeiro, Pedro Soares, Sebastião Viola e Sérgio Vilarigues.

De acordo com Manuel Firmo (1978) no princípio de 1943 a população do Campo era composta por aproximadamente 245 presos maioritariamente com credos políticos, mais de metade dos indivíduos pertenciam ao grupo dos comunistas, pouco mais de 40 estão com os libertários, cerca de 20 são republicanos e, por fim, encontravam-se mais ou menos 50 homens que não fazem parte das organizações políticas.

⁶ Enquanto secretário-geral do PCP, Bento Gonçalves defendeu a aplicação de uma estratégia frentista do governo português com a França e Inglaterra para combaterem a evasão alemã que se previa.

O libertário António Gato Pinto, menciona numa carta dirigida "Aos camaradas da FARP" (1944),⁷ a constituição e modos de atuação das três organizações políticas existentes no Campo em 1944:

A Organização Comunista é composta por um grupo de 79 homens e regue-se por uma política sectária de centralismo absoluto e ideologicamente assente nos fundamentos do Leninismo. Possuíam um coletivo de medicamentos para uso exclusivo dos seus filiados.

Os dissidentes da OCPT constituíam um grupo de 29 homens que continuavam a manter-se fiéis ao bolchevismo⁸ mas a sua atuação política não é tão sectária como os do Partido e, no que se refere às questões do acampamento, seguem um critério muito próximo dos libertários, não para lhes fazerem o jeito ou que isso constitua o fundamento do seu sistema de orientação política mas assim agem porque é realmente favorável aos seus propósitos proselitistas e dum modo geral, mais conveniente e inteligente para a situação em que se encontram. Formaram, conjuntamente com os libertários, uma comuna “unitária” que continha um coletivo de medicamentos do qual toda a outra parte do acampamento, não-alinhada politicamente, também lograva.

A Organização Libertária tem à volta de 42 indivíduos e o seu modelo de ação é centralista, faz parte da Caixa de Solidariedade com os dissidentes comunistas e ambos dirigem este coletivo de medicamentos que visa o auxílio na doença a todos os que dele necessitem e não apenas aos que estão afinados com suas ideias políticas como acontece no coletivo gerido pela OCPT. Na política geral do campo, os libertários perfilham um critério que se identifica com os bolchevistas do Partido, atestando que as ideias libertárias perderam, quase toda a influência no campo.

⁷ Disponível para consulta em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160500

⁸ Orientação teórica e doutrinal marxista-leninista, cujos postulados assentam na ditadura do proletariado obtida através da revolução comunista. Foi Bento Gonçalves quem, em 1929, reorganizou o Partido Comunista Português nesta linha política.

Notas sobre a saída de presos do Campo em 1944

Durante o ano de 1944 saíram do Campo 32 prisioneiros para regressarem ao continente, na sua maioria não foram devolvidos à liberdade mas transferidos do Tarrafal para a prisão política de Caxias.

Dizem os testemunhos, que os encarcerados só tinham conhecimento que iam regressar ao continente na véspera do embarque, pelo que havia sempre a incerteza do dia ou a hora em que seriam premiados com a saída daquele lugar que lhes era abominável. Os que retornavam ao continente, já não podiam despedir-se dos companheiros. Recolhiam os pertences na presença dos carcereiros e eram encaminhados para a secretaria onde se desnudavam para a revista pessoal, do mesmo modo toda a sua roupa e tudo quanto transportavam era revistado. Aí, também lhes era entregue o que restava das malas e bens pessoais que tinham ficado retidos e quando era o caso, recebiam a documentação pessoal e o pecúlio, se houvesse. Depois de passarem por todo este processo de controlo e de protocolo ficavam alojados em sector separado, normalmente era utilizada uma oficina para esse fim, onde ficavam sob vigilância até chegar a hora da partida do campo.

2. Sob a Direção de Olegário Antunes: O “Arreda”

Em Julho de 1940 a direção do Campo passa para o capitão de artilharia, Olegário José Antunes, que vinha de Angra do Heroísmo onde comandava o depósito de presos políticos e trazia consigo a esposa e a filha. A sua fachada pessoal é descrita pelos testemunhos como sendo um homem alto, magro e com uma deformidade física ocasionada por um ferimento que sofrera durante a Primeira Grande Guerra Mundial. A sua compostura e maneira de andar eram características, tinha a particularidade de coxear e, enquanto caminhava, o ombro direito descaia-lhe e «fazia cambá-lo para a direita em jeito de quem pretendia arredar um obstáculo, o que lhe valeu a alcunha de “Arreda”» (Ribeiro 2006, 103).

Na cerimónia de receção, guardas e prisioneiros estavam reunidos no refeitório e escutavam em silêncio o discurso do novo diretor que, a certa altura, declarou que não vinha com a intenção de perseguir os presos mas, vinha para cumprir o seu dever e para isso exigia ordem e disciplina. Apesar de ser visto pelos testemunhos como um bruto, irracional e racista, amiúde com comportamentos neuróticos e exagerados, a verdade é que o ambiente de terror que caracterizou a anterior direção foi atenuado e a vida prisional liberada com a introdução de várias medidas que favoreciam os encarcerados. Uma das críticas que lhe são dirigidas reporta-se às frequentes oscilações de humor que demonstrava, tão depressa fazia algumas concessões aos pedidos que os prisioneiros lhe dirigiam como as retirava para depois as voltar a conceder. Sob a sua alçada, muitos procedimentos foram alterados a contento dos detentos, como por exemplo a nomeação dos chefes de grupo de cada uma das casernas que passaram a ser eleitos pelos próprios companheiros, valendo-se da oportunidade para serem estes a estabelecer as escalas de trabalho e a executar as tarefas de modo a haver a possibilidade de uma rotação entre todos. Depois das horas de trabalho os presos tiveram permissão para desenvolverem atividades, nomeadamente aulas e estudos diversos, os livros que se encontravam retidos pelos carcereiros foram-lhes devolvidos e, com eles, puderam construir uma biblioteca bem equipada. Do mesmo modo, lograram com a prática de atividades desportivas e até chegaram a constituir equipas de voleibol, basquetebol e futebol. Para esse fim construíram um campo de jogos que ficava situado num espaço amplo entre a cozinha e o refeitório,

mas as partidas de futebol realizavam-se durante as manhãs de domingo num descampado anexo ao Campo.

Segundo a opinião dos libertários, o projeto desportivo era maquiavélico pois servia para desacreditar as clamações que as famílias dos presos ou que os opositoristas do regime faziam contra os horrores que se passavam no Campo do Tarrafal. Para que os acontecimentos fossem interpretados conforme os interesses do governo, os seus agentes, aproveitavam a ocasião e «logo se mandava tirar fotografias dos desafios de bola, procurando focar algum recluso mais forte» (Rodrigues 1974, 26) para habilmente ilustrarem os artigos que se publicavam nos jornais oficiais, fazendo crer que os deportados do Tarrafal se divertiam livremente, e para comprovar lá estava a imagem deles, fortes e sorridentes, dando credibilidade ao *slogan* político “é assim que a ditadura paternal trata os seus presos políticos” e muita gente sensata acreditava no truque infame.

A organização comunista tinha noção das ditas intenções do regime mas, ao contrário dos libertários, entendia que os benefícios para os encarcerados eram muito superiores, além do salutar exercício físico a prática de jogos aliviava o ambiente hostil em que se vivia e também estreitava e fortalecia as relações entre os prisioneiros. Afirmam que «a posição que a alguns se apresentou contraditória foi realmente benéfica e ganhou-se uma vivência nova no Campo, antes tão mutilada pelas mil e uma quezílias próprias de uma longa e dolorosa monotonia, quase misantropia, de certos sectores que porfiavam na desunião do Campo» (Ribeiro 2006, 109).

Para ilustrar a nova fase que, nesta altura, se vivia no campo, recorre-se a um exemplo encontrado no Diário de António Gato Pinto em referência ao programa das festividades para a celebração do Domingo de Páscoa no acampamento. Diz-nos, então, que foram autorizados: «jogos desportivos, como futebol, voleibol e basquetebol, corridas de 100 metros com obstáculos e sem obstáculos, corrida de sacos e à noite há teatro realizado por um grupo de presos. É-nos autorizada a preparação de doces e petiscos e o rancho é melhorado» (Tarrafal, 13 de Abril de 1941).

O diretor Olegário Antunes empenhou-se em corrigir a aparência andrajosa dos reclusos e em dar uma nova dinâmica ao Campo. As novas indumentárias e os vários artigos requisitados à metrópole demoravam a chegar ao Tarrafal mas, como o diretor não suportava o estado andrajoso em que os confinados se apresentavam, decidiu então

abastecer-se na Cidade da Praia, comprou tecidos para a confecção de vestuário e de géneros. As malas foram entregues aos presos e autorizou a entrada de compras vindas de fora, o que até aí não era permitido. Com esta medida a alimentação dos reclusos e a assistência médica melhorou bastante. A “frigideira” funcionava com muito menos frequência e quando acontecia os condenados ao castigo podiam levar consigo as enxergas e raramente lhes era prescrita a ração reduzida.

A vida familiar do diretor trazia alguns benefícios, ainda que indiretamente, aos presos. Um apontamento das notas de campo de António Gato Pinto alude ao sucedido no dia do aniversário da filha do diretor, em 8 de agosto de 1941, os festejos dos desaseis anos de vida da rapariga fizeram-se sentir no campo, como comenta: “não houve trabalhos, os presos que estavam na frigideira foram amnistiados, o rancho foi melhorado e com vinho, tudo a pedido da pequena, que demonstra ser mais humana e justa que os pais!”

2.1. A 3ª tentativa de fuga protagonizada por dois alemães

No dia 28 de Maio de 1941 os dois alemães, Fred e Willy, que se encontravam confinados no Campo havia um ano, pelo facto de pertencerem ao “Porta-Aviões” disfrutavam de algumas liberdades que os levou a acreditar que conseguiriam evadir-se. Durante um passeio conjunto pela ilha apropriaram-se de um pequeno bote pertencente aos pescadores nativos e, a seguir, esconderam-no. Numa manhã que consideraram ser oportuna, foram buscar o bote ao lugar onde o tinham escondido e rapidamente se fizeram ao mar. Mais uma vez é dado o alarme no campo e todas as forças policiais foram mobilizadas na busca dos desertores, o que se seguiu é descrito como tendo acontecido logo no dia a seguir à fuga:

Os alemães são capturados e voltam num mísero estado, cheios de fome e de sede, mal podiam andar com os pés feitos em sangue e todos cortados pelo marisco. O bote que tinham roubado partiu-se e tiveram que sair do mar a nado, perderam as roupas, a água e a comida que levavam, dormiram essa noite numa caverna onde foram vistos pelos negros que vieram logo à Colónia denunciá-los.

(Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1941).

Capturados, os dois alemães são levados até à secretaria onde o próprio diretor, Olegário Antunes, entendeu que os devia receber a cavalo-marinho e, segundo o libertário

Aquino (1978), só depois de serem selvaticamente espancados é que regressaram ao campo para dar entrada na enfermaria. O castigo não ficaria por aqui, quando ao fim de alguns dias os padecedores já se iam sentindo restabelecidos, foram encerrados na “frigideira” durante 20 dias seguidos com ração reduzida.

A infração contra as normas da instituição, teve como consequência para o acampamento a aplicação de algumas sanções, como a suspensão temporárias dos jogos e de outras diversões que tinham sido concedidas aos presos. Outra sanção ordenada pelo diretor mas que, desta vez, agradou aos “resistentes” foi a desativação do “Porta-aviões”, a caserna cessou de ser especial e o grupo dos “amarelos” foi dissolvido, pelo que os amoraís perderam os privilégios que até ali lhes consentiam e, muitos deles, foram distribuídos pelas outras casernas, ficando por isso, em iguais condições às dos restantes presos. Muitos foram os motivos que levaram os testemunhos a tecer as seguintes considerações sobre o diretor, Olegário Antunes:

apesar de todas as agressões e disparates que cometeu, foi o carcereiro menos repressivo e o que anulou, em parte, o regime humilhante e tirânico em que vegetavam há perto de 4 anos. Nem sempre procedeu com justiça e bom senso; geralmente resolvia os problemas mais com os nervos de que com o cérebro.

(Aquino 1978, 179).

2.2. As divergências entre as duas organizações revolucionárias

António Gato Pinto comenta no seu Diário que a repressão foi sempre uma constante no quotidiano prisional e que o tempo, pautado pelas repetidas pancadas no carril, passava com uma lentidão que perturbava drasticamente as disposições psíquicas dos reclusos, tornando-os tensos e desconfiados. Explica que o sistema nervoso dos cativos era constantemente abalado pelas emoções mais contraditórias e pelos longos períodos de insónias causados pelas versões mais variadas, que lhes faziam chegar, no referente à sua situação prisional.

A angústia coletiva e os estados de irritação eram um efeito natural do tipo de relações humanas que se estabeleciam dentro do campo que, já por si forçadas e continuamente impostas, acabavam por se desgastar. Depois, a proximidade física e a continuidade do contacto visual entre os presos favorecia a densidade das relações, normalmente amistosas mas, algumas vezes, bastava uma simples conversa mais animada

para fruírem verdadeiras «discussões ou conflitos com desfechos precários que às vezes os carcereiros aproveitavam para torturar mais ainda os deportados» (Aquino 1978, 107). Também Manuel Francisco Rodrigues (1974) observa que o desequilíbrio emocional produzido pela experiência do isolamento social prolongado e pela “nevrose do arame farpado” era propenso ao atear dos ânimos devido aos choques e às disputas ideológicas entre os prisioneiros, reações que não passavam de um escape para aferirem a sua existência e afirmarem a sua identidade, deixando bem claro que as manifestações de fanatismo aconteciam de um modo mais aparente que real. As incompatibilidades existentes entre os elementos das organizações políticas do campo é um assunto comentado por Cândido de Oliveira, que vem confirmar o atrás exposto:

O idealismo e o pessoalismo exacerbam-se uma vez por outra, agitando-se a paz e a calma entre os antifascistas. Discute-se com calor. Com entusiasmo. É, nalguns casos a consequência lógica do duro e longo cativo, de denso e pertinaz isolamento, do intenso e antinatural convívio forçado de todos os dias, sem uma variante ou renovação. No fundo, porém, são todos eles soldados da mesma causa.

(Oliveira 1974, 56).

Unidos, os “resistentes”, suplantaram os piores momentos de repressão a que foram sujeitos, juntos criaram mecanismos de solidariedade em proveito de todos os reclusos, eram uma força coesa contra as intenções dos carcereiros. É um verdadeiro contrassenso que, com o atenuar da repressão vivida no campo, despontassem disputas e várias situações de rotura não só entre as duas organizações políticas, comunista e libertária, como também no interior de cada uma delas. As formas e os meios de conflito que surgiram no seio do “mundo dos resistentes”, não deixaram de se manifestar como uma contradição interna, mais não são que uma condição inerente às relações de afirmação e diferenciação entre os seres humanos. Sobre os sujeito unidos pelas forças circunstância, observa-se: «O que neles há de mútuo apelo e dependência aproxima-os, une-os, obriga-os a cooperar; mas o que em cada um, é núcleo ansioso e ávido de si mesmo, inexoravelmente os separa, divide, opõe» (Nunes 1969, 294-295).

Apesar do contexto prisional ser percecionado de modo muito idêntico por todos os testemunhos, a coerência dos sistemas de pensamento e ação seguidos pelos “resistentes” variavam consoante as alterações que iam ocorrendo na esfera social (prisional), ao longo do tempo. Chega um período em que a defesa das identidades políticas trazem ao de cima

as profundas divergências entre os ideais dos libertários e os defendidos pelos comunistas. Os anarcossindicalistas, que professavam uma ideologia libertária, confrontam-se com o autoritarismo perfilhado pelos comunistas que almejavam alcançar o poder para governarem a qualquer preço. Para os libertários esse poder é indesejável, lutam pela plena libertação do ser humano, abolindo todas as formas de imposição do poder de alguns sobre todos os outros e, acreditam, que as ideias e os interesses daqueles que exercem o poder não passam de um meio para fortalecer e reproduzir uma classe privilegiada.

Os conflitos de opinião entre os “resistentes” causavam um mal-estar geral no acampamento e revelavam-se nos múltiplos acontecimentos. Podem-se encontrar bons exemplos desses incidentes em algumas memórias. Um dos conflitos com concepções morais ocorreu relativamente aos trabalhos que os presos forneciam para o exterior do Campo. Os comunistas entenderam que os deviam de executar como modo de afirmação do seu valor e obtenção de vantagem económica mas, os anarcossindicalistas não se reconheciam nesta decisão e argumentam, através de uma reflexão mais idealista, que esses trabalhos eram claramente prejudiciais à posição dos “resistentes” e defendiam que o dever dos revolucionários era contrariar os propósitos e as vontades dos carcereiros que tanto os oprimiam, motivo pelo qual criticavam e se recusavam a «aceitar trabalhos fora do âmbito da respetiva prisão. Os bolchevistas, pelo contrário, não só não contrariavam como até estimulavam e aceitavam sempre qualquer trabalho» (Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1939) ainda que fossem manifestamente colaborações dispensadas às autoridades fascistas.

A discórdia sobre as linhas de atuação e sobre o interesse dos revolucionários em trabalharem e assumirem obrigações para com os carcereiros, aconteceu no verão de 1939 durante os preparativos para a visita oficial do Presidente da República, Óscar Carmona, à Cidade da Praia. O diretor do Campo, pediu aos reclusos que confeccionassem uns escudos em bronze para figurarem na festa de receção, os libertários responderam que não era possível fazerem tal trabalho por falta de meios. Não satisfeito com as respostas obtidas, o diretor João da Silva decidiu recorrer ao chefe dos comunistas, Bento Gonçalves, e este aceitou o desafio. Para ultrapassar a falta de condições e garantir a conclusão atempada do trabalho, muitos dos envolvidos foram destacados para trabalhar de dia e de noite na empreitada. Para os libertários tais objetos, destinados a homenagear o chefe simbólico de um sistema político que os enviara para o «Campo de Morte Lenta», tinham sido

construídos “para desonra do seu autor (Bento Gonçalves) e humilhação dos presos do Tarrafal» (Pires 1975: 221). As consequências, da decisão dos comunistas, foram desastrosas para todo o acampamento pois, desde aí, sempre que os carcereiros entendiam, os presos tinham que trabalhar dia-e-noite. Apesar das desavenças que tal decisão causou no acampamento, os comunistas continuaram com a mesma prática e, em 1942, Bento Gonçalves e seus ajudantes trabalharam arduamente na realização de um projeto bastante ambicioso, com os míseros recursos de que dispunham, construíram uma máquina de fabricar gelo. O feito causou grande sensação mas os benefícios para os presos, que poderiam ter sido relevantes se o petrecho tivesse ficado ao serviço do acampamento, tiveram pouca duração e foram os carcereiros que se apropriavam das várias utilidades que a produção do gelo poderia representar num local onde o clima é tão quente e húmido. Por fim, quando o diretor Filipe Barros terminou o seu mandato no Tarrafal, «resolveu levar consigo aquela maravilhosa instalação. Pretendia utilizá-la no novo local para onde fora transferido. O mais provável é que a “fábrica” que mandou desmontar nunca mais tenha funcionado» (Pedro 2009, 478). Este tipo de episódios foi criando frestas na unidade entre as duas estruturas revolucionárias.

Os bolchevistas justificaram o seu interesse em aceitarem os trabalhos que os carcereiros lhes pediam, tinham uma mira mais realista sobre o problema pois pretendiam extrair proveito em todas as situações, era, inclusive, uma oportunidade para valorizarem socialmente a imagem dos prisioneiros ao atestarem para o exterior que entre eles havia gente trabalhadora e com grandes capacidades. Por outro lado, o talento e os préstimos dados aos carcereiros, eram uma tática bastante pragmática utilizada pelo Partido para ganharem posições estratégicas nas oficinas do campo e até verbas para a comuna, dizem eles que para «além disso, tornava-se mais suave trabalhar forçosamente debaixo de telha do que andar exposto ao sol inclemente em trabalhos rudes e com mil olhos carcereiros prontos a implicar por uma unha» (Ribeiro 2006, 78).

As manobras do Partido para conseguirem obter discretamente posições de controlo dentro do campo não passavam despercebidas, os libertários conheciam bem o desejo de poder e o modo como as pequenas conquistas de posições privilegiadas «permitem aos comunistas julgarem-se dentro dos “arames”, os únicos a dar determinações e, inclusive, a criar obstáculos à baixa de doentes e à colocação de presos não comunistas em serviços por eles controlados» (Aquino 1978, 391). Na prática, as funções desempenhadas nos diversos

serviços permitiam ao Partido Comunista almejar o controlo de todos os internados, gerando um ambiente de intimidação àqueles que lhes faziam frente e, ou, aos que reagiam às suas investidas. Nesta luta pelo poder, o mais certo era que os contraditores fossem votados ao descredito e isolados das relações prisionais.

Outro exemplo concreto dos conflitos, aconteceu em agosto de 1939 quando os líderes da OCPT resolveram enveredar pela “Política Nova” tomando a decisão de se dirigirem ao diretor da Colónia para oferecer, por intermédio deste, o apoio do Partido Comunista ao governo salazarista, isto, caso Portugal entrasse na guerra ao lado da França e Inglaterra. Sobre esta decisão Bento Gonçalves escreveu em 1941 algumas considerações onde afirma que o mais importante era integrarem-se «na defesa da Nação contra o inimigo que tentasse aniquilar a independência de Portugal» (Gonçalves 1974, 37). Mas a posição tomada pela OCPT era inaceitável para os libertários que a consideraram um golpe político com «tanto de engenhoso como de hipócrita», ademais, foi uma atitude desleal para os restantes companheiros de prisão, deixando-os “numa situação especialíssima face aos carcereiros, e sujeitos portanto, a todas as represálias que naquele tempo, se faziam sentir duramente» (Aquino 1978, 371). O assunto foi debatido não só pelos libertários mas também entre os próprios membros do Partido, contribuindo para engrossar as divergências de opinião entre os seus militantes.

O engenho e capacidade de improviso do líder comunista, Bento Gonçalves, era reconhecido por todos os que com ele privaram, umas vezes a sua arte funcionava a favor do acampamento mas outras eram criticáveis pelos companheiros por alegadamente servirem os interesses dos carcereiros, de tal modo que o próprio diretor Olegário Antunes, admirava os talentos de Bento Gonçalves como revela um dos testemunhos: «tinha por ele, aparentemente, uma especial consideração e respeito. O Bento conseguiu várias vezes, a seguir às arremetidas do Arreda contra algumas regalias, nomeadamente aquelas que ele próprio nos concedeu, anular as suas decisões» (Pedro 2009, 450), como era o caso das autorizações dadas aos detentos para a constituição de uma biblioteca, de um campo de jogos e a prática desportiva aos domingos de manhã.

2.3. A fragmentação da Organização Comunista Prisional do Tarrafal

O poder da OCPT sobre os seus filiados era legitimado pelo reconhecimento incondicional da autoridade das chefias. Não obstante, várias questões foram lavrando a discórdia entre os seus membros e a realização das festas natalícias em 1941, constituíram o ponto culminante que levou à rotura da unidade entre os comunistas. Os testemunhos contam que quase todos os anos os presos preparavam ansiosamente os festejos do Natal e do Ano Novo por sentirem grande necessidade de ligação às suas tradições e à vida que tinham deixado para trás mas, nesse Natal, nem todos os presos sentiam disposição para o celebrar. Na versão dos libertários «o partido, chefiado pelo Bento Gonçalves, caprichosamente pretende anular as festas como expressão de luto pela morte dos dois camaradas» (Pires 1975, 241) que ocorrera poucos dias antes. Assim foi, os principais dirigentes da organização comunista, usando da sua autoridade, decidiram impedir a realização das festas mas, apesar de ser uma exigência que todos os elementos da OCPT acatassem as decisões tomadas pelo Comité, nesta altura um grande número de partidários comunistas, tal como o geral dos restantes cativos, repudiaram a prepotência de Bento Gonçalves neste assunto, apelidando tal atitude de cínica e hipócrita. Os que exteriorizaram a discordância⁹ com as linhas de ação traçadas pelo chefe foram irradiados do Partido, eram apenas 15 os visados mas, como se tratavam de elementos de reconhecido valor no seu meio, deram lugar a que as opiniões entre os comunistas se dividissem e que outros militantes se negassem a manter a obrigação de disciplina e lealdade para com o Partido e os seguissem. Assim se gerou uma corrente de dissidentes provenientes da OCPT.

Depois de uma intensa crispação entre os militantes do Partido, os refratários às diretivas do chefe formaram um novo filão chefiado pelo José de Sousa Coelho, conhecido apenas por José de Sousa. Nem todos os testemunhos comunistas revelaram estes acontecimentos nas suas memórias e, quando o fizeram, os argumentos foram expostos de

⁹ Entre os expulsos constam os nomes de Álvaro Duque da Fonseca, Álvaro Gonçalves, António Franco da Trindade, António Gonçalves Coimbra, Armando Martins, Augusto Macedo, Fernando Quirino, Fernando Sousa, Francisco Silvério Mateus, Jaime Fonseca Sousa, José de Sousa, Virgílio Martins, Virgílio Sousa e vários outros cujo nome não é mencionado na descrição deste episódio quer no diário de António Gato Pinto quer na carta que João de Almeida escreveu, com a data de 2 maio 1946 a explicar a situação a um amigo com o nome de José Lopes. Documento acessível em:

http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/AHS.JPG/C_Militantes/CAJ%20Jose%20de%20Almeida/

modo a desvalorizar os conflitos internos e a exaltar a união entre todos os seus membros e, assim, proteger a fachada do PCP. No entanto, entre os factos ocorridos e as versões do Partido sobre a unidade inquebrável entre os seus militantes existe uma dissonância e houve alguns testemunhos que demonstraram que a intransigente disciplina partidária «não impediu que o sistema prisional se refletisse, de modo diferenciado, nos militantes comunistas. Nem evitou, até, que se tivessem dividido irreversivelmente em dois grupos antagónicos» (Pedro 2009, 434). Outro testemunho, confirma a desintegração da OCPT com a formação de uma corrente interna mas, sem deixar de marcar o seu ponto de vista enquanto militante, acusando os dissidentes de se constituírem como um grupo “antipartido” desrespeitando a identidade primitiva do grupo e, por essa traição, são definitivamente expulsos e afastados das suas relações, o que faz deles um «polo de atração de todos os inimigos do PCP» (Ribeiro 2006, 100). Note-se os contornos que dão consistência às palavras escolhidas pelo testemunho para descrever o comportamento dos dissidentes, atribuindo à posição que tomaram a expressão de “antipartido” e, com isso, refletindo a opinião formada da maioria dos elementos da OCPT.

Surge então uma nova fração de comunistas no campo que tomou a designação de Agrupamento dos Comunistas Afastados (ACA). Para os elementos da OCPT trata-se de um grupo “antipartido” mas, para os restantes presos do acampamento, os dissidentes continuaram a ser reconhecidos como comunistas. Os próprios dissidentes não se sentem traidores do seu Partido, nem se consideram um grupo “cissionista”, antes pelo contrário, reclamam o direito se intitularem como os verdadeiros comunistas e que a posição tomada foi a necessária para defender os interesses gerais do Partido das nefastas consequências dos erros cometidos pelos dirigentes da OCPT e, corajosamente, vão disputar as definições teóricas do Partido Comunista e as práticas quotidianas da vida prisional.

Alguns testemunhos acusam os comunistas do Partido de irradiarem os companheiros, com quem possuíam laços ideológicos e de amizade bastante fortes, só por serem discordantes em algumas matérias. Opinam, ainda, que são este tipo de atitudes que desmascaram e que vão denunciando que «a inflexibilidade do Partido foi sempre, ao longo do tempo, expressão de intolerância e os que não acatassem as suas palavras de ordem eram votados ao ostracismo e, em tudo lhes dificultavam a vida!» (Pires 1975, 278). E daí, se compreende, a preocupação da OCPT em aplicar também um castigo à organização libertária por ter insistido na realização da festa do Natal, suspendendo

temporariamente as relações com os libertários. Quando os dirigentes do Partido se aperceberam do alcance que tal decisão acarretava já era tarde demais para evitarem a união dos libertários com os dissidentes comunistas.

As posições que foram assumidas pelos elementos do grupo dos resistentes, dificultaram o diálogo entre as organizações políticas e, em janeiro de 1942, dá-se a rotura no entendimento entre os comunistas da OCPT e os elementos da OLPT. Os libertários colocaram-se do lado dos comunistas afastados pela convicção que, neste conflito entre comunistas, eram eles a parte mais sensata, opinião que sustentam através da seguinte citação: «tanto quanto até nós chegava, os motivos das discórdias entre eles sempre nos pareceu as dos dissidentes mais razoáveis» (Pires 1975, 275).

Alguns dos motivos que provocaram a divisão do Partido

As discórdias e os incidentes entre o Secretário-Geral do PCP e José de Sousa, líder do Agrupamento dos Comunistas Afastados, já se revelavam antes de serem deportados para o Tarrafal. Começaram a destacar-se na questão dos sindicatos, quando o Estado Novo decretou a abolição dos sindicatos livres, José de Sousa enquanto fundador e secretário-geral da Comissão Intersindical (CIS), defendia a autonomia dos sindicatos, ainda que tivessem de funcionar clandestinamente, Bento Gonçalves seguia a programática da bolchevização do Partido e as orientações da Internacional Comunista para a dissolução da CIS e a introdução clandestina do Partido nas estruturas corporativas e oficiais do Estado Novo ou seja, o trabalho sindical era deslocado para o interior dos Sindicatos Nacionais. Provavelmente é este antagonismo a explicação para que o Partido Comunista tenha delegado em José de Sousa a coordenação da participação da CIS com os outros sindicatos na preparação do “18 de Janeiro de 1934”, enquanto Bento Gonçalves se afastou e teceu duras críticas ao Movimento Operário, apelidando-o de “anarqueirada”, posição bastante criticada não só pelos anarcossindicalistas mas igualmente por muitos membros do Partido.

As divergências de opinião entre os dois líderes agudizaram-se no Tarrafal, nomeadamente quanto às orientações da política internacional e, especialmente em agosto de 1939, devido ao Pacto Germano-Soviético de não-agressão que surpreendeu todos os espíritos no Campo, causando grande indignação e polémica, inclusive entre os militantes

do Partido Comunista. Bento Gonçalves, enquanto Secretário-geral do PCP, sentiu-se na obrigação de defender as diretrizes, José de Sousa insurgiu-se contra esta e outras decisões tomadas por Bento Gonçalves. Ousadia que transtornou os seguidores de Bento Gonçalves, pois defendiam que independentemente das decisões difíceis que tivessem de ser tomadas e das circunstâncias em que se encontrassem, tinham o dever de serem leais e disciplinados para credibilizar a ação do Partido, pelo que a insubordinação perante as diretrizes superiores não eram toleradas, como declaram a esse respeito:

Os casos, por exemplo, do Pacto Germano-Soviético, da Guerra da Finlândia e da ocupação dos países bálticos' situações que, para alguns, foram consideradas no pior sentido, levando-os a tomarem posições de descrença na classe operária, tendo ido ao ponto de, durante algum tempo, romperem com os seus camaradas de Partido e se aproximarem dos anarquistas ou se isolarem. (Oliveira 1987, 178).

Os testemunhos apresentam as suas razões e argumentam as situações conforme o lado do confronto em que se encontram, de um jeito ou de outro, as relações entre os prisioneiros foram afetadas pela discórdia aberta entre os comunistas e, o acampamento dividiu-se em dois grupos quase iguais que se combatiam entre si. Os elementos do grupo composto pelos libertários e pelos dissidentes são tratados no acampamento pelos “duros” e acusam os principais dirigentes comunistas, intitulados de “primos”, de não se pautarem pela defesa dos valores morais que apregoavam e de tudo fazerem para atrair as boas graças do diretor.

Na opinião de António Gato Pinto, a união dos libertários com a ACA acabou por ser prejudicial para os primeiros, pois a OLPT em vez de absorver a parte dos dissidentes do PCP, sem se dar conta, deixou-se dominar por estes e, se por um lado, os efeitos positivos se fizeram sentir em termos das atividades culturais desenvolvidas em conjunto que se expandiram rapidamente e deram uma nova dinâmica ao acampamento, os aspetos negativos deixavam bem patente a defesa dos interesses políticos dos dissidentes em detrimento dos interesses dos libertários. Esta união também levou os comunistas do Partido a arrependem-se de ter cortado as relações com os libertários, já que a intenção era isolar aqueles que irradiavam do seu meio. Os dirigentes da OCPT como retaliação desfizeram o “coletivo de medicamentos” que se mantinha em funções desde 1937 e expulsaram das aulas e das atividades culturais todos cujas opiniões políticas divergissem das suas. Com proverbial hostilidade, serviam-se dos piores métodos para tornar difícil,

senão impossível, a vida dos que não se lhes submetessem ou que lhes levantassem críticas, sistematizando uma atmosfera de ódios e de intolerâncias para os que não queriam ou não podiam fazer parte da OCPT; isto aplicava-se essencialmente àqueles que porventura já estivessem estado consigo e depois se afastassem.

As atitudes déspotas praticadas pelos dirigentes do Partido, que não se mostraram disponíveis para conversar nem para ouvir os militantes que tinham opiniões divergentes, eram um modo de afirmarem o poder que detinham dentro do Campo e de seguirem os métodos definidos pelo partido para a depuração dos militantes que ousavam ter liberdade de pensamento ou de autocritica. Numa carta de resposta às acusações que os comunistas do Partido faziam aos dissidentes, os elementos da ACA apresentam as razões que os levaram a juntar-se aos libertários:

Junto daquela mesma organização procuramos atuar no sentido de levar todos os revolucionários, aqui encerrados, a uma frente única em relação aos problemas do acampamento e da guerra atual. Tentamos, assim, uma forma viável, por termos à guerra de nervos inaugurada por vós em dezembro do ano passado, criar um ambiente de convívio fraternal, indispensável a qualquer trabalho salutar entre revolucionários. (Aquino 1978, 327).

No interesse de todos os presos antifascistas frente à gravidade da situação internacional que então se vivia, era importante que os três grupos políticos do Campo chegassem a um entendimento. De acordo com a correspondência trocada entre as organizações prisionais durante o ano de 1942, os libertários consideravam «simplesmente absurdo que indivíduos, vivendo e sentindo os mesmos problemas, se digladiassem e vivessem como inimigos» (Pires 1975, 279) e, por esse motivo, promoveram reuniões entre os seus delegados (Manuel Henriques Rijo, José Bandeira e António Gato Pinto) e os delegados da OCPT (Bento Gonçalves, João Rodrigues e João Faria Borda) para apresentarem propostas conciliadoras das duas forças comunistas com o argumento que o importante era destacar os ideais que os unem e consolidar a luta em comum. Todo o esforço e apelos à restauração da unidade foram infrutíferos, pois os comunistas do Partido aceitavam o entendimento com os libertários para o tratamento conjunto de todos os problemas do acampamento e até o compromisso de transporem para o plano nacional uma ação conjunta contra a guerra e contra o fascismo, mas, quanto à aproximação com os comunistas afastados, nunca lhes perdoaram o desrespeito à disciplina e a quebra da coesão

e unidade partidária, neste aspeto os comunistas do Partido foram sempre intransigíveis mostrando que se tratava de uma questão de princípios morais e nas cartas, que clandestinamente enviavam para o Secretariado do Comité Central,¹⁰ emitiam ordens para que o Partido retirasse todos os direitos de militância a José de Sousa, Álvaro Duque e a outros tantos acusados de praticarem atividades “cisonistas” de modo a serem efetivamente aniquilados das fileiras do PCP, pedindo inclusive que, de futuro, não mencionassem mais o nome desses dissidentes na correspondência. De modo que o conflito interno entre os comunistas vai manter-se para além do cárcere e culmina mesmo com a irradiação dos dissidentes da OCPT do Partido Comunistas.

2.4. Litígio entre o médico e o Diretor devido à morte de presos no Campo

A melhoria das condições de vida no acampamento, durante o mandato do diretor Olegário Antunes, não se refletiu na diminuição das doenças que matavam os prisioneiros e, inexplicavelmente, foi durante o seu mandato que ocorreu o maior número de mortes no Campo, em grande parte devido à debilidade física resultante da violência dos castigos a que os presos foram sujeitos durante a anterior direção.

Na autobiografia prisional de Acácio Tomaz de Aquino encontra-se um relato interessante sobre uma desavença ocorrida entre o diretor Olegário Antunes e o médico Esmeraldo Prata. O tema da discussão era a grande quantidade de mortes que ocorreram no campo e, de facto, desde a chegada da comissão deste diretor em junho de 1940 até ao fim de novembro de 1942, faleceram 12 presos. O médico sacudiu toda a responsabilidade para cima do diretor, para isso utilizou-se de determinados presos para passar mensagens distorcidas para o interior do acampamento. Em sua defesa vem interpor que a falta de medicamentos e de meios de tratamento que sempre se observaram no Campo, deviam-se à recusa do diretor em libertar verbas para o efeito. Também, apesar da fiscalização dos géneros e das refeições estar a seu cargo, o rancho intragável que aprovava para ser fornecido aos presos era a mando do diretor. O mesmo acontecia quando tinha que declarar os presos que se encontravam doentes como aptos para o trabalho e todas as mais situações

¹⁰ Várias cartas trocadas clandestinamente entre a Direção do PCP e a Direção da Organização Prisional Comunista no Tarrafal encontram-se publicadas no Dossier Tarrafal. Editado pelo Avante.

preocupantes que lesavam a vida e a saúde dos encarcerados, eram sempre feitas a mando do “malandro” do diretor. O médico aproveitava para esclarecer os preso que, ao longo dos anos, tinha sido usado como o “bode expiatório” dos interesses dos sucessivos diretores do campo, nunca ele teve o fito de prejudicar a vida de ninguém. No entanto, na opinião dos presos o médico era um dos seus maiores inimigos e o responsável pelos sofrimentos e pela perda de muitas vidas, como testemunham:

Esmeraldo Pais Pratas, capitão médico, não tinha, ou não queria ter, no Tarrafal, a missão de tratar e curar, mas de fazer sofrer e assassinar os presos políticos que o governo de Salazar para ali tinha mandado. Toda a criminosa falta de assistência, todo o criminoso abandono, do ponto de vista sanitário, a que os presos estiveram votados era da responsabilidade, em primeiro lugar, desse médico assassino. É dele e dos diretores fascistas que lá estiveram, a responsabilidade de muitas vidas que se perderam no Campo de Concentração do Tarrafal. (Miguel 1977, 93).

Por mais artifícios que o médico usasse para falsear os acontecimentos a seu favor, as suas palavras não convenciam ninguém dentro do acampamento, pois os prisioneiros tinham conhecimento dos factos e do carácter do médico pelo que avaliavam o seu vocabulário furtivo da pior forma: «Pretender atirar unicamente para o diretor de hoje a totalidade dos crimes que ele próprio partilhou com outros diretores igualmente responsáveis, é a revelação completa da sua cobardia moral» (Aquino 1978, 177). Apesar de desacreditada, a versão do médico falou mais alto e o capitão Olegário Antunes despediu-se do campo a 5 de dezembro de 1942.

Figura 23 – Informações sobre o mandato do capitão Olegário Antunes.

Diretor	Início do mandato	Fim do mandato	Nº de presos que morreram	Tentativa de fuga (data)
Olegário Antunes	07-06-1940	30-11-1942	12	28-05-1941

3. O Diretor Capitão Filipe do Nascimento Barros: “O Abóbora”

No dia de Natal de 1942 o capitão Filipe do Nascimento Barros vistoriou o Campo e apresentou-se aos presos; em Janeiro de 1943 tomou posse como diretor. É descrito por Ribeiro (2006) como sendo um homem na casa dos 60 anos, algarvio, corpulento e avantajado mas com um ar de bonacheirão. Outras particularidades são-lhe apontadas intensionalmente: «Era um tipo com ar de idiota, boçal nas falas e maneiras, mal-arranjado e de fracas preocupações com a higiene» (Russel 1976, 124). Os testemunhos comunistas reforçam a sua visão a respeito dos atributos físicos e psicológicos deste diretor acrescentando que no dia-a-dia, apresentava-se sempre impecavelmente fardado e costumava caminhar lentamente de um lado para o outro, envaidecido pelo poder que lhe era conferido pelo cargo e ostentava o cavalo-marinho que segurava debaixo do braço. Manhoso e desconfiado, mudava de opiniões e de atitudes de um dia para outro e não se inibia de usar táticas repressivas para atormentar os “resistentes”. A alcunha que os presos lhe atribuíram de “O abóbora” nada tem a ver, porém, com o seu carácter impulsivo mas devido aos métodos que encontrou para “poupar” nas verbas destinadas à alimentação dos reclusos, usando a mão-de-obra destes para cultivar uma horta com couves, batata-doce e abóboras, ingredientes que se tornaram obrigatórios na confeção das refeições.

O libertário António Gato Pinto argumenta que este diretor era demasiado apegado aos seus interesses próprios e, por isso, os presos; não lhe reconheciam qualidades para lidar com pessoas. As ações e as decisões que o diretor tomava denunciavam a sua total indiferença pela satisfação das necessidades, mesmo as mais básicas, dos prisioneiros. Desprezava todas as reclamações que lhe eram dirigidas, fossem elas a respeito da alimentação ou sobre o mau estado em que a roupa e o calçado se encontravam ou sobre outras carências de bens essenciais.

Dizem os testemunhos que o diretor não estava à altura das suas responsabilidades, a preocupação principal era meter “ao bolso” uma grande parte da verba destinada a atender à alimentação e a outros encargos referentes à satisfação das necessidades dos detentos mas, não satisfeito, ainda alterou o acordo firmado no tempo das anteriores direções, sobre a percentagem a descontar nas renumerações que os reclusos obtinham através dos trabalhos que executavam para o exterior e, nestas condições, os visados ainda

tentaram negar-se a trabalhar para fora mas, depois, vinham as sanções e era o diretor quem impunha as regras. Em termos de competências, segundo os testemunhos, este diretor deixava muito a desejar pois, habitualmente, delegava os seus deveres oficiais no chefe dos guardas para assim gastar o seu tempo no “regabofe” com as nativas. Este comportamento impróprio do diretor também é comentado na obra coletiva “Tarrafal Testemunhos” do seguinte modo: «ficava em casa com raparigas naturais da ilha, onde a miséria e a fome as forçava à prostituição. Organizava grandes orgias, que terminavam em bebedeira com os guardas mais sabujos, para irem depois dormir às cubatas das caboverdianas» (1978, 213).

Apesar de tudo, os testemunhos reconhecem que Filipe Barros teve em conta a viragem no curso da II Guerra Mundial em que a vitória dos Aliados já se adivinhava e por isso, suavizou o sistema repressivo e tomou medidas para o abrandamento dos castigos. Na passagem para o ano civil de 1944, os presos foram autorizados a realizar uma festa comemorativa, na qual encenaram a peça de André Brun: *A Maluquinha de Arroio*. Para o fabrico do guarda-roupa usaram, principalmente, o papel das sacas de cimento que, com arte e dedicação foram «pintados, decorados e, no fim, assumiam o aspeto de vistosos tecidos» (Pedro 2009, 453). Para a realização do espetáculo, prepararam o salão do refeitório, juntaram as mesas lado a lado e, com os bancos à frente, conseguiram colocar a plateia em dois níveis de altura. A comédia gozou de grande sucesso entre os espectadores, mas o que mais animou os presos e marcou importância da festa, foi a presença das mulheres dos oficiais da companhia de segurança; alguns deles também assistiram à representação, assim como vários deportados que residiam fora do Campo e algumas famílias conhecidas da vila. Os nativos convidados ficaram deveras surpresos com o espetáculo pois nunca tinham visto nada igual ou parecido. Enquanto durou a festa, viveram-se momentos de alegre convívio que constituíram uma pequenina clareira na vida infernal de quem vivia encarcerado num campo de concentração.

Aquino (1978) observa que, em fevereiro de 1944, pela primeira vez e em mais de sete anos de existência do Campo, um recluso que se encontrava doente é transferido para o Hospital da Cidade da Praia para se tratar. Manuel Moniz Bettencourt pertencia ao grupo dos “ferros-velhos”, saiu da instituição para ser operado de urgência e só regressou do hospital dois meses mais tarde. Também pela primeira vez desde que se encontravam no campo, já em finais de 1944, os confinados receberam oficialmente jornais. Segundo

Rodrigues (1974), esta medida teve um grande impacto no ânimo dos encarcerados, pois era uma maneira de reatarm o contacto com o mundo dos vivos e isso fazia com que se sentissem “mais homens e menos bichos”.

3.1. A 4.^a tentativa de fuga praticada por cinco comunistas

Durante o mandato do diretor Filipe Barros, os testemunhos mencionam que ocorreram duas tentativas de fuga. A primeira acontece depois de uma longa reflexão por parte de quatro comunistas: Gabriel Pedro e o seu filho Edmundo Pedro, Tomás Rato, Francisco Nascimento Gomes e Augusto Macedo, em conjunto decidiram congeminar um plano para se evadirem do campo à revelia do Partido. Os obstáculos a ultrapassar eram muitos, mas para os militantes comunistas a maior de todas as dificuldades residia na forte disciplina partidária a que eram submetidos. Contam que tal «disciplina vedava aos seus membros a hipótese de prepararem, em termos individuais, qualquer tentativa de evasão. A direção da OCP detinha o monopólio da preparação e execução das fugas e da escolha dos que nelas deviam participar» (Pedro 2009, 493). Todos compreendiam que nos critérios do Partido, a prioridade de evasão do Tarrafal pertencesse aos quadros mais importantes, pois eram necessários para dinamizar as células clandestinas do PCP. Malgrado a direção não tomava a iniciativa nem aceitava que outros filiados a isso se dispusessem.

No dia 22 de maio de 1943, os cinco companheiros colocam em prática o plano engendrado; todas as barreiras de segurança do estabelecimento prisional foram engenhosamente contornadas e tudo deveria continuar a correr conforme planeado, mas... não correu. A notícia da evasão causou grande agitação no acampamento, todos os presos foram obrigados a formar e só depois de serem contados é que os guardas se aperceberam que a fuga envolvia apenas cinco deportados. Os vigilantes colocaram-se em alerta com as espingardas preparadas para o que viesse a acontecer e uma brigada de carcereiros organizou-se para a caçada aos fugitivos.

Quando o acampamento foi confrontado com a fuga, o «consenso geral era unânime em lhes desejar sorte, muita sorte no seu temerário empreendimento; porém, era igualmente unânime em considerar que se tratava de uma fuga condenada de antemão ao mais rotundo fracasso, devido à falta de meios para saírem da ilha» (Firmo 1978, 177). De facto, apesar do plano ter sido habilmente estudado, depois de saírem do campo os

evadidos depararam-se com situações impensadas que foram ultrapassando conforme lhes era possível. O extenso percurso que trilhavam pela ilha não cedia em contrariedades, deixando-os esgotados pelo cansaço, pela fome e pela sede; em poucos dias foram capturados e obrigados a regressar ao campo.

O fracasso desta tentativa de fuga tornou-se memorável para os protagonistas pelas drásticas consequências que vieram a sofrer. À medida que iam sendo capturados, um a um, eram conduzidos até à secretaria, lugar onde os carcereiros se valeram da sua razão para exercerem desmedidas agressões sobre os transgressores. A crueldade das fustigações em corpo alheio haveria de se repetir durante toda a noite no interior de uma garagem que ficava no exterior do campo e perto da casa do diretor; daí, os capturados foram transferidos em mísero estado, descalços e com o corpo macerado, para a “frigideira”. O castigo prescrito era de 60 dias, mas o tempo só começava a contar a partir do momento em que o último fugitivo fosse detido, o que só aconteceu passados dez dias, os outros quatro punidos estiveram 70 dias de castigo na “frigideira”.

Edmundo Pedro (2009) conta com conhecimento, os momentos terríveis que os desventurados tiveram de suportar. O esforço e o tempo gasto nas manobras de evasão e o terror infundido pela perseguição acintosa que lhes foi movida, deixou-os completamente desidratados, porém, a privação da água fazia parte da vaga de castigos. Dentro da “frigideira” a temperatura subia, os presos despiam-se mas não se conseguiam deitar porque no chão de cimento, encontravam-se espalhadas areias e pequenas pedras que se entranhavam na pele em ferida. Ao fim do terceiro dia, foi quando lhes levaram uma lata com água para beberem, ao tentarem reagir ficaram profundamente perturbados ao constatarem os efeitos que os maus tratos desencadearam na sua carne. A situação é lembrada do seguinte modo: «a língua inchava de tal modo dentro da boca que não deixava passar a água. Sabia-nos, de resto, a fel. Molhamo-la, durante muito tempo, até desinchar. Só depois pudemos, pouco a pouco, ir matando a sede que nos matava» (Pedro 2009, 505). O desgaste emocional, as agressões físicas e o castigo na “frigideira” fragilizaram o organismo de Edmundo Pedro ao ponto de vir a desenvolver uma tuberculose que o deixou acamado na enfermaria do campo durante dois anos. Para Francisco Nascimento Gomes as sequelas do flagelo seriam irreversíveis, os danos causados ao seu corpo pelas investidas e agravados durante os dois meses de castigo na “frigideira” levaram-no, pouco tempo depois, a não resistir aos efeitos do paludismo.

No acampamento, os companheiros apercebiam-se do sofrimento suscitado pelas atrocidades que estavam a ser infligidas aos audazes fugitivos e descrevem a aflição e a impotência que sentiam perante tal situação:

Vivemos momentos de indiscreta dor e desespero ao ouvir os lamentos dos nossos cinco camaradas e nós ali, impotentes, encerrados entre arames farpados, sem lhes podermos valer, com os soldados negros de espingarda aperrada a visarem o interior do campo, onde nos juntamos gesticulando e gritando a nossa revolta: “Cobardes!... Canalhas! (Firmo 1978, 178).

O diretor Filipe Barros não se ficaria pela aplicação de sanções disciplinares apenas aos que intentaram a fuga, usou a situação para responsabilizar e retaliar todo o acampamento pelas ações estritamente individuais dos cinco presos e, como medida punitiva, mandou apreender todos os livros e medicamentos. Por arrasto, os carcereiros aproveitaram para levar também as ardósias, o papel, as malas, roupas, canetas e todos os bens particulares que se encontraram em poder dos encarcerados que, assim, ficaram desapossados dos pequenos nada que lhes asseguravam o reconhecimento da sua individualidade e, desta vez, os sujeitos sentiram-se vítimas das circunstâncias criadas pela audácia dos cinco companheiros e foi contra estes que se insurgiram.

Para os envolvidos, o prejuízo foi muito além dos castigos aplicados pelos carcereiros, a par chegaram os corretivos aplicados pela OCPT a quatro dos cinco fugitivos, já que Gabriel Pedro nessa altura encontrava-se afastado da organização por vontade própria, devido a discordâncias com as orientações políticas dos líderes. A sentença do Partido veio consoante o comportamento de cada um durante os momentos de sofrimento que passaram nas mãos dos torturadores. Ditaram: «Saberemos, porém, distinguir entre os que se comportaram como deviam ante a polícia e o Rato, cujo comportamento é condenável» (Pedro 2009, 513) por ter incriminado o nativo que os tinha ajudado e por isso é expulso das fileiras do PCP. Assim, e apesar do elogio aos bens comportados, pelo projeto de fuga à solapa a OCPT condenou o Augusto Macedo, Francisco Nascimento Gomes e Edmundo Pedro à suspensão, pelo período de dois anos, das atividades políticas e culturais do Partido. Deste então, os desobedientes foram ostracizados pelos camaradas e mesmo aqueles que até ali consideravam amigos respeitaram a disciplina férrea e alteraram a postura para deixarem os “indisciplinados” isolados, conforme decidido pela organização.

Os ditos “indisciplinados” experimentaram a exclusão e a intolerância do Partido e, para eles, essa era a maior das punições dentro da punição, sentiam-se despeitados por estarem a ser objeto de uma grande injustiça, pois sempre tinham cumprido os seus deveres de militante e se estavam ali em tão penosa situação era, precisamente, pela dedicação e entrega às causas do Partido. Um deles, vem fundamentar os motivos que o levaram a tentar a fuga com os que lhe eram mais próximos:

Quebrara a disciplina partidária porque ela se tinha tornado absurda. Transformara-se num poderoso travão ao direito que assistia todos, de tentar fugir. Esse obstáculo invisível acabara por fazer parte do próprio plano de segurança montado pelos carcereiros. Tornara-se até um obstáculo mais difícil de vencer, como nós provamos, do que o arame farpado, a vala, o talude, as sentinelas, os guardas prisionais e todo o restante sistema de segurança! (Pedro 2009, 521).

Gabriel Pedro não foi incluído nos castigos aplicados pelo Partido mas também não foi poupado à crítica dos pares; incompreendido e ferido no seu orgulho de resistente, sentia-se impotente para arcar com o desamparo e o vazio em que se encontrava e isolou-se do convívio do acampamento. O filho acrescenta que: «Essa injustiça era tanto maior quanto é certo que o nosso projeto era, justamente, tentar organizar a evasão dos nossos companheiros. O que nos movia, depois de tantos anos de prisão, era o desejo de participar nos acontecimentos fabulosos que, por essa altura, ocorriam no mundo» (Pedro 2009, 513).

A esta experiência de imerecido desrespeito, por parte dos seus iguais, à dignidade dos “resistentes” que empreenderam o plano de fuga do campo, leva Edmundo Pedro a questionar se deve manter com o PCP o pacto de “dedicação” firmado desde a sua mocidade. Agora compreende que o Partido: «Não era mais o instrumento político em que acreditara acriticamente e cegamente. Os seus insensíveis dirigentes tinham-me ferido no mais íntimo de mim mesmo» (Pedro 2011, 29). Na altura destes acontecimentos, Edmundo Pedro contava 26 anos de idade e já tinha cumprido 11 de cativo, sete dos quais passados no Tarrafal. Quando passaram os dois anos do castigo aplicado pelo Partido, Edmundo decidiu que a sua vida não tornaria a ficar refém de uma disciplina absurda pelo que, não voltou a reintegrar-se. Profundamente desencantado, afirma: «O trauma que abalara a minha sensibilidade fora profundo de mais para permitir a minha continuação num partido que desprezara, com tal ligeireza, o total sacrifício da minha juventude» (Pedro 2011, 30). Mas, o afastamento do Partido não significou que Edmundo Pedro se

afastasse dos seus objetivos antifascistas, apenas encontrou outro caminho para continuar a luta ativa contra o Estado Novo.

Edmundo Pedro assume-se como porta-voz dos personagens que experienciaram no corpo as consequências da tentativa de fuga, na sua opinião este episódio foi um dos acontecimentos mais marcantes que ocorreram no campo, pelo que o branqueamento que os testemunhos do Partido fizeram aos que se afastaram do seu meio, causa-lhe indignação por considerar que, com tal procedimento, desrespeita o rigor da história.

Nos dois livros publicados pelas Edições Avante! Depois do 25 de Abril (Tarrafal, Testemunhos, da auditoria de vários ex-prisioneiros comunistas, e Memória Viva do Tarrafal, escrito por Gilberto de Oliveira), a tentativa de fuga mais drástica ocorrida no “Campo de Morte Lenta” ou não existiu ou foi reduzida a uma insignificante referência. É que, nesta fase, eu rompera, há muito tempo, com o PCP. (Pedro 2009, 539).

3.2. A divisão entre os republicanos do Tarrafal

Dizem-nos os testemunhos que os «republicanos nunca foram organizados e a solidariedade entre si não a praticavam como vínculo partidário, nem deram provas de agrupamento com quaisquer veleidades intervencionistas na política e com convicções propriamente políticas» (Pires 1975, 271), mas uma passagem do Diário de António Gato Pinto expressa que em dezembro de 1943 houve uma mudança de atitude. Também os republicanos decidiram agregar-se e dividiram-se em dois sectores politicamente opostos que, até serem praticamente todos eles amnistiados em 1945, se confrontavam vincadamente entre si. No entanto, a sua luta não logrou de reconhecimento por parte dos “resistentes” que não lhes deram qualquer credibilidade política, pois os seus elementos pertenciam ao grupo dos “amorais”.

Pelos testemunhos, ficamos a saber que foram postos em movimento dois grupos de republicanos profundamente diferenciados e que ambos eram dotados de dirigentes que se preocuparam em legitimar a hierarquia da sua fração. Um dos grupos denominava-se como os “Republicanos Independentes” e era encabeçado por Armando de Azevedo, os restantes elementos recrutados gozavam de péssima reputação dentro do campo, ou eram os “rachados” ou eram os “bufos”. O outro agrupamento taxava-se de “Republicanos da Esquerda Democrática” e era chefiado pelo Sargento da Armada, Pedro José da Conceição, que tentou agregar à sua volta os “não organizados” com ideias de esquerda. Os dirigentes

de ambas as organizações republicanas elaboraram um caderno com o registo da identificação dos seus filiados e formalizam a sua existência bem como os propósitos de funcionamento, dando disso conhecimento às organizações prisionais existentes dentro do campo e aos republicanos que se encontravam em situação especial na parte exterior do estabelecimento. Curiosamente, Cândido de Oliveira, que fazia parte desse grupo de republicanos em situação especial, não menciona nas suas memórias sobre o Tarrafal este episódio que, alegadamente, terá ocorrido dias antes do seu regresso ao continente.

Efetivamente, no dia 23 de Dezembro, cinco dos presos instalados fora do Campo, todos eles republicanos, incluindo Cândido de Oliveira, iniciaram a viagem de regresso ao continente. Chegam a Lisboa no último dia do ano (1943) e são encaminhados para o Hospital Júlio de Matos em jeito de quarentena (devido ao risco que o paludismo constituía para a saúde pública) até serem transferidos para a prisão do Aljube e daí para o Forte de Caxias, onde ficavam mais uns meses.

Os restantes elementos da SOE - seis eram militantes do Partido Comunista e um republicano - só regressaram ao continente em 15 de janeiro de 1944. Apenas uma exceção, o médico António Ferreira da Costa que havia rejeitado as benesses conferidas pela sua “situação especial” e, por isso, ficou preso no campo até maio desse ano. Nas vésperas de sair, o médico foi espancado pelos carcereiros que, à força, lhe cortaram as barbas e o cabelo, deixando-lhe a cara e a cabeça coberta de feridas, «medida que afinal não passava de uma verdadeira vingança contra aquele preso, pela forma altiva como este sempre se havia conduzido perante os carcereiros» (Reboredo s.d, 7). Depois, para a despedida do campo, mandaram-no passar a noite na “frigideira”.

3.3. A divisão entre presos “idóneos” e os “não idóneos”

No interior do acampamento, as disputas ideológicas entre os libertários e os comunistas do Partido tinham um efeito construtivo na procura das melhores soluções para a situação em que se encontravam envolvidos e «ainda que os carcereiros, numa altura ou noutra, tivessem tentado explorar as divergências ideológicas existentes entre esses dois grupos, nunca conseguiram abrir frechas sérias na unidade efetivamente existente no campo» (Oliveira 1987, 138). Normalmente, as relações de conflito entre as duas organizações sempre eram negociadas com franqueza, pelo que os libertários procuraram

intervir no conflito instalado entre os comunistas, conciliando os interesses das várias correntes de opinião dentro do acampamento. Como os comunistas do Partido se negassem decididamente a manter qualquer contacto com o ACA, o comité da OLPT dispôs-se a ser o órgão mediano na discussão dos assuntos do campo. Foi assim que, no princípio do mês de junho de 1944, as três organizações políticas tomam a resolução de enviar ao diretor Filipe Barros uma exposição sobre as vulnerabilidades a que os encarcerados estavam expostos, tendo o cuidado de não dar ao documento um carácter político, pois era um assunto do interesse de todos os que ali se encontravam retidos. Preparada com rigor pelo médico preso no campo, Dr. Manuel Baptista dos Reis, a exposição colocava em evidência o estado de sítio, começando por enumerar as calamidades que estavam na eminência de acontecerem e as medidas que eram necessárias para as mitigar e precaver. Exaustivamente demonstrava a gravidade da situação dos presos em geral, quer ao nível sanitário, da saúde, alimentar e das roupas. Do ponto de vista jurídico acusa que, dos 226 homens que se encontravam retidos no campo, 127 achavam-se em situação ilegal, o que consistia numa grande injustiça já que 72 desses indivíduos estavam ali sem sequer terem sido julgados e os outros 55 presos já haviam terminado as penas a que foram condenados, alguns deles, há vários anos.

Depois de elaborado, o documento foi apreciado e revisto pelos elementos dos três agrupamentos políticos e coube-lhes decidir se deveriam dar a conhecer o seu teor aos presos que não faziam parte das organizações ou se os excluíam dessa consulta como sugeria a OCPT, dado que se tratavam de indivíduos que não inspiravam confiança e era um risco que o assunto viesse a ser do conhecimento do diretor antes da exposição lhe ser entregue. Entre indecisões, o documento que deveria ser subscrito pelo coletivo acabou por ser assinado apenas pelo autor.

A entrega do manuscrito ao diretor, teve como desfecho a aplicação de um castigo ao Dr. Reis de 20 dias na “frigideira” e, em jeito de aviso a todo o acampamento durante a formatura foi lida, por três dias consecutivos, a “ordem de castigo” que desacreditava as informações contidas no documento. A exposição não teve qualquer impacto na melhoria das condições de vida dos presos, já que tomou o carácter de uma iniciativa individual. O grande efeito que se fez sentir foi ao nível da convivência entre os elementos dos três organismos políticos envolvidos, evidenciando o quanto eram complicadas as relações prisionais que se processavam dentro do arame farpado.

Os relatos a respeito do controlo da informação pelos presos que participavam nas atividades e nas decisões estratégicas revelam que, entre os “resistentes”, existiam acentuadas divergências de opinião sobre as precauções a ter no relacionamento com os presos “não organizados”. Todavia, divergências à parte, os relatos dos testemunhos reafirmam a separação da população prisional em duas categorias: Primeiramente a dos “resistentes”, politicamente organizados e que se reconheciam nos valores defendidos pela OCPT, ACA e pela OLPT, na altura agrupavam cerca de 160 homens e juntos conduziam o ambiente prisional. Eram eles a parte do “Acampamento Responsável” tida por “Idóneos” e de provas dadas sobre a capacidade de manterem o compromisso partidário, assumindo a responsabilidade das suas ações de modo a não se deixarem aniquilar moralmente apesar dos instrumentos de repressão e da violência utilizada pela instituição para atingir esse fim. A outra categoria reportava-se aos restantes presos, na linguagem dramaturga representavam a plateia¹¹ que fazia parte do cenário montado pelos “resistentes” mas sem acesso ao controlo ou direção da apresentação que integravam.

Os “não organizados” reuniam 67 indivíduos que eram percebidos como diferentes e por isso sem os atributos morais necessários para participarem nos assuntos que eram discutidos pelos “resistentes”, estes elementos foram classificados como “não idóneos”. Dos nomes constantes na lista dos “não organizados”, 60 pertenciam a indivíduos que tinham sido “excomungados” e que “repugnavam ao contacto” até pela péssima reputação que os estigmava como “rachados”, “bufos” e “ferros-velhos”. Apenas sete dos componentes do grupo dos “não organizados” mereciam algum respeito aos “resistentes”, e ainda que não participassem na discussão dos assuntos podiam ter conhecimento das decisões aprovadas e atuar do seu lado, era esse o caso do líder do grupo dos “Republicanos da Esquerda Democrática”.

Segundo o relato de um libertário, alguns dos indivíduos constantes na lista foram considerados indesejáveis pela incapacidade de se submeterem a uma disciplina partidária que os colocasse do lado dos “resistentes” e tece alguns comentários sobre o valor desses elementos:

¹¹ Goffman (2002) distingue durante a interação, a equipe que manipula o ambiente social e controla o cenário como a “equipe de atores” e chama a outra equipe participante de plateia”.

Entre esta gente, há os que pouco valem moralmente mas há outros de valor e alguns até com bastante. O maior defeito de alguns é não quererem estar sujeitos a ninguém, preferindo tudo a perderem a sua independência, a que tanto monta o ingresso em qualquer das organizações.¹²

Os comunistas afastados e os Libertários comungavam da opinião que era importante atuarem junto dos “não organizados” no sentido de recuperarem os elementos que, no seu íntimo, ainda conservassem o ódio ao fascismo. Assimilar estes elementos representava, ao mesmo tempo, neutralizá-los à influência dos carcereiros que, mais tarde ou mais cedo, os iriam utilizar contra os “resistentes”.

No tocante ao assunto da exposição dirigida ao diretor sobre a situação dos presos, a OCPT elaborou uma lista com o nome de todos os “não-organizados” por contender que nenhum merecia confiança para lhes ser dado conhecimento das decisões que eram tomadas pelo “Acampamento Responsável”. Os libertários tentaram reduzir a relação dos nomes constantes na “Lista Negra”¹³ por se afigurar exagerada já que alguns dos visados vinham dando provas de serem merecedores de confiança. Mas, a ACA deslocou o centro da discussão, em vez de debater a questão da partilha da informação em causa com os “não organizados” que poderiam ser recuperados segundo alguns critérios, optou por enviar uma carta à OLPT a contestar o facto de no “acampamento responsável” ser sempre a OCPT quem tomava as decisões e as restantes organizações, OLPT e ACA, só as seguiam e executavam. Negavam-se a aceitar este procedimento, fazendo o seguinte reparo:

Se agora, dentro do próprio acampamento responsável e nas relações das próprias organizações arranjam também duas camadas, a dos que só “puxam” e a dos que “puxam” e “guiam”, faremos deste pequeno quadrilátero que constitui uma prisão de antifascistas uma pequena Índia com divisão de castas”¹⁴.

A respeito da lista dos excomungados, a ACA efetuou uma comparação com a lista negociada em 1943 pelas três estruturas políticas. Na altura concordaram que entre a

¹² Retirado de carta escrita por António Gato Pinto à FARP. Disponível em: [HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160500](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160500) (2017-7-20)

¹³ A “Lista Negra” com a relação dos nomes dos indivíduos excluídos, pode ser consultada em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160514

¹⁴ Correspondência da ACA dirigida à OLPT em 8 de junho de 1944 (Aquino 1978, 417-418).

população composta por 236 homens (havia 251 presos mas 15 estavam alojados na parte de fora do Campo) encontravam-se 186 “idóneos”, alguns dos quais tinham sido recuperados do antigo “Porta-Aviões”, o que reduzia a base de manobra dos carcereiros. Dos 50 prisioneiros “não idóneos” havia quatro que tinham sido incluídos nessa categoria por serem portadores de doenças cerebrais. Frente à lista de excomungados agora apresentada pela OCPT, os dissidentes expressaram a sua discordância a respeito do aumento do número de elementos em relação ao ano anterior. E argumentam que: se a população prisional reduziu o número para 226 indivíduos e se, segundo a lista, o número de “idóneos” diminuiu para 159 e aumentou o número de “não idóneos” para 60, entre os quais encontravam-se cinco que padeciam de doenças cerebrais, então ficava demonstrado que existia um retrocesso nas relações assertivas entre os presos. Por outro lado, os dissidentes previam que mais de três dezenas dos sujeitos incluídos na lista, ao tomarem conhecimento de que se encontravam entre os “excomungados”, apesar de no último ano se terem colocado ao lado dos “resistentes” em diversas situações ocorridas no acampamento, sentir-se-iam feridos e injustiçados, agravando os conflitos e a divisão já existente no acampamento.

Os dissidentes quando entraram no acordo esperavam deter mais poder de decisão sobre as questões mas, perante o desprezo a que a OCPT os votou, sentiram-se insatisfeitos e decidiram mudar de postura, em vez de cooperarem enfatizaram a questão da lista dos “excomungados” que se destinava à situação concreta da apreciação de um documento a enviar ao diretor, para lançarem acusações à direção da OLPT sobre a condução do assunto, considerando pouco leal terem conferido à OCPT liberdade de atuação. Entre acusações e o empurrar de responsabilidades para os comunistas do Partido e para os libertários de uma situação que tinha sido negociada entre as três organizações, os dissidentes desviaram-se do assunto que estava a ser tratado para incitaram um ambiente de intrigas e de boatos no acampamento que levantou graves discrepâncias entre as forças políticas. Por outro lado, a reação dos “excomungados” não se fez esperar, quando tomaram conhecimento que faziam parte da “Lista Negra” em vez de se dirigirem às organizações para questionar o facto, pelo invés e como já era previsível, muitos deles resolveram comunicar aos carcereiros o que se estava a passar no acampamento e, sem quaisquer escrúpulos, garantiram que não pertenciam a esse “submundo dos resistentes” nem tinham qualquer interesse ou intervenção na exposição dirigida ao diretor. A atitude

manifesta pelos “excomungados” só veio confirmar a opinião já formada sobre a sua idoneidade, tratava-se de indivíduos que já tinham quebrado moralmente, que não eram revolucionários ou, os poucos que o eram, distanciaram-se das organizações prisionais.

A tentativa dos libertários servirem de intermediários para a abertura de diálogo entre as duas organizações comunistas, promovendo a coexistência e cooperação das três forças política no planeamento e na tomada de decisões estratégicas da vida prisional, estava condenada. As situações reais levaram a constatar, com notória desolação «que não é possível fazer entre os presos antifascistas um trabalho útil e sério porque as divergências políticas a isso se opõem» (Aquino 1978, 433). Os libertários reavaliam a continuidade da associação com os dissidentes comunistas e decidiram afastar-se do seu convívio por constatarem que estes, apesar de saberem muito bem que o objetivo da exposição enviada ao diretor era do interesse e benefício de todo o acampamento, aproveitaram-se da situação para colocarem em cena o “acampamento não responsável” do seu lado e abrirem uma “guerra” contra os elementos da OLPT e da OCPT. Perante estes mal entendidos o entendimento entre a organização comunista e a libertária saiu reforçada, as relações privilegiadas entre os membros dos dois órgãos são restabelecidas e, com grande animosidade, festejaram conjuntamente as notícias que lhes chegavam do exterior e que os faziam acreditar que o triunfo das forças aliadas se aproximava a passos largos, consolidando esperanças no fim dos regimes fascistas e, por conseguinte, no fim do salazarismo.

3.4. A 5ª tentativa de fuga praticada por um “rachado”

Se o primeiro plano que deu origem à tentativa de evasão do Campo em 1937, envolvia a participação de todos os encarcerados, em contrapartida a quinta e última tentativa que nos é dada a conhecer pelos testemunhos, foi praticada individualmente no dia 6 de agosto de 1944.

Jaime Augusto de Carvalho por pertencer ao grupo dos “rachados” tinha permissão para sair do campo; simulando que ia dar um dos seus passeios habituais pela vila aproveitou a oportunidade para se evadir. Motivado pelo ensejo da liberdade, o desertor percorreu durante duas semanas caminhos tenebrosos onde os obstáculos exteriores e as incertezas interiores se conjugavam para disputar o desânimo e o pavor de ser descoberto

pelos carcereiros, o que acabaria por acontecer. Segundo o relato dos testemunhos, a captura do fugitivo teve a peculiaridade de não ter implicado o uso de violência física e, passado algumas horas de ter entrado no campo foi-lhe dada a «incumbência de ir contar detalhadamente aos outros presos como fora a sua aventura e quais os resultados» (Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1944).

No dia seguinte, durante a formatura foi lida para todos os presentes a “ordem de serviço” onde constava o castigo aplicado ao Jaime Augusto de Carvalho: 30 dias na “frigideira” a pão-e-água. O audaz não se livrou de ir parar à “frigideira” por ter tentado a fuga mas, agora o castigo era sofrido com a aplicação de condições mais benevolentes, foi designadamente permitido que levasse consigo a cama para dentro da “frigideira” e também que a porta desta ficasse aberta durante todo o dia para o prisioneiro tomar ar. Como retaliação para o acampamento o chefe dos guardas queria que todos os prisioneiros pagassem as despesas efetuadas com a captura do fugitivo.

3.5. A perda da unidade na Organização Libertária Prisional do Tarrafal

Com as cisões e as junções desenvolvidas na procura de reconhecimento no contexto do cárcere, as organizações políticas foram-se desagregando em manifesto prejuízo do coletivo prisional. Ainda de acordo com as informações constantes no Diário de António Gato Pinto, em 1944 as organizações prisionais já estavam praticamente desfeitas pois cada uma quebrou o seu princípio de unidade.

A Organização Libertária, após a morte dos seus principais dirigentes, primeiro de Arnaldo Januário e depois de Mário Castelhana e, também, devido às atitudes repressivas por parte dos carcereiros, que impediam os presos de se reunirem para esclarecer as questões que se levantavam no quotidiano, teve como resultado a perda da homogeneidade de pensamento que, do ponto de vista ideológico, os tornava os libertários fortes e respeitados. A quebra da unidade entre os elementos da OLPT também se deveu, em parte, à conjugação dos efeitos emanados pelo predomínio dos comunistas dentro do campo, fosse pela estreita amizade e colaboração com os comunistas afastados ou pela ação conjunta com os do Partido.

Entre 1941 e 1942, chegaram ao Campo alguns presos¹⁵ que defendiam o critério de “retificação” das ideias libertárias e da mudança de tática na luta contra o fascismo. Tomaram o exemplo da guerra espanhola para justificar a pretensão dos libertários em se constituírem como o partido político da classe operária e disputarem o poder, inclusive no parlamento, contrapondo-se assim aos princípios da chamada “ditadura proletária” defendida pelo partido comunista, que também se afirmava como o partido da classe operária. José Reboredo que tinha vivido a guerra espanhola e conhecia o assunto pr dentro, tentou esclarecer as questões que se levantavam entre os libertários, historiando os acontecimentos e demonstrando que não existiam motivos para os libertários retificarem as suas ideias pois, não é necessário estar no poder para se defender a revolução e, no caso de Espanha, a subida ao poder acabou por ser desprestigiante para a causa libertária.

Segundo António Gato Pinto,¹⁶ nessa altura a maioria dos libertários que se encontravam retidos no campo foram seduzidos pela dinâmica da novidade e alguns até chegaram a negociar com a OCPT a elaboração de um documento-base para uma aliança face à guerra e a uma possível atuação fora do Campo, ao ponto de alguns libertários advogarem a ideia de participar em governos quando a sua própria ideologia o contesta.

Em maio de 1944, alguns membros da OLPT desagradados com a orientação política que vinha sendo seguida sob a influência dos interesses dos comunistas, apesar de se manterem fiéis ao princípios libertários e de continuarem a pertencer à Comuna, decidiram afastar-se temporariamente da organização até que esta abandonasse os projetos de carácter colaboracionista estatal. Entre os elementos que pugnavam pela integridade dos princípios libertários de “contra o poder do Estado”, encontravam-se os sindicalistas: Abílio Guimarães, Américo Martins Vicente, António Gato Pinto, João Gomes, Joaquim Pedro, José de Almeida, José Correia Pires e José Reboredo. Os dois últimos quando tomarem conhecimento que o seu nome constava na lista dos que iam regressar ao

¹⁵ Tratava-se de dois ferroviários do Barreiro (Manuel Boto e Manuel Firmo) com grande prestígio na organização libertário e os companheiros Carlos Pereira Ribeiro e Júlio Mascarenhas.

¹⁶ Carta no espólio de António Gato Pinto, referenciada como: (1944), "Aos camaradas da FARP", CasaComum.org e disponível em HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160500

continente em fevereiro de 1945, deixam uma carta de despedida aos companheiros, onde, entre palavras fraternas, alertavam:

Separados os anarquistas dos sindicalistas, o nosso movimento será absorvido pelos comunistas, pois todas as suas propostas de unidade e colaboração por mais amigas e sinceras que se mostrem, não visam mais que um fim: o desaparecimento do nosso Movimento para o Partido Comunista estabelecer o seu predomínio. (...) ¹⁷

A união entre os membros da OLPT - fossem eles sindicalistas, libertários ou simplesmente simpatizantes - estava cimentada por muitos anos de luta conjunta e de autorrespeito entre eles, a linha de pensamento seguida pela própria organização defendia que todos tivessem a possibilidade de manifestar e de expandir o seu saber e capacidades. Por outro lado, os libertários discerniam que a realidade que se apresentava no campo, assentava em informações que lhes chegavam de forma confusa, incompleta e em boatos, pelo que os conflitos que surgiam no contexto do cárcere podiam ser um “não assunto” lá fora e, por tudo isso a tolerância era um ponto de honra. José Correia Pires procura deixar claro que, mesmo quando as relações eram conflituosas entre os libertários, a sua ação pautava-se pela lealdade:

Recordo-me das muitas desavenças ou desacordos com muitos camaradas e até cheguei a desligar-me do convívio de um ou outro mais turbulento e menos atreito ao respeito da organização e, com certa hostilidade e algumas posições que me pareceram incoerentes, mas o que jamais entre nós se deu foi luta desleal ou rixas que nos obscurecessem a consciência, atribuindo defeitos injustos ou exaltando virtudes imerecidas, só porque era ou não um dos nossos.” (Pires 1975, 280).

Ao contrário do que acontecera com os dissidentes da OCPT, os libertários afastados mantiveram as relações com a OLPT, partilhando um espaço de tolerância que lhes permitia discutir as divergências quanto às orientações doutrinárias libertárias sem que a sua individualidade fosse motivo de ataques ou de desrespeito à sua honra. Como a realidade é dinâmica, meses mais tarde, em fevereiro de 1945, regressaram ao continente 11 libertários e a organização libertária restaura a unidade entre os membros que ficaram

¹⁷ Carta incluída no espólio de António Gato Pinto, referenciada como: (1945), "A todos os componentes da Organização Libertária do Campo do Tarrafal", CasaComum.org e disponível em HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160528

no campo. Em janeiro de 1946, ao abrigo da amnistia, saíram mais 19 libertários do Campo e, os 12 que ficaram eram praticamente todos sindicalistas envolvidos no Movimento Operário do “18 de Janeiro”.

Figura 24 – Fotografia do grupo de libertários.



Da esquerda para a direita temos na 1ª fila sentados: José Ramos, Bernardo Casaleiro Pratas; Joaquim Duarte Ferreira e Américo Fernandes. Na 2ª fila em pé: Joaquim Pedro; Custódio Costa; José Ventura Paixão; José Ricardo do Vale; António Gato Pinto e Acácio Tomás de Aquino.

O ciclo das desagregações termina com o ano de 1944

Os testemunhos lançam um olhar retrospectivo sobre a direção do capitão Filipe Barros e, no seu ponto de vista, o diretor desde que chegou ao Tarrafal demonstrou uma pressa insaciável de enriquecer ilicitamente e para tanto desviava as verbas da Fazenda que se destinavam à satisfação das necessidades básicas dos reclusos, acarretou que estes chegassem a uma situação ruínosa. Dizem os testemunhos que, as roupas que vestiam «tinham-se transformado em meros farrapos. As botas de alguns apresentavam-se praticamente sem solas. Muitos tinham-nas substituído por taiocas de madeira. Voltamos a

assumir a aparência de um bando de maltrapilhos» (Pedro 2009, 455).

Passados os dois anos de comissão, chegou a hora do diretor regressar ao continente e já bem provido com o produto do saque. Também era a hora dos prisioneiros festejarem a partida do “Abóbora” como referem: «Felizmente, para nós, a jurisdição do diretor da “Colónia” não foi demasiado prolongada. Tal como aparecera, sem prévio aviso, assim se eclipsou. Foi substituído pelo capitão David Prates da Silva» (Firmo 1978, 181).

Figura 25 – Informações sobre o mandato do capitão Filipe de Barros.

Diretor	Início do mandato	Fim do mandato	Nº de presos que morreram	Tentativas de fuga (datas)
Filipe Barros	30-11-1942	31-12-1944	6	22-05-1943 06-08-1944

CAPÍTULO 7: A ÚLTIMA FASE DA VIDA PRISIONAL NO CAMPO

1. O 5º e Último Diretor do Campo: David Prates da Silva

Em janeiro de 1945 iniciou-se o último ciclo do funcionamento do Campo do Tarrafal com a tomada de posse do diretor, David Prates da Silva, que se conservará no cargo durante os nove anos que vão até ao encerramento da instituição em janeiro de 1954. Consoante a explicação prestada pelos testemunhos, a nova fase deveu-se, em grande medida, ao impacto da derrota do nazi-fascismo e com a nova direção ocorreram profundas transformações no funcionamento do campo, alegam que o regime prisional: «mudou completamente o seu carácter essencialmente punitivo. Tratava-se verdadeiramente de uma mudança radical das condições em que vivêramos até ali. A nossa ligação ao mundo dos vivos, foi em parte, restabelecida» (Pedro, 2009, 457).

A chegada de um novo diretor ao Campo do Tarrafal foi sempre um momento de grande excitação, não que os reclusos esperassem boas surpresas pois sabiam bem o papel que tais personagens vinham desempenhar, mas porque era um acontecimento que rompia com a monotonia em que eram forçados a viver, dir-se-ia na linguagem dramaturga de Goffman (2002) que, por momentos, se agitava o cenário, os arranjos e as emoções.

Era um jogo de aparências que todos praticavam, os adereços tinham que ficar dispostos de modo a dar um ar de arrumação para a revista aos dormitórios e, num frenesim, escondia-se debaixo da cama a “tralha” habitualmente espalhada pelas prateleiras, vestiam os fatos regulamentares que estivessem em melhor condições mas deixavam ficar bem à vista a roupa esfarrapada pendurada nos pregos que estavam espetados na parede. O som das pancadas no carril chamava para a formatura, era a hora da visita oficial que, habitualmente, começava pela caserna B2 seguia-se a B3, a B4 e a B5, por fim, era a vez dos pavilhões C e D. Nas casernas, cada preso posicionava-se imóvel e

emudecido frente à sua cama, esperavam que o diretor aparecesse na cena que se apresentasse aos reclusos. Cada um mantinha-se na sua posição enquanto o diretor e comitiva estivessem presentes no local e aguardavam até que a vistoria a todas as casernas estivesse concluída. Depois, todos os inspecionados seguiam para o refeitório e assistiam ao discurso de praxe que o novo diretor proferia a respeito dos propósitos e do modo como pretendia dirigir o acampamento.

Com David Prates da Silva, as primeiras impressões visuais foram positivas, é retratado pelos testemunhos como sendo um homem com boa aparência e também com boas maneiras. Pessoalmente tinha postura, era alto, possuía um olhar penetrante e os modos eram afáveis, quando caminhava os passos eram cadenciados e próprios de um homem ponderado. Para além da fisionomia agradável, constataram que verbalmente era cativante, o fato das suas palavras parecerem genuínas dava credibilidade às informações que ia passado e que abriram as portas ao início de um novo período de existência no campo, como é transmitido no seguinte depoimento: «parecia destinado a desanuviar o ambiente em que vivíamos mergulhados» (Firmo 1978, 181). Enquanto o diretor discursava, o silêncio só era interrompido pelas exclamações que pausadamente se sucediam - “Atenção!... Sentido!” - os presos ordenaram as ideias e, apesar de saberem que tinham um aspeto de indigentes, não só pela indumentária que exibiam mas, do mesmo modo, pela sua aparência física, procuravam encontrar as formas certas de agir através das expressões faciais e na postura corporal, tudo como a situação o exigia. Era evidente a preocupação de projetarem uma impressão positiva de si mesmos, como anotam: «cada um de nós procura, perfilando-se, arranjar expressões que não fossem desagradáveis, pois todos compreendemos tacitamente, que o nosso interesse é o de ganhar as simpatias do nosso novo senhor e dono» (Rodrigues 1974, 308). Estar numa posição desvantajosa não impedia que os subjugados compreendessem o que estava em jogo, o novo diretor podia ser a oportunidade para uma mudança positiva na vida prisional em detrimento do que tinha acontecido nas anteriores direções.

O novo diretor ficou visivelmente chocado com a aparência dos prisioneiros, trajavam-se de farrapos, o calçado eram uns tamancos improvisados e na cabeça usavam chapéus de palha meio desfeitos. O fornecimento de novos fardamentos e de calçado tornou-se uma prioridade para o diretor pelo que os testemunhos dão nota: «Pouco depois da sua chegada, não só o nosso aspeto mudou radicalmente como as condições prisionais

foram significativamente alteradas» (Pedro 2009, 456). Ao longo do 1º semestre de 1945 o diretor outorga uma nova orgânica ao regime prisional, anunciando previamente as alterações que iam ocorrer através de comunicados escritos. Foi afixado no refeitório o novo regulamento interno da vida prisional e deliberada a sua execução rigorosa.¹ Algumas instruções podem ser assim resumidas:

- O horário de trabalho é alterado com vista a evitar as horas de maior calor. A parte da manhã inicia às 6h30 e vai até às 10 horas, a parte da tarde inicia às 14 horas e termina às 16 horas. A hora das refeições é regulada em conformidade.
- Apenas as cédulas assinadas pelo diretor possuem valor e representam para os detentores depósito em cofre.
- Com o objetivo de evitar conflitos entre os presos, os chefes dos grupos: B1, B2, B3, B4, B5, e D1, ficam encarregados de elaborar uma lista com o nome dos reclusos que, a contento, vão alojar nos seus grupos. (Pela primeira vez, os elementos que constituem os grupos são escolhidos pelos próprios presos e, finalmente, concretizam a separação dos “provocadores” para o grupo da B1).
- Todos os reclusos, fora os doentes crónicos e os que não estejam em condições, tomarão as refeições no refeitório à hora conveniente.
- A não ser por motivos de serviço é absolutamente vedado aos reclusos entrarem na cozinha, oficinas e nas dependências onde estejam alojados os doentes (enfermaria, C1, C2, C3 e C4). No entanto, os doentes e internados nas referidas dependências podem receber a visita dos companheiros aos domingos e quintas-feiras, entre as 15 e as 16 H.
- É vedado aos reclusos cozinhareem em qualquer parte, só na cozinha é legítimo confeccionar comida e apenas as refeições oficiais para alimentação dos reclusos.
- Os reclusos devem efetuar com boa vontade, prontidão e acerto, todos os serviços para que forem mandados. À má vontade corresponderá um castigo que oscilará em severidade, na razão em que a má vontade e a falta de educação se manifestarem.

¹ Vários desses comunicados emitidos pelo diretor, David Prates da Silva, encontram-se disponíveis em:
HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160546

- Os reclusos estão sujeitos, por parte do diretor, ao registo sobre o seu conceito e elaborado com base na sua conduta. Aqueles que possam e queiram dar boas provas e que não se acorrentem a opiniões estranhas e escondidas, só terão a lucrar.
- O diretor passará revista geral ao Campo, quando entender e sem prévio aviso.
- Os pedidos dos reclusos quanto a artigos de fardamento, calçado e de dieta individual, serão atendidos, à medida do possível, às sextas-feiras das terceiras semanas de cada mês, pelas 9 horas.
- No 3º domingo de cada mês, depois da primeira refeição, proceder-se-á ao arejamento das roupas guardadas nas malas e que queiram limpar e expor ao ar.
- Durante os períodos de maior calor, são permitidos banhos de mar aos reclusos que precisem, desejem e o mereçam. Depois de inscritos são afixadas as listas dos que vão para os banhos, identificando os grupos e os chefes de cada grupo. O horário é fixado entre as 12h30 e as 13h45

Sobre a correspondência recebida e expedida pelos reclusos, ficam assentes as seguintes regras:

- Correspondência a expedir: Os reclusos entregarão diariamente pelas 8 horas ao guarda volante as senhas para as franquias e a correspondência a expedir. A correspondência é colocada sobre a secretária do diretor para a censura. Depois de censurada é inscrita na relação a enviar à PIDE, de forma que nos dias 5, 15 e 25 de cada mês, as relações sejam fechadas e entregues no correio.
- Correspondência recebida: À chegada de malas à estação dos Correios do Tarrafal, providenciar-se-á para que a correspondência e amostras sejam recebidas na Colónia Penal. Depois de abertas sobre a secretária do diretor é regulada a censura e a entrega aos destinatários.
- A evitar: Correspondência dispensável; escrever cartas extensas; escrita de matérias a eliminar e também o uso de envelopes que contenham forro.

Os jornais passaram a entrar no campo e as notícias que chegavam do exterior eram animadoras, nesta altura, já ninguém acreditava na vitória das ditaduras. Em agosto são inauguradas, com grande alegria, as audições de rádio à noite. Para esse efeito os testemunhos contam que foi efetuada a «instalação de um aparelho de rádio, com altifalante, no cimo do talude, junto do portão de entrada. A partir das dezoito horas, reuníamos-nos ali, ao ar livre, sentados no solo, a fim de ouvir a música, as canções e as notícias do outro mundo» (Firmo 1978, 189).

Igualmente importante, para os circundados pelo arame farpado, foi a permissão para passearem nos arredores do Campo sem a companhia dos guardas, mesmo que os giros fossem breves e sob a severa advertência para não fugirem, representava a possibilidade de viverem instantes de ventura e de se aventuravam até onde a imaginação os pudesse levar. Lembram o quanto esses momentos eram ansiados especialmente porque podiam mirar as mulheres, e tentarem “ajeitar-se” com as nativas, por vezes arranjavam sarilhos com os nativos, corriam, escondiam-se, enfim... estavam a viver.

1.1. O regresso de 49 presos ao continente - 10 de fevereiro de 1945

Quando o diretor David Prates da Silva tomou posse, encontravam-se 211 presos no Campo. Os comunistas constituíram sempre a fração dominante e, por isso, impunham a sua corrente política no acampamento, exercendo uma grande influência sobre os pares, nomeadamente ao nível das condições económicas, pois eram conhecidos no campo pela “burguesia”, dada a ostentação que faziam dos seus recursos e uso dos mesmos no sentido proselitista para angariarem simpatizantes, tudo isto associado às valências intelectuais dos seus militantes, contribuiu para que a organização comunista expandisse o seu poder. Em comparação os libertários eram um número pequeno, os republicanos também eram poucos e mais um grupo de indivíduos “não organizados” que, segundo os testemunhos, não passavam de revoltados e que eram declaradamente hostilizados pelos “resistentes”, o que seguramente gerava ressentimentos e dava lugar a que esses presos se aproximassem mais dos carcereiros que o devido, rompendo os princípios de confiança mútua que toda a organização deve manter e que a vida prisional exige.

Neste ambiente, circulou a notícia que tinha chegado uma ordem de libertação para vários presos e, de facto, a lista dos contemplados já era do conhecimento da direção do

Campo. Tratava-se de uma lista, confidencial, dirigida ao Diretor da Colónia Penal do Tarrafal, que tinha sido enviada pelos Serviços de Informação e Ligação, datava de 29 de agosto de 1944 e designava o nome de 62 reclusos para embarcarem para o continente sob prisão. Dos indivíduos constantes na lista, apenas 13 tinham partido no dia 24 de setembro de 1944. O nome dos restantes 49 só foi divulgado a 16 de janeiro de 1945 e a viagem de retorno ao continente aconteceu no dia 10 de fevereiro. O facto dos nomes constantes nas listas não serem imediatamente dados a conhecer, causava grandes expectativas nos encarcerados, havia os que se enchiam de esperança supondo ter chegado a sua hora de partir daquele lugar, outros, profundamente marcados pela experiência que tinham destas notícias, mostravam-se descrentes, já não acreditavam que tal sorte lhes calhasse.

Desta vez não era boato, a lista foi finalmente lida pelos carcereiros e o otimismo tomou conta do acampamento de um modo singular, era um número significativo de presos que iam sair e isso trazia esperança aos que ficavam, certamente que em breve também chegaria a sua vez de regressarem ao continente. Era inédito para os assinalados com a ordem de regresso, continuarem alojados junto dos companheiros até à hora da partida.

Entre os indivíduos que foram contemplados com o turno a Lisboa, encontravam-se vários libertários, incluídos os testemunhos: Manuel Francisco Rodrigues e José Correia Pires; incluía ainda vários comunistas do Partido e vários dissidentes, nomeadamente o líder do ACA, José de Sousa.

1.2. O regresso de José Correia Pires ao continente

Dos dois testemunhos que abandonaram o cenário do Campo em fevereiro de 1945, apenas José Correia Pires registou o processo de saída e a viagem do regresso ao continente que, mais uma vez, foi efetuada pelo navio *Guiné*. Desta feita os que partiam tiveram a possibilidade de se despedir dos pares que ficavam no campo mas, nem todos agiram da mesma maneira, conforme palavras do depoente: «Cada um de nós, os que partíamos, com as suas coisas, suas malas, fizemos despedidas. Uns limitavam-se só aos seus amigos, outros de quase toda a gente e alguns, orgulho-me de ser um desses, despediram-se de toda a gente» (Pires 1975, 293). Um dos libertários que ainda ficava no campo, conta a grande emoção com que se despediram dos companheiros que partiam,

revelando a existência de relações profundas de amizade entre os “resistentes”, bem como o objetivo primeiro e comum que ligava as ideologias comunistas e libertárias:

Não há palavras que a possam descrever com toda a realidade. Os abraços ardentes e apertados eram reciprocamente distribuídos por todos numa exemplar fraternidade, só possível entre homens de ideias diferentes mas com o objetivo comum de construir uma sociedade mais humana, onde não possa existir a exploração do homem pelo homem. (Aquino 1978, 219).

Efetuada a despedida, era tempo de partir, os beneficiários da lei amnistia agarraram as suas míseras bagagem e transitaram para fora do Campo; aí eram esperados pelas furgonetas que os transportaram até à vila onde iam embarcar. Abandonaram a ilha no dia 10 de fevereiro; no trajeto, o navio fez escala na Ilha de São Vicente e durante as horas em que esteve aportado, os passageiros obtiveram autorização para ir a terra e terem um breve contacto com a população da ilha. Antes do *Guiné* seguir viagem para Lisboa, embarcaram mais quatro ou cinco deportados políticos, alguns deles já se encontravam há 20 anos na ilha, segundo os testemunhos, «ali tinham ficado de deportações mais antigas e, só agora recebiam ordem de regresso» (Pires 1975, 294).

O grupo dos anarcossindicalistas viajava junto e combinavam entre si que, em liberdade, se voltariam a reencontrar nas atividades da organização mas refletiam sobre a realidade com que se iriam deparar quando chegassem ao continente, quais os camaradas que haviam resistido e quais os efeitos do fim da II Grande Guerra na sociedade portuguesa, que luta social lhes estaria reservada? De qualquer modo, para quem regressava do Tarrafal a chegada a Lisboa era sempre um instante mágico e partilhado, que descrevem do seguinte modo: «todos sentiram como qualquer coisa, que nem explicar sabemos e que talvez só uma vez se sintam» (Pires 1975, 295).

José Correia Pires explica que quando o navio atracou no Cais da Rocha, muita gente afluiu para receber os heróis vindos do Tarrafal, eram muito mais os que esperavam que aqueles que chegavam; como não tinha comunicado a ninguém a sua vinda do Tarrafal não tinha quem o esperasse e isso deu-lhe a oportunidade de apreciar de fora a emoção do momento. Observou a agitação com que a multidão se movia, distinguiu entre o âmago uma mãe que gritava desesperada o nome do filho que pensava vir no navio, mas que de facto não vinha. O ruído estendia-se por muitos outros pais que se encontravam à espera de

abraçar os filhos que regressavam e de filhos que aguardavam a chegada dos pais, de irmãos, de parentes ou de amigos. No global misturavam-se os brados e as lágrimas dos que aguardavam. Mas, os que regressavam do Tarrafal vinham sob prisão pelo que, quando saíram do barco, não conseguiram ir ao encontro de quem os esperava, como anotam: «Estávamos ainda debaixo de prisão e fomos metidos numas camionetas que nos conduziram para a sede da PIDE» (Pires 1975, 299). Depois de identificados e registados, os que prosseguiam sob prisão foram distribuídos pelas prisões políticas. Tal como os restantes amnistiados, também José Correia Pires aguardou ainda umas semanas, até que o TME o notificasse para seguir em liberdade; enquanto isso, até ao dia 9 de março, foi parar ao Forte de Caxias que, na altura, tinha como diretor João da Silva, o temido “Faraó”.

1.3. O regresso de Edmundo Pedro ao continente

Edmundo Pedro conta-nos que já se encontrava internado na enfermaria havia dois anos; contraíra a tuberculose devido aos castigos que lhe foram aplicados por ter tentado a fuga do Tarrafal em 1943. A doença progredia, era urgente regressar ao continente para se tratar, caso contrário estava cientificado que as complicações da doença o deixariam na iminência da morte. Depois de debater o assunto com o pai, tomou a iniciativa de dirigir um requerimento ao Ministério do Interior a expor a situação em que se encontrava no Tarrafal e a solicitar que o submetessem a julgamento. Quando o diretor tomou conhecimento do documento, interessou-se pelo caso e fez seguir o requerimento para Lisboa. Em agosto de 1945 o diretor chamou Edmundo à secretaria para lhe comunicar que tinha chegado ordem para abandonar o Campo e seguir viagem no navio *Guiné* para Lisboa. Formalmente continuava sob prisão mas, pelo menos, sabia que ia ser submetido a julgamento e decerto ficaria em liberdade pois já tinha a pena mais que cumprida.

O discurso de Edmundo Pedro sobre o modo como viveu a saída do Campo, expressa vários elementos que representam e permitem compreender um pouco as emoções de todos os seus homólogos que passaram pela mesma situação. A notícia de que iam regressar ao continente era motivo de grande felicidade, no entanto, no “Campo da Morte Lenta” ficava uma parte da vida de cada preso. Edmundo luta com essa contradição e sofre, especialmente por ter que deixar para trás o pai que sempre fora o seu herói, também tem que se despedir dos companheiros que tanto o marcaram e sem saber se alguma vez os

voltaria a encontrar. Como ordenado pelo diretor, no dia seguinte partiu para a Cidade da Praia e, uma vez aí, instalou-se numa pensão para passar a noite já que o *Guiné* só abandonaria o porto no dia seguinte, ao fim da tarde.

Edmundo Pedro recorda que o seu primeiro dia de liberdade, após nove anos de cárcere, na Cidade da Praia foi um episódio muito especial na sua história de vida:

Bebi, sofregamente, os primeiros instantes em que me senti livre. Poder deslocar-me sem a permanente vigia dos carcereiros, era algo de novo, de que perdera a memória. Logo que me instalei na pensão, saí para a rua. Apetecia-me falar com toda a gente que se cruzava comigo. Na minha primeira deambulação pela cidade a curiosidade concentrou-se nas jovens, algumas bastante bonitas, que passavam por mim. Sentia um enorme desejo de falar com elas. Mas não encontrei qualquer pretexto para o fazer. (Pedro 2009, 530).

Encantado com o mundo exterior, o jovem procurou formas de restabelecer contato com a vida social, tem consciência dos obstáculos mas raciocina, toma consciência de si mesmo e observa num espelho que ainda é um jovem com boa aparência, naquele momento o que mais desejava era estar com uma mulher e por isso, procurou um local que lhe facilitasse o contacto com as raparigas da cidade, exatamente um baile. Mas uma sensação inesperada o assaltou, no baile sentiu-se um estranho, era o único branco numa festa de negros e isto, tornava a sua pessoa alvo da curiosidade geral. Meio perdido, naquele lugar desconhecido, arrisca convidar uma jovem para dançar. Enquanto dançavam, Edmundo falava e a jovem escutava, depois deram as mãos e saíram do baile para procurar um canto só para eles e, no escuro da noite, com grande ternura a jovem compensava os nove anos de ausência de carinho. Edmundo conta o seu estado de alma: «E vivi, empolgado, graças à sua imensa ternura, a intimidade única que, em certos momentos, liga um homem e uma mulher» (Pedro 2009, 531). Tudo correu na perfeição até ao arraiar do dia. Tornou à pensão, pegou nos seus haveres e partiu para o cais, quando já se encontrava a bordo do *Guiné*, a jovem apareceu e despediram-se definitivamente.

Na sexta-feira, 17 agosto de 1945, Edmundo Pedro inicia a viagem para Lisboa. Durante o trajeto recorda que quando chegou ao Tarrafal era um juvenzinho saudável e convicto das ideias que professava, o tempo de cativo tinha-lhe marcado o corpo e a alma, agora aparentava ser um homem desencantado, doente e já com alguns cabelos brancos que o levavam a questionar-se: «como reagiriam os membros da minha família ao

verificarem as profundas alterações no meu aspeto físico ao fim de nove anos de separação. Nunca me fora possível, ao longo desse dilatado espaço de tempo, tirar uma fotografia» (Pedro 2011, 30).

As transformações que Edmundo identifica na sua aparência são a forma que encontra para expressar o sentimento de perda de uma etapa da sua vida. Arruinara a adolescência no cativeiro e isso era irremediável mas regressava à liberdade com um físico e uma consciência adulta que o tornavam mais forte para enfrentar o futuro. Resolvido a ultrapassar a dolorosa experiência do cativeiro, sentia-se preparado para regressar à sociedade de onde tinha sido expulso e, a hora da chegada a Lisboa fica assim registada:

A família fora avisada do meu regresso. Pouco depois do navio “Guiné” atracar no cais de Alcântara, dois membros da PIDE (Policia Internacional e de Defesa do Estado) subiram a bordo. Logo que cheguei a terra fui rodeado pelos meus familiares. Os polícias, sempre ao meu lado, não se opuseram às inevitáveis efusões do reencontro. Mas esse momento foi curto. Em seguida, transportaram-me de automóvel, para a sede da polícia política. Atualizaram a minha fotografia. (Pedro 2011, 30-31).

Por norma, os presos que regressavam do degredo, passavam pela sede da PIDE para atualizar no seu boletim biográfico, documento que continha as informações identificativas dos indivíduos, nomeadamente a análise antropométrica e a imagem facial. Os retratos eram tirados com a cara e cabeça destapadas e nas posições de frente e perfis e, neles eram marcados o nome, a data e o número mecanográfico atribuído ao preso.

Depois de cumprido o protocolo dos registos prisionais, Edmundo Pedro foi enviado para a prisão do Aljube onde aguardou mais dois meses até à data do julgamento. Quando, ao fim de 10 anos, o Tribunal Militar o julgou, foi «condenado, finalmente, a vinte e dois meses de prisão correcional, acrescidos de dez anos de privação dos direitos políticos» (Pedro 2009, 533).

1.4. A substituição do médico “tralheira” pelo médico Ornelas

No Campo, o médico “tralheira” era por fim substituído em agosto de 1945, deixando para trás um rasto de maleficência que, segundo a opinião dos presos, convergiu intensionalmente em 30 cruzeiros no cemitério. Na apresentação do novo médico, Pedro José Pestana de Ornelas, o diretor aproveitou para proferir um discurso esclarecedor sobre a situação dos presos políticos que se encontravam no Tarrafal. Apesar das contestações externas e das esperanças internas, contrariando todas as expectativas o campo de concentração iria manter-se em funcionamento mas, simultaneamente garantiu, que o novo médico procederia com diligência no exercício da sua atividade. Os cuidados de saúde seriam prestados nas consultas e a farmácia passava a estar abastecida com os medicamentos adequados às doenças diagnosticadas que acometiam os presos no Tarrafal.

Os testemunhos cessaram de colocar ênfase nas adversidades médicas e nos seus depoimentos a prestação dos serviços do novo médico é omissa, a não ser num breve trecho escrito por Acácio Tomás de Aquino a respeito do assassinato de um preso comum que o libertário Américo Fernandes terá presenciado e assim o relatou: a vítima, conhecida pelo "Tarugo", ao tentar transpor o pavilhão reservado aos presos comuns e onde se encontrava confinado, foi friamente assassinado por uma sentinela. Nesse momento, os presos políticos, ouviram da boca do médico a seguinte exclamação: «que belo tiro!» (Aquino 1978, 274). Palavras que demonstram que a conduta profissional do médico, Pedro José Pestana de Ornelas, também não se regia nem pelos princípios éticos nem pelas normas deontológicas da medicina.

O médico para além da sua atividade profissional tinha a responsabilidade de, na ausência de David Prates da Silva, assumir a direção do Campo do Tarrafal. Função que desempenhou, por exemplo, quando o capitão Prates da Silva se encontrava em Angola com a missão de inspecionar as obras para a construção da Colónia Penal de Bié. No Arquivo da Torre do Tombo encontram-se vários documentos oriundos da “Colónia Penal do Tarrafal” para o diretor da Polícia Internacional e da Defesa do Estado, transmitindo informações sobre a situação dos presos, assinados pelo médico Pedro José Pestana de Ornelas na qualidade de Diretor – Substituto.

2. A Amnistia Decretada em 18 de Outubro de 1945

O Estado Novo que, no decorrer da II Guerra Mundial, tinha declarado a “neutralidade de Portugal” no conflito, perante a vitória dos Aliados decidiu, para salvar as aparências, saudar a restituição da paz na Europa com a “concessão de ampla amnistia e indulto de todos os crimes contra a segurança exterior e interior do Estado que não revelem formas de baixa degradação criminosa, como era o terrorismo político”.² A lei previa algumas exceções, como os crimes de atentados contra a vida ou integridade física; da rebelião armada; dos crimes de fabrico, detenção, transporte e uso de engenhos explosivos; dos crimes cometidos por indivíduos pertencentes a associações ilícitas ou secretas destinadas à perpetração de crimes contra a segurança do Estado. Deste modo, apenas uma parte dos presos políticos viram chegar a sua hora de liberdade.

No Campo, todos mantinham a expectativa que, com o fim da guerra na Europa, Salazar sentir-se-ia obrigado a promulgar o encerramento do campo de concentração do Tarrafal mas enganaram-se, o estabelecimento prisional continuaria a funcionar por mais oito anos e a ser instrumentalizado pelo Estado Novo. Com esta amnistia, só aproximadamente 100 encarcerados foram repatriados para o continente, mais de um terço da população prisional manteve-se no Campo.

A notícia que uma grande quantidade de presos tinha ordem de regresso à metrópole chegou inesperadamente pela boca do diretor: “Aqui vai uma boa notícia para o acampamento”, de seguida deu ordem ao guarda para ler a missiva que começava com a explicação: «Em virtude do telegrama da diretoria da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado n.º 175/945-1, de 31 de outubro de 1945, e em conformidade com o disposto no decreto de amnistia e indulto n.º 35041, são amnistiados os seguintes reclusos:» (Firmo 1978, 191). A longa lista com o nome dos amnistiados era lida por ordem alfabética e encaixada com forte ânimo, a euforia alastrava-se pelo acampamento, grande parte dos contemplados já tinha o tempo de condenação expirado havia anos ou nem sequer tinham sido submetidos a julgamento.

² Fonte: Diário do Governo - 1.ª Série, nº 232, de 18.10.1945, Pág. 837 - 838.

Após a leitura dos nomes dos amnistiados, a lista foi afixada no refeitório para consulta e o diretor avisou que todos aqueles que haviam sido chamados podiam sair do Campo em liberdade mas, a contar desse momento, deixariam de estar sob a sua responsabilidade e ficariam entregues à sorte. Nestes tempos, passavam-se meses sem que chegassem barcos à ilha, pelo que, sem recursos, quase todos os amnistiados se mantiveram retidos no Campo por mais três meses até poderem embarcar no *Guiné* no dia 23 de janeiro de 1946.

Pelas informações dos testemunhos, ao todo foram cento e dez indivíduos abrangidos pela amnistia, incluindo os quarenta da lista anterior que esperavam pela chegada de um navio que os levasse de volta a Lisboa. Finalmente foi entregue ao diretor o telegrama emitido na metrópole, com a informação que o paquete *Guiné* tinha partido de Lisboa no dia 4 de janeiro de 1946 e que “Antes de regressar à Praia e antes de escalar em São Vicente com destino a Lisboa, tocará no porto do Tarrafal para embarcar os amnistiados que vão para a metrópole”.

Aproximava-se a hora da liberdade, mas os amnistiados evitavam manifestações de alegria devido ao desgosto que lhes causava a situação dos excluídos da lista. Dos testemunhos foram amnistiados: o libertário Manuel Firmo e quatro militantes do Partido Comunista - Gabriel Pedro, Pedro Soares, Gilberto de Oliveira e Miguel Wager Russel, no entanto só os dois últimos registam nas suas memórias impressões sobre o processo da saída do Tarrafal.

2.1. O regresso dos amnistiados ao continente

Gilberto de Oliveira registou a forma como viveu a saída do Campo, nas suas memórias os locais físicos destacam-se pela importância que representavam. Dois dias antes da data prevista para a chegada do barco que iria levar os amnistiados de regresso ao continente, Gilberto juntamente com dois camaradas, Sebastião Torrie e Artur Paquete, pediram licença ao diretor para abandonarem o Campo. Livres, os três empreenderam a aventura de escalar até ao topo da Graciosa para descobrirem o que se escondia por detrás dos limites da região que os seus olhos podiam alcançar devido às barreiras fixas do cativeiro, como relatam:

Desde o princípio da nossa chegada ao Tarrafal que alguns de nós olhávamos para o monte da Graciosa, para aquelas impressionantes e gigantescas bossas de um monstruoso camelo adormecido que, tão perto do Campo mas afinal para lá da Vila do Tarrafal, limitava o horizonte que os nossos olhos abarcavam.

(Oliveira 1987, 204).

Do cimo da serra avistavam-se paisagens naturais que eram, de facto, magníficas mas, para Gilberto de Oliveira, subir o Monte Graciosa foi uma proeza conseguida pelos motivos que explica: «durante tantos anos acarinhara e agora concretizara como um ponto de honra, para satisfação de mim próprio e da aspiração daqueles jovens camaradas que não o puderam materializar» (1987, 206).

Figura 26 – Paisagem do Campo limitada pelo Monte Graciosa.



Fonte: IPA.00019869 - Colónia Penal do Tarrafal / Museu do Tarrafal

Na véspera da chegada do *Guiné*, os três amigos iniciaram as despedidas pelos lugares de calvário, desde a pedreira onde tanto trabalharam à praia do Chão Bom e, como teria de ser, deixaram um último adeus aos camaradas que ficavam sepultados no cemitério.

O reconhecimento mútuo que existia entre os “resistentes” é comprovado nas palavras gravadas numa carta de despedida enviada por um libertário que fazia parte dos amnistiados aos camaradas comunistas que ficavam no Campo, com os seguintes termos: «Obedecendo à vontade da minha consciência, não podia abandonar este campo-maldito, sem vos testemunhar heroicos lutadores, a minha sincera simpatia e solidariedade. Afirmando-vos ao mesmo tempo que jamais vos esquecerei».³

Chegou o dia da saída dos amnistiados, logo pela madrugada do dia 23 de janeiro já havia uma grande movimentação no campo, um a um foram passando pela secretaria para serem revistados e lhes devolverem os documentos pessoais e os valores guardados em depósito que lhes pertencessem.

A saída daquele Campo maldito fez-se sem precipitações e sem mostras de regozijo. Havia até mesmo lágrimas a bailar nos olhos de alguns libertos. As despedidas aos que ficavam - por quanto tempo mais? e resistiriam? - Eram tristes e amargurantes. Os abraços que trocávamos embargavam-nos as vozes. Até breve! - Gritavam os amnistiados. Até sempre! - Respondiam-nos os que ficavam.

(Russell 1976, 130).

Já do lado de fora do campo, os amnistiados, pegaram nas suas bagagens e acomodaram-se na camioneta que, em trajetos sucessivos, os levavam até à pequena vila onde ficavam a aguardar a chegada do navio. Durante as horas de espera tiveram a oportunidade de vagabundearam pela vila pequena e pobre, mas de tal forma marcante que ficaria para sempre gravada nas suas memórias. Na tarde dessa quarta-feira, o *Guiné* fundeu no largo da baía do Tarrafal e os amnistiados seguiram numa lancha que, num vaivém, os transportou e às bagagens para bordo da embarcação.

Durante a viagem os amnistiados foram tomando conhecimento, através dos outros passageiros, da agitação política que se vivia no país graças à vitória das forças aliadas sobre o nazismo e à grande pressão da cena internacional sobre a permanência do regime de Salazar no poder, a oposição ia tomando força no combate à ditadura e engrossando as manifestações de contestação política incitadas pelo Movimento de Unidade Democrática

³ (1946-1946), "Declaração de despedida de um libertário na sua saída do Tarrafal", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160545 (2017-7-27)

(MUD)⁴. Com tantas novidades, a expectativa da chegada a Lisboa era cada vez mais enervante e, apesar de muitos deles já se encontrarem bastante combalidos pela agitação do mar, na última noite da viagem sobejavam motivos perturbadores que os levaram à insónia coletiva pelo que, pouco-a-pouco, foram-se juntando no convés. O dia amanheceu límpido e os contornos da cidade de Lisboa cedo se começaram a distinguir, à medida que o navio se aproximava do destino o sentimento de impaciência que tomava conta dos passageiros, segundo um relato, deu lugar ao fascínio, de tal modo que ficaram «aturdidos perante a realidade visível, quase palpável, que se desdobrava aos nossos olhos – nós que regressávamos das profundezas do inferno!» (Russell 1976, 132).

No primeiro dia de fevereiro de 1946 o *Guiné* atracou no cais de Alcântara, os amnistiados regressavam da longa viagem que iniciara muitos anos atrás e, agora, eram esperados por uma multidão de pessoas que não paravam de lhes acenar. À saída dos passageiros eclodiu um clamor de alegria e, entre abraços, os amnistiados contam: «só ao fim daquela prolongada hora, dispersaram em direções diferentes cada um com os seus acompanhantes, entusiasmados com a receção a que assistíramos presente de um prometededor futuro que, todavia, ainda estava tão distante e tão cheio de obstáculos a vencer» (Oliveira 1987, 208).

Russell também recorda com emoção o regresso a Lisboa, registando com especial emoção o momento em que, ao fim de tantos anos de separação, pôde voltar a caminhar lado a lado com a sua mulher pelas ruas de Lisboa. Sobre a chegada do navio a Lisboa reforça o já comentado:

Milhares de pessoas haviam acorrido ao cais mobilizadas pelas organizações antifascistas para nos saudarem. Apesar do governo fascista já ter voltado a assentar as suas baterias terroristas contra os democratas, prendendo e perseguindo elementos conhecidos do MUD, nem assim conseguiu impedir que o povo de Lisboa ali aparecesse em tão grande número.

Os gritos, os abraços, as lágrimas dos familiares e conhecidos que nos recebiam de braços abertos geravam uma maravilhosa balbúrdia. (Russell 1976, 132).

⁴ Movimento político organizado para representar todos os sectores oposicionistas (anarquistas, comunistas, republicanos e outros democratas) ao regime do Estado Novo, surgiu pós Segunda Grande Guerra Mundial e, pela ação do governo, desapareceu em 1948.

3. Os que Ficaram no Campo

O novo diretor, David Pais Prates passou uma imagem positiva para os reclusos que foram contemplados com a ordem de regresso ao continente durante o ano de 1945. No entanto, essa opinião não era unânime como refere um testemunho ao afirmar que o diretor era visto por uns, como um «homem bom, por outros como igual a tantos outros, mas o que dele vi, e como se processou a nossa saída, inclino-me para a primeira» (Pires 1975, 292). Os que permaneceram encarcerados no campo puderam apreciar com mais substância o gerenciamento e, perceberam que tanto as amnistias como as ordens de libertação eram mais uma estratégia de afirmação do poder Salazarista e dos seus carcereiros, dessa maneira sentiram-se decepcionados, com a forma pouco clara, como as opiniões eram engendradas e registadas a respeito dos presos e, também, sobre os pressupostos adotados para a concessão da liberdade condicional. Referem, inclusive, a desigualdade de tratamento da sua situação em relação a outros presos que tinham sido julgados por iguais delitos, com condenações idênticas e até superiores e que foram postos em liberdade. Ao longo do tempo o sentimento de injustiça foi crescendo à medida que se consciencializavam que, tal como os anteriores diretores, este também não fugia ao modelo de carcereiro que perpetuava a definição da situação determinada pelo Estado Novo.

Depois dos amnistiados terem regressado ao continente, a população prisional ficou reduzida a 52 presos políticos. Não seria por acaso que praticamente todos os que se mantiveram cativos no campo pertencessem ao grupo dos “fundadores”; eram os sujeitos que tinham integrado os movimentos sociais do “18 janeiro” ou da “Revolta dos Marinheiros”, os considerados pela ordem dominante como delinquentes políticos de difícil correção e particularmente perigosos para a estabilidade do regime. Por isso, durante anos foram retirados do espaço público e privados da sua esfera afetiva, dos direitos fundamentais e da estima social. Por regra, este tipo de condenados não eram libertados quando terminavam a pena, a opinião do diretor sobre a sua personalidade e conduta determinava a medida de segurança a aplicar, na melhor das hipóteses era prescrita a liberdade condicional.

Tomando como certas as informações contidas nos documentos oficiais, a população que não foi amnistia compunha-se por doze libertários dos quais nove eram do

“18 Janeiro”, um ex-combatente da guerra de Espanha, três elementos supostamente republicanos e, por fim, 36 comunistas dos quais quatro também eram do “18 Janeiro” e 27 eram marinheiros. Alguns destes marinheiros encontram-se assinalados no processo-crime «referente aos acontecimentos ocorridos na noite de 7 para 8 de setembro de 1936»⁵ como dirigentes da “Revolta dos Marinheiros”; tratava-se do João Faria Borda pertencente ao navio “Bartolomeu Dias”; Tomás Batista Marreiros e Fernando Vicente ao contra torpedeiro “Dão”; Joaquim Gomes Casquinha e José Neves Amado ao “Afonso de Albuquerque”. Os restantes marinheiros constam na relação das praças que tomaram parte ativa na rebelião, tinham em seu poder armas e prestavam colaboração aos dirigentes da revolta. Estes presos assinalados juridicamente e também pelos diretores como “delinquentes de difícil correção”, estavam sujeitos à prorrogação arbitrária da pena enquanto o “seu estado de perigosidade se mantivesse”, ou seja, enquanto não abdicassem das suas ideologias revolucionárias ou, que os seus organismos já não tivessem vitalidade para reintegrarem a luta política contra o regime.

António Gato Pinto regista nos seus apontamentos várias situações que permitem avaliar a má opinião que formou acerca da direção de David Prates da Silva. Ainda em 1945 o diretor mandou chamar o preso para lhe comunicar que estava disposto a propor o seu retorno ao continente mas, desde que assinasse um documento de compromisso que desse às autoridades a garantia que renunciava às suas convicções e ao envolvimento em ações de natureza política. Esta demonstração do poder que o diretor tinha sobre os presos não surtiu o efeito previsto, o libertário ficou indignado com a proposta e recusou. Pois, na sua opinião, possuía o direito de seguir em liberdade, ainda que condicionada, já tinha cumprido a pena a que fora condenado e, depois de 11 anos encarcerado não sairia do campo de concentração moralmente derrotado. Como o poder jurídico estava submetido aos interesses políticos, a atitude do preso levou à prorrogação da pena por períodos alargados, com a justificação de se tratar de um delincente de difícil correção. Decisão que o diretor⁶ manteve até entender que o indivíduo já se encontrava suficientemente

⁵ Processo 1.985 da Seção de Defesa Política e Social da PVDE, arquivado na Torre do Tombo

⁶ O diretor do Campo tinha o poder de decisão sobre a prorrogação das penas, como ficou espelhado nas sentenças proferidas nos autos de processo Complementar de Liberdade Condicional. Na sentença de abril de 1948 o diretor continua a considerar o preso como de difícil correção. Na sentença de 11 de setembro de 1949 o diretor propõe a liberdade condicional do indivíduo por prever que a sua perigosidade cessou.

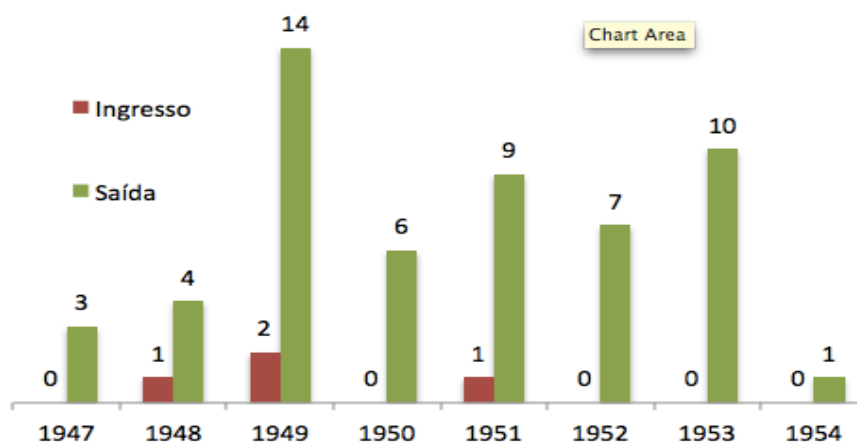
depauperado e só em setembro de 1949 propôs que lhe fosse concedida a liberdade condicional.

Em março de 1946, Acácio Tomás de Aquino também é chamado à presença do diretor e fica a saber através deste que, apesar da pena de 12 anos a que fora condenado estar integralmente cumprida, ainda faltava o pagamento de vinte mil escudos referente à multa. David Prates da Silva terá afirmado: «mesmo que o senhor tivesse essa quantia para me entregar, não a receberia. Terá de ficar preso ainda mais dois anos e nove meses, correspondente a vinte escudos diários» (Aquino 1978, 247). E, com este argumento, também Aquino viu a sua pena ser prorrogada sucessivamente por mais três anos.

A tirania e a opressão a que os presos eram sujeitos pelas sucessivas direções abrandou, finalmente, sob a influência do panorama internacional que se vivia na época. No entanto, as práticas de violência sobre os aprisionados não haviam cessado e os relatos dessas situações sobejam, a título de exemplo, contam que os carcereiros para atingirem a moral dos presos, continuavam com a prática de envenenar os cães que se encontravam sob a proteção do acampamento. Desta vez, o choque emocional deu-se logo pelas 5 horas da manhã quando, ao toque da alvorada, os presos abriram as portas das casernas depararam-se com os cães estendidos no chão, um deles ainda estava vivo e estrebuchava em grande aflição. O espetáculo que constituía a matança dos cães, agravava a revolta que os enclausurados sentiam em relação ao comportamento agressivo dos carcereiros.

Movimentos anuais da população prisional do Campo: 1947-1954

Gráfico 2 – Número de ingressos e de saídas de presos da instituição entre 1947-1954.



Como os presos políticos eram agora uma população reduzida a meia centena de indivíduos, entre os anos de 1947 e 1948, o campo sofreu obras para receber outras categorias de presos. Ergueram-se muros ao longo das paredes laterais dos pavilhões A e D, cuja finalidade era organizar dentro da instituição, seções completamente separadas sem comunicação entre elas e com ambientes prisionais segundo a natureza do crime praticado pelos encarcerados. Ainda assim, coexistiam no estabelecimento prisional, os considerados criminosos políticos e os considerados criminosos de difícil correção, em igual regime de degredo em colónia no ultramar

Os criminosos políticos foram transferidos para a parte de cima do campo, onde ficava a carpintaria e, os outros criminosos, que continuavam a chegar de quando em quando, com a conotação de delito comum, ficavam instalados na parte da cozinha. Estes prisioneiros instalados em seções separadas dentro do campo como “não políticos”, provavelmente, terão sido alvo de mais um exercício de infâmia por parte do governo para desvalorizar, perante a opinião pública, os presos que continuavam a ser deportados para o Tarrafal. Por exemplo: a 19 de abril de 1947 chegaram no navio *Guiné* 29 trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, presos por participarem numa “greve de braços caídos” conduzida pelo Partido Comunista. Segundo Aquino (1978), estes operários foram deportados para o Tarrafal sem qualquer julgamento e detiveram-se cativos no campo durante cinco meses para averiguações. No entanto foram colocados numa seção separada para evitar a troca de informações e que fossem “contagiados” pelas ideias subversivas dos “resistentes” que, mesmo assim, pela calada encontraram maneira de lhes ofertarem a solidariedade possível.

Em junho de 1948 deram entrada no Campo e ficaram presos em secção separada dez indivíduos rotulados como delinquentes comuns que tinham sido «escolhidos nas várias cadeias do continente, e considerados como os mais reincidentes e perigosos» (Aquino 1978, 241). Apesar dos testemunhos não facultarem dados concretos sobre estes homens, nomeadamente sobre os reais motivos da sua detenção, É interessante que, pelo menos os que estão identificados pelos testemunhos - Demétrio Garcia Alvarez e José Pinheiro Barbosa - pertencessem ao processo da “Batalha do Cambedo da Raia” ocorrida em 20 dezembro de 1946; também Francisco Gómez Moreno que, chegou ao campo em

setembro de 1949, operava em ataques de guerrilha contra as autoridades franquistas,⁷ logo todos eles eram adversos ao salazarismo o que deixa em aberto a verdadeira biografia prisional deste grupo. As relações dos “resistentes” com estes companheiros eram escassas e fugazes, os contatos silenciosos estabeleciam-se quando os cozinheiros precisavam de ajuda e aí eram os presos políticos que desempenhavam essa tarefa, conforme é mencionado por um testemunho: «Os presos comuns apenas descarregavam a água no depósito da cozinha. Algumas vezes falei com o espanhol Demétrio e ofereci-lhe os meus préstimos» (Aquino 1978, 251). O que se apreende desta passagem é que, os “resistentes”, apesar de lhes conhecerem o nome e as origens, desconheciam as motivações políticas que levaram os elementos deste grupo ao enclausuramento no Tarrafal pois reproduzem, nas suas narrativas, a conotação que oficialmente lhes foi atribuída, ao se referirem a eles como “presos comuns”.

Mesmo que o regime de violência prisional tenha diminuído substancialmente, tornando mais suportável a vida dos prisioneiros, a verdade é que o sofrimento agravava-se devido ao espaço demasiado acanhado em que, nessa altura, eram obrigados a viver. É explícita a crítica à configuração do Campo e ao controlo apertado que se mantinha sobre a vida dos encarcerados: «Vivemos tristes e em recintos minúsculos, além disso os carcereiros recebem ordens drásticas contra nós, o que nos torna a vida ainda mais dura e pesada. Por todos os lados, observam os nossos passos que têm de ser devidamente registados» (Diário de António Gato Pinto, Tarrafal, 1948). Do mesmo modo, também Acácio Tomás de Aquino tinha na memória a disciplina e a vigilância exercida sobre os presos: «Éramos contados três vezes ao dia: uma de manhã, outra à tarde e outra à noite, já dentro das casernas e logo em seguida eram fechadas as portas» (Aquino 1978, 220). Ainda assim, a partilha do mesmo espaço pelos diversos prisioneiros, já ideologicamente pouco diversificados, permitia agora que comunistas e libertários encontrassem uma coexistência pacífica e politicamente organizada.

⁷ As autoridades espanholas e portuguesas e os meios de comunicação, conotaram estes guerrilheiros de criminosos e malfeitores para desacreditarem a sua ação. É o caso de Demétrio conhecido por “Pedro” que na sequência do insucesso da subversão ocorrida em Cambedo da Raia, foi condenado a 28 anos de degredo, parte da pena foi cumprida no Tarrafal. Durante o julgamento no Tribunal Militar do Porto, terá exclamado: «Sou um guerrilheiro, não sou criminoso. Tudo o que fiz foi pela liberdade do meu povo e pela Espanha livre». Informação disponível em: <http://cambedo-maquis.blogs.sapo.pt/1971.html>

Figura 27 – Grupo de prisioneiros em junho de 1949.



Da esquerda para a direita:

1ª Fila sentados: António Gato Pinto; José Viegas; João Faria Borba; Manuel Amado dos Santos; José Neves Amado; João Rodrigues; Acácio Tomas de Aquino; Josué Martins Romão.

2ª Fila: Américo Fernandes; Luís Figueiredo; António Dinis Cabaça; David Prates da Silva (diretor do Campo); Bernardo Casaleiro Pratas; Constantino da Costa; Custódio Costa; Rui Pereira Vicente; José Ramos.

3ª Fila: António Marreiros Hermínio Martins; António Nunes, Joaquim Ribeiro; Silvério Mateus; Joaquim Gomes Casquinha; Tomás Marreiros; Joaquim Duarte Ferreira e José Ventura Paixão.

Em setembro de 1949 o vapor de carga *Quionga* chega à ilha, a bordo vinha mais um membro do Partido Comunista, Guilherme da Costa Carvalho, para ser internado no campo, onde ficaria a cumprir pena até maio de 1951. Inédito na história do Campo do Tarrafal é a autorização concedida, por duas vezes, aos pais do preso para visitarem o filho. É-lhes permitido entrar no campo, conviver com os reclusos e até tirar fotografias. A família do Guilherme da Costa Carvalho era influente no meio socioeconómico, o que lhes permitiu ultrapassar os vários obstáculos burocráticos e suportar os custos associados às viagens do Porto até ao Tarrafal. Pela altura do Natal de 1949, a presença do casal trouxe

grande ânimo ao acampamento, nos longos anos que estes presos se encontravam no campo foi a única visita que tiveram. A senhora Herculana de Carvalho simbolizava a presença e a ternura de uma mãe, que todos tanto careciam e lembravam apesar das distâncias. O casal ofertou bens de primeira necessidade aos encarcerados mas, a sua grande dádiva foram as fotografias que lhes tirou com o intuito das levarem, juntamente com notícias aos seus familiares. Estas fotografias tornaram-se do domínio público e constituíram registos únicos de instantes, captados na imagem de homens que povoavam o espaço, permitindo documentar e auxiliar a memória visual do Campo do Tarrafal.

Figura 28 – Grupo de presos. Guilherme Costa Carvalho é o 2º elemento da fila do meio (a contar da esquerda para a direita).



Fonte: Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

Também se encontram no Arquivo da Fundação Mário Soares algumas imagens fotográficas que registam o momento em que a Senhora Herculana de Carvalho visita o cemitério do Tarrafal para colocar flores nas campas dos presos falecidos no Campo.

Meses depois, o casal regressou ao Tarrafal para nova visita ao filho e paralelamente, para grande alegria do acampamento, trouxeram com eles lembranças, retratos e novas dos familiares dos presos.⁸

Figura 29 – Herculana de Carvalho colocando flores numa das campas.



Fonte: Fundação Mário Soares.

Entre setembro e dezembro de 1949 saíram com liberdade condicional sete elementos dos “fundadores”, todos pertencentes aos envolvidos no “18 de Janeiro”, cuja pena a que foram condenados já estava cumprida havia tempos. Na ficha prisional de alguns elementos do grupo dos contemplados consta que o regresso ao continente foi proposto pelo diretor do estabelecimento prisional ao Tribunal de Execução das Penas⁹,

⁸ Na obra “Dicionário no Feminino” editado pelo Livros Horizonte em 2005, encontra-se uma biografia bastante detalhada de Herculana de Jesus da Costa Dias Carvalho elaborada por Lúcia Serralheiro, investigadora em Estudos sobre as Mulheres.

⁹ Sobre os Tribunais de execução das penas em Portugal, José Beleza dos Santos, escreveu um artigo para o Boletim da Faculdade, explicando as razões para a sua criação e, nomeadamente, as suas principais atribuições e delimitações de competências. Artigo disponível para consulta em: https://www.uc.pt/fduc/corpo_docente/galeria_retratos/beleza_santos/pdf/suplemento_XV_1961.pdf

órgão criado em 1944 e investido com a função de «Conceder ou negar a liberdade condicional aos delinquentes em cumprimento de pena ou internados por medida de segurança, prorrogar o prazo da sua duração, ou revoga-la» (Santos 1961, 396), fixando o prazos da liberdade condicional consoante cada caso, variando entre os três a cinco anos.

Para a concessão da liberdade condicional, era preciso que o preso tivesse dado provas de regeneração ou que a sua perigosidade tenha cessado. Ainda assim, a concessão era acompanhada de algumas obrigações castradoras que variavam ligeiramente. Entre essas determinações realçam-se a título de exemplo: a fixação de residência na Colónia de Cabo Verde - disposição raramente aplicada pelo problema que levantava para os reclusos, pois não tinham na ilha nem casa nem família, nem sequer as mínimas perspectivas de assegurarem um emprego, dada a terrível crise local e as escassas possibilidades de homens depauperados pelas enfermidades virem a trabalhar como assalariados. Outra exigência era não frequentarem certos meios nem se acompanharem com pessoas suspeitas ou de má conduta e, também, que não se voltassem a envolver em questões políticas de qualquer natureza.

Quando chegava a “ordem” de regresso ao continente, a par da alegria que os visados sentiam, surgiam igualmente algumas dificuldades materiais na concretização do direito que lhes tinha sido concedido, «era preciso terem os presos disponibilidades de dinheiro para pagarem as passagens, porque de outro modo ficariam na dura contingência de ficarem abandonados se outros não os ajudassem» (Aquino 1978, 261). Não raros foram os presos que tiveram de pedir permissão ao diretor para permanecerem no campo até reunirem condições económicas para suportarem os custos da passagem para Lisboa, o que pode ser ilustrado com o caso de dois implicados no processo do “18 de Janeiro” em Vila Real de Santo António, o do libertário José Ramos dos Santos e o do comunista José dos Santos Viegas, ambos beneficiaram do auxílio económico dos companheiros e dos órgãos políticos do Campo, o último acabou por ter a solidariedade dos pais do Guilherme da Costa Carvalho que, nessa altura, se encontravam de visita ao filho e com os quais embarcou para Lisboa em finais do ano de 1949.¹⁰

¹⁰ A situação de José dos Santos Viegas é descrita na página 230 do livro coletivo “Tarrafal Testemunhos”,

3.1. O regresso de Acácio Tomás de Aquino ao continente

Ao fim de 13 anos enclausurado no Campo e quase 16 de prisão, Acácio Tomás de Aquino foi novamente chamado pelo diretor mas, desta vez, para lhe propor a liberdade. No entanto, para obter esse benefício era exigido ao preso, como sinal de boa vontade, que assinasse uma ata onde declarasse que repudiava e que se comprometia em não se voltar a envolver nos mesmos assuntos pelos quais fora condenado. Aquino respondeu: «- O meu ideal de redenção humana não posso renegá-lo» (1978, 262) mas comprometeu-se a levar uma vida honesta de trabalho e a viver para a família. A proposta de liberdade foi avante com o argumento da “cessão da perigosidade” do arguido, opinião estampada algures na Sentença emitida pelo Tribunal de Execução de Penas, datada de agosto de 1949, cujo trecho se transcreve:

A idade que tem - 49 anos -, o facto de também estar doente, aliados às circunstâncias de se encontrar preso há quase 16 anos, decerto contribuirão para que não volte a envolver-se em crimes contra a segurança interior do Estado, do tipo daqueles porque foi condenado. (Aquino 1978, 264-265).

Precisamente na altura em que lhe foi concedida ordem de liberdade para sair do campo, Aquino foi acometido por um episódio de febre que o deixou rendido numa cama da enfermaria. Moribundo, enquanto o seu corpo lutava contra a morte, meio inconsciente encontrou forças íntimas para lutar contra a enfermidade no desejo de retornar ao lar. Eram as lembranças da família que tinha lá longe à sua espera que, durante os momentos de reação febris, lhe vinham à memória e no delírio o faziam agitar e insurgir: «- Não ficas cá. Não ficas cá. Tens de ver a tua mãe. A tua mulher e o teu filhinho, Não ficas cá!» (Aquino 1978, 272). Quando, ao fim de alguns dias, recuperou forças para se erguer, Aquino apressou-se em ir ter com o diretor para dar continuidade ao processo da sua saída do Campo, nomeadamente obter do diretor o documento comprovativo da sua libertação, tal como descreve: «Apesar de ter ficado muito combalido, pois mal podia falar, fui à secretaria agradecer ao diretor David Prates da Silva e ao mesmo tempo receber dele um documento chamado “Ressalva Prisional” a que eu dei o nome de carta de «Jean Valjean» (Aquino 1978, 272).

Figura 30 – Ressalva Prisional de Acácio Tomás de Aquino.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COLÔNIA PENAL
DE
CABO VERDE

RESSALVA PRISIONAL
(Art.º 388 do Dec. 26.643 de 28/5/1936)

Passada a favor de Acácio Tomás de Aquino
filho de João Tomás de Aquino
e de Maria Teresa de Aquino entrado
em 29/10/1936, que hoje foi posto em liberdade ~~em~~ condicional,
após ter cumprido a pena em que havia sido
condenado.

IMPRESSÃO

TARRAFAL

Tarrafal, 1 de Setembro de 1949.

O Director,
[Signature]

INDICADOR DIREITO

Minerva de Cabo Verde—PRAIA

MODELO 11

Fonte: Imagem do documento ofertada por João Tomás de Aquino, neto do tarrafalista.

No dia 17 de setembro de 1949 saíram do campo quatro libertários, entre eles Acácio Tomás de Aquino que, juntamente com outros dois, seguiu para a Vila do Tarrafal; aí tomaram um pequeno barco de cabotagem que os levou até à Cidade da Praia. Providenciaram alojamento e alimentação; ao fim de 12 dias de permanência na cidade foram informados que tão cedo não passaria qualquer barco com destino ao continente. Então, decidiram seguir dali para a ilha de São Vicente, onde havia mais facilidade de embarque. Foi nessa ilha que compraram o bilhete de passagem para o navio *Serpa Pinto*, pertencente à frota da Companhia Colonial de Navegação. Agora, só lhes restava esperar a chegada do navio à ilha e essa condição de espera era-lhes bem familiar pois havia anos que aguardavam por esse momento, a emoção que Aquino sentiu é descrita do seguinte modo: «Quando me entregaram o bilhete de passagem senti uma profunda alegria: ao fim de 16 anos tinha agora a certeza de regressar a minha casa, à liberdade, embora

condicionada num país sob o regime que conhecia na profundidade do seu mecanismo de coação e de terror» (Aquino 1978, 277-278).

Figura 31 – Acácio Tomás de Aquino aguardando o barco de regresso.



Fonte: Acácio Tomás de Aquino (1978), “O segredo das Prisões Atlânticas”

O navio chegou a Lisboa do dia 10 de novembro de 1949 e o maior desejo dos que nele regressavam do Tarrafal era o retornar às referências de origem, essa aspiração é mencionada nas seguintes palavras: «Enquanto o barco acostava procurava, entre as pessoas que no cais o aguardavam, distinguir aqueles por quem ansiava: mãe, companheira e o filho que deixara muito pequeno» (Aquino 1978, 278). Aproximava-se a hora do reencontro, da família juntar os cacos que restaram dos projetos de vida interrompidos durante o tempo de cativo e de recomeçarem, não a partir do zero mas agora com o fardo do rótulo de ex-presidiário. No regresso, a realidade que esperava cada um dos tarrafalistas era sempre uma incógnita mas, seguramente, os que lograram ter o amparo da família e o apoio dos amigos adquiriram mais autoconfiança e autonomia para superarem as enormes dificuldades da reinserção numa sociedade onde perduravam os mesmos condicionalismos políticos de outrora.

3.2. O regresso de António Gato Pinto ao continente

O processo de António Gato Pinto voltou a julgamento no Tribunal de Execução de Penas em 9 de julho de 1949. Desta vez, o libertário recebeu a notificação de que tinha sido nomeado como seu defensor jurídico o advogado Ramada Curto. Negociados os termos e imposições é-lhe concedida a liberdade condicional pelo período de 5 anos. Segundo Aquino (1978), o preso fazia parte do grupo de libertários saiu do Campo no dia 17 de setembro, no entanto, manteve-se na ilha e ficou alojado em casa de um amigo com o nome de Machado, antigo ferroviário e ex-deportado. Dias mais tarde, juntou-se aos companheiros na Ilha de São Vicente e, tal como eles, comprou à sua conta um bilhete de 3.^a classe para o vapor *Serpa Pinto*. Por fim, no dia 5 de novembro de 1949 partiu rumo a Lisboa.

A emoção do regresso ao continente, por vezes era bastante reservada, muitos presos não tinham ninguém à sua espera ou por já não terem quem os esperasse, ou porque não tiveram a oportunidade de anunciar a data em que voltavam ou, porque as famílias viviam no interior do país sem recursos para viajarem até Lisboa. Por outro lado, grande parte dos presos não seguia em liberdade, mal o navio atracava no porto de Lisboa já uma comitiva de agentes da PIDE estava à espera para os transportar para outras cadeias políticas do continente - Caxias, Peniche, Aljube eram as de eleição. Foi por este processo que passou António Gato Pinto, como redigiu no seu Diário:

Um dia, vindo das regiões africanas, melhor, de uma cidade chamada Campo da Morte, impaludado até à medula cheguei a Lisboa onde era esperado por uns indivíduos mal-encarados, usavam camurcina, calções e botas altas, todos armados de pistolas e algemas. Reconheci alguns deles e sabia bem do que eram capazes tais monstros com figuras humanas!

Acompanhado desde a saída do navio pelos agentes da polícia, rapidamente foi encaminhado para um veículo celular que se encontrava estacionado a alguns metros de distância, entrou e o carro pôs-se em andamento para uma curta viagem até à sede da PIDE, de onde transitaria para Caxias temporariamente. O preso usou o seu aspeto fraco e adoentado para se comportar, simuladamente, da forma que sabia ser a mais favorável para induzir os agentes da PIDE a concederem-lhe permissão para sair em liberdade, como o próprio admite:

Entrei na Secretaria, fingi-me mais doente do que na verdade estava, fizeram-me algumas perguntas e tiraram os apontamentos da praxe, terminadas as formalidades conduziram-me a uma espécie de enfermaria situada no 1.º andar onde me aguardava cama com uma enxerga e dois cobertores meio esfarrapados, no ar exalava um cheiro fétido que provocava náuseas e foi neste imundo e miserável lugar que fiquei internado, eu e muitos outros!

Depois dos serviços da PIDE verificarem a veracidade do teor da sentença que fazia constar o estado físico do preso como “doente e envelhecido” apesar dos seus 47 anos de idade, convenceram-se que, mesmo que não estivesse ideologicamente reabilitado, já não constituía um perigo real para o regime do “Estado Novo” pelo que decidiram devolvê-lo à sociedade. Com Termo de Identidade e Residência, no dia 20 de novembro de 1949 o preso obteve permissão para se juntar à família, que se mudara do Barreiro para o Alentejo, mas com a obrigação de se apresentar trimestralmente na Câmara Municipal de Moura e de não se ausentar do mencionado concelho sem a prévia autorização da PIDE.

Entre a pessoa que se era, antes da prisão, e aquela que se é, passados 15 longos anos de cativo, situa-se um sentimento de ausência ora sentido como um tempo roubado à vida ora como um tempo marcado no corpo e na alma, assim atesta a memória do reencontro de António Gato Pinto com a família. Quando o comboio vindo de Lisboa parou na estação de Moura, o tarrafalista desceu da carruagem e ficou imóvel no meio da gare, tinha a expectativa que ver ou de ouvir a voz de um ente querido que estivesse à sua espera. Em cada mão carregava uma mala de madeira feita por si no Tarrafal, ambas estavam cheias de livros e de mais nada, era esta a sua única bagagem pois coisa alguma de valor tinha para trazer de onde vinha. Ali estava na sua terra natal à espera de um novo recomeço que tardava, quando finalmente vislumbrou, entre as pessoas que se dirigiam para a saída do caís, um rosto familiar, logo lhe gritou pelo nome mas... neste reencontro todos estavam mudados, a esposa não reconheceu “o velho” de cabelo branco, pele amarelada e desdentado (pelas torturas que sofreu nas mãos da PVDE) que se dirigia para ela e ele, António Gato Pinto, também não reconheceu os dois filhos que o esperavam, deixara-os ainda crianças muito pequenas e agora, eram dois homens que tinha à sua frente.

Em outubro de 1954, o tarrafalista terminou o período de cinco anos de liberdade condicional, obteve oficialmente a liberdade definitiva e regressou, com a família, ao

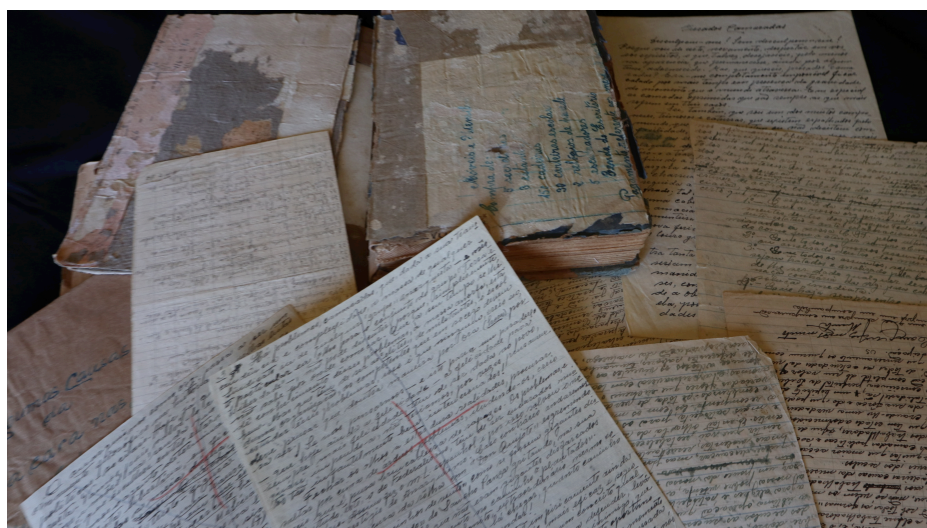
Barreiro, precisamente de onde tinha sido detido 20 anos atrás devido ao envolvimento na preparação do “18 de Janeiro”. Em liberdade, ainda que encoberto, manteve sempre a militância ativa com o que restava da Organização Libertária e nomeadamente, com alguns companheiros do Tarrafal.

António Gato Pinto faleceu em 1973 sem chegar a conhecer o Portugal de Abril.

Figura 32 – fotografia de uma das malas de viagem construídas no Tarrafal.



Figura 33 - Alguns dos documentos encobertos entre as capas dos livros.



4. Um Campo Submetido ao Silêncio

Os relatos sobre a vida prisional no Campo entre 1950 e 1954 são escassos. Do trabalho coletivo, “Tarrafal Testemunhos”, 10 depoentes estiveram durante esse período no Tarrafal, são eles: o João Rodrigues, comunista do processo “18 de Janeiro” que ficou até agosto de 1950; oito marinheiros dos quais três ficaram aprisionados no Tarrafal até 1951 - António Dinis Cabaço, António Gonçalves Coimbra e José Neves Amado. Quatro ficaram no Campo até 1952 - João Faria Borda, João da Silva Campelo, Joaquim Ribeiro e o Josué Martins Romão. Joaquim Gomes Casquinha ficou no Campo até julho de 1953. Por fim, Francisco Miguel foi o último dos testemunhos a sair do Campo do Tarrafal, em janeiro de 1954.

Dos tarrafalistas que escreveram as suas autobiografias prisionais só Joaquim Ribeiro e Francisco Miguel estiveram no Campo depois de 1950. Joaquim Ribeiro passa por alto esse último período mas, Francisco Miguel deixa escrito um testemunho bastante interessante. Na sua narrativa encontra-se um registo sobre a segunda viagem que efetuou para o Tarrafal, diz-mos que em 1951 rumou do Porto de Leixões até ao Tarrafal na companhia de um agente da PIDE, de nome Rosado, e de um preso por delito comum, atestando que o Governo continuava a enviar para o Campo prisioneiros que alojava em seção separada, como espelhado na seguinte passagem:

O jovem preso de delito comum era Walter, filho de um inglês e de uma portuguesa, tinha 20 anos e estava condenado por assalto à mão armada. No Campo do Tarrafal fomos separados, ele era preso comum; eu era preso político. Não mais estivemos juntos. (Miguel 1977, 124).

De regresso ao Campo, Francisco Miguel compara a dinâmica da vida prisional na altura em que cumpriu pela primeira vez pena no Tarrafal, entre junho de 1940 e junho de 1946, com a que vem encontrar em janeiro de 1951. Trata-se de dois períodos muito diferentes, apesar do regime prisional e do clima manterem a mesma rispidez é perceptível que no último período os carcereiros eram muito menos agressivos e que os guardas tinham um comportamento mais humano, fosse como fosse, estariam sempre numa posição

assimétrica, pois eram eles os carrascos dos presos políticos. Mas o que mais impressionou Francisco Miguel era o silêncio que nessa altura pairava sobre todo o acampamento.

Nos anos 50, o silêncio que envolvia o Campo já não tinha para os reclusos o mesmo significado dos silenciamentos de outrora. Já não era o silêncio concebido pela violência que sentiam nos momentos em que marchavam submissos sob escolta, nem o silêncio da solidão a que se entregavam nas longas noites passadas na “frigideira” ou, tão pouco, remete para o silêncio dos corpos febris imobilizados pelo paludismo. Similarmente, não se tratava do silêncio solene que perdurava nas consultas médicas ou o silêncio constrangedor durante os discursos proferidos pelos diretores do Campo nem o que acompanhava a imobilidade durante as formaturas. Não era o silêncio, que se mantinha, das palavras “não ditas” nas cartas que escreviam ou nas que recebiam. Não era o silêncio lúgubre da noite pelo qual irrompiam os sons das serras e dos martelos durante a construção dos caixões para os desventurados que morriam, ou se comparava ao doloroso grito suspenso na garganta, que sufocava em silêncio os que sentiam na pele tamanhas injustiças. Todos estes e outros modos de silêncio sentidos anteriormente, remetiam implicitamente para o que era silenciado, para tudo aquilo que era importante mas que, não podia ser manifesto.

O silêncio conservava-se opressivo mas era agora produzido pela quietude da espera, da esperança de se libertarem das amarras que os deixavam à margem dos acontecimentos que se passavam no mundo. Também o número reduzido de presos que habitavam o Campo dificultava as formas de convívio de outrora, como reparam: «O bulício provocado por mais de duas centenas de detidos que antes ali se encontravam fora substituído pela sepulcral quietude de apenas uns 30 prisioneiros, quase todos eles eram “sócios fundadores” do campo» (Miguel 1986, 83).

O facto de todos os presos pertencerem ao grupo dos “resistentes” ocasionava um grande companheirismo entre eles. Continuavam a desempenhar atividades laborais mas a natureza das tarefas que lhes eram distribuídas já não era tão pesada, pois estavam «todos eles extremamente cansados e envelhecidos, depauperados por longos anos de calvário» (Miguel 1986: 84). Gozavam, agora, de mais tempo disponível para atividades de lazer que, sabiamente, convertiam em proveito das suas obrigações partidárias. Para tal, trabalhavam cautelosamente a fachada que se encontrava exposta à constante inspeção e

desconfiança dos carcereiros para acentuarem os aspetos mais inócuos das suas ocupações, davam a conhecer a leitura de vários romances ou de sebatas escolares quando no fundo estudavam e aprofundavam os conhecimentos políticos. Os trabalhos manuais eram executados com o domínio de técnicas bastante apuradas nomeadamente para esculpir peças em diversos materiais como a pedra, osso e madeiras, cujo feito registam: «Como forma de passarmos uma parte do tempo fazíamos pequenos animais de chifre. Joaquim Gomes Casquinha era de todos nós o mais artista, uma cegonha ou um papagaio feito por ele parecia que tinha vida» (Miguel 1986, 85). Para além do que foi dito, estes passatempos também eram utilizados para o exercício da sua atividade revolucionária. Fixavam os artefactos numa base que os mantinha erguidos e onde os habilidosos “artífices” arriscavam esconder vários escritos sobre a sua situação prisional. Depois de acabados os objetos eram enviados para Portugal como oferta para os familiares, e era esta mais uma manobra para passarem as mensagens clandestinas para o exterior.

Figura 34 – Guarda-joias feito à mão por Acácio Tomás de Aquino em 1941.



Fonte: Foto cedida por João Tomás de Aquino, neto do tarrafalista.

Os exemplos encontrados sobre as atividades a que os prisioneiros se dedicavam, são carregados de sentido se tivermos em conta o contexto em que ocorreram. Francisco Miguel conta que um dos passatempos que mais lhe agradava era domesticar animais, um desses era especial, tratava-se de «uma aranha, com quem todos os dias “conversava”, levava a passear, etc. A escolha do bicho não foi, aliás, ocasional: entre os presos e as

aranhas havia como que um pacto, pois elas comiam os mosquitos que provocavam o paludismo» (Miguel 1986, 84).

Em 1951, sete detentos que pertenciam ao processo da “Revolta dos Marinheiros” mais um comunista e um libertário, tiveram ordem de regressar ao continente e são transferidos para a Fortaleza de Peniche. Conforme consta nos ofícios confidenciais¹¹ assinados pelo médico Pedro Ornelas, foram saindo do campo ao longo do ano, os seguintes presos: Manuel Amado dos Santos no dia 18 de janeiro. António Gonçalves Coimbra no dia 18 de março embarcou na cidade da Praia no navio *Alfredo da Silva* por se encontrar muito doente. Em 13 de maio apanharam o navio *Mouzinho*, na Cidade da Praia, Guilherme da Costa Carvalho e os seguintes marinheiros: António Nunes; António Fernandes Baptista e José Neves Amado. No dia 24 de agosto foi a vez de António Augusto Russo. Por fim saíram mais dois marinheiros, António Gonçalves Saleiro "o Viana" em 7 setembro e, o António Dinis Cabaço "O Tojal" em 17 de dezembro, no navio *Ana Mafalda*.

Durante o ano de 1952 regressaram ao continente: Reinaldo Victor "O Zambujal" (comunista que rachou durante a clausura no campo) e mais seis marinheiros por terem terminado a pena a que foram condenados, entre eles o testemunho Joaquim Ribeiro.

4.1. O regresso de Joaquim Ribeiro ao continente

A saída do Campo, para regressarem ao continente, de cinco elementos que fizeram parte da relação das praças que prestaram colaboração armada aos dirigentes da “Revolta dos Marinheiros” é superficialmente abordada nas memórias de Joaquim Ribeiro do seguinte modo:

Em 22 de setembro de 1952 fui libertado, acabava de cumprir à reta os 16 anos, não tendo beneficiado sequer de um único segundo de desconto de pena! Tive de aguardar no exterior a data de embarque no “Ana Mafalda”, porque o mau tempo que se abatera sobre a ilha de S. Tiago não permitia o trânsito nem por terra nem por mar, devido à “estrada” que ligava a Cidade da Praia se encontrar interrompida.

(Ribeiro 2006, 116).

¹¹ Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4679119>

Joaquim Ribeiro saiu do Campo acompanhado por alguns camaradas: Josué Martins Romão, Luís Marques Figueiredo e o “tio” Joaquim da Cruz Dias. Os quatro reuniram-se ao camarada João da Silva Campelo que já tinha saído uns dias antes e encontrava-se alojado na casa de uma pessoa amiga. Juntos, contrataram um guia e alugaram animais de cela para viajaram durante toda a noite, desde o Tarrafal até ao concelho de Santa Catarina, onde tomaram o navio de passageiros, pertencente à Marinha Mercante Portuguesa, para a metrópole.

Figura 35 – Retrato dos cinco companheiros a bordo do navio.



Fonte: Retirado da última página do livro de Joaquim Ribeiro (2006), “No Tarrafal, prisioneiro”.

Ainda em dezembro de 1952 regressou ao continente João Faria Borda, era um dos dirigentes atuantes no movimento da “Revolta dos Marinheiros”. Os restantes dirigentes, Fernando Vicente, Tomás Baptista Marreiros e Joaquim Gomes Casquinha, saíram do campo em 1953. Fernando Vicente e António Marreiros tomaram o barco na Cidade da Praia em 28 de junho. Tomás Baptista Marreiros; Joaquim Gomes Casquinha e Joaquim dos Santos “o Peniche”, embarcaram em 30 de julho no vapor *Ana Mafalda*. Praticamente todos estes marinheiros foram transferidos do Tarrafal para a cadeia do Forte de Peniche.

4.2. O último preso a deixar o Campo: testemunho de Francisco Miguel

Segundo Miguel (1977), com ele encontravam-se presos no campo três libertários envolvidos no processo do “18 de janeiro” em Coimbra - Bernardo Casaleiro Pratas, José Alexandre e José Ventura Paixão. A esta data, os libertários estavam sujeitos a um regime de encarceramento noturno, durante o dia trabalhavam como responsáveis pela Padaria da ilha e, só à tarde regressavam para pernoitar no campo. Ao longo de alguns meses os três libertários foram os únicos acompanhantes de Francisco Miguel mas, também eles acabariam por ser transferidos para o Forte de Peniche no dia 23 de dezembro de 1953.

Figura 36 – José Ventura Paixão e Bernardo Casaleiro Pratas - anos 50.



Fonte: Imagem cedida por Clara Serrano, bisneta de José Ventura Paixão.

Durante o mês de janeiro de 1954, Francisco Miguel foi o único prisioneiro retido no campo, o que não constituía vantagem ou o afrouxamento das medidas de segurança. De dia era vigiado e à noite continuava a ser encerrado na caserna. O próprio descreve a situação em que se encontrava:

Quiseram os fascistas que eu fosse o último preso político português a sair do Tarrafal. De junho de 1953 até princípios de dezembro do mesmo ano, era o único preso político que estava as 24 horas de cada dia dentro do Campo. À noite tinha a

companhia de 3 camaradas anarquistas que, estando ainda presos, iam trabalhar fora durante o dia. (Miguel 1977, 96).

No dia 26 de janeiro de 1954, precisamente três anos depois de ter chegado ao Tarrafal pela segunda vez, Francisco Miguel é conduzido para a Cidade da Praia. Finalmente embarcou rumo a Lisboa no navio *Alfredo da Silva*, pertencente à CUF. Os dias de viagem foram difíceis para o preso que se encontrava bastante doente, o que não o impediu de sentir a emoção do regresso e a surpresa ao vislumbrar «uma Lisboa inesperadamente coberta de neve e fustigada por um vento gélido, de uma beleza deslumbrante vista do rio» (Miguel 1986, 86). Lisboa, em todos os casos, surgia como o ponto de chegada dos tarrafalistas, ou de passagem para outras prisões especiais do continente. Francisco Miguel era aguardado no cais pelos agentes da PIDE que o conduziram para a cadeia do Aljube, dias depois foi transferido para o Forte de Caxias e a sua saga pelas prisões políticas iria continuar.

O estabelecimento prisional foi encerrado no dia 26 de janeiro de 1954 mas só em 7 de Julho de 1956 foi publicado no Diário do Governo o decreto: «É extinta a Colónia Penal de Cabo Verde, criada pelo Decreto-Lei nº 26539, de 23 de abril de 1936».¹²

Francisco Miguel fechou a porta do Campo do Tarrafal para os presos políticos do continente; no entanto o campo resistiria ao tempo e, anos mais tarde, é reativado com um novo nome “Campo de Trabalho de Chão Bom”. Entre 1961 e 1974 o recinto do campo é utilizado para os mesmos fins, o encarceramento e aniquilação de inimigos do regime. Desta vez as vítimas eram os presos combatentes dos movimentos anticoloniais africanos.

Figura 37 – Informações sobre o mandato do capitão David Prates da Silva.

Diretor	Início do mandato	Fim do mandato	Nº de presos que morreram	Tentativas de fuga (datas)
David Prates da Silva	01-01-1945	26-01-1954	3	-

¹²Art. 7.º do Decreto-Lei n.º 40 675, constante no Diário do Governo – 1.ª Série, n.º 141, de 1956-07-07, p.1077.

CONCLUSÕES

A vontade de estudar o fenómeno da resistência no contexto particular do Campo de Concentração do Tarrafal, sobejamente conhecido como o “Campo da Morte Lenta”, resultou de um intenso questionamento sobre o assunto e de uma necessidade de compreender a luta que os presos políticos travaram no seu dia-a-dia para serem reconhecidos como “os vencedores”. Do ponto de vista sociológico, o significado que o Campo do Tarrafal tomou, enquanto território e enquanto mundo social, para as próprias vítimas é um tema com um grande potencial ainda por explorar. Para atingir os objetivos propostos, foram utilizadas fontes que propiciaram um olhar direto e seletivo sobre a experiência de resistência política dentro do campo do Tarrafal. A informação conseguida e selecionada sobre os acontecimentos passados na interioridade do estabelecimento prisional é apenas uma versão rudimentar e restrita da realidade que se baseou nas narrativas dos “resistentes” e que foram, efetivamente, construídas de modo a dar um sentido coerente à história da resistência antifascista do Campo.

Da investigação podem-se tirar algumas ilações. Todos os testemunhos são contundentes no que respeita à representação do Campo de Concentração do Tarrafal sob a forma de um “Campo da Morte Lenta”, pensado e construído como um estabelecimento prisional destinado a exercer um forte controlo social e que, seria usado para exhibir o poder do Estado através de políticas de medo e da mediatização da criminalização dos inimigos com vista a silenciar, reter, senão aniquilar a ação do núcleo oposicionista ao Estado Novo. Enquadramento que permite compreender o impacto que o Campo teve na vida dos encarcerados e que, de certa forma, se reflete num vocabulário que é usado por todos os testemunhos nas suas narrativa mas, cuja validade e significado, só é plenamente decifrável entre os prisioneiros que por lá passaram. Observa-se, no entanto, que a necessidade dos presos renomearem objetos, situações e pessoas, acontece somente em relação ao que lhes

é desagradável na vida quotidiana, o nome ou a expressão atribuída a essas imagem procura aludir ao sentido que os próprios lhes imputavam. Este direito de nomearem funcionou também como uma estratégia de intransigência contra a iniquidade a que foram sujeitos e disso é exemplo as alcunhas como forma de identificação de cada um dos diretores, do médico e dos guardas, que não lhes inspiravam qualquer rasgo de simpatia. Começando pelo primeiro diretor, Manuel dos Reis que pela sua mania em ameaçar os presos ficou conhecido como o “Manuel dos Arames”; o terceiro diretor, João da Silva pelo seu carácter irascível como o “Faraó”; o quarto diretor, Olegário Antunes, devido a uma deficiência física como o “Arreda” e o quinto diretor, Filipe Barros pela sua avareza como o “Abóbora”. Apenas dois diretores gozaram da simpatia dos reclusos porque se diferenciaram devido às suas qualidades humanas, tratava-se do segundo diretor, José Júlio da Silva e do último, David Prates da Silva, sobre os quais não se encontrou uma única alcunha que lhes fosse imputada. Destaca-se o médico com o título de “Tralheira” pela incúria com a saúde dos que lhes estavam confiados, assim também sucedeu com os guardas mais detestáveis, tal era o caso daquele que cunharam de “mata-cães”. Até para os companheiros que se lhes opunham construíram categorias para os designar que assentavam em critérios políticos e sociais, os “não organizados” politicamente ficaram marcados por “galegos”, “pinguins” e “ferros-velhos”, assim como os revolucionários que traíram os seus valores e os colaboracionistas por “amarelos”, “rachados”, “bufos” e enfim... eram os prisioneiros “não idóneos”. Os objetos mais marcantes da rotina prisional também ganharam designações simbólicas que ilustravam a forma como os percecionavam na realidade, como por exemplo o nome atribuído aos rudes uniformes que eram obrigados a vestir: “fatos-de-ferro” ou, aos caixões que construíam para os companheiro que faleciam: “sobretudo de pau”. O mesmo acontecia em relação ao período do ano que mais temiam, o “Período Agudo”; à constituição da “Brigada Brava” para trabalhos especialmente forçados; quando atacados pelas febres palustres diziam que estavam a “batê-las”; durante os castigos ficavam a “secar” num lugar a que deram o nome de “frigideira” (câmara de castigo); outro lugar de ódio e desdém foi a “ilha dos pinguins” (tenda isolada para alojamento de prisioneiros que se negaram a misturar com os antifascistas); e até o próprio estabelecimento prisional ficou conhecido pelo nome de “Aldeia da Morte”, “Pântano da Morte”, “Inferno Amarelo” ou, “Campo da Morte Lenta”.

Outra dedução é que, apesar do isolamento e da repressão a que os presos estavam

sujeitos, nunca desistiam de resistir vigorosamente e de lutar para que os seus direitos fossem reconhecidos, nomeadamente o da Liberdade. Pelo que tentaram encontrar meios para abandonar a vida aprisionada a que os condenaram, justificando com isso a ocorrência de vários episódios de tentativas de fuga do campo, apesar de nenhum deles ter sido concretizado com sucesso. Note-se que durante o mandato de João da Silva, altura em que os encarcerados viveram sob um regime mais radical e violento, não são mencionadas quaisquer veleidades de evasão, o contrário também se observa, a partir de 1945 até ao encerramento do Campo em 1954 não se encontram alusões a fugas que tivessem sido tentadas, provavelmente porque nesta altura os sujeitos já estariam na expectativa que a sua libertação se aproximava. A natureza das tentativas foi diversificada mas todas elas demonstraram que a fuga do Campo do Tarrafal não era exequível, confirmando que a escolha do local adequava-se aos propósitos do regime.

Entende-se, ainda, que o sistema concentracionário, para assegurar o cumprimento das exigências institucionais, funcionou de modo a que os reclusos escolhidos para ali padecerem ficassem à mercê do arbítrio e da força bruta dos carcereiros, viabilizando que os mecanismos de autorregulação dos sujeitos fossem reposicionados sobre o efeito da ideia que só seriam libertados quando já não oferecessem qualquer perigo para o poder político de Salazar e, assim eram persuadidos a negligenciar as características pessoais e ideológicas excepcionais que defendiam. Em resultado desta estratégia, o “regurgitamento” dos reclusos fez-se acompanhar de um conjunto de transformações, ao ponto de alguns terem saído da instituição já sem vida. Em virtude das técnicas punitivas aplicados sobre os prisioneiros para a manutenção da ordem salazarista – estima-se que estiveram presos entre os arames farpados o total de 329 presos políticos - verificaram-se 32 mortes de presos políticos durante o tempo de clausura o que, ainda que enfrentadas com a dignidade de quem sabe que morre por uma causa, representou uma vitória clara dos propósitos da instituição. O encarceramento destes revolucionários não só provocou a desagregação temporária das forças políticas que se opunham ao Estado Novo de Salazar como, aniquilou fisicamente os adversários mais críticos e ferozes: No Campo do Tarrafal morreram os dois principais dirigentes anarcossindicalistas, condutores do movimento operário de “18 de Janeiro”; morreu o Secretário-Geral do Partido Comunista e mais alguns dos seus dirigentes, assim como cinco dos jovens marinheiros pertencentes à ORA. Outros tantos tarrafalistas, faleceram pouco tempo depois de regressarem ao continente,

como corolário da depauperação física e das doenças contraídas no Tarrafal. Uns poucos, pela força da persuasão perderam o rumo ou quebraram a moral.

Aos olhos dos que deixaram o seu testemunho, o Campo do Tarrafal constituiu-se como universo partilhado por uma população prisional que se organizou em grupos com interesses próprios, expressando a diversidade de credos políticos que se compunha maioritariamente por comunistas, mas também por libertários, republicanos, combatentes e guerrilheiros antifranquistas, agentes ao serviço dos Aliados no decorrer da Segunda Grande Guerra e de outros que ousaram enfrentar o poder repressivo e déspota do Estado Novo, não obstante também houve os sem motivações políticas, como foi o caso dos presos por delitos comuns. Mas nem toda a população encarou as tenebrosas condições prisionais da mesma maneira. Os presos politicamente organizados, comunistas e libertários, apesar da fractura que separa os dois ideais políticos, tinham interesses comuns que os aproximavam quer pela fidelidade aos seus ideais, quer pelo rigor com que os defenderam, convergindo na coragem com que recusaram a sujeição e o aviltamento, mesmo nas tenebrosas condições do cárcere. Esta «grandeza moral», apenas atribuída aos presos que prosseguiram o objetivo comum de resistência, foi um fator de união e solidariedades incorporado numa *grandeza prisioneira*, definida enquanto dinâmica que valorizava quem possuía determinadas competências, fundamentalmente o autodomínio e a coragem de assumirem os riscos e as consequências advindas dos comportamentos pautados pelas exigências éticas que regulavam os movimentos revolucionários. Pilares do senso de moralidade que apelavam ao inconformismo perante a sujeição e a inércia do contexto em se encontravam. Tudo isto, leva a depreender que a *grandeza prisioneira* tenha sido produzida como um recurso que mobilizava continuamente os presos para a luta pela autopreservação psicofísica e pelo reconhecimento da sua identidade de “resistentes políticos”, explicando que aproximadamente 70% do total da população prisional que passou pelo campo, tenha dado sequência à promessa de resistir, preservando os seus quadros de referência e adquirindo conhecimentos que ocasionaram solidez ideológica, o que presumivelmente lhes propiciou mais ânimo e confiança para continuarem o combate contra a ditadura instalada pelo Estado Novo. Como resultado, é uma possibilidade, que os “seres grandes” que a grandeza em questão produziu tenham transformado a sua experiência de cativos e subjugados numa luta moralmente superior onde se glorificaram como os verdadeiros “vencedores do Campo do Tarrafal”.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias:

Diário de António Gato Pinto, Tarrafal e outros, 1934-1949

Espólio de António Gato Pinto entregue à Fundação Mário Soares e disponível para consulta no endereço eletrónico: <http://casacomum.org/cc/arquivos>

Depoimento de José Rodrigues Reboredo, disponível em: <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/index.php?p=digitallibrary/digitalcontent&id=1194>

Memórias Escritas:

Aquino, Acácio Tomás. 1978. *O segredo das prisões atlânticas*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Firmo, Manuel. 1978. *Nas Trevas da longa noite: Da guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal*. Póvoa do Varzim: Edições Europa-América.

Miguel, Francisco. 1977. *Francisco Miguel, Uma Vida na Revolução*. Porto: A Opinião.

Miguel, Francisco. 1986. *Das Prisões à Liberdade*. Lisboa: Editorial Avante.

Oliveira, Cândido. 1974. *Tarrafal: O pântano da morte*. Lisboa: Editorial República.

Oliveira, Gilberto. 1987. *Memória Viva do Tarrafal*. Lisboa: Editorial Avante.

PCP (2006). *Dossier Tarrafal*. Edições Avante: Lisboa

Pedro, Edmundo. 2009. *Memórias-Um Combate pela Liberdade*. Vol I., Lisboa: Ed. Âncora.

Pedro, Edmundo. 2011. *Memórias-Um Combate pela Liberdade*. Vol II., Lisboa: Ed. Âncora.

Pedro, Gabriel. 2015. *Acontecimentos vividos*. Lisboa: Editorial Avante.

Pires, José Correia. 1975. *Memórias de um prisioneiro do Tarrafal*. Lisboa: Edições Dêagá.

Ribeiro, Joaquim. 2006. *No Tarrafal, prisioneiro*. Porto: Editorial A Opinião.

Rodrigues, Manuel Francisco. 1974. *Tarrafal Aldeia da Morte-O Diário da B5*. Porto: Brasília Ed.

Russell, Miguel Wager. 1976. *Recordações dos tempos Difíceis*. Lisboa: Editorial Avante.

Soares, Pedro. 1975. *Tarrafal: Memórias do Campo da Morte Lenta*. Lisboa: Editorial Avante.

Sousa, Franco, org. 1978. *Tarrafal Testemunhos*. Lisboa: Editorial Caminho.

Arquivos:

Arquivo Histórico-Social do Projecto MOSCA (Movimento Social Critico e Alternativo)
<http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt>

Arquivo Nacional da Torre do Tombo
<https://digitarq.arquivos.pt>

O SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
<http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP>

Legislação Consultada por data de edição:

Decreto-lei nº 22/992 de 29 de agosto de 1933. *Diário do Governo n.º 195/1933 -Série I*. Lisboa: Ministério do Interior.

Decreto-lei nº 23/203 de 06 de novembro de 1933. *Diário do Governo n.º 253/1933 -Série I*. Lisboa: Ministério da Justiça.

Decreto-lei nº 26/539 de 23 de abril de 1936. *Diário do Governo n.º 94/1936 - Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho.

Decreto-Lei n.º 26643 de 28 de maio de 1936. *Diário do Governo n.º 124/1936, Série I*. Lisboa: Ministério da Justiça.

Decreto-lei nº 26/655 de 4 de junho de 1936. *Diário do Governo n.º 130/1936 - Série I*. Lisboa: Ministério da Agricultura.

Lei nº 2000, de 16 de Maio de 1944. *Diário do Governo n.º 103/1944, Série I*. Lisboa: Ministério da Justiça.

Decreto-lei nº 40/675 de 7 de julho de 1956. *Diário do Governo n.º 141/1956 -Série I*. Lisboa: Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 709-A/76 de 4 de outubro de 1976. *Diário da República n.º 233/1976, 1º Suplemento, Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto do Governo n.º 17-A/84 de 16 de abril de 1984. *Diário da República n.º 90/1984, 1º Suplemento, Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e do Plano.

Artigo 11 da Lei n.49/86 de 31 de dezembro de 1986. *Diário da República n.º 300/1986, 4º Suplemento, Série I*. Lisboa: Assembleia da República.

Bibliografia:

- Albarello, Luc, *et al.* 2011. *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Bardin, Laurence. 2009. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, José. 2000. *Tarrafal*. Dicionário de História de Portugal (Vol. IX, pp. 486-490). Porto: Figueirinhas
- Barreiros, José António. 2012. *Traição a Salazar*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Barros, Victor. 2009. *Campos de Concentração em Cabo Verde*. Imprensa da Universidade Coimbra.
- Berger, Peter, e Thomas Luckmann. 2004. *A construção social da realidade*. Rio Janeiro: Ed. Vozes.
- Berthelot, Jean Michel. 1997. *A Inteligência Social*. Porto: Res Editora)
- Brito, Nélida. 2006. *Tarrafal na Memória dos Prisioneiros*. Lisboa: Edições Dinossauro.
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. 1981. *Presos políticos no regime fascista*, Vol. I (1932-1935), Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. 1982. *Presos políticos no regime fascista*, Vol. II (1936-1939), Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. 1984. *Presos políticos no regime fascista*, Vol. III (1940-1945), Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Duarte, Maria José Raminhos. 2009. *Presos Políticos Algarvios*. Lisboa: Edições Colibri.
- Durkheim, Émile. 2000. *O Suicídio. Estudo de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel. 1978. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A.
- Foucault, Michel. 1984. *Microfísica do Poder*. Rio Janeiro: Ed.Graal.
- Foucault, Michel. 1999. *História da sexualidade, I, A vontade de saber*. Rio Janeiro: Ed.Graal.
- Foucault, Michel. 2004. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Goffman, Erving. 1999. *Os momentos e os seus homens*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Goffman, Erving. 2002. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Ed. Vozes
- Goffman, Erving. 2003. *Manicómios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Goffman, Erving. 2004. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Sabotagem.

- Goffman, Erving. 2011. *Ritual de Interação. Ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gonçalves, Bento. 1974. *Palavras necessárias*. Porto: Inova.
- Halbwachs, Maurice. 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.
- Honneth, Axel. 2011. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Lisboa: Edições 70.
- Nunes, Adérito Sedas. 1969. *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*. Lisboa: Moraes Editores.
- Pereira, Dionísio. 2013. *Emigrantes, exilados e perseguidos. A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)*. Santiago de Compostela: Através Editora.
- Popper, Karl. 2007. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Ricoeur, Paul. 2006. *Percurso do Reconhecimento*. São Paulo: Edições Layola.
- Santana, Emídio. 1978. *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Tavares, José Manuel Soares. 2007. *O campo de concentração do Tarrafal (1936-1954): A origem e o quotidiano*. Lisboa: Edições Colibri.

Fontes Eletrônicas

- Clímaco, Cristina. 1995. «Portugueses nos campos do sudoeste de França». *Penélope: revista de história e ciências sociais*, ISSN 0871-7486, n.º 16, (Exemplar dedicado a: Portugal no exílio (Século XX)): 25-61
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=11865>
- Partido Comunista Português. 1971. «Páginas da História do Partido: As Duas Caras de um Provocador». *Estrela Vermelha*, n.º 10, Ano III: 20-26.
http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_55947
- Pimentel, Irene. 2009. «O campo de concentração do Tarrafal». Conferência Internacional sobre o Tarrafal, Tarrafal, 30 de Abril e 1 de Maio de 2009
http://irenepimentel.blogspot.pt/2010/04/alguns-dados-sobre-o-campo-de_1624.html
- Pollak, Michael. 1989. «Memória, esquecimento, silêncio». *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.º 3: 3-15.
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>
- Pollak, Michael. 1992. «Memória e identidade social». *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.º 10: 200-215. ISSN 2178-1494.
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>
- Santos, José Beleza. 1961. «Os tribunais de execução das penas em Portugal (Razões determinantes da sua criação-Estrutura -Resultados e sugestões)». *Boletim da Faculdade de Direito*, Supl. 15, Homenagem ao Doutor José Alberto dos Reis, I: 287-335.
https://www.uc.pt/fduc/corpo_docente/galeria_retratos/beleza_santos/pdf/suplemento_XV_1961.pdf